UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

HISTÓRIA E POLÍTICA EM MAQUIAVEL

Patrícia Fontoura Aranovich

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo em regime de co-orientação, conforme acordo assinado com a Universidade de Paris X- Nanterre, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Filosofia.

Orientadora: Profª Drª Maria das Graças de Souza

Co-orientadora: Prof ª Drª Francine Markovits

São Paulo

2003

Errata:

p. 22, l. 16, onde se lê "os argumentos são", leia-se "os exemplos são".

p. 23, l. 12, onde se lê "uma vez que nestes capítulos", leia-se "uma vez que neste capítulo".

p. 40, l. 16, onde se lê "Nele, não devemos", leia-se: "Nele, nós devemos".

p. 43, l. 19, onde se lê "e tão desproporcional quanto", leia-se "é tão desproporcional quanto".

p. 46, l. 4, onde se lê "precisa ser matizado", leia-se "precisa ser matizada".

p. 47, n. 57, onde se lê "por celerada ou nefanda", leia-se "por via celerada ou nefanda".

p. 49, n. 60, onde se lê "*Discorsi*, I, 9", leia-se "*Discorsi*, I, 11".

p. 53, n. 5, onde se lê "*Discorsi*, I, 2", leia-se "*Discorsi*, II, 2".

p. 55, n. 7, onde se lê "neste casto", leia-se "neste caso".

p. 60, n. 19, onde se lê "*História de Roma*, V, 27-33", leia-se "*História de Roma*, II, 27-33".

p. 67, n. 8, onde se lê "*História de Florença*, IV, 1", leia-se "*História de Florença*, V, 1".

p. 68, n. 10, onde se lê "*Idem*, I, 9", leia-se "*Idem*, III, 9".

p. 73, n. 18, onde se lê "*Idem*, II, proêmio", leia-se, "*Idem*, II, 29".

p. 83, n. 21, onde se lê "*Idem*, *ibidem*", leia-se: "*Idem*, 5".

p. 90, n. 35, onde se lê "*idem*, I, 3", leia-se "*idem*, III, 1".

p. 100, l. 8, onde se lê "ou como cópias", leia-se "ou por serem cópias".

p. 127, n. 29, onde se lê "Políbio, *História*, I, 3", leia-se "Políbio, *História*, I, 4".

p. 130, l. 12, onde se lê "desde o declínio de Roma", leia-se "desde o declínio de Roma até 1434".

p. 132, l. 23, onde se lê "prefácios", leia-se "capítulos introdutórios".

p. 141. l. 3, onde se lê "A diferença entre estas repúblicas antigas", leia-se "A diferença entre as repúblicas".

p. 141, n. 3, onde se lê "*História de Florença*, I, 2", leia-se "*História de Florença*, II, 2".

p. 143, l. 13, onde se lê "de modo que a cidade toda foi corrompida", leia-se "de modo que quase toda a cidade foi corrompida".

p. 151, l. 10, onde se lê "mais perigosos que a República", leia-se "mais perigosos para a República".

p. 152, l. 21, onde se lê "no prefácio do terceiro livro", leia-se "no capítulo introdutório do terceiro livro".

p. 153, l. 12, onde se lê "no livro seguinte, leia-se "no quarto livro".

p. 166, ls. 14-15, onde se lê "e não desejavam diminuir o poder do estado (...) havia sido esclarecida no Proêmio", leia-se "e desejavam diminuir o poder de Cosimo (...) havia sido esclarecida no capítulo introdutório do sétimo livro".

p. 167, l. 10, onde se lê "efetivada em 1344", leia-se "efetivada em 1434".

p. 171, l. 3, onde se lê "eles não se sobrepõe", leia-se "a análise dos discursos não se sobrepõe".

p. 185, l. 24, onde se lê "*Discorsi*, I, 7", leia-se "*Discorsi*, I, 8".

p. 186, l. 6, onde se lê "e não houve muitas", leia-se "e houve muitas".

p. 197, l. 11, onde se lê "reprovar César", leia-se "reprovar César por causa de seu poder".

p. 197, l. 26, onde se lê "avareza, poder", leia-se "avareza e orgulho".

p. 206, l. 10, onde se lê "como os cidadãos haviam alertado", leia-se "como os cidadãos haviam alertado no segundo discurso".

p. 211, n. 10, onde se lê "pensaram [os guelfos]", leia-se "pensaram [os gibelinos]".

p. 223, l. 3, onde se lê "a relação entre eles se estabelece", leia-se "a relação entre eles não se estabelece".

p. 225, ls. 3-4, onde se lê "usareis mal a vossa liberdade", leia-se "usareis mal a nossa liberalidade".

p. 226, ls. 3 e 5, onde se lê "Cornuélio", leia-se "Canuléio".

p. 237, l. 3 e 5, onde se lê "será nobre", leia-se "será nobre e virtuoso".

p. 242, l. 1, onde se lê "mantém intactas as razões do conflito", leia-se "mantém intactos os termos do conflito".

p. 246, n. 80, onde se lê "Mais adiante", leia-se "Mais adiante (*idem*, XXXI)".

Obs. nesta errata, apenas os erros que comprometem o sentido do texto ou aqueles referentes às citações foram considerados. Os demais problemas serão solucionados em uma revisão posterior.

Para a Clarinda e o Vich

Agradecimentos

À Maria das Graças, pela orientação e pela amizade, nestes muitos anos em que me acompanha. À Francine Markovits pela gentil recepção e pela orientação atenciosa em minha estada na França. Ao Sérgio Cardoso, pela leitura e observações estimulantes.

Ao Everson, que acompanhou meu trabalho com muita seriedade e foi um estímulo constante. À Rita, além de todo apoio, agradeço pela revisão, que eu espero ter considerado e aproveitado. À Laura e ao Marcelo, pelo afeto e compreensão neste tempo em que estive muito mais ausente do que gostaria. Aos amigos, que espero que continuem amigos depois de todo tempo em que desapareci. À Marisa e ao Estevão, pelas conversas e vinhos.

Agradeço à Mariê pela grande ajuda que me deu e a todo o pessoal da secretaria, cuja colaboração foi muito importante nestes anos.

À Capes e CNPq pelas bolsas que me foram concedidas.

Resumo

O objetivo deste trabalho é examinar as relações entre política e história em Maquiavel. A filosofia política de Maquiavel rompe com a idéia de exemplaridade do passado, abrindo caminho para uma reflexão em que os tempos se tornam mensuráveis entre si. A história não se reduz, na obra de Maquiavel, a uma condição de subordinação ao pensamento abstrato que formula regras para a ação política. A obra política incorpora a própria história na medida em que os *exempla* se inserem em seus textos sob um duplo aspecto. Por um lado, como matéria de reflexão e não como mera ilustração de algo que havia sido teoricamente concebido. Por outro, o próprio exemplo tem um caráter histórico, enraizado nas situações concretas das quais emergiu, o que o relativiza. Deste modo, a superação da simples constatação de momentos discretos se dá pela inserção do exemplo, assim como das circunstâncias que o concernem, no percurso da República, a qual, por sua vez, traz em si movimentos que conferem inteligibilidade à história. Ao escrever a *História de Florença*, Maquiavel tem de lidar com o modelo historiográfico renascentista, o que lhe impõe algumas limitações. Mas a narrativa retém a concepção de história elaborada nos escritos políticos e, ao centrar sua interpretação nas questões das divisões da república, da corrupção e da perda da liberdade, Maquiavel revela o percurso da cidade de Florença a partir da percepção dos seus movimentos e, como na obra política, ultrapassa a descrição dos acontecimentos. Deste modo, a obra histórica de Maquiavel representa uma continuidade com relação à sua obra política.

Palavras-chave: história, política, liberdade, corrupção, república.

Résumé

L'objectif de ce travail est examiner les relations entre la politique e l' histoire chez Machiavel. La philosophie politique de Machiavel s'éloigne de l'idée d'exemplarité du passé et ouvre la voie pour une réflexion dans laquelle les temps deviennent mesurables entre eux. L'histoire ne se réduit pas, dans l'œuvre de Machiavel, à une condition de subordination à la pensée abstraite qui formule règles pour l'action politique. Que plus est, l'œuvre politique incorpore la histoire elle-même dans la mesure où les *exempla* s'insèrent dans ses textes sous un double aspect. D'un côté, comme matière de réflexion et non comme simple illustration d'une chose qu'avait été déjà élaboré théoriquement. D'autre côté, l'exemple lui-même a un caractère historique, enraciné dans les situations concrètes desquelles il se dégage, ce qui lui donne un caractère relatif. De cette façon, le dépassement de la simple constatation des moments discrets se produit par l'insertion de l'exemple, aussi bien que des circonstances qui lui concernent, dans le parcours de la république qui porte en soi des mouvements qui donnent intelligibilité à l'histoire. Quand Machiavel écrit les « Histoires Florentines », il doit ménager le modèle historiographique de la Renaissance, ce qui lui impose quelques limitations. Mais la narrative retient la conception d'histoire élaborée dans les écrits politiques et, quand il centre son interprétation dans la question des divisions de la république, de la corruption e de la perte de la liberté, Machiavel révèle le parcours de la cité de Florence à partir de la perception de ses mouvements et, comme dans l'œuvre politique, il dépasse la description des évènements. De cette manière, il s'établit un rapport de continuité entre l'œuvre politique de Machiavel et son œuvre historique.

Mots-clés: histoire, politique, liberté, corruption, république.

Índice

Apresentação 7

Parte I – Da política à história

I. Introdução 10

II. As coisas do mundo 19

III. Quem que ver aquilo que será, considere aquilo que foi 51

IV. Todas as coisas do mundo têm um término de sua vida 63

V. As coisas humanas estão sempre em movimento 77

Parte II – Da história à política

I. Introdução 99

II. Para ver com qual ordem e maneira Maquiavel procedeu no escrever 110

III. As coisas ocorridas dentro da cidade 130

IV. Das divisões à perda da república 140

V. Da liberdade à liberalidade 171

VI. O Tumulto dos Ciompi 208

Bibliografia 248

Apresentação

A *História de Florença* foi a última grande obra de Maquiavel e também a única propriamente histórica que ele escreveu. O seu lugar no conjunto da obra de Maquiavel é uma questão controvertida: ora apontam o convencionalismo da forma e a mera repetição do modelo renascentista de escrita historiográfica, que rompe com a política maquiaveliana; ora negam-lhe o valor historiográfico e afirmam que a teoria subjugou os fatos históricos. O tema deste trabalho é a relação entre política e história no pensamento de Maquiavel. Trata-se, portanto, de investigar a passagem do Maquiavel filósofo político ao historiador Maquiavel e assim verificar quanto há de história em sua filosofia política e quanto de política em sua *História de Florença*.

A primeira parte expõe a questão da história no interior da obra política. No *Príncipe*, a análise se concentrou em definir o lugar que ocupa no texto a narrativa histórica compreendida como exemplo e quais são as particularidades de seu emprego por Maquiavel que o distanciam da perspectiva tradicional. A partir do estudo dos *Discorsi*, chega-se à superação da simples constatação dos acontecimentos pela inserção do exemplo, assim como das circunstâncias que o concernem, no percurso da República, a qual, por sua vez, traz em si movimentos que conferem inteligibilidade à história.

A segunda parte do trabalho é dedicada à obra histórica. Num primeiro momento, procurou-se desenvolver alguns aspectos relativos à composição do texto. Em seguida, a exposição se volta ao percurso que Maquiavel revela na história da cidade, pela perda do estado republicano e da liberdade, ou seja, um curso de declínio. O tema das divisões da cidade, que indica o movimento de queda, confere uma ordem à narrativa. Ao ser incorporada ao percurso, esta ordem

faz com que a narrativa, embora padeça em certos momentos das imposições do modelo, consiga alcançar um encadeamento e um nível de compreensão que ultrapassam a separação entre história e política.

Parte I – Da história à política

Introdução

Um caminho possível para pensar a relação entre história e política em Maquiavel é partir da concepção de história elaborada em seus escritos políticos para chegar à sua principal obra histórica, a *História de Florença*. O percurso que se busca traçar é o do modo como Maquiavel formula esta concepção em seus escritos políticos e como se pode observá-la na construção da *História de Florença*. A perspectiva deste trabalho é de que existe, em Maquiavel, uma ligação entre história e política que as torna interdependentes, e esta ligação se manifesta nos escritos políticos assim como nos históricos. Assim, na medida em que os escritos políticos são construídos por meio da reflexão sobre a história, quando ele pensa a história de Florença na forma de uma narrativa, a precedência da formulação da concepção histórica não significa que haja uma subordinação da história que será narrada a uma concepção que lhe seja imposta exteriormente.

No entanto, a ligação entre história e política não seria necessária, pois, grosso modo, pode-se observar que na tradição filosófica, tanto na Antiguidade como na modernidade, estas matérias são freqüentemente tidas como diversas[1]. Esta

---

[1] Basta lembrar a comparação que Aristóteles faz entre poesia e história: "Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) — diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por 'referir-se ao universal' entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcebíades ou o que lhe aconteceu" (Aristóteles, *Poética*, 1451 a41-b10). Ou ainda, modernamente, a separação que Hobbes faz entre ciência política e história civil, sendo a primeira filosófica e a segunda meramente factual: "há duas espécies de conhecimento: um dos quais é o *conhecimento dos fatos*, e o outro o *conhecimento das conseqüências de uma afirmação para a outra*. O primeiro está

distinção se mantém ainda para os próprios historiadores antigos, importantes neste contexto em função de serem, no Renascimento, o modelo a ser seguido na formulação de um escrito histórico. Como Momigliano aponta no que diz respeito à Antigüidade: "não ocorreu nunca aos historiadores do mundo greco-romano — ou aos seus sucessores em épocas mais tardias — poder substituir mestres religiosos, filósofos, moralistas ou, até mesmo, astrólogos. Não havia nenhuma universalidade e nenhuma necessidade intrinsecamente ligada ao seu ensinamento. Políbio esteve próximo de reivindicar uma validade universal para sua teoria dos ciclos das constituições, mas formulou esta teoria como uma digressão filosófica a respeito do curso da narração histórica e, pelo que sei, não a aplicou nunca a sua narrativa dos eventos. Na Antigüidade, raramente os historiadores pensaram poder dizer às pessoas qual gênero de vida se devia levar e o que se devia esperar da vida"[2].

Um primeiro indício do modo como a relação entre história e política se constitui em Maquiavel, e que a tornaria diferente destas duas visões, é a existência nos escritos políticos, em praticamente todos os capítulos, do recurso à história. Isto chama atenção especialmente no *Príncipe*, que não é um comentário a uma obra histórica como os *Discorsi*. Dentre todos os capítulos do *Príncipe*, o único que não contém nenhum exemplo histórico é o capítulo 15, no qual, entretanto, Maquiavel afirma: "sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a *verità effetuale della cosa* do que uma imaginação sobre

---

limitado aos sentidos e à memória, e é um *conhecimento absoluto*, como quando vejo um fato ter lugar, ou recordo que ele teve lugar; é este o conhecimento necessário para uma testemunha. Ao segundo chama-se *ciência*, e é *condicional*, como quando sabemos que *se a figura apresentada for um círculo, nesse caso qualquer linha reta que passe por seu centro dividi-la-á em duas partes iguais*. Este é o conhecimento necessário para um filósofo, isto é, para aquele que pretende raciocinar. O registro do *conhecimento dos fatos* chama-se *história*. Da qual há duas espécies: uma chamada *história natural* (...) e a outra é a *história civil* que é a história das ações voluntárias praticadas pelos homens nos Estados"(*Leviatã*, capítulo 9).

[2] Momigliano, Arnaldo, *Tra storia e Storicismo*, Pisa, Nistri-Lischi Editore, 1985, p. 64. Momigliano, entretanto, observa que os judeus e os cristãos são uma exceção a isto, na medida em que a Bíblia é um registro histórico e a afirmação de elementos de fé.

ela". Assim, diz que enunciará suas lições políticas tendo em vista o vivido[3]. Se esta declaração for considerada do ponto de vista do método — a afirmação de que único fundamento consistente do conhecimento político é o que realmente acontece (o que pode ser traduzido por conhecimento histórico) —, ela encontra nos *Discorsi* passagens que a complementam. A passagem do *Príncipe* opõe a *verità effetuale della cosa* à imaginação; já nos *Discorsi* há, também do ponto de vista do método, em primeiro lugar, uma oposição entre razão e autoridade e força: "Não sei se tomarei uma tarefa tão dura e cheia de tantas dificuldades que me convenha abandoná-la com vergonha ou segui-la com peso, querendo defender uma coisa que, como disse, é acusada por todos os escritores. Mas, de qualquer modo que seja, não julgo nem julgarei nunca ser defeito defender alguma opinião com as razões, sem querer usar ou a autoridade ou a força"[4]. E, em outra passagem, a oposição se estabelece entre exemplos e razão: "E porque essa é uma regra que merece consideração, muito freqüentemente se enganando os homens quanto a ela, e com prejuízo de seu estado; penso demonstrá-la particularmente com exemplos antigos e modernos, não se podendo com a razão tão claramente demonstrar"[5]. O que estas três passagens apresentam, a princípio, é a intenção de explicitar que modo é mais conveniente de escrever algo útil, de defender uma opinião e de demonstrar com clareza uma regra. Deste modo, estas três intenções têm em comum o fato de serem maneiras de expor qual é o fundamento de um conhecimento seguro.

Mas, ainda assim, é preciso ter em conta a diversidade de termos que designam estes fundamentos. Em primeiro lugar, a autoridade, que na hierarquia entre os argumentos da demonstração parece estar francamente em desvantagem, representa, na passagem citada[6], a posição de Tito Lívio e de "todos os outros

---

[3] "Porque há tanta distância entre como se vive e como se deveria viver que quem trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação"(*O Príncipe*, 15).
[4] *Discorsi*, I, 58.
[5] *Idem*, II, 27.
[6] *Idem*, I, 58.

historiadores", contra os quais Maquiavel irá argumentar e, assim, o conhecimento transmitido pelos historiadores antigos é a autoridade[7]. Maquiavel afirma que o que estes historiadores atribuem à multidão, a inconstância, não seria uma particularidade desta, mas um atributo de todos os homens, e mais ainda dos príncipes. À autoridade, Maquiavel contrapõe a razão, mas seguindo a explicação pela razão, no entanto, vemos que ela está em grande parte fundamentada em uma argumentação histórica. Maquiavel argumenta defendendo que a multidão é mais sábia e mais constante que um príncipe e que a raiz do problema da inconstância não reside em algo próprio à multidão, mas sim na ausência de leis que impeçam esta tendência. O contra-argumento utilizado é o caso dos Estados em que as leis governam: Egito, Esparta, França e ainda Roma[8]. Exemplos antigos e modernos, e eis-nos de volta à história.

Isto leva a crer que, quando Maquiavel opõe a razão aos exemplos antigos e modernos, na terceira passagem[9], esta oposição não é tão absoluta. A razão por si só não tem a clareza suficiente para sustentar uma posição, e apenas quando amparada pelos exemplos assume a capacidade de ser um fundamento seguro para o conhecimento. Neste sentido, a imaginação, compreendida como a razão sem o

---

[7]Para Gilbert, "tanto a terminologia quanto os métodos de argumentação que Maquiavel usava eram os de seu tempo. A experiência e a autoridade eram as duas fontes das quais ele retirou material para demonstrar seus pontos de vista políticos. E autoridade era para ele, assim como para a maioria de seus contemporâneos, o conhecimento do mundo antigo que podia ser encontrado nos escritores clássicos." (Gilbert, F., *Machiavelli and Guicciardini, Politics and History in Sixteenth-Century Florence,* Princeton, Princeton University Press, 1965, p. 158).

[8] "E isto se pode conhecer facilmente, porque existem e existiram muitos príncipes, e os bons e sábios foram poucos: eu falo dos príncipes que puderam romper o freio que pode corrigi-los. Entre eles não estão aqueles reis que nasceram no Egito, quando, naquela antiqüíssima antiguidade, se governava aquelas províncias com as leis; nem aquelas que nasceram em Esparta; nem aqueles que em nosso tempo nascem na Erança, que é um reino mais moderado pelas leis que qualquer outro que em nosso tempo se conheça. E estes reis que nascem sob tais constituições não são incluídos neste número, ao se considerar a natureza de cada homem por si e ver se ele é semelhante à multidão; deve-se compará-los a uma multidão da mesma forma regulada pelas leis como eles são; e se encontrará nela aquela mesma bondade que vemos existir naqueles e se verá ela nem dominar com soberba nem servir com humildade: como era o povo romano enquanto a república permaneceu incorrupta (...)"(*Discorsi*, I, 58).

[9] *Idem*, II, 27.

apoio da história, não pode cumprir este papel. Maquiavel desqualifica aqui o que poderíamos chamar de pensamento abstrato da política ou, ainda, de ideal, assimilando-o a imaginação ou fantasia. O que guia esta perspectiva é a idéia de que, em Maquiavel, política e história não podem ser separadas, porque se o forem, serão insuficientes para a compreensão da realidade. Ou seja, a história é a única realidade e qualquer pensamento político deve ser nela fundada, sob pena de se tornar fantasmagórico. Uma apresentação desta questão havia sido formulada por Políbio, no sexto livro de sua *História*, livro do qual Maquiavel havia retirado os princípios de sua exposição do ciclo das constituições, apresentada no segundo capítulo dos primeiro livro dos *Discorsi*. Políbio escreve de modo comparativo sobre as constituições dos Estados e dá as razões pelas quais não seria justo apresentar entre elas a da república de Platão: "com efeito, assim como não admitimos nas competições atléticas artistas ou atletas não inscritos nem classificados, da mesma forma não temos o direito de admitir essa constituição na competição pelo prêmio de mérito, salvo se ela der antecipadamente uma demonstração de seu desempenho na prática. Enquanto isso não acontecer, discuti-la com a intenção de compará-la com as constituições dos espartanos, dos romanos e dos cartaginenses equivaleria a apresentar uma estátua e estabelecer uma comparação entre ela e um homem vivo e respirando. Ainda que a estátua merecesse os maiores elogios pela arte de seu escultor, a comparação entre uma coisa inanimada e um ser vivo deixaria os espectadores perplexos por ser totalmente impertinente e incabível"[10]. Podemos aproximar o que é expresso nesta passagem daquilo que Maquiavel afirma no capítulo 15 de *O Príncipe*, quando diz que não falará de repúblicas que jamais existiram, mas das que existiram e existem de fato e, já no primeiro capítulo do *Príncipe*, Maquiavel havia colocado a questão, senão nestes termos precisos, de um modo bastante claro, ao afirmar que seu objeto são os estados que existem e existiram, os estados reais.

---

[10] Políbio, *História*, VI, 47.

Esta discussão pretende indicar a dificuldade de afirmar a precedência da política sobre a história ou o contrário. Afirmar, como o faz Fueter, que, em Maquiavel, a história é uma *ancilla scientiae politicae*[11], não parece ser inteiramente falso, mas parcial. A leitura que Maquiavel faz da história é sobretudo uma leitura política, mas não é necessário que isto signifique a subordinação da história a um ponto de vista definido de antemão. São principalmente os autores que tratam da historiografia renascentista, como Fueter, que apontam a subordinação da história à política, e mesmo no caso da *História de Florença*, como, por exemplo, Eric W. Cochrane[12] e Franco Gaeta[13]. No que diz respeito à *História de Florença*, esta discussão será retomada na segunda parte deste trabalho, mas é necessário tratar neste ponto da questão no que ela se refere aos escritos políticos. A subordinação, no caso dos escritos políticos, seria referente a uma seleção dos eventos históricos que os desconsiderasse em si mesmos e fosse precedida da formulação de regras ou leis gerais[14] que apenas utilizasse instrumentalmente os exemplos compatíveis. A demonstração por meio de exemplos antigos e modernos, a qual Maquiavel diz ser mais clara que por meio da razão, seria em verdade apenas um modo ilustrativo de explicar a questão, uma vez que a clareza seria prioritariamente da razão que formulou as regras. O emprego de exemplos, neste caso, seria a maneira de comprovar as regras, mas a história não mais seria uma real fonte de conhecimento para Maquiavel, visto que todo o conhecimento necessário para formulá-las precederia o estudo da história. Ao colocar a questão nestes termos temos uma hipótese de leitura a partir da qual a história é sem dúvida uma *ancilla scientiae politicae*.

---

[11] Fueter, Eduard, *Historia de la historiografía moderna*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1953, p. 79.

[12] *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, Chicago University Press, 1981, p. 265-270.

[13] "Machiavelli storico", in *Machiavelli nel V° Centenario della Nascita*, Bologna, Massimiliano Boni Editore, 1973, pp. 139 –171.

[14] Formuladas *in petto*, como expressa Cochane, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance, op. cit.*, 121.

A relação entre história e política no pensamento de Maquiavel pode ser considerada por meio de sua evolução a partir de seus primeiros escritos políticos. No que diz respeito a estes primeiros escritos, a análise de Marchand indica a modificação progressiva do lugar dos exemplos históricos no texto. Marchand observa esta mudança em três destes escritos: *Discorso sopra Pisa*, *Parole da dirle sopra la provisione del danaio* e *Del modo di tratare i popoli della Valdichiana ribellati*[15]. No primeiro, a função do precedente histórico é apenas esboçada, mas já com a intenção de formular um juízo político. Nas *Parole*, o exemplo tem uma finalidade ainda mais didática: "não se trata mais de listar reflexões abstratas sobre uma situação já bastante clara para tornar supérfluas outras suposições, mas de determinar quais devam ser as decisões dos cidadãos sobre o plano fiscal e as conseqüências que resultarão disto no plano político"[16]. Usando exemplos antigos e modernos, Maquiavel pretenderia demonstrar que também os eventos recentes podem fornecer lições históricas. Marchand afirma que no *Modo*, Maquiavel completa a terceira fase da evolução de sua concepção sobre o valor da história: "desde o início o evento histórico perde a característica ilustrativa para adquirir um valor paradigmático"[17]. Neste escrito, Maquiavel afirma a uniformidade das paixões humanas no tempo e nela fundamenta a noção de história "*maestra delle actione nostre*". Uma vez que os eventos históricos podem ser tomados como modelos, o fato histórico torna-se o elemento fundamental desta nova ciência do comportamento.

Em outro texto[18], Marchand estabelece a divisão da obra maquiaveliana em três fases que dão seguimento à busca do lugar da história em seu pensamento. Para ele, toda a obra de Maquiavel é concebida em função de uma análise dos

---

[15] Marchand, Jean-Jacques, *Niccolò Machiavelli : i primi scritti politici (1499-1512). Nascita di un pensiero e di uno stile*, Editrice Antenore, Padova, 1975, pp. 323-7.
[16] *Idem*, 323.
[17] *Idem*, 324.
[18] Marchand, Jean-Jacques, "L'interprétation de l'histoire chez Machiavel", in *Études de lettres*, s. IV, Tome 1, 1978.

acontecimentos históricos e da busca de um ensinamento, uma regra de comportamento: "da parte de um homem que sempre se considerou como um analista e um conselheiro político, uma tal atitude é inteiramente lógica, pois a simples sucessão dos acontecimentos não comporta nela mesma nenhum ensinamento, enquanto que as regras abstratas não têm nenhuma aplicação prática"[19]. Entretanto, esta busca comporta para Marchand três fases distintas de sua obra. A primeira fase, de 1503 a 1512, anterior, portanto, ao *Príncipe*, seria marcada por uma oscilação entre o determinismo absoluto (sobretudo nos textos de 1503) e a constatação de uma ausência total de lógica nos processos históricos, marcada pelo testemunho da improvável vitória de Júlio II, em 1506. Isto introduziria mais dois componentes na explicação dos acontecimentos históricos: a fortuna e a *virtù*. Na segunda fase, de 1513 a 1516, período de escrita do *Príncipe* e dos *Discorsi*, haveria uma síntese entre os três componentes que determinam o sucesso de todo empreendimento político: o conhecimento das leis políticas deduzidas da história, as qualidades pessoais (*virtù*) e a força irracional (fortuna). De 1517 a 1525, na terceira fase, Marchand avalia que há uma renúncia a uma interpretação global do ensinamento da história e uma anuência à técnica tradicional da imitação da Antigüidade, ligeiramente retocada por algumas considerações mais pragmáticas. Esta terceira fase marcaria, portanto, uma perda de originalidade e o retorno a uma concepção humanista tradicional.

A interpretação de Marchand está em desacordo com a posição de que para Maquiavel a história seria uma *ancilla politicae*, uma vez que na segunda fase, a história é a fonte do conhecimento e não pode ser considerada meramente uma auxiliar, pois nos escritos políticos ele obteria seu conhecimento da história, a partir da qual deduziria as leis políticas. Na terceira fase, pela renúncia a uma interpretação global do ensinamento da história, ela não pode mais ser fonte de conhecimento e, portanto, não pode de forma alguma auxiliar a política. Assim, para Marchand, a

---

[19] *Idem*, p. 31.

história em Maquiavel parece sempre ser ou mais ou menos do que um arquivo de exemplos a serem colhidos segundo as necessidades ditadas pela teoria.

O objetivo do presente trabalho é examinar os momentos referentes ao que Marchand designa como a segunda e a terceira fases da obra de Maquiavel, aquelas nas quais foram escritos *O Príncipe* e os *Discorsi* e a *História de Florença*. Entretanto, ao contrário da posição de Marchand, julgo que estas duas partes não devem corresponder a duas fases distintas. A perspectiva é antes concentrada na continuidade entre elas e não nas mudanças.

As coisas do mundo

O conhecimento que Maquiavel afirma que seus livros oferecem provém do seu estudo e de sua experiência, do diálogo com os antigos e do relato da prática política: as "coisas do mundo". As coisas do mundo englobam aquilo que é e foi vivido pelos homens e pode ser transmitido como experiência de vida. No *Príncipe*, este conhecimento das coisas do mundo é apresentado por Maquiavel como algo que ele possui e oferece como presente ao príncipe: "uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas"[1]. Nos *Discorsi*, Maquiavel enuncia esse conhecimento de um modo quase idêntico: "eu expressei o quanto sei e o quanto aprendi por uma longa prática e contínuo estudo das coisas do mundo"[2]. Este é um dos modos pelos quais é explicitada a base histórica de seu pensamento[3]. No capítulo 15 do *Príncipe*, este conhecimento será vinculado à utilidade: "sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa que uma imaginação sobre ela"[4].

Pode-se, assim, observar uma proximidade de Maquiavel com o universo dos historiadores sob dois aspectos. Em primeiro lugar, Maquiavel coloca a experiência

---

[1] *O Príncipe*, Dedicatória.
[2] *Discorsi*, I, Proêmio.
[3] Sobre a relação entre conhecimento e experiência, na composição do Príncipe, Lefort observa: "O tempo de composição desta obra, tal como nós podemos estabelecer, não nos informa sobre o tempo de trabalho efetivamente investido; este, nós o medimos melhor ao nos lembrarmos do papel de Maquiavel na cena política desde 1498, pois ele o incitou a meditar sobre a natureza do poder e o comportamento daqueles que o detêm , sobre a fraqueza dos regimes sem sustentação popular e seus aparentados. É na prática sobre os negócios públicos com os quais ele esteve constantemente envolvido que se formaram, pouco a pouco, os princípios que deviam comandar sua obra de teórico. Nenhuma razão, aliás, para recusar sobre isso seu testemunho: a seus olhos, o *Príncipe* é uma prova visível da experiência que ele adquiriu em suas funções de administrador e diplomata"(*Le travail de l'oeuvre, Machiavel*, *op. cit.*, p. 317-8).
[4] *O Príncipe*, 15.

das "coisas modernas" na base de seu conhecimento, assim como os grandes historiadores antigos escreviam sobre os acontecimentos do passado próximo[5]. Em segundo lugar, na forma como ele invoca a utilidade daquilo que escreve pode-se observar uma forma de apresentação comum às narrativas históricas desde a Antigüidade. Em Tucídides, encontramos uma afirmação semelhante: "pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que um dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em conseqüência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio"[6]. Tito Lívio também declara, em seu prefácio, uma intenção similar: "mas a estas lendas e a outras similares, seja qual for a maneira de encará-las e julgá-las, não lhes darei grande importância (...) o que é sobremodo salutar e producente, no conhecimento da história, são os exemplos instrutivos de toda espécie que se descobrem à luz da obra. Nele se encontram, para teu benefício e do teu país, modelos dignos de imitação assim como ações vergonhosas, cujas causas e conseqüências é preciso evitar"[7]. Leonardo Bruni afirma, no proêmio de sua *História de Florença,* que as coisas que narrará "ao público e ao privado estima serem utilíssimas", concluindo nos seguintes termos: "mas antes que eu chegue àqueles tempos que são próprios da nossa narração, pareceu fecundo o exemplo de alguns escritores que trataram das origens da cidade e, deixadas de lado as vulgares

---

[5] Como explica Momigliano, "é evidente que todos estes 'grandes' historiadores tinham a tendência a escrever, exclusivamente ou principalmente, sobre os acontecimentos do passado próximo. Heródoto escreveu sobre as guerras Médicas, que datavam de uma geração; Tucídides escreveu a história da guerra do Peloponeso, da qual era contemporâneo; Xenofonte se interessa em primeiro lugar pelas hegemonias de Esparta e de Tebas (404-362 A.C.), das quais ele havia sido testemunha; Políbio começa verdadeiramente sua obra com a segunda guerra Púnica (218 A. C.), e continua até seu próprio tempo, ou seja, cerca de 145 A.C.. A mesma observação se aplica a Salústio, Tito Lívio, a Tácito (...)"(*Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, Gallimard, 1983, p.72-3).

[6] Tucídides, *História do Peloponeso*, I, 22.

[7] Tito Lívio, *História de Roma*, prefácio.

e fabulosas opiniões, darei o quanto puder verdadeira notícia a fim de que as coisas que no nosso progresso aconteceram venham a ser, por esta cognição, mais evidentes e manifestas". Seria exaustivo reproduzir mais declarações semelhantes encontradas nos proêmios das obras históricas desde a Antigüidade até o Renascimento, mas de um modo ou de outro é invocada a utilidade da obra ou a intenção de que ela seja instrutiva a partir da exposição dos eventos históricos verdadeiros. Embora haja uma diferença entre afirmar que algo é fabuloso ou lendário e que foi imaginado, entretanto, em ambos os casos há uma oposição ao verdadeiro e efetivamente ocorrido. Esta concepção está sintetizada na célebre fórmula de Cícero sobre a história: "testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, revelação do passado"[8].

Existe, assim, afinidade entre o que Maquiavel afirma ser sua intenção ao escrever *O Príncipe* e o que deve ser a intenção do historiador ao empreender uma narrativa. O fato do capítulo 15 ser o único no *Príncipe* que não contém nenhuma referência histórica coloca-o na posição de uma declaração de princípios, comum às obras históricas. Entretanto, apesar daquilo que compartilha com as narrativas históricas, *O Príncipe* não é uma obra histórica e, portanto, a história não está neste livro na forma de uma narrativa completa, mas da seleção de fragmentos de narrativas. A forma por meio da qual Maquiavel procura a "verdade efetiva da coisa" é a análise dos eventos históricos, o que no texto é expresso como "demonstrar a partir de exemplos" (antigos e modernos).

Uma abordagem do exemplo e um meio para observar a estreita relação entre política e história podem ser encontrados na forma mesma como o *Príncipe* foi construído, ou seja, se as passagens históricas forem retiradas e as partes discursivas isoladas do texto, o que se observa, de um modo geral, é que a maioria dos capítulos

---

[8] Cícero, *Do orador*, 9, 36.

perde em sentido e em apenas um terço deles pode-se dizer que os exemplos[9] têm uma função apenas ilustrativa[10]. No entanto, mesmo nas partes em que os exemplos são apenas ilustrativos, ou seja, em que a argumentação poderia prescindir deles sem perda de sentido, eles parecem ter a função de dar origem à reflexão, sendo muitas vezes discussões sobre os problemas recentes da Itália e de Florença. Esta remissão freqüente aos assuntos contemporâneos será indicada nos capítulos e discutida mais tarde.

Partindo destas observações gerais, serão analisados mais detidamente os capítulos de *O Príncipe*, tendo como modo de leitura exatamente a tentativa de separar discurso e história para, então, observar como se dá a interação entre ambos. O objetivo desta análise não é apresentar detalhadamente todos os capítulos, o que seria exaustivo e demandaria muito espaço, mas indicar como o exemplo se insere em cada um deles.

Há quatro tipos de capítulos, segundo este critério: no primeiro tipo, os exemplos são ilustrativos; o segundo é misto, os exemplos são em parte ilustrativos e em parte constitutivos da argumentação; no terceiro tipo, os argumentos são constitutivos e um quarto tipo não tem exemplos. Como se sabe, o único capítulo que não tem exemplos é o quinze, o que faz com que o quarto tipo não seja propriamente representativo do modo como Maquiavel pensa o político, mas uma exceção. Isto é reforçado pelo método enunciado neste mesmo capítulo, como foi apontado antes. Além disso, pode-se considerar que o capítulo quinze não é independente porque funciona como uma introdução para os seguintes, que tratam das qualidades dos príncipes às quais ele irá se referir neste capítulo. Podemos reduzir desta forma os quatro tipos para três, que mostram o modo como Maquiavel constrói sua reflexão política.

---

[9] Os exemplos considerados são tanto aqueles que nominalmente são apresentados como tais como os que não o são, mas que assumem no texto este mesmo estatuto.

[10] A escolha do *Príncipe* é evidentemente preferível aos *Discorsi* por ser um tratado político que não tem a particularidade de ser um comentário sobre uma obra histórica, no qual esta mesma operação seria praticamente inviável.

No primeiro tipo, no qual os exemplos são apenas ilustrativos, há sete capítulos: 1, 2, 9, 10, 18, 22 e 23. De fato, nestes capítulos, a exclusão dos exemplos não compromete a argumentação. No primeiro capítulo, os exemplos são apenas a ilustração da tipologia que está sendo apresentada, mas não a fundamentação desta tipologia por meio destes exemplos. A afirmação de que "os principados inteiramente novos são como os de Sforza" não é uma tentativa de provar que a tipologia dos principados está correta; no entanto, esta menção, já no primeiro capítulo, indica a importância atribuída à história italiana recente. No capítulo dois, mais uma vez, o exemplo é uma ilustração, que poderia ser retirada sem comprometer a compreensão do texto[11]. Mas poderia haver uma discussão acerca das razões que levaram a escolher este exemplo e não outro, uma vez que nestes capítulos há apenas um exemplo, e mais uma vez moderno.

O capítulo 9, sobre o principado civil, é um caso interessante não tanto pelos exemplos que cita, mas pelo que poderia ter sido citado e não o é: o caso dos Medici, um principado civil de base popular. Ao final do capítulo, Maquiavel faz referência ao governo por meio dos magistrados nomeados, o que remete à situação dos Medici, por muito tempo senhores de fato, mas não de direito, de Florença. Os magistrados eram eleitos, o que mantinha a aparência de um governo livre e, ainda que os Medici controlassem esta eleição para que apenas seus aliados fossem eleitos, isto causava instabilidade ao seu poder[12]. Por tratar desta questão, é um capítulo que,

---

[11] "Há, na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara, que só resistiu aos ataques dos venezianos em 1484 e aos do papa Júlio em 1510 por ser antigo o seu poder naquele domínio"(*O Príncipe*, 2).

[12] Paul Larivaille interpreta a ausência nos seguintes termos: "que a matéria e a destinação, implicitamente, mas evidentemente, florentinas do capítulo tenham dissuadido — pelo efeito de escrúpulos, considerando sem dúvida mais o pragmatismo do que a moral — o ex-chanceler republicano de aconselhar muito abertamente aos Médici a abolição de instituições civis seculares que ele mesmo havia, até o ano anterior, contribuído com zelo para defender contra eles, e que por esta razão a formulação do preceito possa parecer incomumente eufêmica e mesmo elusiva, nada retira da evidência lógica desta mensagem conclusiva, perfeitamente de acordo com a perspectiva cardeal do tratado inteiro: para consolidar e tornar duravelmente estável seu 'Estado' de modo a que 'seus cidadãos (...) sempre lhe sejam fiéis', um Príncipe sábio não tem outra solução senão — e, portanto, *deve* — velar em tempo oportuno e em toda circunstância antes que venham 'tempos adversos',

embora os exemplos apresentados sejam ilustrativos do ponto de vista da argumentação, conduz à reflexão sobre um assunto de grande importância para Maquiavel: a ordenação de Florença.

O décimo capítulo trata de questões militares. Embora neste caso o exemplo seja ilustrativo, não se pode desconsiderar que a defesa da cidade e a formação de exércitos são questões muito presentes para Maquiavel em sua análise da situação atual da Itália e de Florença. O décimo oitavo capítulo, sobre o dever dos príncipes de manter a palavra dada, não contém senão exemplos ilustrativos, o que se repete nos capítulos vinte e dois e vinte e três. Não se pode deixar de observar que, além do que já foi tratado sobre a questão de não explicitar uma referência para o qual toda a argumentação parece apontar (no capítulo 9), mesmo os exemplos ilustrativos são reveladores do olhar voltado para a história presente[13].

O segundo grupo de capítulos é misto, pois há tanto exemplos que parecem ter uma função ilustrativa como outros que são constitutivos da argumentação. Ou, ainda, são aqueles capítulos nos quais a retirada dos exemplos compromete parcialmente a compreensão. São sete os capítulos que podem ser incluídos neste tipo: 12, 14, 16, 17, 20, 21 e 25. No capítulo 12, sobre as armas mercenárias, há uma parte inicial que prescinde dos exemplos, mas toda a segunda parte trata dos efeitos destas armas para a Itália. No capítulo 14 ("Do que compete a um príncipe acerca da milícia"), os exemplos são ilustrativos, mas a referência à relevância do exemplo histórico é constitutiva da argumentação. A análise mostra que a primeira metade do capítulo pode ser entendida mesmo com a exclusão dos exemplos, que não são muitos. A segunda parte, no entanto, não apenas é inteiramente construída com

---

para suprimir toda possibilidade de oposição da parte dos magistrados e 'tomar o poder absoluto'"("La crise de la principauté civile", in *Machiavel, le Prince ou le nouvel art politique*, Paris, PUF, 2001, p. 99).

[13] No capítulo 18, Maquiavel afirma: "não quero silenciar sobre um exemplo recente. Alexandre VI jamais fez ou pensou em outra coisa senão em enganar os homens e sempre encontrou meios para fazê-lo. Nunca existiu homem algum que mostrasse maior eficiência ao afirmar — o que fazia com os maiores juramentos — e ninguém cumpriu menos o que disse. No entanto, sempre conseguiu enganar à vontade, porque conhecia bem este lado do mundo"(*O Príncipe*, 18).

referências históricas, mas é uma exortação à leitura da história e à reflexão sobre as ações dos "homens excelentes", discernindo as razões de suas vitórias e derrotas[14].

No capítulo 16, toda a primeira parte é construída sem que os exemplos sejam essenciais para a argumentação, enquanto a parte final não se sustenta sem eles. Neste capítulo, os exemplos iniciais podem ser tidos por ilustrativos, uma vez que sua exclusão não quebra a linha de argumentação. Depois de ter apresentado todos os argumentos que o levam a concluir que a liberalidade é um vício no exercício do governo, é intercalada a seguinte observação: "em nossos tempos, só temos visto fazerem grandes coisas os que têm sido considerados avarentos; os outros se arruínam. O papa Júlio II, tendo se servido da fama de liberal para alcançar o papado, não pensou depois em manter este conceito, para poder fazer guerras? O atual rei de França fez tantas guerras sem exigir nenhum imposto extraordinário para seu povo, somente porque administrou as despesas supérfluas com grande parcimônia. E o atual rei de Espanha, se fosse tido como pródigo, não teria conseguido vencer tantas empresas". Estas colocações são importantes, pois, como tem sido observado, resultam da experiência de Maquiavel como embaixador e de suas observações da cena política. Entretanto, de um ponto de vista estritamente formal, elas são desnecessárias para a estrutura da argumentação, pois sua exclusão não teria nenhum efeito, ou melhor, não comprometeria a compreensão do texto. Maquiavel conclui a primeira parte afirmando que se o príncipe for parcimonioso "usará de liberalidade para com todos de quem nada tira, que são inúmeros, e de sovinice para com aqueles a quem não dá coisa alguma, e que são poucos. (...) Portanto, para não ter que roubar os súditos e para não ficar pobre e desprezível, e para não ser obrigado a se tornar rapace, um príncipe deve temer pouco incorrer na fama de miserável, porque este é um dos vícios que lhe permitem governar". A passagem que foi retirada da citação representa exatamente os exemplos citados acima, e com isso se observa que não se pode afirmar que a sua exclusão tenha

---

[14] Esta questão dos "homens excelentes" será ainda discutida depois desta parte sobre o lugar do exemplo no texto.

causado alguma dificuldade de compreensão ou necessidade de alterar a escrita para compensá-la, uma vez que o final do trecho anterior a esta passagem se liga imediatamente ao trecho posterior a ela.

É exatamente o oposto que ocorre na última parte do capítulo, na qual existe um diálogo em que os argumentos só se sustentam pela referência à história. Assim, se a parte inicial da argumentação havia remetido a exemplos modernos, ao fim desta fase em que todo seu argumento é elaborado, Maquiavel prevê objeções baseadas em exemplos antigos e as responde com base nos mesmos exemplos: "se alguém disser que César alcançou o império por meio da liberalidade (...) eu respondo: ou já és príncipe ou estás em via de tornar-te um príncipe. No primeiro caso, essa liberalidade é danosa; no segundo, é muito necessário ser considerado liberal. César era um dos que pretendiam chegar ao principado em Roma; mas, se tivesse sobrevivido depois de consegui-lo e não fosse moderado nos gastos teria destruído aquele império. Se alguém replicar: inúmeros príncipes fizeram coisas grandiosas com as armas e foram considerados muito pródigos, responderei: ou o príncipe gasta do que é seu e de seus súditos ou gasta do que é dos outros (...) Com o que não é teu nem de teu súditos, podes ser mais pródigo, como Ciro, César e Alexandre (...)".Os exemplos aqui são inteiramente constitutivos da argumentação e sua exclusão inviabiliza a compreensão do que está sendo discutido. A inclusão deste diálogo indica que a argumentação, ainda que elaborada e concluída numa etapa anterior à da discussão histórica, deve ser capaz de sustentar-se no confronto com a história e apenas ao conseguir vencer esta etapa, pode haver uma conclusão definitiva. Além do mais, Maquiavel desfaz aqui um lugar comum da idéia das virtudes do rei e do bom governo e esta dissolução deve dar conta da forma como alguns exemplos históricos foram interpretados até então. Em outras palavras, Maquiavel não diz que César não fora liberal, mas que soube sê-lo quando necessário — a caminho do principado — assim como deixaria de sê-lo quando isso ameaçasse sua nova condição.

Por fim, os capítulos 17, 20 e 21 podem manter-se, em parte, sem a referência à história, o que seria mais difícil nestes casos é separar a argumentação dos exemplos, considerado o modo como eles estão entrelaçados, sem que fosse necessário modificar toda a redação. O capítulo 25 é construído quase que inteiramente sem referências históricas, e toda a parte inicial é compreensível, independentemente da inclusão dos exemplos. Entretanto, a referência histórica nesta parte consiste numa reflexão da situação presente da Itália e da Europa: "se considerardes a Itália, que é sede e origem dessas alterações, vereis que ela é um campo sem diques e sem qualquer defesa; caso ela fosse convenientemente ordenada pela *virtù*, como a Alemanha, a Espanha e a França, ou esta cheia não teria causado as grandes variações que ocorrem, ou estas sequer teriam acontecido". Toda a argumentação inicial se revela então como uma série de imagens sobre o poder da fortuna, por meio das quais a situação italiana é analisada. Ainda que esta argumentação seja compreensível em si mesma, não tem nenhum significado se desvinculada da reflexão sobre as circunstâncias concretas que a motivam. Na seqüência, os exemplos, não tão necessários a princípio, podem ser vistos em uma função semelhante àquela do diálogo sobre a liberalidade, do capítulo 16, embora não com tanto peso.

O terceiro caso é o mais numeroso, compreende dez capítulos: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 19, 24. O capítulo 3, "Dos principados mistos", que começa com uma série de afirmações gerais sobre os principados novos, logo se converte em uma análise da situação da Itália e dos erros da França em sua ação de conquista, sendo impossível entendê-lo sem considerar este assunto concreto que está sendo tratado. Os exemplos, neste sentido, embora funcionem como provas das dificuldades concernentes aos principados novos, tomam um espaço maior e deles se extraem regras gerais.

No caso do quarto capítulo, Maquiavel parte de uma questão concreta — "por que razão o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores deste após sua morte" —, e a razão apresentada para explicá-la é em

seguida exemplificada por dois modelos de Estado: o reino do grão-turco e o da França. Estes dois reinos irão explicar as diferenças entre dois tipos de principado: "os principados dos quais se tem memória são governados de dois modos diversos: ou por um príncipe de quem são servidores todos os outros, que, na qualidade de ministros por sua graça e concessão, o ajudam a governar aquele reino, ou por um príncipe e barões que detêm a sua posição não pela graça do senhor, mas pela antigüidade do sangue". A partir disso, ele explica, ainda a partir dos dois reinos, as razões pelas quais seria difícil conquistar o estado do grão-turco, mas fácil mantê-lo, e como na França ocorreria o inverso. Usando estes dois exemplos modernos, ele explica os acontecimentos antigos: "se considerarmos de que natureza era o governo de Dario, veremos que era semelhante ao reino do grão-turco e, por isso, foi necessário a Alexandre primeiro derrotá-lo completamente em batalha campal. Depois daquela vitória, porém, morto Dario, Alexandre consolidou-se naquele estado (...). Nos estados organizados como a França, porém, é impossível manter a conquista com tanta facilidade. Assim se explicam as freqüentes rebeliões da Espanha, França e Grécia contra os romanos com os inúmeros principados que existiam naqueles estados". Maquiavel constrói, neste capítulo, uma análise histórica destes dois tipos de principados a partir da qual pode estender suas conclusões aos que a eles se assemelham. A comparação entre os principados não se detém em semelhanças de acontecimentos, mas de suas organizações, o que faz com que os exemplos não possam ser considerados como apoios para a argumentação, pois estão no próprio centro da análise. Não apenas não poderiam ser retirados do texto, como não existe nada exterior a eles.

O capítulo 5 é um caso interessante de construção em que a referência histórica modifica a conclusão que havia sido exposta anteriormente. Ele pode ser contraposto ao capítulo 16, sobre a liberalidade, em que o discurso inicial passa pelo crivo da história e é aprovado; no capítulo 5, o discurso não suporta o confronto e por este motivo é modificado. O título do capítulo é uma pergunta: "De que modo se devem governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob

suas próprias leis". Sem qualquer argumentação prévia, a questão é imediatamente respondida: "existem três maneiras de conservá-los: a primeira é destruí-los, a outra é ir pessoalmente residir neles, e a terceira é deixá-los viver sob suas próprias leis, impondo-lhes tributo e criando dentro deles um governo de poucos, que se conserve teu amigo". Dedicadas algumas linhas para sustentar a terceira maneira, ele passa aos exemplos (antigos) de tentativas de conservar o poder: "temos o exemplo dos espartanos e dos romanos. Os espartanos tomaram Tebas e Atenas, criando ali um governo de poucos; todavia, perderam-nas. Os romanos, para manter Cápua, Cartago e Numância, destruíram-nas, mas não as perderam. Pretenderam conservar a Grécia como haviam feito os espartanos, deixando-a livre e com suas leis, e não tiveram sucesso; assim, foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província a fim de conservá-la". A partir destes exemplos tão fortes, ele conclui: "na verdade, não existe modo seguro de possuí-las, exceto a ruína". Justifica esta conclusão pelo apreço que as repúblicas têm por sua liberdade, o que as faz incessantemente buscar reconquistá-la. A conclusão final é abrupta: "o meio mais seguro para possuí-las é ou destruí-las ou ir habitá-las". Independentemente da intenção original que Maquiavel teria ao propor um modo de conservar o estado para depois descartá-lo, o fato é que, no texto, é isso que ocorre. Assim, ele demonstra mais uma vez, como no capítulo 16, que um enunciado teórico deve ser confrontado à história para poder ser comprovado.

No sexto capítulo, a retirada dos exemplos acarreta a perda de parte importante da argumentação, construída com o seu auxílio. Além disso, é neste capítulo que Maquiavel explicita sua posição em relação ao modo da imitação, indicando já uma função do exemplo. O sétimo capítulo é quase que inteiramente elaborado sobre a análise das ações de César Bórgia, de modo que o exemplo é interior ao texto. No oitavo capítulo, para avaliar os que chegaram ao principado por

atos criminosos, Maquiavel também fundamenta toda sua análise nos casos de Agátocles e Liverotto da Fermo[15].

Dentre os muitos casos em que a história é de tal modo constitutiva da argumentação que não pode haver separação, o capítulo 11 representa uma situação curiosa, sobre os principados eclesiásticos. Excluída a parte histórica, o capítulo não existiria, pois a introdução expositiva termina no seguinte ponto: "mas sendo eles [os principados eclesiásticos] regidos por razões superiores, que a mente humana não pode alcançar, não falarei sobre eles, pois, sendo erguidos e mantidos por Deus, seria homem presunçoso e temerário se discorresse a seu respeito". Mas, em seguida, Maquiavel produz uma reviravolta na forma como tratou o assunto até então, criando um interlocutor hipotético: "contudo, se alguém, me perguntasse como a Igreja alcançou tamanha grandeza temporal...". Isto introduz a discussão histórica e, deixando de tratar os principados eclesiásticos do ponto de vista da vontade divina, Maquiavel passa ao poder temporal da Igreja, fortalecido pelas ações do papa Alexandre VI, assistido por seu filho, César Bórgia, e as do papa Júlio II. O poder temporal, que equipara o principado eclesiástico aos outros principados, é uma questão histórica e humana a partir da qual ele pode abordar o assunto.

Os capítulos 13 e 19 seriam quase inteiramente suprimidos sem os exemplos e a história serve como demonstração de todas as afirmações. No 19, embora haja uma introdução que se sustenta sem a inclusão de exemplos, todo o capítulo segue no diálogo com a história e em grande parte desapareceria sem ela. Por fim, no capítulo 24, embora os exemplos não sejam constitutivos da argumentação de um modo tão claro como nos anteriores, o próprio título indica que o tema é histórico: "Por que razão os príncipes da Itália perderam seus Estados". Além do próprio título, que impede qualquer possibilidade de pensar que as considerações possam estar desvinculadas da reflexão histórica, este capítulo consiste em uma recapitulação das recomendações que foram oferecidas nos capítulos precedentes

---

[15] Devido a sua relevância para a compreensão do exemplo, a questão da imitação, levantada nestes três capítulos, assim como no capítulo 14, será desenvolvida adiante.

(este capítulo conclui o que foi introduzido no capítulo 15, sobre o modo como os príncipes devem se conduzir em seu governo), que como foi observado, são em grande parte construídas no diálogo com a história.

A observação do modo de participação do exemplo histórico no texto conduz a pensar que a divisão dos quatro tipos de capítulos, depois reduzidos a três, tem validade se for retida a intenção inicial, que era a de discernir os momentos em que o exemplo participa e influi na argumentação. Esta distinção pode ser considerada útil para a compreensão do peso que a história tem na elaboração da reflexão política e, neste sentido, a contraposição dos capítulos 5 e 16 pode ser elucidativa. Como já se buscou discutir, no quinto capítulo[16], a história tem força suficiente para reverter uma posição anteriormente afirmada, isto é, posições tidas como verdadeiras devem passar pelo crivo da história, enquanto que, no capítulo 16[17], é o confronto com a história que permite que a construção da argumentação possa ser definitivamente aceita.

O que foi visto até então nos fornece parâmetros pelos quais se torna possível prosseguir na análise do lugar do exemplo no texto de Maquiavel. Observando unicamente os exemplos que são apresentados em *O Príncipe* nominalmente como tais, o que de nenhuma forma esgota todas as referências históricas da obra, é possível encontrar dois tipos de referência diferentes. O primeiro é a referência ao exemplo histórico e o segundo, ao exemplo moral. Estes tipos de apresentação não estão igualmente distribuídos no texto: o primeiro representa o modo habitual como Maquiavel apresenta o exemplo, enquanto que o segundo está limitado a poucos capítulos.

O exemplo histórico, por sua vez, pode ser pensado de duas perspectivas: como sinal da recorrência daquele acontecimento (ainda que sob formas diversas)[18]

---

[16] "De que modo se devem governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis".

[17] "Da liberalidade e da parcimônia".

[18] Entre eles: "não se pode encontrar exemplos mais frescos que as suas ações", "se mostrará com dois exemplos, um antigo e outro moderno", "são cheias destes exemplos as

e como exemplo para imitação. A recorrência significa que a seleção de um exemplo como apoio ou como ponto de partida de uma argumentação expressa uma escolha entre muitas possibilidades de eventos similares. Ao enunciar que "desta matéria se poderia dar infinitos exemplos", Maquiavel indica que aquele exemplo específico que será dado representa todos os outros, não como um modelo, mas como algo que se repete. É exatamente a recorrência do exemplo o que faz com que ele seja fonte de conhecimento e, em conseqüência, de ensinamento. Ao contrário, a constatação de que um fato é único acrescenta ao conhecimento apenas a consciência da sua singularidade. Embora todos os exemplos históricos do *Príncipe* sejam expostos como matéria de reflexão sobre o exercício do governo, o exemplo para imitação consiste na recomendação de que as ações dos "homens excelentes" devem ser consideradas e examinadas pelo príncipe, questão que será ainda discutida.

O emprego do termo exemplo com a intenção de enfatizar a moralidade pode ser encontrado no capítulo 21[19], que se intitula "O que convém a um príncipe para ser estimado". É neste capítulo que estão concentrados quase todos os casos em que existe a idéia do exemplo ilustre que instrui para a moralidade. Ao contrário dos demais capítulos, aqui a raridade do exemplo prevalece sobre a sua infinidade, o que indica que aqui o exemplo tem um sentido diverso. Nas expressões "dar um exemplo de humanidade ou de ingratidão", o exemplo significa não mais a menção a um acontecimento histórico, mas a uma conduta e um modelo de comportamento elogiável ou reprovável. O príncipe ou qualquer homem que dá um exemplo de alguma virtude ou vício os concretiza em si mesmo de modo que ele se torna modelo da virtude ou do vício. Este tema remete, em Maquiavel, à idéia da aparência do

---

antigas histórias", "partir de exemplos italianos e frescos", "e basta o exemplo dado", "disto se poderia dar infinitos exemplos modernos e mostrar (...)", "desta matéria se poderia dar infinitos exemplos", "citar dois exemplos ainda em nossa memória".

[19]Entre os deste tipo estão: "nada torna um príncipe tão estimado quanto realizar grandes empreendimentos e dar de si raros exemplos", "exemplo que não poderia ser mais miserável nem mais raro", "tamanho exemplo de ingratidão", "deve também um príncipe dar exemplos raros de si mesmo na política interna", "dar de si mesmo um exemplo de humanidade e munificência".

príncipe. A reputação (ou a boa imagem) do príncipe depende da capacidade que ele terá de corresponder às exigências daquela que será a boa imagem de um príncipe no imaginário dos súditos[20].

Assim, uma vez que o modo como Maquiavel normalmente demonstra suas posições políticas é por meio do exemplo histórico, embora não exclusivamente, cabe abordar a questão do exemplo em sua formulação tradicional. Em um primeiro momento, é possível encontrar um critério de avaliação do caráter histórico do texto na comparação com o lugar do exemplo na retórica clássica. O que se buscará, nesta comparação, é apresentar como o lugar do exemplo no texto de Maquiavel não tem uma função comparativa ou ilustrativa, mas está no próprio centro da análise.

O exemplo inicia sua história oficial com Aristóteles, tal como elaborado na retórica, e se desenvolve até obter sua autonomia literária e constituir-se como verdadeiro gênero de arte, a narrativa[21]. O exemplo, na formulação aristotélica e que é retomada pelos retóricos romanos, é uma das formas da prova. Neste contexto, o exemplo se situa no quadro do discurso forense ou judiciário, embora também possa ser aplicado no discurso deliberativo e laudatório. Segundo o que expõe Quintiliano[22], as provas se dividem em pertencentes à arte e não pertencentes, assim, artificiais e não artificiais. As não pertencentes à arte são os precedentes, os rumores públicos, as torturas, as peças, os juramentos e os testemunhos. As provas artificiais são os sinais, os argumentos e os exemplos. Ainda que Quintiliano separe os argumentos e os exemplos, ele afirma depois que Cícero divide toda a argumentação em duas partes: a indução e o silogismo, assim como a maior parte dos retores

---

[20] Sendo assim, o príncipe de *virtù* deve ser capaz de manter a aparência exigida por eles. O príncipe deve empenhar-se em ser percebido pela sua posição acima dos demais, mantendo a postura adequada à função que ocupa. Ou seja, ele se coloca em posição de ser julgado, seus atos dever ser de natureza a serem "comentados", ele dá de si "um exemplo de humanidade e munificência" mas, ao mesmo tempo, "mantendo sempre firme, porém, sua majestade e sua dignidade" e apresentando "uma imagem de grandiosidade e de excelente engenho".

[21] Salvatore Bataglia, *La coscienza letteraria del Medioevo*, Napoli, Ligori, 1965, p. 447.

[22] *Instituição Oratória*, V, 1.

gregos a divide em exemplos e epiquiremas, e chama o exemplo de indução da retórica. Isto faz com que o exemplo seja um dos modos de argumentação. Todas estas formas de raciocínio tendem aproximadamente ao mesmo fim. Como toda argumentação é uma operação do espírito que, para chegar à prova, procede de conseqüência em conseqüência e confirma o que é duvidoso pelo que não o é, é indispensável que haja em toda causa um ponto que não tenha necessidade de ser provado.

O exemplo[23] é o mesmo que os gregos chamam de paradigma, e pelo qual se entende toda comparação entre coisas semelhantes, embora não existisse uma concordância entre os antigos quanto às divisões do exemplo. Ele é considerado por Quintiliano como a mais eficaz das similitudes, uma vez que a citação de um fato verdadeiro ou tido como tal leva à persuasão. Os exemplos podem ainda ser semelhantes, dessemelhantes ou contrários, e, entre os semelhantes, os que induzem do pequeno ao grande ou o inverso. Destes, tanto Quintiliano como Cícero expõem inúmeros casos nos quais não apenas as ações humanas fornecem possibilidades de comparação, mas também os animais e os objetos inanimados. As fontes dos exemplos são a historiografia, a transmissão oral, a experiência direta e a imaginação do poeta. Assim, o arco dos exemplos abrange o histórico, o tradicional, o real, o poético, o cotidiano e o fabuloso. Em toda sua exposição sobre a possibilidade de fazer comparações, Quintiliano indica que é preciso discernimento, porque, por vezes, estas comparações são enganadoras e é preciso verificar antes se a indução é exata: "não se dirá de um amigo o mesmo que se dirá de um navio, que ele serve mais quando é novo do que quando é velho"[24]. A similitude também pode ser fundada na autoridade, que pode ser de sábios, cidadãos ilustres, poetas célebres e mesmo de usos e ditados populares. O que faz com que os exemplos sejam considerados como pertencentes à arte é seu caráter de exterioridade em relação ao que está sendo julgado, pois "alguns retores colocam os exemplos e as autoridades

---

[23] *Idem*, V, 11.
[24] *Idem, ibidem.*

entre as provas independentes da arte, sob o fundamento de que o orador não os imaginou, mas os utiliza quando os encontra. Existe aqui uma distinção essencial a fazer: os testemunhos, a questão e outras provas semelhantes estão unidos à causa e decidem do ponto a julgar, enquanto os argumentos que se retira de fora da causa não valem nada por si mesmos se o gênio do orador não os faz valer ao aplicá-los a seu objeto"[25].

Esta última distinção é de grande utilidade na discussão do emprego do exemplo no caso de Maquiavel, pois está em questão se este emprego é interior ou exterior ao tema tratado. Tal como foi elaborado na tradição forense, o que define o exemplo é a exterioridade com relação ao tema que está sendo tratado. A história é uma das fontes do exemplo, mas a prova não é retirada internamente, mas de fora, por similitude ou comparação. Em um processo, o exemplo é aquilo que não faz parte dos acontecimentos referentes ao que está sendo julgado e depende unicamente do talento do orador que o apresenta como prova, o que faz com que seja uma prova artificial. É justamente esta exterioridade que está ausente nos exemplos que Maquiavel apresenta, apesar de dependerem da sua escolha, como no caso do orador. Em um sentido mais amplo, pode-se afirmar que a matéria tratada é a política e a grande maioria dos exemplos, antigos e modernos, são de natureza política. Isso seria ainda insuficiente para atestar a interioridade do exemplo, mas é preciso considerar que sobretudo os exemplos modernos são apresentados como objeto de análise, e a função comparativa fica excluída, uma vez que, usando a imagem do processo judicial, são os próprios exemplos que se tornam interiores na medida em que estão sendo julgados e a sua análise permite o esclarecimento das questões tratadas. Neste sentido, a constatação da dificuldade em saber exatamente em que momentos o exemplo é constitutivo do pensamento ou quando ele o ilustra está ligada ao fato de que mesmo o exame dos capítulos retidos inicialmente como contendo apenas exemplos ilustrativos indica que o olhar de Maquiavel está voltado

---

[25] *Idem, ibidem.*

prioritariamente para o presente, o que por si só é relevante do ponto de vista da leitura proposta. *O Príncipe*, entre outros aspectos, pode ser considerado como uma avaliação das condições italianas da época e, desse modo, todos os acontecimentos discutidos são testemunhos do caso em questão e, como tais, provas não artificiais.

Em um segundo momento, é o caráter histórico do exemplo em si mesmo que pode ser discutido, principalmente em relação ao exemplo para imitação e ao exemplo moral. Eles podem ser comparados aos exemplos antigo e medieval em sua função de fonte de ensinamento.

Nos tempos primitivos da Grécia, o exemplo tem um papel fundamental na compreensão do ideal pedagógico da nobreza. Como escreve Jaeger, "quando ainda não existia uma compilação de leis nem um pensamento ético sistematizado (exceto alguns preceitos religiosos e a sabedoria dos provérbios transmitida por via oral de geração em geração), nada tinha, como guia de ação, eficácia igual ao do exemplo"[26]. A evocação do exemplo de heróis famosos e das sagas era, para o poeta, parte constitutiva da ética e educação aristocráticas. Mas, mesmo para os gregos dos séculos posteriores, subsiste o significado do exemplo como categoria fundamental da vida e do pensamento[27]. Segundo Le Goff, "a lição da história, para os Antigos, resume-se a uma negação da história. O que ela lega de positivo são os exemplos dos antepassados, heróis e grandes homens. Devemos combater a decadência, reproduzindo a título individual os grandes feitos dos mestres, repetindo os eternos

---

[26] Jaeger, Werner, *Paidéia, a formação do homem grego*, São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 57.

[27] Segundo Jaeger, "basta recordar o uso que Píndaro faz dos exemplos míticos, que são um elemento tão importante dos seus cantos triunfais. Seria um erro interpretar esta utilização, que se estende à totalidade da poesia e a uma parte da prosa gregas, como simples recurso estilístico. Estava em íntima conexão com a essência da ética aristocrática e conservava originariamente, mesmo na poesia, o seu significado pedagógico. Em Píndaro aparece constantemente o genuíno sentido dos exemplos míticos. E se considerarmos que, em última análise, a estrutura íntima do pensamento de Platão é totalmente paradigmática, e que ele caracteriza suas idéias como 'paradigmas fundamentados no que é', ficará perfeitamente clara a origem desta forma de pensar"(*idem*, p. 59-60).

modelos do passado - a história, fonte de *exempla*, não está longe da retórica das técnicas de persuasão, que freqüentemente recorrem aos discursos"[28].

No pensamento medieval, a função do exemplo é exaltar as qualidade e punir os vícios, sob o fundamento da concepção de que o futuro assemelha-se ao passado. Os autores que tratam do exemplo medieval não são unânimes em suas definições, entretanto é possível traçar um quadro sucinto a partir da análise de um outro trabalho de Jacques Le Goff, com Jean-Claude Schmitt, sobre o exemplo[29]. Segundo estes autores, o exemplo medieval não é uma simples ilustração do enunciado abstrato de uma verdade ou de uma lição religiosa ou moral, mas é ele mesmo um ato, um argumento retórico assim como outros enunciados. Em uma definição resumida, o exemplo é "uma narrativa breve dada como verídica e destinada a ser inserida em um discurso (em geral um sermão) para convencer um auditório por uma lição salutar"[30]. Apenas para precisar o que seja esta lição salutar é preciso acrescentar que, do ponto de vista da finalidade, o exemplo não é somente voltado à boa conduta (pelo que se nota a insuficiência da caracterização moralizante), nem à diversão, nem à felicidade terrena, mas à salvação eterna. Podem ser extraídos de história ou de lendas, ou ainda retirados de acontecimentos contemporâneos, de anedotas de domínio público ou de lembranças do autor. Do ponto de vista da classificação são propostos critérios como a origem, a natureza da informação, a natureza dos personagens colocados em cena e a estrutura formal e lógica do exemplo (analogia ou metonímia). A relação entre o que apresenta o exemplo e o que o escuta não é entre iguais, mas entre o religioso ou mestres e seus fiéis ou discípulos, uma relação de poder.

---

[28] *História e Memória*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 64.

[29] Schmitt, J-C, Le Goff, J., *L'exemplum*, Turnhout, Belgique:Brepols, 1982. Ainda sobre o tema, ver Salvatore Bataglia, *La coscienza letteraria del Medioevo, op. cit.* e Jauss, H.R., "Un approche médiévale: Les petits genres de l'exemplaire comme système littéraire de communication", in *La notion de genre à la Renaissance*, Editions Slatkine, Genève, 1984.

[30] Schmitt J-C, Le Goff, J., *L'exemplum*, *op. cit.*, cap. 1.

Quanto às diferenças apontadas entre o exemplo antigo e o medieval, no que diz respeito ao processo de persuasão, embora ambos se fundem no prestígio da história e do herói, fazem-no de modos diversos. Para os cristãos, a história é tida como prova de autenticidade enquanto o herói não tem importância por si mesmo, mas o exemplo é fornecido por sua história. Para os antigos, a história testemunha um passado que funda o presente e é mais glorioso que o presente, que está em um processo de decadência; o herói é tomado em si mesmo, o que está em questão é a sua qualidade[31].

No Renascimento, o sentido moral permanece, mas é de certo modo atenuado, uma vez que não mais se trata de um discurso diretamente religioso e voltado à salvação. Ao mesmo tempo, há a retomada da retórica em sua forma antiga, pois segundo Schmitt e Le Goff, a influência do exemplo antigo sobre o medieval, embora não seja nula, é limitada[32]. Os renascentistas buscam sua fonte de conhecimento nos antigos; segundo Kristeller, "o programa educacional humanista, os *studia humanitatis*, era formado pela gramática, retórica, história, poesia e filosofia moral, por meio da leitura e interpretação dos antigos escritores latinos e, em menor medida, dos gregos"[33]. Do ponto de vista dos estudos da história, significava, sobretudo, a leitura dos historiadores romanos, da qual era retirado um ensinamento moral[34]. A história e a filosofia moral eram associadas, por serem adequadas à preparação para o exercício de cargos públicos. Assim, podemos ler em Pier Paolo Vergerio[35] o seguinte preceito: "Mas retornemos à história, cuja perda é tanto mais grave pela grande utilidade e o grande deleite que apresenta o

---

[31] *Idem, ibidem.*
[32] *Idem, ibidem.*
[33] Kristeller, P., *Tradição clássica e Pensamento do Renascimento*, Lisboa, ed. 70, p. 17.
[34] Segundo Gaeta, isto compunha uma historiografia de exemplos, logo uma historiografia pragmática. A história podia assim cumprir seu papel de mestra da vida, com exemplos para louvar e condenar. O historiador era como o legislador, e o passado tornava-se uma espécie de mina pedagógica para um ensinamento moral ("Machiavelli storico", *op. cit.*, pp. 139 – 171).
[35] Segundo Garin, autor do mais completo exame de um plano dos estudos humanísticos: (1400-1402), *L'educazione umanistica in Italia*, Bari, Laterza & figli, 1949, p. 12.

conhecimento dos fatos ocorridos, uma vez que para quem tem nobre engenho e sobretudo para quem deve empenhar-se em atividades sociais e em funções de governo, convém conhecer a história e a filosofia moral. As outras disciplinas se chamam de fato liberais porque convêm aos homens livres, mas a filosofia é liberal no sentido que estudá-la torna livres os homens"[36]. Petrarca aponta a utilidade da história e a finalidade do historiador a partir do exemplo: "este de fato deve ser, se não erro, o frutuoso fim do historiador: expor aquelas coisas que os leitores devem seguir ou fugir, para que em uma parte e em outra haja cópias de exemplos ilustres"[37]. Também em Bruni podemos perceber a mesma concepção em relação ao exemplo histórico: "Penso assim acrescentar por primeiro aos estudos antes ditos o da história, dos quais os homens cultos não devem de modo algum se descuidar. Convém, de fato, conhecer a origem e os progressos da própria gente e as empresas na paz e na guerra dos povos livres e dos grandes reis. A noção do passado guia a prudência e o conselho e a semelhança dos acontecimentos nos exorta ou nos dissuade das empresas. E de onde mais, se não da história, poderíamos retirar abundância de exemplos com os quais ilustrar os nossos comentários"[38]. Garin observa em nota: "nota-se, nessa concepção de história - Bruni foi um historiador insigne -, que é proeminente a intenção moralista e o aspecto retórico".

A finalidade da história para os humanistas, como Bruni, Vergerio e Petrarca, é sua ação pedagógica; e embora Petrarca se refira aos "leitores", os que serão educados estão definidos pelos outros como os homens de "nobre engenho", os "homens cultos", os que devem "empenhar-se em atividades sociais e em funções de governo". Tomado neste sentido, o exemplo é principalmente um modelo de conduta a ser seguido, a ser imitado ou, ao contrário, a ser evitado. Difere, portanto, daquele sentido do exemplo como prova retórica, porque, no âmbito do julgamento, o

---

[36] *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adulescentiae*, in Garin, E., in *L'educazione umanistica in Italia*, *op.cit.*, p. 79.
[37] Petrarca, *De viris illustribus*, citado por Wilkins, E. H., *Da Vita del Petrarca*, trad. ital. di R. Ceserani, Milano, Feltrinelli, 1964, p. 328.
[38] *Humanitas Studia*, in Garin, E., *L'educazione umanistica in Italia*, *op. cit.*, p. 34.

exemplo tem uma função de provar alguma coisa por similitude, no sentido pedagógico deve provar que determinado modo de conduta é mais apropriado e deve ser seguido ou o contrário. Existem assim os bons exemplos e os maus exemplos. É a função moral que está enfatizada e, neste sentido, não só a semelhança entre os tempos justifica o exemplo, mas também a crença de que as virtudes se mantêm invariáveis, que as virtudes são as mesmas em todos os tempos e circunstâncias. Os exemplos concretizam as virtudes em ações ou modos de ser singulares, que podem ser positivos ou negativos.

O ensinamento moral pode ser considerado em uma relação de igualdade, na república, ou de sujeição, em uma monarquia. Na república, ele pode ser concedido de um cidadão mais experiente aos mais jovens, que embora neste momento não estejam ainda em condição de igualdade, estão sendo formados para tanto. Matteo Palmieri, na *Vida Civil*, expõe a finalidade desta educação: "para resumir, nós discutimos brevemente no primeiro livro como educar uma criança para tornar-se um cidadão eminente e nós guiamos esta criança por meio da educação liberal à maturidade do adulto. O segundo livro continua nossa discussão. Nele, não devemos aconselhar sobre quais passos uma pessoa deve dar na vida civil para se preparar para feitos notáveis e ações virtuosas. Devemos também mostrar como viver com prudência, moderação e constância — três dos principais princípios da integridade civil. Reservamos o terceiro livro para tratar da justiça, que é tópico de discussão mais elevado e nobre"[39]. Passando a um regime monárquico, o ensinamento moral é função de um inferior, o conselheiro ou o cortesão. No *Cortesão*, de Castiglione, o cortesão, além de ser o executor das ordens do príncipe, tem uma função educativa no aconselhamento de comportamentos morais ao príncipe, buscando melhorá-lo[40].

---

[39] Matteo Palmieri, *Vida civil* (traduzido para o inglês da edição crítica: *Vita civile*, ed. Belloni, Florença, 1982), in Cambridge Translation of Renaissance Philosophical texts, v.2, Cambridge University Press, 1997, p. 150. Tratado escrito entre 1431 e 1438.

[40] "O fim do perfeito cortesão, do qual até aqui não se falou, estimo que seja ganhar, por meio das condições atribuídas a ele por estes senhores, de tal modo a benevolência e o ânimo daquele príncipe a quem serve que possa dizer-lhe e sempre lhe diga a verdade de tudo o que lhe convenha saber, sem temor ou perigo de desagradá-lo; e sabendo a mente

Do mesmo modo que a cidadania depende de uma integridade civil que passa pelo aprendizado das virtudes, o ensinamento moral também é necessário ao príncipe em razão da idéia de que pela virtude o poder é exercido da melhor forma possível[41].

A finalidade do exemplo renascentista fornece um contraponto apropriado à do exemplo em Maquiavel. Retomando o que foi exposto, o exemplo é um instrumento retórico com objetivo persuasivo: exaltar as virtudes e condenar os vícios. O futuro assemelha-se ao passado e o paradigma do real pode sempre ser projetado no futuro como um exemplo de vida com valor perene. Os humanistas falavam dos exemplos do ponto de vista da educação. Para Palmieri[42], é possível obter um conhecimento verdadeiro ao analisar o passado que pode guiar a prudência, do mesmo modo que as virtudes, temperança, prudência, justiça e moderação, estão absolutamente estabelecidas.

O primeiro aspecto da dessemelhança desta posição com a de Maquiavel vem do que Newton Bignotto afirma ser a destruição, empreendida por Maquiavel, da crença humanista na exemplaridade do passado, no proêmio do segundo livro dos *Discorsi*[43]. Maquiavel afirma: "os homens louvam sempre, mas nem sempre com razão, os tempos antigos e acusam os presentes: e de tal modo são das coisas

---

dele inclinada a fazer uma coisa que não é conveniente, ouse lhe contradizer, e de modo gentil valer-se da graça adquirida com as suas boas qualidades para dissuadi-lo de toda intenção viciosa e induzi-lo ao caminho da virtude. E assim, tendo o cortesão em si a bondade, como lhe atribuíram estes senhores, acompanhada com a prontidão de engenho e amabilidade e com a prudência e conhecimento das letras e tantas outras coisas, saberá em toda ocasião oportunamente fazer ver ao seu príncipe quanta honra e utilidade surja para ele e aos seus da justiça, da liberalidade, da magnanimidade, da mansuetude e de outras virtudes que convêm a um bom príncipe. E, ao contrário, quanta infâmia e dano procedam dos vícios opostos a estes. Eu estimo que assim como a música, as festas, os jogos e outras condições prazerosas são como a flor, assim o induzir ou o ajudar o seu príncipe ao bem e afastá-lo do mal seja o verdadeiro fruto da cortesania"(*O Cortesão*, IV, 5).

[41]"Ao contrário de Maquiavel, Castiglione resolve a ação política em ações morais no sentido mais tradicionalmente cristão: assim, faz coincidir radicalmente o dever ser com o ser, enquanto a ação moral é declarada também perfeita e vantajosa ação política, no sentido que, se os príncipes seguirem a instrução ética do intelectual cortesão de modo integral, então conhecerão também fortuna política, serenidade e segurança do poder" (Squarotti, Giorgio B., *L'onore in corte, dal Castiglione al Tasso*, Milano, Franco Angeli, 1986, p. 73).

[42] Matteo Palmieri, *Vida civil* , *op. cit.*, p. 154.

[43] *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Ed. Loyola, 1991, p. 208.

passadas partidários que não apenas celebram aquelas épocas por eles conhecidos pela memória que os escritores deixaram; mas ainda aqueles que, sendo já velhos, se recordam de, na sua juventude, terem visto. E quando esta opinião é falsa, como no mais das vezes é, me persuado serem várias as razões que os conduzem a este engano" [44]. A crença dos antigos, compartilhada pelos humanistas, de que a história testemunha um passado que funda o presente e é mais glorioso que ele, é negada aqui por Maquiavel. A decadência do presente não é uma necessidade, mas uma circunstância manifesta, e como conseqüência o exemplo antigo não tem necessariamente um valor superior ao do moderno.

Isto não significa, no entanto, que ele negue a *virtù* dos romanos : "não sei, no entanto, se mereceria ser contado entre aqueles que se enganam, se nestes meus comentários eu louvar demasiado os tempos dos antigos romanos e condenar os nossos. E de fato, se a *virtù* que então reinava e o vício que hoje reina não fossem mais claros que o sol, eu seria mais cauteloso ao falar, duvidando não estar incorrendo neste engano do qual acuso alguns. Mas sendo a coisa tão manifesta que qualquer um a vê, serei ousado em dizer manifestamente aquilo que entenderei daqueles e de nossos tempos; para que as almas dos jovens que lerão esses meus escritos possam fugir destes e preparar-se para imitar aqueles, toda a vez que a fortuna lhes der a ocasião"[45]. O aspecto ao qual a passagem citada alude na figura dos "jovens que lerão estes meus escritos"[46] indica que para Maquiavel é mantida a função pedagógica da história. Para os humanistas, os exemplos são fonte de ensinamento, o que é formulado exatamente da mesma forma que Maquiavel o fez aqui, imitar a *virtù* e fugir do vício.

---

[44] *Discorsi*, II, proêmio.
[45] *Idem, ibidem.*
[46] Fazendo apenas uma breve observação sobre os destinatários dos escritos de Maquiavel, no *Príncipe* o ensinamento é oferecido do inferior ao superior, enquanto que nos *Discorsi* é uma troca entre iguais. São simultâneos, como foram simultâneas as escritas das duas obras, a posição republicana e a cortesã, sem que por isso tenha havido uma mudança no conteúdo do ensinamento.

Assim, embora mudem os modos de considerar e empregar os exemplos, a similitude entre eles não pode ter outro fundamento senão uma similitude mais ampla entre os tempos. Dois eventos só podem ser tidos por semelhantes ou contrários, mas comparáveis, se não houver outra diferença, mais profunda, que faça com que estes eventos pertençam a mundos diversos. Porque o mundo é o mesmo e sempre foi da mesma maneira, a identidade entre os tempos é mantida e os eventos "retornam", ainda que sob roupagens diferentes.

Acerca deste tema, Guicciardini é uma voz discordante quando afirma ser "falacíssimo julgar pelos exemplos porque se não são similares em tudo e por tudo não servem, pois qualquer mínima variação no caso pode ser causa de grandíssima variação no efeito, e o discernimento destas variações, quando são pequenas, requer um olho bom e perspicaz"[47]. Esta crítica pode ser referida à função clássica do exemplo como prova e à dificuldade de estabelecer corretamente as comparações, que Quintiliano não havia deixado de apontar. Entretanto, Guicciardini não se refere apenas a similitudes em que haja diferenças de natureza, como no caso do amigo e do navio, mas de proporção entre as coisas: "o quanto se enganam aqueles que a cada palavra alegam os romanos! Seria necessário ter uma cidade condicionada como era a deles e depois se governar segundo aquele exemplo, o qual para quem tem as qualidades desproporcionais e tão desproporcional quanto seria querer que um asno fizesse a corrida de um cavalo"[48]. A dificuldade da comparação está centrada não na ausência de similitude entre os fatos, mas no olhar. O "olho bom e perspicaz" reconhece sob as mudanças superficiais aquilo que é permanente e o que não é, pois a suposição de que há uma continuidade entre passado, presente e futuro é mantida: "as coisas passadas iluminam as futuras porque o mundo foi sempre de uma mesma maneira e tudo aquilo que é e será foi em outro tempo e as coisas mesmas retornam, mas sob nomes e cores diferentes: mas nem todos o reconhecem,

---

[47] Guicciardini, *Ricordi*, serie c, 117.
[48] *Idem*, serie c, 110.

apenas quem é sábio e observa e considera diligentemente"[49]. A posição de Guicciardini acerca da possibilidade de reconhecer estas semelhanças é bastante pessimista, pela raridade daqueles que possuem este olhar do sábio, capaz de realmente discernir o retorno das coisas. Guicciardini reconhece o que poderíamos chamar de princípio teórico da similitude do mundo e dos tempos e a grandeza de Roma. Mas, se Roma continua paradigmática e o mundo continua semelhante a si mesmo, contudo, a distância que separa Roma dos italianos modernos a torna inimitável.

Guicciardini é, assim, discordante e exemplar em sua discordância no que diz respeito à longa censura que Maquiavel irá fazer, na introdução aos *Discorsi*, ao modo como seus contemporâneos se relacionam com o passado. Ele considera que a honra que eles atribuiriam à antigüidade seria quase o que poderíamos chamar de estética, indiferente à totalidade do povo que criou a arte admirada. Mas é este o mesmo povo que nos mostra ações de grande *virtù*, sendo estas ignoradas: "considerando quanta honra se atribua à antigüidade e, como muitas vezes, deixando escapar infinitos outros exemplos, um fragmento de uma estátua antiga seja comprado por um preço muito alto, para tê-lo perto de si, distinguir a sua casa e poder fazer com que aqueles que se deleitam com aquela arte o imitem; e como estes se esforçam com toda indústria em todas as suas obras para representá-lo; e vendo, por outro lado, as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, que foram operadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, capitães, cidadãos, legisladores, e por outros que se sacrificaram por sua pátria, serem mais prontamente admiradas que imitadas, ou mesmo de tal modo evitadas, que daquela antiga *virtù* não nos restou nenhum sinal; não posso fazer com que ao mesmo tempo não me espante e doa"[50]. Assim, os humanistas provocariam uma inversão ao praticar a arte e admirar

---

[49] *Idem*, serie b, 114, ver também serie c, 76.

[50] A citação continua assim: "E tanto mais quanto vejo nas discórdias que nascem entre os cidadãos, ou nas doenças nas quais os homens são sujeitos, recorrer-se sempre àqueles juízos ou àqueles remédios que foram ordenados pelos antigos: porque as leis civis não são outra coisa senão as sentenças dadas pelos antigos jurisconsultos, os quais, reduzidos em

a ação. É nesse sentido que Maquiavel procura o diálogo com a história, recusando suas ruínas e recusando-a como ruína, perguntando porque é possível imitar a arte e não a *virtù*.

Mas Maquiavel também vê dificuldades na imitação, em razão da inflexibilidade humana, ou seja, sua incapacidade de mudar quando as circunstâncias indicam que isso é necessário. Assim a dificuldade não é do conhecimento, mas prática, pois mesmo sendo percebida a necessidade de agir de um modo e não de outro, devido às circunstâncias específicas do tempo, ele considera que "não há homem suficientemente prudente que saiba acomodar-se a isto, ou porque não consegue desviar-se da linha para onde se inclina sua natureza, ou porque, tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não pode admitir que se deva afastar dele"[51]. A existência de circunstâncias específicas faz com que os exemplos históricos não possam ser fixos. Não há um só meio de obter sucesso, e cada homem o obtém ou não segundo suas inclinações. Os homens são tomados como são e não como deveriam ser, assim como o mundo é como é e não como deveria ser; e os jovens são considerados por Maquiavel como naturalmente impetuosos[52]. Isto não invalida nem a concepção da similitude entre os tempos nem

---

princípios, orientam em seus julgamentos nossos jurisconsultos modernos. Nem ainda a medicina é outra coisa que as experiências feitas pelos antigos médicos, sobre as quais se fundam os médicos presentes e seus preceitos. Entretanto, na ordenação da república, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação do exército e na administração da guerra, no julgamento dos súditos, na expansão do império, não se encontra príncipe nem república que recorra aos exemplos antigos. O que creio que nasça não tanto da fraqueza à qual a religião atual conduziu o mundo, ou daquele mal que fez a muitas províncias e cidades cristãs um ambicioso ócio, quanto de não ter verdadeiro conhecimento da história, por não obter, lendo-a, seu sentido nem saborear o sabor que tem em si. De onde nasce que infinitos que a lêem, retirando prazer de ouvir aquela variedade de acontecimentos que ela contém, nem sequer pensam em imitá-la, julgando a imitação não só difícil, mas impossível"(*Discorsi*, I, proêmio).

[51] *O Príncipe*, 25.

[52]Podemos pensar neste contexto os quadros apresentados por Pietro Citati dos dois príncipes de Maquiavel. Um é o príncipe estudioso, prudente , imitador, filósofo e ator. O outro é o audacioso e jovem. Um secunda a Fortuna até cometer o primeiro erro; o outro se assemelha a ela e joga com ela "um estranho jogo amoroso" (Citati, Pietro, "I due principi do Machiavelli", in *Machiavelli nel V° centenário della nascita*, Massimiliano Boni Editore, Bologna, 1973, pp. 61-66).

a viabilidade do exemplo, mas evidentemente impõe obstáculos à eficácia do ensinamento exemplar.

A idéia de que o paradigma do real pode sempre ser projetado no futuro como um exemplo de vida com valor perene precisa ser matizado em função do caráter histórico que Maquiavel concebe no interior do próprio exemplo. Do ponto de vista do conhecimento, a apreensão do exemplo está vinculada à consciência das condições históricas que o tornaram possível, e ele não pode ser considerado isolado destas condições. Esta concepção pode ser observada com muita clareza nos exemplos que Maquiavel qualifica como exemplos grandíssimos, no sexto capítulo do *Príncipe*. Estes exemplos se referem aos grandes fundadores, Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, com o que se justifica a colocação da exemplaridade em termos mais respeitosos: "eu citarei exemplos muito grandes", "a tão altos exemplos eu quero acrescentar um exemplo menor". Com estes altos exemplos, Maquiavel demonstra, entretanto, que a *virtù* que os tornou aptos a realizar grandes feitos dependeu de condições específicas, numa relação de complementaridade: "e sem a ocasião a *virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria seguido em vão"[53]. A ocasião a qual ele se refere consiste não em uma circunstância fortuita, mas em uma situação histórica bastante complexa: "era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo. Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos Medas e estes debilitados pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua virtù se não tivesse encontrado os atenienses dispersos (...)"[54]. À qualidade do herói, que fundamenta o exemplo antigo, é necessário que se acresça a história para que se alcance a compreensão do exemplo.

De outra perspectiva, o que constitui a exemplaridade não se limita à ação virtuosa ou bem sucedida. Quando, no capítulo 14 de *O Príncipe*, Maquiavel apresenta os homens excelentes como responsáveis tanto por vitórias como por

---

[53] *O Príncipe*, 9.
[54] *Idem, ibidem.*

derrotas e afirma que ainda assim suas ações eram dignas de reflexão e imitação[55], ele afirma que as ações dos "homens excelentes" não são todas excelentes e que, portanto, sua excelência não provém de uma qualidade que faz com que todas as suas ações sejam dignas de imitação. A qualidade do homem não basta para garantir seu sucesso em todas as suas ações porque a *virtù* não é fixa. Se tradicionalmente o exemplo visa a exaltação da virtude e a condenação do vício, para Maquiavel, ao menos no que diz respeito às ações políticas, virtude e vício estão embaralhados. A *virtù* não é considerada por Maquiavel como um composto de qualidades fixas, como coragem, sabedoria, justiça, temperança, isto é, das virtudes cardeais, que, segundo a herança clássica, definem o homem de *virtus*. A *virtù* de um homem e a de um outro são compostas por qualidades diferentes, sendo possível possuir *virtù* de muitas formas, dependendo das muitas circunstâncias.

Deste modo, a *virtù* não é considerada um modo fixo de agir e também não pode ser relacionada necessariamente ao resultado final da ação. Isto justifica os exemplos de César Bórgia e Agátocles serem apresentados por Maquiavel como passíveis de imitação. Se César Bórgia era considerado um exemplo de *virtù*, nem por isso ele foi bem sucedido em seus propósitos[56]. Agátocles, por outro lado, não merecia ser considerado um homem excelente, mas suas ações merecem reflexão na medida em que soube se manter no poder empregando bem a crueldade. Este exemplo, que do ponto de vista moral é um contra-exemplo, é utilizado para aconselhar o príncipe, qualquer que seja, na condução do governo[57].

---

[55] "Quanto aos exercícios da mente, deve o príncipe ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das suas vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram sempre ter em mente; é o caso de Alexandre Magno, que imitava Aquiles, de César, que imitava Alexandre, e de Cipião, que imitava Ciro"(*O Príncipe*, 14)

[56] *Idem*, 7.

[57] "Falando sobre o primeiro modo [ascender ao principado por celerada e nefanda] se mostrará dois exemplos, um antigo e outro moderno, sem entrar porém no mérito da questão, porque eu julgo que baste, a quem fosse necessário, imitá-los"(*idem*, 8).

A conseqüência do caráter histórico do exemplo é a dependência, em sua aplicação, das condições históricas presentes. A consideração que Maquiavel faz da instabilidade das coisas humanas, que podem interferir no julgamento, e a definição de que a prudência guia a melhor ação possível, ou a menos pior das opções, demonstram a mobilidade em sua concepção do mundo. A imitação dos exemplos não garante a segurança da ação. Maquiavel, em sua única definição de prudência, afirma: "não se acredite que estado algum possa sempre tomar decisões seguras. Pelo contrário, deve-se sempre levar em conta que as decisões são todas dúbias, pois isto se inscreve na ordem das coisas, e não se consegue jamais escapar de um inconveniente sem recair em outro. Contudo, a prudência consiste em saber reconhecer a natureza dos inconvenientes e tomar os menos maus como satisfatórios"[58]. O reconhecimento da natureza dos inconvenientes é possível apenas pelo conhecimento de situações semelhantes e dos resultados das decisões tomadas, ou seja, pelo conhecimento da história. Daí a insuficiência do exemplo dos antepassados, heróis e grandes homens, como meio de combater a decadência, como Le Goff apontava em relação à concepção de história dos antigos.

Mas ao mesmo tempo em que Maquiavel aponta esta insuficiência, ele também indica a abertura para a imitação quando expõe sua visão do que seja a imitação: "os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações sobre essas imitações, embora não possam repetir tudo na vida dos imitados nem igualar sua *virtù*. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a

---

[58] *Idem*, 21.

mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com a flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo"[59]

Ao contrário da posição de Guicciardini que via na desproporção entre o modelo e aquele que busca imitá-lo um impedimento, o que consiste em uma objeção prática, Maquiavel explicita em sua concepção de imitação o fato de que as grandes ações, ainda que considerada uma certa desproporção, não estão fora do alcance dos homens menores. A imitação não é alvo, mas a operação de mirar. Isto significa que a intenção não é obter uma cópia da ação anterior, mas elevar a expectativa, a imitação é emulação. Ainda que os exemplos sejam de ações excepcionais, como os de Teseu e Moisés — os exemplos grandíssimos, como Maquiavel os denomina —, eles não necessariamente perdem a capacidade de ser representativos. A inclusão de um "exemplo menor", Hierão de Siracusa, demonstra que, embora as ações daqueles citados como grandíssimos exemplos sejam admiráveis, não estão isolados por sua grandeza como únicos testemunhos históricos de uma determinada ação. Maquiavel não considera que a desproporção impeça os homens de empreender ações semelhantes: "que ninguém tema, portanto, não conseguir o que foi conseguido por outros, porque os homens, como se disse na nossa introdução, nascem, vivem e morrem sempre segundo uma mesma ordem"[60].

---

[59] *Idem*, 6. Senellart comenta, a respeito dessa passagem, a inovação de Maquiavel ao utilizar uma imagem tradicional para articular uma definição racional de prudência e aponta suas diferenças em relação à doutrina medieval: "por um lado, o *uomo prudente* não encontra mais seu modelo em uma ordem preestabelecida, ele não pode se apoiar, para traçar sua rota, senão sobre a experiência de outro. Mas essa mesma é enganadora, 'pois não se pode seguir tudo nos caminhos dos outros'. Tradicionalmente ligada à imitação, a *arte*, dessa forma, torna-se invenção permanente. À simples visão do alvo, por outro lado, Maquiavel substitui o cálculo prudente (...) o ato prudente não se deduz apenas da percepção do alvo, mas da análise das variáveis que interferem entre a intenção e o objetivo. Os meios, em outros termos, são relativos ao fim — trata-se de atingir o alvo — mas eles não são determinados pelo fim 'mirar mais alto que o local destinado' que marca claramente o abandono, por parte de Maquiavel, de uma ontologia finalista em proveito de uma tecnologia empirista" (Senellart, *Les arts de gouverner, Du regimem médiéval au concept de gouvernement*, Paris, Éditions du Seuil, 1995, pp. 191-2).

[60] *Discorsi*, I, 9.

Todas as coisas humanas são possíveis aos homens e os exemplos são testemunhos desta possibilidade, uma vez que algo foi demonstrado ser factível, sempre o será. Fora do seu alcance e para os quais os exemplos não são de valia, estão apenas as ações divinas. No capítulo 26, Maquiavel menciona aquilo que não tem exemplo, o que não pode ser feito, o miraculoso: "aqui se vêem maravilhas sem exemplo ordenadas por Deus: o mar se abriu, uma nuvem revelou-vos o caminho, a pedra jorrou água, aqui choveu o maná e todas as coisas se reuniram para sua grandeza"[61].

Deste modo, ao mesmo tempo em que a imitação é sempre possível, as ações ilustres como os homens ilustres não são incondicionalmente exemplos ou modelos para o futuro. O que é agir com *virtù* em uma determinada circunstância não será em outra porque os tempos variam, sendo necessário adequar a ação aos tempos. Assim, a liberalidade, por exemplo, não é uma virtude a ser empregada independentemente de qualquer circunstância, mas a posição concreta em que se encontra o indivíduo deve interferir na escolha de sua conduta. Mais importante que a liberalidade de César são as condições que faziam com que fosse possível esta liberalidade, que a torna não um exemplo a ser seguido por todos, mas, ao contrário, uma circunstância específica. O valor do exemplo, deste modo, fica condicionado, como matéria de reflexão, às circunstâncias que o tornaram possível e, como imitação, às circunstâncias que podem fazer dele um alvo possível.

---

[61] *O Príncipe*, 26.

Quem quer ver aquilo que será, considere aquilo que foi

Há um capítulo nos *Discorsi* que ilumina de modo especial a relação entre pensamento político e história por referir-se a uma análise de um assunto no qual ambos estão, de certo modo, enfraquecidos. Trata-se do capítulo 5 do livro II dos *Discorsi*, que tem como título "*Che la variazione delle sètte e delle lingue, insieme con l'accidente de' diluvii o della peste, spegne le memorie delle cose*". No capítulo anterior[1], Maquiavel havia perguntado por que não havia quase mais memória dos antigos Toscanos (Etruscos), que haviam sido tão poderosos. Esta questão o leva a pensar sobre as causas do esquecimento, sobre as quais ele se propõe a discorrer no capítulo seguinte. O quinto capítulo é, deste modo, uma reflexão sobre uma questão política: a razão pela qual o poder de um povo se extingue e, com ele, a memória das ações deste povo.

O assunto das causas do apagamento da memória diz respeito a um dos momentos em que a história não pode dar as respostas ou argumentos necessários para o pensamento justamente porque foi apagada. Como se procurou mostrar, a história é o único fundamento seguro da razão, o que faz com que a ausência da história ou a incerteza quanto ao modo como ela aconteceu comprometa a possibilidade de construir um conhecimento válido. Por esta razão, este capítulo provê uma ocasião privilegiada para o exame dos limites entre história e pensamento político, uma vez que as relações entre verdade, história e razão são permanentemente colocadas em questão.

Maquiavel inicia o capítulo com duas afirmações contrárias sobre a possibilidade da eternidade do mundo: "aos filósofos que quiseram que o mundo

---

[1] *Discorsi*, II, 4.

fosse eterno, creio que se poderia replicar que, se tanta antigüidade fosse verdadeira, seria razoável que houvesse memória de mais que cinco mil anos; se não se visse como estas memórias dos tempos, por diversas razões, se apagam: das quais, parte vem dos homens, parte do céu"[2]. O primeiro argumento se ampara na ausência de memória de mais de cinco mil anos para justificar que o mundo não é eterno. O segundo, ainda que não negue que a memória não alcança mais que este tempo, afirma que esta ausência de memória não pode justificar a eternidade do mundo, pois a memória se apaga. Assim, não se pode fundamentar na pretensa memória de cinco mil anos o motivo pelo qual o mundo não possa ser eterno, conclusão que, de fato, fica implícita no texto.

No entanto, como Maquiavel concorda com o fato de que a memória está limitada a este período de tempo, caberá a ele sustentar as razões pelas quais não se pode afirmar que este período é coincidente com a duração do mundo. A partir deste momento, deixando então de lado outras considerações sobre a eternidade do mundo, ele irá discorrer sobre as causas humanas e celestes do apagamento da memória. Esta primeira parte do capítulo pode demonstrar o primeiro limite da história: se nós não temos a memória do que aconteceu ou se a memória é parcial, não podemos pedir que esta memória prove o que de fato não sabemos. De outro lado, a filosofia ou a razão demonstra sua insuficiência uma vez que não se pode afirmar a eternidade do mundo sem a memória, mas apenas supô-la.

Maquiavel considera que as causas humanas do apagamento da memória são as mudanças de língua e religião: o surgimento de uma nova religião apaga a religião anterior a ela. Este não é, evidentemente, um acontecimento que se realiza imediatamente, ou seja, o surgimento de uma nova religião não é a causa imediata do apagamento da anterior. A nova seita, isto é, uma nova religião para "*darsi riputazione*", busca extinguir a anterior, "e quando ocorre que os ordenadores da nova seita são de língua diversa, a apagam facilmente"[3], pois não precisam da língua

---

[2] *Idem*, II, 5.
[3] *Idem, ibidem.*

da seita anterior para escrever as novas leis. Este procedimento é pensado de modo político por Maquiavel: ele não atribui a extinção da seita gentia pela cristã a uma razão religiosa, mas a um procedimento político semelhante ao que ele afirma ser necessário para manter um principado conquistado, que consiste em extinguir o sangue do antigo príncipe[4]. Ou, ainda, pode ser aproximado do modo de ação das repúblicas, as quais, ao se expandirem, extinguem os outros Estados: "e de todas as servidões duras, é duríssima aquela que te submete a uma república: uma das razões é porque a da república é mais duradoura e não se pode esperar sair dela, a outra é porque a finalidade da república é desnervar e enfraquecer todos os outros corpos, para acrescer o seu corpo"[5].

Trata-se, no caso das seitas, de um raciocínio geral que será demonstrado pelo exemplo do procedimento dos cristãos contra os gentios, exemplo histórico e conhecido somente porque a língua não mudou ao mesmo tempo em que a religião. Ou seja, porque o procedimento não foi completado, este exemplo permaneceu como testemunho do que acontece com o surgimento de uma nova seita. A conclusão, retirada do exemplo, é utilizada para formular uma outra hipótese: "é de crer, portanto, que aquilo que quis fazer a seita cristã contra a seita gentia, a gentia tenha feito contra a que havia antes dela". As variações de seitas, que acontecem duas ou três vezes no período de cinco ou seis mil anos, são fatores de esquecimento do que ocorreu antes, o que faz com que toda história anterior seja considerada falsa. A conclusão retirada é cautelosa, "é de crer", mas ainda assim temos a tentativa de estabelecer uma regra geral a partir da memória existente. Assim, uma vez que a seita cristã tentou apagar a memória da seita gentia — o que não foi possível porque o latim permaneceu, mantendo a memória dos gentios —, podemos conceber que este tenha sido o procedimento desta seita em relação a outras anteriores. O que leva Maquiavel a chegar a esta conclusão é a suposição de que todas as seitas agem de uma mesma maneira, apagando a memória das anteriores. Assim, ele apóia-se em

---

[4] *O Príncipe*, 3.
[5] *Discorsi*, I, 2.

um fato histórico — o fato conhecido de que o cristianismo buscou o esquecimento da seita gentia — para concluir que houve uma seita antes da gentia.

Deste modo, mesmo na ausência de conhecimento histórico, a história tem uma função: é pelo exemplo do que aconteceu com a religião dos antigos que Maquiavel pode supor a provável recorrência de acontecimentos como estes. A história não pode aqui ser a comprovação absoluta do que ele afirma porque é justamente sua ausência que o leva a crer que houve um apagamento da história. Seguindo a história até onde a memória permite, é possível retirar conclusões sobre o que não está escrito, a partir do que aconteceu depois. Assim, história e pensamento político se amparam mutuamente, garantindo, quando não é possível o pleno conhecimento dos acontecimentos, um conhecimento histórico confiável.

No entanto, a afirmação de que o que uma seita fez tenha sido feito pela anterior não é clara por si mesma, ou seja, esta repetição do procedimento não é necessária sem que haja algo que justifique a idéia de que existe uma repetição. A afirmação da possibilidade de interpretar os acontecimentos históricos com base na suposição de que existe uma recorrência dos acontecimentos se origina exatamente da mesma concepção que sustenta a eficácia do exemplo no pensamento tradicional, ou seja, que existe uma similaridade entre os tempos. Contudo, para a construção de sua concepção de história, Maquiavel deverá ir além da similaridade.

Uma forma pela qual Maquiavel fundamenta a concepção de história, segundo a qual os acontecimentos presentes e passados são portadores de uma verdade efetiva e válida em todos os tempos, é a crença na regularidade do comportamento humano. Os homens não se alteram com os tempos, o que faz com que tudo o que aconteceu no passado encontre correspondência no presente e, conseqüentemente, no futuro: "quem quer ver aquilo que será, considere aquilo que foi; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, sempre têm a própria correspondência com os tempos antigos. O que ocorre porque, sendo aquelas

operadas pelos homens, que têm e tiveram sempre as mesmas paixões, convém necessariamente que surtam o mesmo efeito"[6].

Embora Maquiavel não tenha escrito um tratado das paixões, há indicações em sua obra de algumas características dos homens que influenciam seu comportamento. Dentre as paixões as quais ele se refere, a de maiores conseqüências políticas é a ambição: o desejo natural pela conquista[7] e a busca pela glória e riquezas[8]. Assim, as paixões são causa das "coisas do mundo" e seu conteúdo é o desejo de conquista, de aquisição de glória e de riquezas. Estes desejos são, ademais, insaciáveis: "é opinião dos antigos escritores que os homens costumam afligir-se no mal e entediar-se no bem; e que de uma e de outra destas duas paixões nascem os mesmos efeitos. Porque toda vez que é tolhido aos homens combater por necessidade, combatem por ambição, a qual é tanto mais potente nos peitos humanos que nunca, a qualquer grau que ascendam, os abandona. A razão é que a natureza criou os homens de modo que podem desejar qualquer coisa e não podem conseguir toda coisa: de modo que, sendo sempre maior o desejo que a potência de adquirir, disto resulta o descontentamento com o que se possui e a pouca satisfação com isso. Disto nasce a variação da fortuna deles: porque desejando os homens, em parte ter mais, em parte temendo perder o adquirido, surgem as inimizades e a guerra, da qual nasce a ruína daquela província e a exaltação daquela outra"[9]. A inquietude, a necessidade constante de movimento faz com que eles desejem constantemente mudar sua condição, e assim a ambição é uma paixão que causa a instabilidade das "coisas do mundo": "os homens desejam coisas novas, tanto que assim desejam na

---

[6] *Idem*, III, 43.

[7] "É, de fato, uma coisa muito natural e comum o desejo de conquistar; e sempre , quando os homens o realizam, merecem ser louvados e não reprovados; mas quando não podem e querem fazê-lo de qualquer modo, neste casto estão errados e devem ser recriminados"(*O Príncipe*, 3).

[8] Porque se vê os homens, nas coisas que os conduzem aos fins que perseguem, isto é, glória e riquezas, agem de maneiras diversas: um com timidez, outro com impetuosidade; um com violência, outro com arte; um com paciência, outro com o contrário; e cada qual, por meio desses vários modos, poderá alcançar sucesso" (*O Príncipe*, 25).

[9] *Discorsi*, I, 37.

maior parte das vezes novidades aqueles que estão bem assim como os que estão mal: porque, como outra vez se disse, e é verdade, os homens se entediam no bem e no mal se afligem"[10].

Mas as paixões humanas não são as únicas geradoras de movimentos na história, uma vez que nem tudo está sob o controle humano. Maquiavel afirma que os homens não governam inteiramente as coisas do mundo e que metade está em seu poder e a outra metade nas mãos de Deus ou da fortuna[11], de qualquer forma, fora de seu controle. Assim, a história tem duas formas de condução que seguem paralelas, ainda que se entrecruzem: uma sob o domínio dos homens e suas paixões, outra, fora de seu controle, e ambas imprimindo movimento na história. Ou seja, não é somente a fortuna que, com o movimento da roda, provoca a ascensão e a queda, mas as próprias paixões humanas forçariam um movimento de instabilidade no mundo. Consideradas as relações de causa e efeito desta maneira, nada existe de estável no mundo, em razão do contínuo movimento causado pelas paixões, bem como aquele causado pela fortuna.

Entretanto, os homens não se resumem apenas às suas paixões e é preciso fazer uma distinção entre a idéia de paixões humanas e a de controle humano. As paixões não controlam, mas agem; o controle é dado pela *virtù* e pela prudência[12]. Isto acrescenta um outro elemento à consideração acerca da condução da história, pois os homens têm capacidades que diminuem a incontornável instabilidade das "coisas do mundo". Os homens podem agir de acordo com suas paixões ou buscar controlar a instabilidade. No primeiro caso, eles reproduzem a instabilidade; no segundo, podem tentar evitá-la ou adiá-la.

Dito de outro modo, a pergunta é pelo que dá inteligibilidade à história. Se a resposta for que o conhecimento da história ancora-se na suposição da regularidade

---

[10] *Idem*, III, 21.
[11] *O Príncipe*, 25.
[12] A fortuna "demonstra sua força onde não encontre uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe e volta seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques e barreiras para contê-la" (*idem*, *ibidem*).

do comportamento humano através dos tempos, que é causado pela invariabilidade das paixões, cria-se um problema porque o conhecimento das paixões do homem prescinde da dimensão temporal. A questão pode ser posta em outros termos: por que investigar o passado se o conhecimento tem a sua disposição no presente as paixões a partir das quais se pode conhecer o que é[13]. A idéia de considerar o que foi seria apenas ilustrativa e nada acrescentaria ao verdadeiro conhecimento, o das paixões. Esta consideração enfraqueceria a história, colocando toda a importância nas paixões. Se assim for, a história pode ser considerada apenas como ilustrativa, uma espécie de galeria de momentos nos quais podemos ver as paixões agindo e manifestando seus efeitos.

Quando Maquiavel estabelece uma relação de causa e efeito entre as paixões e aquilo que acontece, é possível conceber que o processo de conhecimento pode ir do conhecimento das coisas do mundo para as paixões ou, ao contrário, das paixões para as coisas do mundo, isto é, das causas para os efeitos ou dos efeitos para as causas. A história ensina porque existe uma regularidade no comportamento humano proveniente do fato das paixões surtirem sempre os mesmos efeitos, o que poderia ser comprovado pelo conhecimento da história. Considerar, porém, que a suposição da regularidade do comportamento humano antecede a investigação da história, e que é nesta investigação que se pode comprovar esta regularidade para, a partir dela, refletir sobre o presente tendo o conhecimento do passado como guia, parece ser um processo circular.

Deste modo, se o que causa os acontecimentos são as paixões, a razão pela qual é preciso considerar o passado para compreender o presente não está clara. Portanto, o problema reside justamente na necessidade da investigação diacrônica, uma vez que, a princípio, a sincrônica seria suficiente. Mais do que isso, os acontecimentos dizem respeito ao que é particular e, se estiverem apenas relacionados às paixões e à instabilidade dos tempos, não há nenhuma ordem

---

[13] O que levaria Maquiavel a um universo muito próximo ao hobbesiano.

histórica a ser percebida, a história seria apenas instabilidade. Por outro lado, o acréscimo da idéia de *virtù* como um elemento de controle que possibilita aos homens a realização de grandes feitos faz com que Maquiavel permaneça na tradição clássica do *exemplum*. Nesta concepção há uma negação da história, pois o que ela lega de positivo são os exemplos dos antepassados, heróis e grandes homens, como modelos que exaltam as virtudes.

Portanto, se fosse considerada deste modo, a história não revelaria o tipo de ordem que parece existir quando Maquiavel apresenta os processos de revigoramento das instituições, as expansões ou retrações dos Estados como recorrentes na história dos povos. São estes movimentos recorrentes que tornam possível a construção de um saber que não considera os fatos históricos meramente como eventos particulares e que, portanto, em contraposição a um saber universal, não revelariam qualquer verdade. Por sua inserção em movimentos recorrentes, os acontecimentos assumem a regularidade e a necessidade exigidas de um conhecimento que se pretende verdadeiro.

Uma vez que o Estado apresenta movimentos recorrentes, é justamente ao pensar os homens no Estado que é possível ultrapassar a visão dos acontecimentos e compreender a regularidade. Os efeitos de instabilidade que provocam a ambição humana não podem, portanto, ser concebidos como inevitáveis, pois além da prudência e da *virtù*, que podem contê-los de algum modo, na medida em que a ambição age dentro do Estado, ela é ou pode ser submetida ao controle das leis. A perspectiva de Maquiavel é que não é possível contar apenas com a capacidade humana de autocontrole para impor barreiras aos efeitos do insaciável desejo humano por novidades: "nota-se (...) quão facilmente os homens se corrompem e se tornam de natureza contrária, ainda que bons e bem formados, considerando o quanto aquela juventude que se reuniu em torno de Appio começou a ser amiga da tirania pelo pouco de utilidade que ela lhe proporcionava, e como Quinto Fábio, um dos segundos decênviros, cego por um pouco de ambição, e persuadido pela malignidade de Appio, mudou os seus bons costumes em péssimos e tornou-se

semelhante a ele. O que bem examinado, fará mais prontos os legisladores das repúblicas e dos reinos a frear os apetites humanos, e lhes tolher qualquer esperança de poder errar impunemente"[14]. As paixões, por si mesmas, são anteriores à política, mas os homens, quando pensados no Estado — e Maquiavel não o faz de outro modo —, são constituídos a partir dos costumes e das leis, dos quais são, ao mesmo tempo, construtores. Por isso não se pode considerar os homens isolados, mas em sua interação entre si e com uma ordenação.

Mas se a observação dos efeitos das paixões no Estado mantém o homem como centro da discussão, é preciso considerar que o Estado, ainda que seja primariamente composto por homens, não é visto por Maquiavel como uma somatória de homens, mas como um todo cindido em dois desejos ou humores conflitantes. Esta cisão, entre poderosos e povo, é bem conhecida[15] e se estende por toda sua obra[16]. O desejo dos nobres é o de dominarem e o desejo do povo é o de não ser dominado, desta contraposição de desejos revela-se um outro: "e sem dúvida, se se considera o fim dos nobres e dos não nobres, se verá naqueles um desejo grande de dominar e nestes apenas o desejo de não ser dominado e, por conseqüência, maior vontade de viver livre"[17]. Por esta observação, Maquiavel transfere a atenção das paixões humanas para estes dois desejos, também eles humanos, mas que não podem ser compreendidos nem fora do Estado, nem de um ponto de vista individual.

---

[14] *Discorsi*, I, 42.

[15] A principal referência quanto a este tema nos é dada pelo trabalho de Claude Lefort, que tem a diferença entre as classes como o centro de sua análise da obra de Maquiavel (*Le travail de l' oeuvre. Machiavel, op. cit.*, 1972).

[16] "Pois, em todas as cidades, existem dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto que os grandes desejam comandar e oprimir o povo"(*O Príncipe*, 9). Nos *Discorsi*, ele afirma: "existem em todas as repúblicas dois humores diversos, aquele do povo e aquele dos grandes"(I, 4). Do mesmo modo, na *História de Florença*, "permaneceram acesos aqueles humores que naturalmente costumam existir nas cidades, entre os poderosos e o povo; porque o povo, desejando viver sob as leis, e os poderosos querendo comandá-las, não é possível que se entendam"(II, 12)

[17] *Discorsi*,I, 5.

É possível, então, refazer a questão inicial, da razão pela qual acontecimentos presentes e passados são portadores de uma verdade efetiva e válida em todos os tempos ao considerar não mais as paixões humanas, mas esta totalidade complexa que é o Estado cindido em dois humores. A compreensão do passado não pode mais ser apenas fruto da reflexão sobre as paixões, deslocando-se para a contraposição entre os dois humores: "e se conhece facilmente, para quem considera as coisas presentes e as antigas, como em todas as cidades e em todos os povos há os mesmos desejos e os mesmos humores, como foram sempre. De modo que é fácil para quem examina com diligência as coisas passadas, prever em toda a república as futuras, e aplicar aqueles mesmos remédios que foram usados pelos antigos, ou, não encontrando os usados, pensar em novos pela similitude dos acidentes"[18]. A idéia de "considerar aquilo que foi para ver o que será" é então redimensionada por esta concepção do que vem a ser a natureza do Estado..

Portanto, em função do deslocamento da reflexão sobre a história do homem para o Estado, o termo "movimento" pretende aqui exprimir a mudança da consideração dos acontecimentos de modo isolado para a de sua inserção no percurso da República, o que confere inteligibilidade à história. Esta mudança pode ser percebida no comentário que Maquiavel faz, nos *Discorsi*, da narrativa de Tito Lívio acerca das divergências entre a plebe e os cônsules e senadores em razão da cobrança de dívidas[19]. Tito Lívio relata que a plebe defendia os devedores que eram levados à justiça com gritos e violência e que, em razão destas divergências, ninguém se apresentou ao alistamento para a guerra contra os sabinos[20]. Os acontecimentos se sucedem, a plebe por fim se alista[21], e mais tarde, ainda não resolvidos os conflitos internos, se retira para o monte Sacro[22]. A situação apenas se pacifica quando é decidido que a plebe teria magistrados próprios e são nomeados

---

[18] *Idem*, I, 39.
[19] *História de Roma*, V, 27-33.
[20] *Idem*, II, 27.
[21] *Idem*, II, 30.
[22] *Idem*, II, 32.

dois tribunos da plebe[23]. Esta seqüência de acontecimentos, narrada por Tito Lívio em sete capítulos, é condensada por Maquiavel nos *Discorsi* nos seguintes termos: "quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas antes ditas [gritar contra o Senado, fazer tumulto nas ruas, fechar as lojas, saírem todos de Roma], ou não queria dar o nome para ir à guerra, de modo que, para aplacá-lo, era preciso de algum modo satisfazê-lo"[24]. Os acontecimentos são aqui elevados a um outro nível na medida em que Maquiavel os lê, por um lado, como resultantes da desunião entre o povo e os grandes, que existe em todas as repúblicas, e por outro, como causa da liberdade: "eu digo àqueles que reprovam os tumultos entre os nobres e a plebe, me parece que condenam aquelas coisas que foram a causa primeira da manutenção da liberdade de Roma"[25]. Os acontecimentos narrados por Tito Lívio são vistos por Maquiavel como representativos do modo como a desunião se manifesta, mas a desunião em si mesma não é redutível a acontecimentos pontuais. Por esta visão, que considera os efeitos da desunião ao longo do tempo, os acontecimentos são entendidos como inseridos em um movimento que, no caso de Roma, direciona o Estado, causando a liberdade.

Uma vez que para Maquiavel é fundamental a comparação entre os tempos, esta forma de conhecimento que parte dos movimentos do Estado parece mais abrangente e mais adequada à maneira pela qual ele desenvolve seu pensamento, o qual depende necessariamente da análise histórica. Entretanto, sua adoção imediata poderia implicar a desconsideração das paixões. Assim, além do desenvolvimento destas duas formas de conhecimento da história, pelas paixões e pelos movimentos do Estado, permanece a questão de como elas se relacionam e se podemos deduzir a recorrência dos movimentos da regularidade do comportamento humano ou se há uma complementação entre as duas formas, pela inserção de outro fator além da regularidade que seja igualmente definitivo para a existência destes movimentos. A

---

[23] *Idem*, II,33.
[24] *Discorsi*, I, 4.
[25] *Idem*, I, 4.

questão aqui parece ser definir qual é o ponto de partida, o conhecimento dos movimentos da história ou o conhecimento das paixões. No entanto, considerando-se o que se disse acima acerca de que todo o conhecimento sobre os homens deve ser obtido no interior do espaço estatal, concebe-se que as paixões agem dentro do Estado. E se este espaço compreende movimentos mais amplos que os da ação humana individual, as paixões estão compreendidas nestes movimentos, razão pela qual o conhecimento dos movimentos do Estado precede aquele das paixões.

Todas as coisas do mundo têm o término de sua vida

Quando foi discutida a relação entre paixões e movimentos, estava em questão qual era a forma de conhecimento pelo qual Maquiavel desenvolvia sua análise histórica. Suposto que os acontecimentos são desencadeados por paixões, ainda assim não seria possível limitar a compreensão da história à observação dos acontecimentos isolados, sob pena de recair no que foi expresso como sendo uma galeria de exemplos. Além do mais, a dificuldade de isolar estes acontecimentos no texto interdita esta forma de leitura, pois dificilmente encontra-se um acontecimento nos textos de Maquiavel que não seja analisado como inserido em um movimento. Por esta razão, a análise dos movimentos do Estado não é uma opção, mas uma imposição da perspectiva histórica de Maquiavel.

A fonte para analisar o movimento do Estado está nos *Discorsi*, uma vez que *O Príncipe* não nos possibilita inteiramente ter a visão dos processos necessários do curso do Estado, pois diz respeito a um momento em que a ocasião se apresenta e a ação humana assume o seu maior poder, a fundação do Estado. É na leitura dos *Discorsi*, por se tratar da análise de um processo completo, como o de Roma, que podemos ver o processo histórico em sua inteireza. A Itália é herdeira de Roma por um lado, mas, por outro, é um projeto de Estado novo, em que as possibilidades estão abertas. No percurso da história de Roma, que é o objeto dos *Discorsi*, se vê a imagem acabada da necessidade; no *Príncipe*, a abertura para a liberdade.

O curso da existência singular de um Estado pode ser dividido em três períodos de tempo distintos que coexistem, determinando por sua composição a direção deste curso. Em primeiro lugar, há o tempo mais longo, da inteira existência do Estado, ou seja, o período de tempo transcorrido entre sua fundação e sua queda. Em contraposição a este tempo longo, existe o tempo da vida humana: a existência

individual daqueles que compõem o Estado. Estas duas existências são finitas pois, assim como os homens, os Estados têm um tempo de vida. Entre estes dois tempos e, portanto, no interior da existência do Estado, existe uma outra forma de temporalidade que não pode ser pensada nos mesmos termos da existência humana ou do Estado. O Estado não é redutível aos indivíduos que o compõem, mas comporta, por um lado, uma cisão entre dois desejos ou humores que, por serem contrários, ocasionam um conflito, e por outro lado, uma ordenação. A temporalidade tanto da ordenação como do conflito não pode ser pensada da mesma forma que a dos corpos simples ou dos corpos mistos. Tanto porque nesta temporalidade não tem lugar a questão da mortalidade dos corpos como porque a ordenação e o conflito são submetidos a uma duração que, ao mesmo tempo em que não alcança a da inteira existência do Estado, não pode ser limitada à dos homens.

O tempo do Estado, embora indeterminado em sua duração, permite conceber uma delimitação histórica pela noção de que tem um início e um fim necessário, fornecendo, portanto, os limites dentro dos quais tudo o que concerne o político pode ser pensado. Apesar da duração do Estado ser afetada pelo que ocorre dentro de seus limites, a própria existência destes limites faz com que este tempo possa ser o melhor compreendido a partir deste critério. Os outros dois tempos que são abarcados no interior destes limites, em contrapartida, se entrecruzam de tal maneira que a duração temporal nem sempre é suficiente para distingui-los. O conhecimento do curso do Estado abrange o conhecimento destes três tempos e aponta para a percepção de que quanto mais longo o período de tempo considerado, menor é a capacidade humana de alterá-lo significativamente em sua existência singular. Assim, esta divisão da história do Estado permitiria também distinguir aqueles momentos nos quais é ou não possível que o conhecimento possa ser um instrumento para interferir na história. Pois, embora Maquiavel não faça formalmente esta divisão, é possível percebê-la na forma como ele reflete sobre o Estado e as possibilidade da ação humana. Nesta parte, serão tratados os dois primeiros tempos, o do Estado e o dos homens.

O período de tempo que perfaz toda a existência do Estado, de seu início à sua queda, é guiado pela necessidade e se aproxima da imagem do corpo. Os Estado (repúblicas ou reinos) e as religiões são denominados por Maquiavel como *corpi misti*[1], em oposição aos *corpi semplice*, que são os indivíduos[2]. A necessidade significa que o Estado, como todo corpo, tem um término na sua existência, e nada pode impedir que isso ocorra. Estes corpos sofrem, assim, a mesma necessidade que os corpos humanos: "é de muita verdade que todas as coisas do mundo têm o término de sua vida"[3]. Mas, assim como nos corpos humanos, a determinação da finitude responde pela morte, não pela vida do Estado. Sua existência pode ser saudável ou doentia, vigorosa ou frágil, longa ou efêmera. Ainda falando das "coisas do mundo", se referindo aos corpos mistos, ele afirma: "mas aquelas que seguem o curso que lhes é ordenado pelo céu, geralmente, não desordenam seu corpo, mas o tem ordenadamente, ou não se alterando ou, se se altera, é para a saúde e não para o prejuízo. E porque eu falo dos corpos mistos, como são as repúblicas e as seitas, digo que as alterações para a saúde são as que reconduzem aos seus princípios. E aquelas que são mais bem ordenadas têm mais longa vida, são as que mediante suas ordenações podem renovar-se muitas vezes ou que, por qualquer acidente fora da ordem dita, vem a dita renovação"[4]. A imagem do corpo é utilizada de modo coincidente em todos os pontos, sobretudo quando se tem em vista as noções da medicina hipocrática que prevaleciam na época. O corpo depende, para que seu curso seja completo, da saúde, que é o equilíbrio dos humores, que pode sofrer alterações devidas a acidentes e precisa, então, ser reequilibrado para que siga normalmente[5]. O equilíbrio dos humores em uma república depende da sua

---

[1] *Discorsi*, III, 1.
[2] *Idem*, II, 5.
[3] *Idem*, III, 1.
[4] *Idem*, III, 1.
[5] "Todas as coisas têm uma *physis* ou natureza própria universal em sua distribuição, mas particular em cada ser, em especial para o homem e cada uma de suas partes. Desta *physis* surge o estado de harmonia ou saúde, quando sua função é ordenada e justa e é ela mesma

ordenação ou da renovação, que é o retorno aos princípios. O texto prossegue: "e é coisa mais clara que a luz que, não se renovando, estes corpos não duram. O modo de renová-los é, como foi dito, reconduzi-los em direção aos seus princípios. Porque em todos os princípios das seitas e das repúblicas e dos reinos convém que haja em si alguma bondade, mediante a qual recuperam a reputação primeira e seu primeiro crescimento. E porque, no processo do tempo, esta bondade se corrompe, se não intervém algo que a reconduza às condições iniciais, necessariamente morre este corpo"[6].

Do mesmo modo que o corpo natural que, por melhores que sejam sua saúde e os cuidados de que dispõe, não pode pretender à imortalidade, nenhuma ação humana pode impedir o término do Estado, que é insuperável. Não é alguma coisa exterior ao Estado que se corrompe: não é o tempo que corrompe, o Estado corrompe a si mesmo no tempo, assim como o corpo sofre um processo degenerativo no decorrer do tempo. Uma das formas pelas quais expressa a necessidade do fim do Estado é utilizar a imagem da doença, pela referência ao remédio: "porque a desordens semelhantes que nascem nas repúblicas não se pode dar remédio certo, segue-se que é impossível ordenar uma república perpétua, porque por mil vias inopinadas se causa sua ruína"[7]. Como o corpo, o Estado se degenera e, de muitas formas diferentes, alcança seu fim.

É precisamente porque é uma criação humana que o Estado está sujeito ao processo de ascensão e queda que regula todas as coisas humanas e, portanto, à

---

que corrige a desordem do corpo de modo racional durante a doença. Por isso não se pode falar de doenças divinas ou humanas, apenas de desordens da *physis*. Ainda que a característica da *physis* seja a sua capacidade de regulação por si, pode ser alterada por obra do homem, de onde Hipócrates considerou que a função primordial do médico era conhecer tecnicamente a *physis* dos enfermos e, mediante o domínio da arte, ajudá-la para que restabeleça sua harmonia. Para isso teria de utilizar os sentidos, raciocinar com inteligência sobre os fatos observados e empregar com destreza os recursos terapêuticos" (Guerra, Francisco, *Historia de la Medicina*, Madri, Ediciones Norma, 1989, p. 135).

[6] *Discorsi*, III,1.

[7] *Idem*, III, 17.

necessária finitude[8]. A inevitável finitude do Estado é constantemente lembrada nos *Discorsi* por meio do termo "*rovina*". De fato, a ruína dos Estados e suas causas são questões tratadas com mais freqüência do que a grandeza, a estabilidade e o equilíbrio e os meios de obtê-los. Isso levaria a pensar que a doença é uma questão mais importante que a saúde, mas se as causas da ruína são muitas, refletir sobre elas não é mais importante do que pensar sobre as causas da grandeza. De fato, são questões correlatas, uma vez que Maquiavel considera que se uma república não está indo no rumo da grandeza isto significa que estará no da sua ruína. Ou ainda, ela se arruína se não estiver ordenada de modo a suportar sua própria grandeza: "mas estando todas as coisas dos homens em movimento, e não podendo estar firmes, convém que subam ou que desçam; e a muitas coisas que a razão não te induz, te induz a necessidade. De tal forma que, tendo ordenado uma república apta a manter-se, não a se ampliar, e a necessidade a conduzindo a ampliar, os seus fundamentos seriam solapados, e se arruinaria prontamente. De outro lado, quando o Céu lhe fosse benigno e ela não precisasse fazer a guerra, nasceria ali que o ócio a faria ou efeminada ou dividida, e as duas coisas juntas ou cada uma por si, seriam razões de sua ruína. Portanto, não se podendo, como eu creio, equilibrar isto, nem manter esta via do meio, é preciso, na ordenação da república, tomar o partido mais honroso, e ordená-la de modo que quando a necessidade a induz a ampliar, ela pudesse, o que quer que tenha ocupado, conservar"[9].

Embora esta seja necessariamente finita, a ação humana tem o poder de intervir dentro deste limite. Os homens ocupam, assim, uma dupla posição: eles o integram e, ao mesmo tempo, são os responsáveis por sua manutenção. Disto deriva

---

[8]Segundo Burke, a noção do Estado como organismo faz com que o declínio seja visto "como um fenômeno natural, mais natural, de fato, do que a estabilidade e que, conseqüentemente, não precisa praticamente ser explicado. Não são todos os assuntos humanos essencialmente transitórios? Maquiavel observa que, 'uma vez que a natureza não permitiu que as coisas mundanas permanecessem imóveis, quando atingem sua perfeição final, já não têm para onde subir e por isso têm que descer' (*História de Florença*, IV, 1)." (Peter Burke, "Tradição e experiência: a idéia de declínio, de Bruni a Gibbon", in *O mundo como teatro*, Lisboa, Difel, 1992, p. 210).

[9] *Discorsi*, I, 6.

a defesa que Maquiavel faz da república, pois "uma república tem maior vida e mais longamente boa fortuna que um principado, porque ela pode melhor acomodar-se à diversidade dos tempos pela diversidade dos cidadãos que há nela, o que não pode um príncipe"[10]. Embora o Estado, como corpo misto, tenha uma existência mais extensa que a dos indivíduos, são estes que, em suas existências singulares, imprimem a vitalidade que o mantém e, na república, esta vitalidade pode vir do conjunto dos cidadãos, o que limitaria, no principado, a vida do Estado. Assim, no interior do primeiro tempo, visto que ele abrange toda a duração de existência do Estado, se inserem os outros dois, pelas ações dos indivíduos que causam ou impedem o desenvolvimento dos processos que afetam a direção e a duração do Estado.

No extremo oposto do tempo do Estado, está o tempo dos homens, que corresponde aos tempos singulares que compõem a existência do Estado. Por ser o mais aberto à liberdade humana, fragmenta-se em uma multiplicidade de ações que interagem com os outros dois tempos[11]. Nele se inserem, também, as ações humanas de criação de instituições que regulam o Estado, tanto em sua fundação como na renovação. Deste modo, os resultados destas ações podem ser duradouros, até

---

[10]*Idem*, I, 9.

[11]Horkheimer interpreta esta liberdade a partir de seus condicionamentos: "Machiavel deixou à atividade humana uma margem de liberdade no interior da qual as decisões da vontade podem influenciar o curso da natureza e da sociedade. Há nos homens alguma coisa de irredutível aos fatores naturais, uma faculdade que se deve atribuir a uma força que transcende a natureza, a um absoluto, a uma graça ou a um livre-arbítrio? Contrariamente às correntes protestantes, o pensador da Renascença respondeu pela negativa a esta interrogação. Quando Machiavel divisa a possibilidade de tomar decisões livres, ele não subtende de nenhuma forma uma instância exterior ao curso da natureza; a vontade é tão condicionada por fatores naturais, os instintos, as tendências naturais contra as quais ninguém pode agir como a queda de uma pedra é determinada por seu peso. Ainda que ela não seja fundada nem desenvolvida, já se encontra em Maquiavel a idéia filosófica da inclusão dos instintos humanos no grande mecanismo da causalidade. O homem é um pedaço da natureza e não pode de nenhuma forma se livrar de suas leis. Ele não é livre senão na medida em que pode agir com base em suas próprias decisões; ser livre não significa ser libertado dos condicionamentos naturais"(Max Horkheimer, *Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire*, Paris, Payot,1974, p.34).

mesmo dando início a processos que irão sair do controle humano, como na fundação. A relação entre necessidade e liberdade não é imediata, pois nem as determinações da necessidade impedem o sucesso das ações humanas, nem estas alteram definitivamente os movimentos necessários; pertencem a domínios diversos, não estanques, mas irredutíveis uns aos outros. A ação humana não é inteiramente tolhida pela necessidade, e na interação com a necessidade é possível aos homens conseguirem o alargamento de seu tempo limitado de construção da realidade. É pela observação deste tempo que se chega à noção de que se as mesmas causas estão presentes em todos os Estados, os seus efeitos estão condicionados tanto pelas escolhas feitas na formação e no decorrer da existência dos Estados como por circunstâncias imprevisíveis.

A singularidade deste tempo não pode ser percebida com maior clareza senão no ato da fundação, no qual a forma do Estado existe na mente do fundador. A fundação é, assim, o resultado de um ato humano de criação no qual a liberdade é a maior possível, pois embora o fundador deva considerar as condições que precedem sua construção[12], não existe ainda uma ordem que o restrinja. De acordo com Maquiavel, para que seja boa a ordem que será instituída, todo o poder deve ficar concentrado nas mãos de um só homem, que é então a única autoridade: "e deve-se tomar isto por uma regra geral: que nunca ou raramente ocorre que alguma república ou reino seja, de princípio, bem ordenado, ou totalmente reordenado, fora das velhas ordenações, reformado, se não é ordenado por um só. Assim, é necessário que um só seja aquele que dê o modo e de cuja mente dependa toda ordenação. Porém, um prudente ordenador de uma república que tenha o ânimo de querer servir não a si, mas ao bem comum, não à sua própria sucessão, mas à pátria comum, deve empenhar-se por deter toda a autoridade (...) além disso, se um é apto a ordenar, a

---

[12] Nos *Discorsi*, Maquiavel discute em relação à fundação a questão da escolha do lugar em que será fundado o Estado e de quais serão os homens que irão compô-lo, e em função disto o legislador deve criar leis que sejam compatíveis com estas situações. Um exemplo é a escolha de uma terra fértil em função da qual o fundador deverá prever as leis que impeçam que as facilidades naturais tornem os homens ociosos (*Discorsi*, I, 1).

coisa ordenada não é duradoura quando permanece nas costas de um, mas sim quando fica aos cuidados de muitos e que de muitos seja a manutenção. Porque, assim como muitos não são aptos a ordenar uma coisa, por não conhecer o bem daquela, causado pelas opiniões diversas que existem entre eles, quando sabem que o tem, não aceitam abandoná-lo"[13]. O legislador, como uma espécie de demiurgo, deverá construir o Estado como projeção de sua mente, modelando-o de acordo com seu espírito.

A partir da idéia da boa ordenação como ato de um legislador, Maquiavel apresenta uma definição de ordenação que parece indicar um percurso similar ao progresso: "se vê uma cidade ou uma província ser ordenada para o viver político por um homem excelente e, por um tempo, pela *virtù* daquele ordenador, ir sempre crescentemente em direção ao melhor"[14], mas é preciso notar que se torna impossível conciliar esta definição com a concepção moderna de progresso porque Maquiavel delimita esse "progresso" de duas formas: espacialmente ("uma cidade ou província") e, sobretudo, temporalmente ("por um tempo"). Não existe uma perfeição a ser alcançada com o tempo, a perfeição se dá em momentos históricos de apogeu de um Estado. Assim, a perfeição é expressa pelo equilíbrio, como a perfeição de um corpo, no qual os humores foram postos em harmonia.

Para obter uma boa ordenação do Estado, Maquiavel considera que os homens devam se voltar para o conhecimento do que foi feito e mostrou resultados positivos. O tempo humano, por ser o da ação, é também aquele em que o conhecimento pode ser um instrumento para interferir na história. Este é basicamente o tom de *O Príncipe*, mas também em muitos momentos aquele dos *Discorsi*. Para Maquiavel, os antigos tinham o conhecimento do modo correto de ordenar um Estado, o que lhes proporcionava o controle de seu curso: "vê-se, portanto, (...) quanta diversidade haja entre o modo de proceder das repúblicas presentes e o das antigas. Vê-se ainda, por isso, todos os dias, perdas miraculosas e

---

[13] *Idem*, I, 9.
[14] *Idem*, II, proêmio.

aquisições miraculosas. Porque, onde os homens têm pouca *virtù*, a fortuna mostra demasiado sua potência, e porque ela é variável, variam freqüentemente as repúblicas e os estados; e variarão sempre, até que surja alguém que seja tão amante da antigüidade que a regule de modo que ela não tenha razão de mostrar, a cada girar do sol, o quanto ela pode"[15]. Mais uma vez, como se trata da ordenação, é um único homem quem deve utilizar este conhecimento para impedir que o Estado fique sujeito às variações da fortuna. Esta passagem apresenta uma concepção de ordenação bastante similar àquela que Maquiavel expõe no capítulo vinte e cinco do *Príncipe*. Se as repúblicas e os estados forem regulados segundo os conhecimentos antigos, estarão menos sujeitos à variação, ou seja, à mudança da ordem instituída. Se as perdas e as aquisições miraculosas ocorrem quando não é estabelecida uma ordem que impede a variação causada pela fortuna, pode-se concluir que a ausência desta ordem é a abdicação do controle das "coisas do mundo" pelos homens, de modo a abrir espaço para um outro controle, que é o da fortuna. O controle da fortuna é, de outro ponto de vista, um descontrole, uma vez que subverte o que é construído pelos homens. Não se pode considerar, nestes termos, que a ausência de *virtù* seja a causa direta da variação, pois a causa é o modo de controle da fortuna. A *virtù* é uma barragem[16] que, ao ser removida ou por sua não existência, apenas oferece ocasião para que a Fortuna se manifeste. Se, por outro lado, a fortuna for considerada como simplesmente o descontrole humano, apenas o negativo da *virtù*, a ausência de *virtù* pode ser tomada como a causa das variações, e neste caso os homens consideram miraculosas todas as coisas que não entendem porque não controlam.

Em oposição à fundação e à ordem que foi nela instituída, existe também a possibilidade de situações nas quais as ações humanas, que parecem em um momento esmagadas pelo imenso peso que as construções políticas lhes impõem, são capazes de criar circunstâncias imprevisíveis que têm a capacidade de subvertê-

---

[15] *Idem*, II, 30.
[16] *O Príncipe*, 25.

las. Como resultado destas ações, mesmo em uma república na qual existam boas ordenações e não esteja corrompida, a possibilidade da ruína se mantém, apesar de todas as condições antes previstas para evitar que os homens possam ou precisem agir de modo destrutivo. Maquiavel narra uma situação de guerra em que o comandante do exército romano, Cláudio Nero, depois de ter sido mal sucedido em uma primeira campanha e por esta razão ter sido ofendido, em uma segunda campanha faz uma escolha perigosa que, embora tenha sido bem sucedida, poderia ter levado à derrota de Roma em caso de insucesso. Justificando sua escolha, ele afirmara que pretendia ou vencer e, com isso, retomar a glória que havia perdido antes ou, perdendo, vingar-se da ingratidão da cidade. Maquiavel então pondera: "e quando paixões tão ofensivas podem tanto em um cidadão romano, e naquele tempo em que Roma ainda era incorrupta, se deve pensar quanto elas possam em um cidadão de uma outra cidade que não seja feita como era então aquela. E porque a semelhantes desordens que nascem nas repúblicas não se pode dar remédio, segue-se que é impossível ordenar uma república perpétua, porque por mil vias inopinadas se causa a sua ruína"[17]. Os desejos de glória ou de vingança, duas paixões naturais aos homens, poderiam se sobrepor a todas as ordenações. Assim, em momentos especiais e mesmo quando tudo está bem ordenado, a ação humana pode demonstrar sua singularidade.

Maquiavel apresenta uma possibilidade extrema desta capacidade de destruição quando coloca o poder da fortuna sobreposto a qualquer possibilidade de interferência humana. Dentre as referências à ruína e à grandeza, há uma formulação que expressa que o controle humano sobre suas causas não pode ser considerado absoluto: "faz bem isto a fortuna, que elege um homem, quando quer conduzir a grandes coisas, que seja de tanto espírito e *virtù* que reconheça aquelas ocasiões as quais ela lhe oferece. Assim, do mesmo modo, quando quer conduzir grandes ruínas, ela prefere homens que a ajudem naquela ruína. E se alguém houvesse que a pudesse

---

[17] *Discorsi*, III, 17.

impedir, ou mata ou priva de todas as faculdades de poder operar algum bem"[18]. Neste caso, o homem e sua *virtù* aparecem como intermediários de uma potência, a Fortuna. Embora os homens tenham uma função necessária e participem, deste modo, das causas da grandeza e da ruína, eles manifestam algo que não depende inteiramente deles. No caso da ruína, Maquiavel expressa uma circunstância que não parece revelar possibilidade de explicação histórica. Mas, no caso da eleição de um homem para conduzir grandes coisas, a referência à ocasião faz lembrar o sexto capítulo do *Príncipe*, no qual o seu significado remetia a condições históricas bastante complexas, como já foi tratado antes.

Assim, esta referência à ocasião abre caminho para a consideração de que esta possibilidade de descontrole absoluto não é o modo habitual como Maquiavel apresenta a ação humana em relação às suas possibilidades de intervir no curso do Estado. Menos do que inteiramente à mercê de uma força como a fortuna que os levaria a agir de um modo que causaria ou a destruição ou a grandeza do Estado, ou a situações como a causada por Cláudio Nero, em que a ação de um homem pode determinar o fim do Estado, os homens se deparam com condições que são ou não favoráveis às suas intenções. No capítulo 8 do terceiro livro dos *Discorsi*, também do mesmo modo que no capítulo 25 do *Príncipe*, Maquiavel faz referência à natureza dos tempos: "aqueles que, por má escolha ou por inclinação natural, destoam dos tempos, vivem, na maior parte das vezes, infelizes e as suas ações malogram, o contrário acontece àqueles que estão de acordo com o tempo"[19]. Entretanto, na seqüência, Maquiavel vai especificar o que entende por estar ou não de acordo com os tempos. A expressão "os tempos", que pode assumir um significado estranho aos assuntos humanos, remetendo até mesmo a noções astrológicas[20], neste caso, tem uma compreensão absolutamente terrena: "e sem

---

[18]*Idem*, II, proêmio.
[19]*Idem*, III, 8.
[20]Podemos remeter a análise que faz Parel deste tema no capítulo 25 de *O Príncipe*: "'A qualidade dos tempos', pode-se dificilmente encontrar uma noção mais especificamente astrológica. Pois são os corpos celestes que dão a qualidade dos tempos. *Cronocracia* ou

dúvida, (...) se pode concluir que, se Mânlio houvesse nascido nos tempos de Mário e de Sila, em que a matéria já estava corrompida e em que ele teria podido imprimir a forma de sua ambição, teria tido aqueles mesmos resultados e sucessos que Mário e Sila e de outros que depois deles aspiraram à tirania. Assim, do mesmo modo, se Sila e Mário tivessem estado nos tempos de Mânlio, teriam sido, em suas primeiras ações, oprimidos. Porque um homem pode bem começar com seus modos e com suas más maneiras a corromper um povo de uma cidade, mas é impossível que a vida de alguém baste a corrompê-la de forma que ele mesmo possa tirar fruto disso"[21]. Os tempos, da forma como Maquiavel faz referência aqui, dizem respeito às situações em que a república está corrompida e àqueles em que ela não está. Em um estado corrompido, as ações que visam a instauração de uma tirania, assunto que é tratado aqui, são possíveis e podem ter bom resultado, mas se a república estiver bem ordenada, fracassam. As razões do sucesso e do fracasso não são miraculosas, uma vez que suas causas são bem conhecidas: a desordem ou a ordem da república. Esta discussão remete também à idéia de ocasião ou de tempo oportuno, que mais uma vez podem ter leituras mais ou menos ancoradas em circunstâncias compreensíveis aos homens.

Um aspecto a ser retido da passagem antes citada[22] é a idéia de que os tempos não se alteram senão em virtude de um processo que pode ser razoavelmente longo. No caso da corrupção, este fracasso vale nos dois sentidos, nem o tempo de vida de

---

domínio do tempo (termo que Maquiavel não utiliza, mas que é implicado por ele) significa o governo dos planetas sobre frações do tempo. O tempo em um sentido material é a seqüência medida do movimento dos planetas. A filosofia natural da astrologia atribuiu a este aspecto quantitativo do tempo uma qualidade, a qualidade de ser seja bom, seja mau, não em um sentido moral, mas no sentido material de ser favorável ou desfavorável à obtenção da glória e das riquezas. Segundo os princípios da filosofia natural da astrologia, os planetas eram com 'cronocratas', 'mestres do tempo'"(Parel, Antony J., "Ptolémée et le chapitre 25 du Prince", in *L'enjeu Machiavel*, Paris, PUF, 2001, pp. 15-39, p. 30). Ver ainda, do mesmo autor, *The Machiavellian Cosmos*, New Haven and London, Yale University Press, 1992.

[21] *Discorsi*, III, 8.

[22] *Idem*, III, 8.

um homem é suficiente para livrar a república da corrupção[23], nem para corromper a república. O período referente a um momento intermediário entre o tempo de duração do Estado e o tempo dos homens corresponde exatamente a este modo de temporalidade. Não pode ser considerado nem como coincidente com a duração completa de um Estado nem é redutível ao tempo dos homens. O confronto entre estas temporalidades diversas não é sem conseqüências, uma vez que a ação humana pode desencadear um movimento que irá alterar a ordenação da república, como um processo de corrupção. Mas a pretensão humana de submeter um movimento de longa duração às suas aspirações imediatas resulta em fracasso exatamente em função do tempo necessário para que o movimento cumpra seu curso.

O confronto entre as ações humanas e um movimento de longa duração, como o processo de corrupção de um Estado, encontra resistências de ambos os lados, exatamente porque pertencem a temporalidades diversas. Ainda discutindo as ações de Mânlio e sua aspiração à tirania, ele afirma: "e ainda que fosse possível, pela duração de tempo, que o fizesse, seria impossível pelo modo de proceder dos homens, que são impacientes e não podem adiar por muito tempo uma paixão sua. Depois, se enganam nas suas coisas e principalmente naquelas que desejam demais, de tal modo que, ou por pouca paciência ou por se enganarem, empreendem ações contra o tempo e acabam em má situação. Mas é preciso, querendo-se tomar a autoridade em uma república e impor a ela uma forma má, encontrar a matéria desordenada pelo tempo e que, pouco a pouco, e de geração em geração, tenha sido conduzida à desordem"[24]. Apesar de Maquiavel tratar, neste capítulo, dos males que um "*tristo cittadino*" deseja operar na república, a impaciência e o engano aos quais levam os desejos humanos não são referidos apenas a ele, mas também àquele que deseja a instaurar a liberdade em uma república corrupta. Ambos são impedidos pelos movimentos da república contrários às suas aspirações imediatas, sejam elas boas ou más. Ainda que neste embate prevaleça o tempo mais longo, certos homens

---

[23] *Idem*, I, 17.
[24] *Idem*, III, 8.

recusam a submissão aos imperativos do tempo, assim como o movimento de longa duração não se reduz ao tempo humano[25].

[25] Horkheimer observa, acerca desta passagem: "aqui, já se encontre em germe a doutrina hegeliana dos grandes homens: o que distingue estes últimos dos sonhadores (*Phantasten*), é que eles exprimem e fazem o que correspondem à sua época, enquanto que o sonhador salta quimericamente acima da realidade"(*Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire, op. cit.*, p. 34).

As coisas humanas estão sempre em movimento

O tempo intermediário entre o da duração completa do Estado e o da existência individual pode ser abordado aqui sob dois aspectos: o conflito entre os dois humores da república e a alteração dos costumes. O conflito e a alteração dos costumes levam à criação de leis e tanto eles como as leis, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, modificações e degeneração, não respondem inteiramente às ações humana. Eles ultrapassam o tempo humano tanto em razão de sua temporalidade mais longa como do ponto de vista de que não resultam de ações individuais, estendendo-se no decurso das gerações. Maquiavel nos dá a idéia desta temporalidade ao afirmar que os tumultos romanos são positivos por trezentos anos[1] e que a corrupção dos costumes é algo que se instaura na cidade pouco a pouco, de geração em geração[2]. Entretanto, ambos são mais sujeitos à ação humana que o tempo do Estado, pois as leis que deles derivam ou que os regulam podem ser alteradas progressivamente[3]. O que ocorre neste tempo afeta o tempo total da existência do Estado ao prolongá-lo ou encurtá-lo ou, ainda, por favorecer um momento de prosperidade ou decadência. Se a corrupção dos costumes é freqüentemente controlada e a resolução de conflitos por meio de novas leis e instituições é favorável, o Estado pode ter uma existência mais longa e alcançar a perfeição, como no caso de Roma.

Pode-se observar que, em Maquiavel, embora efetivamente a idéia de fundação seja incontornável, a idéia de processo histórico o é igualmente. Não

---

[1] *Discorsi*, I, 2.
[2] *Idem*, III, 8.
[3] Temos como exemplo o processo de Roma, que modificou suas instituições da monarquia até a república, criando o governo misto, o que, segundo Maquiavel, fez uma república perfeita (*Discorsi*, I, 2).

existe uma incompatibilidade entre estas duas idéias porque a ordenação não implica o congelamento do Estado, mas apenas seu ponto de partida. Maquiavel é mesmo defensor de uma ordenação inicial que não seja tão rígida a ponto de não permitir o movimento ou o processo histórico. Assim, ele distingue duas formas de ordenação: a da república que está ordenada para a expansão e a da que está ordenada para a manutenção do território; e relaciona o primeiro caso à Roma e o segundo à Esparta e Veneza[4].

A ordenação que determina se um Estado pode se expandir ou se deve manter-se depende do modo como o poder é dividido. Maquiavel concebe que, em todos os Estados, existem dois humores, o dos nobres e o do povo: o povo não quer ser comandado e oprimido e os nobres têm o desejo de comandar e oprimir. Existem formas diferentes de tratar os humores: uma consiste em dar todo o poder à nobreza e a outra é dividir este poder, o que Maquiavel chama de dar a guarda da liberdade ao povo. O equilíbrio entre estes humores depende, portanto, da forma que o corpo recebeu, existindo assim uma conformidade com o princípio[5].

No modelo de Esparta e Veneza, a liberdade foi colocada nas mãos da nobreza, o que significava que a manutenção da república dela dependia. Por este modo de ordenação, estes Estados impediam que houvesse conflito entre os humores, em função de seus desejos contrários. Entretanto, condições específicas permitiam que fosse possível esta ordenação, assim como as conseqüências que acarreta. De acordo com a exposição de Maquiavel, Veneza ordenou um governo em que os *Gentiluomini* eram os únicos que tinham poder e os *Popolani* estavam excluídos de qualquer exercício de governo, além de não participarem da guerra

---

[4] *Idem*, I, 6.

[5] No caso dos principados, o equilíbrio pode ser obtido pela mediação que o príncipe faz entre os dois humores, conciliando-os de forma a mantê-los sempre referidos a si mesmo, controlando assim o conflito. Maquiavel afirma a importância desta conciliação: "os estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer o povo e fazê-lo contente, porque esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe" (*O Príncipe*, 19). A partir deste preceito, ele aponta a instituição do parlamento na França como sendo um artifício criado para operar essa conciliação sem prejuízo para a imagem pública do rei (*id.*, *ibidem*).

(não são armados). Uma das razões que permitiu a Veneza manter-se sem tumultos, ou seja, sem conflito entre os *Gentiluomini* e os *Popolani*, foi o fato de que os primeiros eram os habitantes originais da cidade e, assim, quando chegaram outros habitantes, a ordenação já estava instituída. A outra razão deve-se ao fato de que o número de governantes e governados era quase o mesmo, o que também impedia o tumulto. Deste modo, o equilíbrio veneziano é estático, pois a constituição da república paralisa as causas do conflito. Como conseqüência desta escolha, na medida em que o povo não está armado, a república não pode crescer porque "a ampliação é um veneno para tais repúblicas"[6], sendo necessário mesmo proibir a expansão: "porque tais aquisições fundadas sobre uma república débil, são sua ruína"[7]. Ao considerar que possa ser respeitada esta condição de não expandir e a cidade estar bem protegida, Maquiavel afirma: "e sem dúvida creio que, se podendo ter a coisa equilibrada deste modo, haverá uma verdadeira vida política e a verdadeira quietude de uma cidade"[8].

Entretanto, Maquiavel não crê realmente que este equilíbrio possa ser possível: "estando todas as coisas dos homens em movimento, e não podendo estar firmes, convém que subam ou que desçam; e a muitas coisas que a razão não te induz, te induz a necessidade. De tal forma que, tendo ordenado uma república apta a manter-se, não a se ampliar, e a necessidade a conduzindo a ampliar, os seus fundamentos seriam solapados, e se arruinaria prontamente"[9]. À revelia da ordenação, o movimento se instaura e o que era fator de ordem, a não divisão do poder com o povo, mantido também às custas de ele estar desarmado, torna-se causa da ruína. E Maquiavel prevê ainda uma outra possibilidade de ruína, na ausência da guerra: com o tempo, o ócio e a divisão se instalariam na cidade[10]. E,

---

[6] *Discorsi*, I, 6.
[7] *Idem, ibidem.*
[8] *Idem, ibidem.*
[9] *Idem, ibidem.*
[10] "De outro lado, quando o Céu lhe fosse benigno e ela não precisasse fazer a guerra, nasceria ali que o ócio a faria ou efeminada ou dividida, e as duas coisas juntas ou cada uma por si, seriam razões de sua ruína. Portanto, não se podendo, como eu creio,

ao movimento das coisas humanas, se acresce ainda a instabilidade da fortuna: "quando são desarmados [os cidadãos], e que se apóiam apenas no ímpeto da fortuna e não na própria *virtù*, variarão com a variação daquela, e darão sempre o mesmo exemplo que foi dado pelos venezianos"[11]. Deste modo, o equilíbrio veneziano é frágil por ser fundado sobre a negação do movimento, e esse fundamento é a negação da natureza das coisas. Além disso, ele não impede efetivamente o movimento, pois seja pelos efeitos das conquistas ou da corrupção, causada pela paz, o Estado se modifica no decorrer do tempo.

O caso de Roma, em que a guarda da liberdade está nas mãos da plebe, é apresentado por Maquiavel como oposto ao de Veneza, pois a ordenação de Roma era voltada à expansão. Estar ordenado para expansão significa que não há restrições à entrada de estrangeiros na cidade e que a plebe é empregada no exército, o que implica um povo numeroso e forte. A participação da plebe na guerra, que sustenta o poder da república, sustenta igualmente o poder da plebe na cidade: "toda cidade deve ter os seus modos com os quais o povo possa desafogar as suas ambições, principalmente aquelas cidades que nas coisas importantes querem poder se valer do povo. A cidade de Roma tinha este modo segundo o qual o povo, quando queria obter uma lei, fazia alguma das coisas antes ditas [gritar contra o Senado, fazer tumulto nas ruas, fechar as lojas, sairem todos de Roma], ou não queria dar o nome para ir à guerra, de modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo de algum modo"[12]. Destas condições decorrem os tumultos, em razão do que Maquiavel afirma que, para que não existissem os tumultos, seria necessário eliminar suas causas ("ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não deixar entrar estrangeiros, como os espartanos"[13]), o que

---

equilibrar isto, nem manter esta via do meio, é preciso, na ordenação da república, tomar o partido mais honroso, e ordená-lo de modo que quando a necessidade te induz a ampliar, ela pudesse, o que quer que tenha ocupado, conservar"(*Discorsi*, I, 6).

[11] *Idem*, III, 31.

[12] *Idem*, I, 4.

[13] *Idem*, I, 6.

significaria modificar a própria ordenação da república. A forma como ela é organizada implica a necessidade de novas leis que ocasionam o progressivo aumento da liberdade popular. Deste modo, a oposição com Veneza se manifesta a partir do modo como o poder se divide na república.

O primeiro efeito da desunião entre a plebe e o Senado foi a extinção dos reis e a ordenação de leis em favor da liberdade[14]. Ao contrário de Veneza, na qual a ordenação inicialmente feita se manteve ao longo de sua existência, a Roma republicana inicia sua existência com a alteração das instituições anteriores. Este movimento se mantém pela permanente desunião entre nobres e plebe. Na tensão entre o desejo de oprimir e o de não ser oprimido, as leis criam um obstáculo ao poder dos nobres: "e onde uma coisa sem a lei opera bem por si mesma, não é necessária a lei; mas quando o bom costume falta é então necessária a lei. Com a falta dos Tarquínios, que com o medo tinham a Nobreza controlada, convinha pensar em uma nova ordem que fizesse aquele mesmo efeito que faziam os Tarquínios quando eram vivos"[15]. Do mesmo modo que as leis podem ser causadas pelo conflito, o conflito pode ser, por sua vez, regulado pelas leis. E desta interação entre nobres e plebe vem a liberdade: "todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles"[16]. Assim como é feita a oposição

---

[14] Nos *Discorsi*, para discutir a relação entre o conflito e as leis e ordens da república, o primeiro aspecto abordado é a extinção dos reis, que foi o que impediu, em primeiro lugar, que Roma se tornasse corrupta (*Discorsi*, I, 17). A passagem de Roma de uma monarquia para uma república foi causada pela desunião entre o Senado e a plebe, o que exigiu leis novas que fossem apropriadas a este novo estado: "não obstante não tivesse um Licurgo que a ordenasse no princípio, de modo que pudesse viver por longo tempo livre, entretanto foram tantos os acidentes que dela nasceram, pela desunião entre a Plebe e o Senado, que aquilo que não tinha feito um ordenador, o fez o acaso. Porque se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda, porque as suas primeiras ordens, se foram defeituosas, todavia não se desviaram da via reta que podia conduzi-la à perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, conformes ainda à vida livre: mas porque o seu fim foi fundar um reino e não uma república, faltavam muitas coisas que eram necessárias ordenar em favor da liberdade, as quais não tinham sido por aqueles reis ordenadas"(*Discorsi, I, 2*). Assim, pela alteração das leis, o Estado pode ser "conduzido à perfeição"(*idem, ibidem*).

[15] *Idem*, I, 3.

[16] *Idem*, I, 4. "Deve-se, portanto, mais parcamente reprovar o governo romano e considerar que tantos bons efeitos quanto saíam daquela república não eram causados senão por

à Veneza, a república livre é também oposta ao principado, sempre pelo critério da grandeza do Estado[17].

É possível perceber, no tratamento que Maquiavel dá aos conflitos, uma nítida mudança de tom em relação à leitura dos tumultos em Tito Lívio que salientava os gritos e os rumores, o império da violência e o medo daqueles contra os quais a plebe se colocava[18]. Esta visão é expressa por Guicciardini em sua condenação feita aos conflitos, pela afirmação de que a desunião era uma doença da república romana[19]. Contra isso, Maquiavel afirma diretamente que quem

---

ótimas razões. E se os tumultos foram razão da criação dos Tribunos, merecem o maior louvor porque, além de darem sua parte à administração popular, foram constituídos para a guarda da liberdade romana"(*idem, ibidem*). Lefort afirma, acerca desta questão: "Maquiavel não deixa pensar que a primeira ordem de Roma seja o bom, pois ele faz da *ordine* romana o produto de uma história, ele não deixa pensar que a lei se impõe a esta boa ordem pela intervenção soberana de um sábio, pois ele a enraíza no conflito social, e ele sugere que o elogio da *unione* mantém o desconhecimento da divisão de classes, que ao querer mascará-la destrói a liberdade"(*Le travail de l'oeuvre. Machiavel, op. cit.*, p. 475).

[17] "Vê-se (...) as cidades em que os povos são príncipes produzirem, em brevíssimo tempo, crescimentos extraordinários e muito maiores que aqueles que se fazem sob um príncipe: como fez Roma depois da expulsão dos reis e Atenas depois que se libertou de Pisistrato. O que não pode nascer de outra razão senão que são melhores governos aqueles dos príncipes"(*Discorsi*, I, 58). A república livre mantida por um povo forte é um governo melhor pelo critério do crescimento, da possibilidade de expansão interna e externa. Este quadro tanto pode depender da ordenação inicial da república como do desenvolvimento posterior das ordenações, como Maquiavel afirma ser o caso de Roma. Mas as boas ordenações são mantidas pelo povo, não pelo ordenador. A demasiada força do ordenador só se mantém com a fraqueza do povo e, em conseqüência, da república: "se percorrermos todas as desordens dos povos, todas as desordens dos príncipes, todas as glórias dos povos e todas aquelas dos príncipes, se verá o povo ser em bondade e glória em muito superior. E se os príncipes são superiores aos povos na ordenação das leis, formação da vida civil, ordenação de estatutos e novas ordens, os povos são muito superiores na manutenção das coisas ordenadas, o que se acresce sem dúvida à glória daqueles que as ordenaram"(*idem, ibidem*).

[18] "Sem esperanças de contar com o apoio dos cônsules e do Senado, quando viam um devedor ser conduzido à justiça, os plebeus acorriam de todos os lados e com gritos e ruídos impediam que fosse ouvida a sentença dos cônsules, à qual, depois de decretada, ninguém obedecia. Imperava a violência. O medo e o temor de serem maltratados passou dos devedores aos credores ao verem a multidão que ousava agredi-los diante do cônsul"(*História de Roma*, II, 27).

[19] Numa passagem muito citada das "Considerações acerca dos *Discorsi* de Maquiavel sobre a primeira década de Tito Lívio", Francesco Guicciardini expõe a condenação tradicionalmente feita aos conflitos pelo pensamento político florentino a qual Maquiavel se opõe: "não foi, portanto, a desunião entre a plebe e o Senado que fez Roma livre e potente, porque melhor teria sido se não houvesse as razões da desunião; nem foram úteis

condena os tumultos "considera mais os rumores e os gritos que de tais tumultos nasciam que os bons efeitos que eles pariam"[20]. Não apenas os gritos e os rumores são considerados por Maquiavel como secundários em relação aos efeitos positivos dos tumultos, mas mesmo o fato de deles terem levado, em última instância, à perda do estado republicano não o impede de manter sua defesa. Aos que diziam que todas as honras obtidas pelos plebeus "não bastou a eles isto porque levados pelo mesmo furor, começaram depois, com o tempo, a adorar aqueles homens que viam aptos a bater a nobreza; do que nasceu a potência de Mario e a ruína de Roma"[21], ele responde ainda pela necessidade desta ordenação para permitir a expansão[22]. Os tumultos não podem ser considerados como uma doença, mas uma expressão de liberdade de um povo em uma república forte.

Pode-se entender os conflitos como ações coletivas e que se estendem no tempo, modificam-se e modificam consigo a própria república. Os conflitos se modificam porque, a cada nova conquista de poder, se altera o patamar do qual eles partem. Assim, se a plebe romana começa pela reivindicação de um representante, o Tribuno da Plebe, num segundo momento isto se estende para a de um Cônsul plebeu e depois de dois. Tendo conseguido, a plebe quer então o direito a Censores, ao Pretorado e "*tutti gli altri gradi dell'imperio della città*". A modificação da república se dá então pela ampliação progressiva da base de representação do poder. Se Roma mantém sua estabilidade diante destas mudanças, é porque um corpo estável é capaz de absorver os conflitos — ou seja,

---

estas sedições, mas bem menos danosas que foram em muitas outras cidades, e muito útil a sua grandeza que os patrícios antes tivessem cedido à vontade da plebe, que começassem a pensar que não tinham necessidade da plebe; mas louvar a desunião é como louvar em um enfermo a enfermidade, pela bondade do remédio que lhe foi aplicado"(in *Opere*, *Scritti politici e Ricordi*, a cura di Roberto Palmarocchi, G. Laterza Editore, Bari, 1933, cap. 4).

[20] *Discorsi*, I, 4.

[21] *Idem, ibidem.*.

[22] "Quem sutilmente examinará tudo, chegará a esta conclusão: ou raciocinas sobre uma república que quer fazer um império, como Roma; ou sobre uma a qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma, no segundo, pode imitar Veneza e Esparta"(*idem, ibidem*).

o conflito não o destrói, mas, ao contrário, produz como resultado sua incorporação por meio das leis. Esta análise de Maquiavel ultrapassa o julgamento do tumulto como acontecimento isolado do tempo e o insere no percurso da república. Com isso, os efeitos imediatos das ações são vistos como produto de uma ação coletiva que não se limita a um só tempo. A plebe e a nobreza romanas, ao longo da história da república, construíram o seu percurso, assim como a república de Veneza também constrói o seu, a despeito da tentativa de se manter imóvel. Assim, em Roma a expansão faz parte da constituição da república e seu equilíbrio é instável por ser continuamente refeito neste movimento.

Uma outra possibilidade do Estado diante do conflito é demonstrada pelo caso florentino. Florença não é, como Veneza, uma república na qual se buscou suprimir os conflitos e, em contrapartida, também não os regulou como Roma. Por esta razão, não obteve nem o equilíbrio estático como o de Veneza, nem pode produzir os efeitos positivos do conflito. Esta incapacidade fez com que aquela cisão primeira existente em todas as repúblicas se degenerasse em uma divisão constante e insolúvel a cada momento. O modo como Maquiavel explica isto é a partir da ausência de leis que regulam as inimizades na república. Das leis necessárias para manter a liberdade da república, aquela que garante o direito à acusação e que coíbe a calúnia parece ser fundamental para Maquiavel, para que as inimizades que existem em todas as repúblicas — sejam elas consideradas entre particulares ou, de modo mais abrangente e permanente, entre os dois desejos conflitantes — possam contar com formas institucionais de resolução e não degenerem em divisões partidárias. Após ter exposto no que consiste a desunião entre o povo e os grandes, Maquiavel aponta a importância da instituição do direito de acusação pública nas repúblicas para permitir que os ódios sejam desafogados: "porque se um cidadão é oprimido ordinariamente, ainda que fosse cometido um erro, isto ocasiona pouca ou nenhuma desordem na república, porque a execução se faz sem forças privadas e sem forças estrangeiras, que são aquelas que arruínam o viver livre; mas se faz com forças e ordens públicas, que têm os

seus termos particulares, não transcendem o que arruína a república"[23]. Mas, no caso das violências feitas de particulares contra particulares, "estas ofensas geram medo, o medo busca a defesa, para a defesa se criam partidários, dos partidários nascem os partidos nas cidades, dos partidos a ruína delas. Mas sendo isso governado mediante quem tem autoridade se impedem todos aqueles males que podiam nascer governando-a com autoridade privada"[24].

Nos dois capítulos em que o tema da calúnia e da acusação é abordado, é salientada a diferença entre Roma e Florença: "esta parte, como foi dito, era bem ordenada em Roma, e havia sido sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E como para Roma esta ordem fez muito bem, a Florença fez muito mal. E quem lê as histórias desta cidade verá quantas calúnias houve em todos os tempos. De um diziam que havia roubado dinheiro público, de outro que não havia vencido por ter sido corrompido, e de outro que por sua ambição havia causado tal e tal inconveniente. Do que nascia que de toda parte surgia ódio: de onde se vinha à divisão, da divisão às seitas, das seitas à ruína"[25]. A ruína da cidade surge, portanto, não de uma causa única, mas de uma seqüência de causas. É possível reconstruir então a seqüência a partir das duas passagens: do ódio às violências particulares, destas ao medo, e assim às divisões e aos partidos, e destes à ruína. Embora esta seqüência se inicie com o ódio, não se pode responsabilizá-lo pelos efeitos nocivos que origina, pois não é possível evitá-lo, pois a responsabilidade reside na ausência de uma ordenação que impeça que este ódio se manifeste por meios extraordinários.

Resta saber de que modo os partidos levam à ruína, uma vez que não é evidente a razão pela qual os partidos devam necessariamente ser considerados um impedimento à liberdade na República. É possível entender a razão da condenação dos partidos pela distinção entre a divisão que leva aos partidos e a existente entre

---

[23] *Idem*, I, 7.
[24] *Idem*, *ibidem*.
[25] *Idem*, I, 8.

o povo e os nobres em uma cidade. O processo resultante da cisão entre os nobres e o povo, que era positivo em Roma, torna-se negativo em Florença e a desunião transforma-se em divisão. A distinção entre os termos *disunione* e *divisione* não é totalmente clara e a única opção é seguir o critério do resultado, ou seja, a desunião se refere aos humores, enquanto a divisão fragmenta a república. A desunião que dá origem à liberdade não significa divisão: "porque dos Tarquínios aos Gracos, que foram mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes originavam o exílio e raríssimas, o sangue. Nem se pode por isso julgar estes tumultos nocivos, nem dividida uma república que em tanto tempo por suas diferenças não mandou ao exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e ainda não muitos condenou a multas. Nem se pode chamar de modo algum com razão de desordenada uma república em que há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis e as boas leis daqueles tumultos que muitos inconsideradamente condenam. Porque quem examinar bem o fim destes não achará que tenham originado algum exílio ou violência em desfavor do bem comum, mas leis e ordenações em benefício da liberdade pública"[26]. Ao contrário de Roma, onde os tumultos geraram a liberdade, no caso de Florença, as inimizades permaneceram sem solução, uma vez que a violência causada por eles (exílios e mortes) era um motor que voltava a alimentá-los. Este estado de violência leva à corrupção da república e neste estado os tumultos não podem mais ser positivos[27]. Além disso,

---

[26] *Idem*, I, 4.

[27] "Onde a matéria não está corrompida, os tumultos não prejudicam: onde ela está corrompida as leis bem ordenadas não são proveitosas se não são conduzidas por alguém que com uma extrema força as faça observar de modo que a matéria torne-se boa. O que não sei se alguma vez aconteceu ou se fosse possível que acontecesse: porque se vê, como há pouco se disse, que uma cidade que chegou ao declínio por corrupção da matéria, se eventualmente ocorre que se levante, ocorre pela *virtù* de um homem que está vivo então, não pela *virtù* do universal que sustenta as boas ordenações, e assim que tal homem morre, retorna ao seu hábito anterior"(*Discorsi*, I, 17). Esta apresentação do problema retoma, por um outro aspecto, o momento da fundação do Estado. A corrupção da cidade exige, como no momento da fundação, que a *virtù* de um só homem a reordene. No entanto, Maquiavel se mostra descrente desta opção, pois, como a cidade não está mais

as calúnias são apontadas por Maquiavel como um meio para um cidadão conquistar o poder na república, utilizando para isso o ódio que o povo tem dos cidadãos poderosos, o que pode causar a própria perda do estado republicano. Mais uma vez, é Florença o exemplo desta possibilidade[28]. Ao contrário de Roma, onde a desunião gera a liberdade, na república em que os conflitos não são regulados eles acarretam sua perda.

Deste modo, uma causa não produz necessariamente sempre o mesmo efeito, pois o que poderia ser causa de liberdade passa a ser causa da violência e da perda da liberdade republicana; se a causa originária não muda, é o modo como a república está ordenada que produz esta diferença. Apresentam-se, então, quadros diferentes a partir de diferentes situações, embora aquilo que está subjacente a estas situações se mantenha estável[29]. A constatação de que a construção da república é um processo leva à conclusão de que apenas a observação de seu percurso no tempo pode esclarecer as razões pelas quais as mudanças ocorrem.

Mas pode-se perceber que o processo de ordenação da república não é linear pela apresentação que faz Maquiavel de uma possibilidade de corrupção dos costumes como sendo causada pelo contato com outros povos: "e Juvenal não poderia ter considerado melhor isto em suas sátiras dizendo que nos peitos romanos haviam entrado os costumes peregrinos, pela aquisição das terras peregrinas; e em troca da parcimônia e de outras excelentíssimas *virtù*, '*gula et*

---

em seu momento inicial, a corrupção já é um hábito e, deste modo, a *virtù* deste homem não pode criar algo que subsista a ele. Assim, a cidade retoma o estado de corrupção, pois a manutenção do estado republicano depende, a longo prazo, da *virtù* do universal.

[28] *Discorsi*, I, 8.

[29] "A história de Florença e aquela de Roma não são, portanto, simétricas; a passagem de uma a outra não é simplesmente aquele do negativo ao positivo e, ainda que elas se esclareçam mutuamente, não é verdade que elas nos ofereçam o mesmo acesso à verdade. A lógica que comanda a organização e o desenvolvimento da cidade antiga comanda também aqueles da cidade moderna, mas nós não podemos descobri-la senão lá onde ela se encarna e se torna visível no jogo das determinações de uma cidade ocupada em se transformar, isto é, de uma república popular e conquistadora, não onde ela se esconde, no avesso da necessidade que precipita a decadência do Estado oligárquico florentino"(Lefort, *Le travail de l'oeuvre*, *op. cit.*, p. 589).

luxuria incubuit, victumque ulciscitur orbem'. Se, portanto, o adquirir foi pernicioso aos romanos, nos tempos em que eles com tanta prudência e tanta *virtù* procediam, o que então acontecerá àqueles cujo proceder é distante dos modos deles?"[30]. Dentro da concepção de Maquiavel de que a república ordenada para a expansão é a mesma na qual o poder é compartilhado pelo povo e pelos nobres, a não expansão implicaria um tipo de ordenação que seria um impedimento à liberdade. O fato da expansão do povo romano ser uma das causas da corrupção mostra que se, por um lado, a expansão é considerada um efeito positivo e está diretamente ligada à manutenção da liberdade, por outro, ela causa corrupção pelo contato com costumes exógenos. Assim, além do conflito, há outra razão pela qual é necessário que as leis de um Estado sejam constantemente alteradas, que é a própria mobilidade que se manifesta nos costumes, mesmo em virtude de algo que é positivo *perché tutto netto, tutto sanza sospetto non si truova mai.*

A relação entre lei e costume pode ser observada no capítulo 18 do primeiro livro dos *Discorsi*, no qual Maquiavel examina a possibilidade da manutenção da liberdade em uma cidade extremamente corrompida. Segundo ele, "não se encontram nem leis nem ordens que bastem para frear uma corrupção universal. Porque, assim como os bons costumes, para manterem-se, precisam de leis, as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes. Além disso, as ordens e as leis feitas em uma república em seu nascimento, quando os homens eram bons, depois não são mais adequadas, quando eles se tornam maus"[31]. As leis e os costumes são inseparáveis, pois as leis que não respondem aos costumes não são seguidas. Isto não faz com que as leis devam ser necessariamente conformadas aos costumes quando eles estão corrompidos, pois na medida em que os costumes não se aperfeiçoam, a adaptação aos costumes corrompidos seria uma corrupção das leis. Mais do que isso, a tendência à corrupção dos costumes não teria lugar

---

[30] *Discorsi*, II, 19.
[31] *Idem*, I, 18.

em uma concepção na qual as instituições se adaptam e se aperfeiçoam no decorrer do tempo, posição esta que terá uma longa história a partir do século XVII[32].

Esta alteração das leis, no entanto, não é suficiente para responder àquela dos costumes. Há outro fator que impede que a alteração seja capaz de, por si mesma, impedir a corrupção: "e se as leis variam segundo os acidentes em uma cidade, não variam nunca, ou raras vezes, as suas ordens: o que faz com que novas leis não bastem, porque as ordens, que estão rígidas, as corrompem"[33]. Observa-se neste ponto a distinção entre ordem e lei, que são em geral tomadas como uma unidade "*leggi e ordini*". O isolamento das "ordens" distingue, nesta passagem, as legislações particulares da ordenação constitucional, que é menos flexível às mudanças dos costumes do que as leis. Maquiavel esclarece isso quando especifica o que entende por ordem no caso de Roma: "a ordem do estado era a autoridade do Povo, do Senado, dos Tribunos e dos Cônsules, o modo de eleição dos magistrados e o modo de fazer as leis"[34]. A rigidez da ordem, no entanto, impede que mesmo leis mais apropriadas às alterações dos costumes possam corrigi-los: "variavam as leis que freavam os cidadãos; como foi a lei do adultério, a suntuária, aquela da ambição e muitas outras, segundo, pouco a pouco, os cidadãos se tornavam corruptos. Mas mantendo-se firmes as ordens do Estado, que na corrupção não eram mais boas, aquelas leis, que se renovavam, não bastavam para

---

[32] Podemos pensar, neste contexto, a discussão de Pocock sobre a questão da reivindicação, por parte dos constitucionalistas ingleses, de uma antigüidade praticamente ilimitada da lei, como mecanismo para subtraí-la da vontade do rei: "a partir de cerca de 1600, não se encontra nenhum movimento constitucional que não seja acompanhado de um mito histórico" (*L'ancienne constitution et le droit féodal*, Paris, PUF, 2000, p. 34). Pocock comenta, a partir de uma observação de Joseph de Maistre, o que ele diz que parece ser uma ingenuidade singular de Maquiavel ao falar do homem "*chi ordinò*" a monarquia francesa e que a idéia de costume "oferecia um corretivo salutar a este tipo de pensamento; ela enfatizava os processos graduais, as mudanças imperceptíveis, a origem e o crescimento lento das instituições através do uso, o consentimento tácito, a prescrição e a adaptação (...) é essencialmente a ela que devemos nossa consciência dos processos históricos" (*idem*, p. 37).

[33] *Discorsi*, I, 18.

[34] *Idem, ibidem.*

manter os homens bons, mas seriam proveitosas se com a inovação das leis fossem modificadas as ordens"[35] .

Maquiavel apresenta esta questão recorrendo aos termos "matéria" e "forma"[36]: "era necessário, portanto, querendo que Roma se mantivesse livre em meio à corrupção, que assim como havia no *processo del vivere suo* feito novas leis, também houvesse feito novas ordens: porque se devem ordenar ordens e modos de viver diferentes em um objeto mau e em um bom, nem pode ser a forma símile em uma matéria totalmente contrária"[37]. Considerando o uso técnico que Maquiavel faz dos termos "matéria" e "forma" neste contexto, Pocock assinala a que se referem: "é impressionante notar o quanto Maquiavel se serve da linguagem teleológica em seu tratamento da corrupção: as leis, as constituições, e mesmo as estruturas da virtude concernem à forma, e o legislador como aquele que impõe a lei (sem falar do reformador) procura impor uma forma à matéria da república, que é certamente seu material humano constitutivo"[38]. A matéria é aquilo que pode ser ordenado, como na fundação, mas também o que é desordenado pelo tempo, "pouco a pouco", "de geração em geração", isto é, progressiva e mesmo lentamente. A forma imposta à matéria pode ser boa ou má, mas independentemente da qualidade da forma que lhe é imposta, o movimento da matéria tende à desordem ou, em outros termos, a negar a forma. Esta corrupção, por sua vez, pode ser reforçada por más condutas ou impedida pela freqüente renovação.

---

[35] *Idem, ibidem.* Ao tratar do tema da renovação, Maquiavel irá apontar as ordens que foram necessárias a Roma: "as ordens que fizeram a república romana recuar a seus princípios foram os Tribunos da plebe, os Censores e todas as outras leis que iam contra a ambição e a insolência dos homens"(*idem*, I, 3).

[36] "Em certos capítulos dos *Discorsi*, nós notamos o hábito de utilizar matéria como um termo quase familiar para designar a população de uma cidade; mas na teoria da corrupção, seu emprego é técnico"(Pocock, *Le Moment machiavélient*, Paris, PUF, 1997, p. 215).

[37] *Discorsi*, I, 18.

[38] Pocock, *Le moment machiavélien*, *op. cit.*, 214.

As ordens, as leis, os costumes que compõem o conjunto da república estão submetidas à temporalidade dos processos de longa duração. Mesmo tomadas isoladamente, leis e ordem formam um todo que é a forma do Estado, e se a forma e a matéria não são compatíveis, não é possível que a forma possa efetivamente conformar a matéria. Assim, existe uma gradação de uma maior para uma menor rigidez: enquanto os homens alteram seus costumes mais rapidamente, as leis seguem estas alterações e as ordens dificilmente o fazem. Em resumo, na relação entre matéria e forma o movimento é um atributo da matéria, sendo a forma estática. Como as ordens e as leis não se corrompem ou se adaptam, é a matéria que, ao se corromper, não corresponde mais à forma. Existe corrupção não porque as instituições tenham se tornado corruptas, mas porque a realidade se altera de tal modo que a forma perde a capacidade de responder à matéria. Quando a forma fica defasada em relação à matéria, deve ser criada uma nova forma que seja compatível com ela[39].

A forma progressiva de correção dos costumes é chamada por Maquiavel de renovação e consiste na restauração dos princípios que haviam sido impressos pelo legislador no momento da fundação, e com eles a *virtù* do Estado é revigorada. Isto não significa manter as leis instituídas na fundação, mas alcançar uma nova forma que, considerando as condições presentes, consiga restituir ao Estado aquilo que em seu início lhe dava coesão[40]. Assim, como no *processo del*

---

[39] A dificuldade da necessidade da mudança da forma é discutida por Pocock: "o que se passa à medida que se desenvolve a corrupção, nos diz ele, é uma mudança sofrida pela matéria, e a razão pela qual as antigas leis perdem sua eficácia quando isso se produz é que a mesma forma não pode ser imposta a uma matéria diferente, nem produzida por ela. É quase sugerido por vezes que os romanos deveriam ter elaborado novas leis para convir a sua mudança de condição, entretanto, tanto que esta mudança é resumida pelo termo corrupção, a possibilidade de uma tal elaboração só pode parecer virtualmente impossível"(*Le moment machiavélien, op. cit.* p. 215).

[40]Acerca da questão da renovação em Maquiavel, Gilbert afirma: "como seus contemporâneos, ele pensa que a reforma deve ser 'um retorno ao princípio' mas, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, não acredita que a reforma possa ser feita *apenas* pela reconstituição das instituições que a sociedade teve na época de seu início. A mudança particular que Maquiavel dá ao problema da reforma está implícita em suas idéias sobre as origens das sociedades políticas. Como seus contemporâneos, ele

tempo a bondade se corrompe, é necessário que algo interfira neste processo: "e é coisa mais clara que a luz que, não se renovando, estes corpos não duram. O modo de renová-los é, como foi dito, reconduzi-los em direção aos seus princípios. Porque em todos os princípios das seitas e das repúblicas e dos reinos convém que haja em si alguma bondade, mediante a qual recuperam a reputação primeira e seu primeiro crescimento. E porque, no processo do tempo, esta bondade se corrompe, se não intervém algo que a reconduza às condições iniciais, necessariamente morre este corpo"[41].

Ainda no capítulo 18, ao expor o caso extremo, em que a corrupção tomou conta de todo o corpo do Estado, Maquiavel indica que estágios diferentes de doenças exigem remédios progressivamente mais fortes. No caso de uma república extremamente corrompida, a coerência só pode ser obtida por um ato de força, como ele afirma: "de todas as coisas antes ditas, nasce a dificuldade ou impossibilidade de uma cidade corrompida manter uma república ou criá-la novamente. E ainda que se a criasse ou mantivesse, seria necessário reduzi-la antes ao estado régio que ao popular, para que aqueles homens que não podem, por sua insolência, serem corrigidos pelas leis, fossem de alguma maneira freados por um poder quase régio. E querer fazê-los por outra via tornarem-se bons seria ou uma ação crudelíssima ou inteiramente impossível"[42]. Por este poder que freia a

---

considera as sociedades políticas como criação do homem e assim reconhece a existência de legisladores no início de toda sociedade. Mas, em seus escritos, dota o legislador com poderes mais divinos que humanos. O legislador é uma figura elevada não apenas porque estabelece as instituições da sociedade política, mas, também, porque infunde o espírito que dá à sociedade coesão e força. Logo, para Maquiavel, o 'retorno ao princípio' é um processo contínuo, significa manter vivo o espírito subjacente às instituições de uma sociedade. Em um mundo que se modifica rapidamente, é necessário submeter as instituições a exames freqüentes para testar a eficácia de sua proposta original: o desenvolvimento da *virtù*" (Gilbert, *Machiavelli and Guicciardini*, *op. cit.*, pp. 184-5).

[41] *Discorsi*, III,1.

[42] *Idem*, I, 18. Segundo o que observa sobre esta passagem Gérald Sfez, a extrema corrupção da república leva a uma solução também extrema: "é preciso recorrer a meios extraordinários e operar uma mudança abrupta. Situação extremamente difícil que exige que um homem de bem use de meios violentos ou que um homem mau empregue seus serviços a um fim nobre. É preciso então recorrer a uma autoridade quase real. Passado um certo limite na desigualdade flagrante, a solução no quadro do regime republicano é

maldade dos homens e, portanto, a corrupção do Estado, a matéria e a forma são reconduzidas à unidade e as estruturas que respondem a diferentes temporalidades, que perderam coesão no decorrer do tempo, podem voltar a coincidir. Este ato de força é uma opção limite que Maquiavel vê para que as repúblicas consigam manter a coerência devida. Mas, de uma forma ou de outra, pelo freio mais forte que o poder das leis ou pelo recuo a sua condição original por meio das leis, o estado de corrupção pode ser revertido.

Esta discussão parece apontar o processo do tempo como corruptor da ordem instituída pelos homens, demandando deles um esforço contínuo para mantê-la e restaurá-la. A ação humana é o que pode dar a forma à matéria, num processo contínuo; o processo do tempo tem um efeito comum a todas as repúblicas, enquanto que a ação humana pode ser tanto restauradora como corruptora, tanto criadora como destruidora. Os homens, enquanto matéria do Estado, são mutáveis. Em um outro sentido, os homens são os criadores da forma, instituindo as leis e as ordens que conformam a matéria. Apesar do peso que a fundação tem no pensamento de Maquiavel, a necessidade constante de manter coesas a matéria e a forma faz com que seja necessário, ao longo de toda a existência do Estado, para mantê-lo vivo, além de manter as formas instituídas, criar também constantemente novas formas. São destas formas que depende a manutenção da liberdade em uma república, pois elas se constituem em um obstáculo às tentativas de corrompê-la. Retomando o caso de Mânlio, antes citado[43], havia sido o estado incorrupto da cidade que impedira que suas ações fossem bem sucedidas, pois tanto a Nobreza como os Tribunos da Plebe se opuseram à sua "*bruta cupidità de regnare*". Maquiavel opõe então a cidade corrupta àquela que é politicamente viva, ou seja, aquela em que os cidadãos prezam a liberdade.

---

ela mesma sobre o plano do espírito republicano uma solução limite"(*Machiavel, la politique du moindre mal*, Paris, PUF, 1999, p. 228).

[43] *Discorsi*, III, 8.

***

Mas, além da observação dos movimentos do Estado depender de uma perspectiva temporal, há uma outra razão para que o conhecimento da história seja necessário à compreensão política. As paixões são invariáveis e os movimentos são comuns a todos os Estados, mas este conhecimento é ainda insuficiente para dar conta da realidade. O estudo dos acontecimentos que a história apresenta permite ainda ter consciência de que a variação das circunstâncias específicas afeta seus resultados. Quando Maquiavel afirma seu conhecimento das coisas antigas e a prática das presentes, aludindo tanto aos seus estudos dos historiadores antigos como a sua experiência nos assuntos florentinos como diplomata, afirma com isso, também, o seu conhecimento de uma grande variedade de circunstâncias. O saber histórico é o único instrumento que permite a um tempo conhecer os homens, considerados em si mesmos e organizados politicamente, e a variedade das circunstâncias. Mas se o conhecimento sobre o homem pode ser sintetizado em regras gerais, as circunstâncias são irredutíveis a esta mesma síntese; isto é o que faz com que exista uma incerteza permanente na avaliação de uma situação tanto do ponto de vista do conhecimento como da ação.

Uma outra maneira de colocar a mesma questão é a partir da constatação de que mesmo que as paixões sejam as mesmas no decorrer dos tempos e os movimentos sejam recorrentes nas histórias dos povos, estas histórias são diferentes. Toda a regularidade existente no mundo não é suficiente para excluir as diferenças. Maquiavel expressa as causas destas diferenças de muitas formas: leis, ordenações, educação, circunstâncias e acidentes diversos fazem com que a história possa acontecer de modo similar, mas não do mesmo modo. Desta forma, as histórias de Florença e Roma, apesar de poderem ser comparadas a partir da divisão entre os humores, levam à constatação das diferenças pelos modos como regulavam o conflito e das diferentes conseqüências às quais as levaram estes

modos. Retornando ao exemplo antes estudado, do que as seitas fazem para apagar a memória das anteriores, podemos observar que Maquiavel considera que, se existe recorrência, isso não se dá de forma idêntica, mas como movimentos que seguem um curso de mesma direção. A seita cristã fez contra a seita gentia algo que esta teria feito contra a anterior, o que ocasionou seu apagamento. Reproduzindo o mesmo modo de ação, a seita cristã não conseguiu apagar a memória da seita anterior, pelas circunstâncias que fizeram com que a língua se mantivesse. Embora o movimento tenha sido o mesmo, os resultados não foram idênticos, o que provocou tanto uma modificação na história como na memória dos acontecimentos.

Mas as circunstâncias, por si mesmas, não são passíveis de serem sintetizadas em um conhecimento, por dizerem respeito aos acontecimentos considerados de modo isolado ou às variações em movimentos regulares. Se a irregularidade afeta a regularidade, é impossível pensar o que é regular partir do que é irregular, mas sempre o contrário. Pela compreensão do que é sempre da mesma forma chega-se à percepção da diferença. Deste modo, o conhecimento dos movimentos e das paixões precede o conhecimento das circunstâncias que os individualizam.

Isto leva a crer que o único conhecimento histórico estável é dado pela compreensão dos movimentos do Estado. Uma república pode cair de muitas formas, o que é certo é que cairá. O conflito entre os humores pode ser resolvido ou dar origem a diversos acidentes, o que é certo é que sempre haverá o conflito. As únicas coisas que escapam à instabilidade são estes movimentos gerais que podem ser observados em todos os Estados. Movimentos de instabilidade eles mesmos, pois as coisas humanas estão sempre em movimento, dão estabilidade ao conhecimento na medida em que podem ser considerados como inevitáveis e presentes em todos os Estados. Eles estão de certo modo fora do alcance da ação humana, e como tais são universais. O que varia é o modo como cada povo irá lidar com eles.

Estes modos constituem, em suas diferentes versões, de acordo com o que cada historiador retém dos acontecimentos, as histórias. A partir delas, Maquiavel concebe que é possível obter o conhecimento que permite dar soluções particulares aos movimentos universais. Existem soluções melhores e outras piores, em vista das circunstâncias particulares, e ao pensador da política cabe discerni-las e ver por detrás das diferenças a estabilidade. O passado mostra as possibilidades de confrontar os movimentos inevitáveis do mundo. Assim, o que parece dispersão pode vir a ser visões de algo estável, à medida que são percebidas como possibilidades do mesmo, quando se buscam na história as formas históricas particulares relativas às mesmas questões. A história ensina e dela é possível retirar regras gerais, mas estas regras não podem ser pensadas como um receituário. A mobilidade das coisas faz com que as receitas freqüentemente desandem quando aplicadas. Guias e não moldes, os exemplos históricos ensinam que as coisas são móveis.

O diálogo que Maquiavel compõe entre história e pensamento político revela que embora os movimentos sejam universais, só é possível observá-los, e às suas resoluções, nos casos particulares. A concepção de que o que ocorre em um Estado poderá se reproduzir em outros, como um espelho inexato, é o que fundamenta esta perspectiva. Outra possibilidade é afirmar que a história mostra esta reprodução. Mas o que a história mostra e o que pode ser visto é fruto de uma mediação do olhar. Procurar a repetição e não a completa diferença entre os estados é a única possibilidade que Maquiavel encontra para dar inteligibilidade à história. No acontecimento, embora único, sua singularidade não interdita a universalidade, cada acontecimento revela, por sua inserção nos movimentos universais, a *verità effettuale della cosa.*

Há assim dois níveis de compreensão: o imediato, do acontecimento e o mediado, do acontecimento inserido no movimento universal. Por isso, a questão do conflito entre os que governam e os que são governados, os que detêm o poder econômico e os que estão a ele subordinados, pode ser um fator de estabilidade na

observação dos Estados. Maquiavel não pensava senão sociedades com Estado, e estas sociedades são cindidas entre governantes e governados. Assim, em sua versão da história de Florença, Maquiavel irá fundar sua interpretação na compreensão dos rumos aos quais as cisões da sociedade florentina a conduziram.

Parte II – Da política à história

Introdução

A tentativa de reproduzir o mesmo tipo de leitura da obra política de Maquiavel, em que se procurou estabelecer a relação entre história e política em textos em que elas estavam intimamente ligadas, não é mais possível na obra histórica. Isto pode ser explicado em razão do modelo de escrita da história do qual Maquiavel é herdeiro, que interdita em parte este modo de leitura.

O modelo historiográfico que será desenvolvido no Renascimento retoma, tanto no conteúdo como na forma, os padrões estabelecidos pela Antiguidade. Segundo afirma Momigliano, esta retomada implica um abandono do modelo cristão medieval[1]. No contexto europeu, a crônica fora a forma de escrita da história medieval. Existiram duas classes de cronistas medievais: as crônicas escritas em latim, geralmente por monges, e um pequeno corpo de crônicas escritas em francês antigo ou anglo-normando por leigos ou membros do clero secular[2].

---

[1] "Para resumir, os cristãos inventaram a história eclesiástica e a biografia dos santos, mas não tentaram cristianizar a usual história política; e eles influenciaram a biografia usual menos que esperaríamos. Uma reinterpretação da história usual militar, política ou diplomática em termos cristãos não foi realizada e nem mesmo tentada". Como conseqüência: "Nenhuma real historiografia cristã fundamentada na experiência política de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito foi transmitida à Idade Média. Isto é visível já no século VI, quando um historiador político e militar como Procópio era basicamente pagão em perspectiva e técnica. Nos séculos XV e XVI, quando os humanistas redescobriram seus Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Tácito, era algo para o que não havia uma alternativa cristã evidente. Não me cabe dizer se era possível uma alternativa: se um 'Tacito cristão' mais antigo teria sido menos tolo que um da pós-Reforma. O que eu devo apontar é que as condições que tornaram possível Maquiavel e Guicciardini tiveram origem no quarto século D.C.. Os modelos para histórias políticas e militares permanecem irremediavelmente pagãos. Na alta historiografia não há nada comparável com a fácil cristianização do *breviaria* pagão"(Momigliano, Arnaldo, "Pagan and Christian Historiography in the Fourth Century A.D.", in *The conflict between paganism and christianity in the fourth century*, Oxford, Claredon Press, 1963, p.88-89).

[2] Brandt, W.J., *The shape of medieval history, studies in modes of perception*, New Haven and London, Yale University Press, 1968.

Na Itália, também a crônica foi a forma de registro histórico medieval. Entretanto, o quadro que Cochrane[3] apresenta mostra como a crônica que, em Florença, precedeu em dois séculos a historiografia humanista, foi uma antecessora desta forma de história. Esta crônica florentina, que começou como uma simples lista de cidades oficiais, torna-se com o tempo um instrumento para a expressão do orgulho cívico. Constituía-se de diários familiares, comerciais e de negócios da cidade. Não eram a criação de uma só pessoa ou por serem escritas por várias gerações da mesma família ou como cópias de outras crônicas. Um exemplo disto é a *Nuova Cronica* de Giovanni Villani, uma obra histórica importante e que servirá como fonte para a *História de Florença* de Maquiavel. A crônica é iniciada em 1300 e quando Giovanni morre, em 1348, passa às mãos de seu irmão, Matteo Villani[4].

A narrativa dos cronistas comportava uma reunião indistinta de eventos: econômicos, políticos, militares, astrológicos e meteorológicos. Os propósitos dos cronistas eram moral ou de entretenimento, não se preocupando com a distinção entre fato e lenda, assim como com as relações causais. Como não encontravam qualquer padrão de mudança significativo no passado, não podiam fazer previsões do que iria acontecer no futuro. Sua organização era quase exclusivamente cronológica. Outras periodizações inseridas eram bíblicas, astrológicas e de reinados de papas e imperadores, não coincidindo com qualquer padrão observável na história florentina. Assim, a crônica não é história, mas contribuiu consideravelmente para a ascensão da história no século XV, tanto fornecendo material para história, servindo-lhe como fonte de informação, como antecipando certos aspectos de sua forma e estilo. A mais importante contribuição foi fornecer suas principais teses: o orgulho

---

[3] Cochrane, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, Chicago University Press, 1981, livro I, "O nascimento da historiografia humanista".

[4] A *Nuova Cronica* é apresentada por Giovanni como uma obra "na qual se trata das coisas passadas e, especialmente, das origens e começos da cidade de Florença, depois de todas as mutações que houve e haverá pelos tempos".

cívico florentino ou a apologia de facções florentinas e a recente ascensão de Florença num contexto histórico mais amplo[5].

Ainda segundo Cochrane, o outro antecessor da historiografia humanista, além da crônica, teria sido o primevo humanismo Renascentista, representado por Petrarca, Bocaccio, Salutati e os discípulos de Salutati até as primeiras décadas do século XV. As suas contribuições foram: o sentido de mudança através do tempo e um esquema no qual a mudança pode ser traçada, o que não havia sido precedido nem pelos cronistas nem pelos antigos historiadores. A questão era como engendrar uma grande nova era, como foi a dos antigos. Outras contribuições foram a divisão da história em Antiga, Medieval e Moderna e, ainda, a idéia de que a história pode ser um estímulo e, por isso, deve-se estudá-la.

Destas duas correntes das quais nasce a historiografia humanista florentina e, a partir delas, também Bruni se tornará um modelo ele mesmo para os historiadores que o sucedem. De acordo com Baron, a *Historiae florentini populi* é a primeira historia humanista de uma cidade italiana: "a partir do momento em que apareceu o livro, sua idéia totalmente original da história se converteu no modelo do pensamento florentino renascentista. Depois de serem completados os primeiros seis livros, em 1429, nenhuma outra obra histórica foi mais amplamente lida, reconhecida, citada e imitada na Florença do Renascimento (...) a *Historiae florentini populi* foi o paradigma da escritura historiográfica até já muito avançados os tempos de Maquiavel e Guicciardini"[6].

O conteúdo e a forma diferenciam a crônica deste novo tipo de narrativa histórica, do qual Bruni será o modelo, em Florença. Da seqüência indistinta de

---

[5] Cochrane considera que um exemplo do modo como estes cronistas anteciparam temas pode ser visto pela concepção à qual Gregório Dati chegou sobre a missão de Florença. Esta concepção era similar `a de Bruni, segundo a qual os florentinos não eram herdeiros de Roma, mas os defensores da liberdade política e do governo republicano contra a antiga ameaça de escravidão, tirania e império universal (*Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, *op. cit.*, livro I).

[6] Baron, Hans, *En busca del humanismo cívico florentino*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 44-5.

eventos que a crônica oferecia, e que podia ser utilizada como fonte para elaboração de uma verdadeira história como era considerada a historia humanista[7], eram filtrados os assuntos considerados dignos de compor uma história e conformados aos padrões estilísticos apropriados. Tanto estes padrões como os critérios de seleção do conteúdo eram fornecidos pelo exemplo dos romanos.

A síntese destes meios que permitiam que a narrativa dos eventos fosse alçada à condição de uma história verdadeira, segundo indicam os estudiosos da questão[8], é o *Actius*, de Pontano. Esta obra é uma súmula da teoria historiográfica do *quattrocento* e um dos poucos tratados humanistas no qual vem proposta, de modo orgânico, uma elaboração teórica sobre a historiografia. Pontano postula a distinção entre forma e conteúdo da obra historiográfica, ou seja, entre a organização formal da mensagem e a própria mensagem. Estabelece como principais atributos da narração a *brevitas* e a *celeritas*, uma vez que a organização formal do discurso é um momento essencial no qual é feita a reconstrução e a interpretação dos fatos históricos. O que significavam a *brevitas* e a *celeritas* era demonstrado a partir de citações de Salústio e Lívio, "e ele declarava que, usando estes meios estilísticos, o autor poderia fornecer tanto o conhecimento dos motivos e dos detalhes como a impressão de um rápido desenvolvimento dos eventos"[9]. A organização da obra histórica previa a divisão em livros que enfatizavam momentos decisivos, sendo os livros iniciados por reflexões de filosofia política sem interromper a narração e organizados em capítulos de acordo com tópicos. Devia conter, também, conselhos e

---

[7] A utilização das crônicas era habitual na historiografia humanista, pois as fontes escolhidas eram preferencialmente as mais próximas à época a ser narrada. Gilbert menciona a relação entre Sanudo e Bembo, em que Sanudo recolhe um amplo material da história veneziana que, apenas depois de ser lapidado por Bembo nos padrões da história humanista, será considerado verdadeiramente uma história (*Machiavelli and Guicciardini, op. cit*, 225-226).

[8] Gaeta, Franco, "Machiavelli storico", *op. cit.*, pp. 139 –171; Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, Pisa, Pacini editore, 1979; Gibert, Felix, *Maciavelli and Guicciardini op.cit*; Cochrane, Eric, *Historians and Historiographies in the Italian Renaissance, op. cit*, 1981.

[9] Gibert, Felix, *Machiavelli and Guicciardini, op. cit.*,p. 209.

motivações na forma de elegantes discursos e modelos de comportamento político na forma de perfis[10].

A discussão sobre a forma comportava uma série de discussões sobre quais historiadores deveriam ser imitados por seu estilo e se esta imitação deveria comportar a síntese entre autores ou seguir apenas um. De todo modo, os autores considerados como perfeitos eram, sobretudo, Salústio e Tito Lívio[11]. Um exemplo expressivo do modo como era conduzida a discussão se encontra em uma carta de Bembo, de 1513, em sua correspondência com Giovanni Francesco Pico della Mirandola. Bembo, opondo-se ao seu correspondente, era partidário da escolha de apenas um autor como modelo estilístico. Discutindo a limpidez do estilo de César e da majestade do de Cícero, ele pondera: "estas duas qualidades, tomadas nelas mesmas e separadamente, são julgadas uma e outra notáveis e admiráveis, enquanto que, se tu as misturas, elas perderão, cada uma, seu aspecto e nobreza originais. E se, além da limpidez de César e da majestade de Cícero, há igualmente a brevidade de Salústio, a abundância de Tito Lívio, o brilho de Celsi, a exatidão de Columelle, se há, enfim, a beleza estilística própria observável em cada escritor excepcional — como o temperamento próprio é observável no rosto —, se estimas dever conservar todos ao mesmo tempo em teus escritos, eu temo que aparentes ter querido menos

---

[10] *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, *op. cit*, p. 265-270.

[11] Momigliano vê, entretanto, problemas na filiação da história nacional moderna atribuída a Tito Lívio: "Nós conhecemos todos a versão tradicional do nascimento da história nacional durante o Renascimento. Ela se apresenta aproximativamente assim: imitando conscientemente Tito Lívio, Leonardo Bruni escreveu a história de Florença, Marco Anônio Sabellico e Bembo escreveram aquela de Veneza, Giorgio Merula fez o mesmo para os Visconti de Milão e assim por diante. Na mesma veia, Enéas Silvio Piccolomini (Pio II) escreveu a história da Boêmia, Antonio Bonfini, aquela da Hungria, Lucio Marineo Siculo, a história da Espanha, Polidoro Virgilio, a história da Inglaterra e Paul Émile aquela da França. Pedem a Politiano para escrever a história de Portugal. Os humanistas italianos tinham encontrado nisso um honesto ganha-pão: eles se fizeram comerciantes de histórias nacionais segundo os modelos da Antiguidade clássica (...) Esta versão apresenta defeitos evidentes. Certamente não se pode negar a importância de Tito Lívio na gênese das histórias nacionais modernas. Mas, quanto mais nós refletimos sobre isso, menos o encontramos"(*Les Fondations du savoir historique*, Paris, Belles Lettres, 1992, p. 94-5).

imitar estes grandes escritores que os ridicularizar, menos igualá-los que os desnaturá-los"[12].

Do ponto de vista do conteúdo, os eventos político-militares são o tema histórico por excelência, o que inclui a narração das batalhas, mas também os discursos dos comandantes a seus homens, as alianças e a ilustração dos costumes. Estes eventos são examinados, portanto, em todas as suas possíveis articulações: causas, conseqüências, deslocamentos geográficos, acontecimentos etc. A exposição da origem das cidades — sua estrutura jurídica e política, as tradições e propensões dos habitantes — conferia dignidade e variedade à narrativa. Entretanto, a maior parte de seu interesse está voltado à política externa de um Estado[13].

Isto compunha uma historiografia de exemplos, logo uma historiografia pragmática. Segundo Gaeta[14], a história podia assim cumprir seu papel de mestra da vida, com exemplos para louvar e condenar. O historiador era como o legislador, e o passado tornava-se uma espécie de mina pedagógica para um ensinamento moral. Assim, o historiador é legislador, orador e poeta: "o seu objetivo principal era ensinar alguma coisa e, portanto, ele se arrogava o direito de escolha dos exemplos, isto é, o direito de escolher entre aqueles fatos que lhe pareciam mais adaptados e eficazes a fornecer o ensinamento desejado; e destes fatos, ele escolhia os detalhes mais salientes ou aqueles que assim lhe pareciam"[15]. Deste modo, o problema da verdade não se colocava, mas sim a estilização dos eventos com função didática[16].

---

[12] Giovanni Francesco Pico della Mirandolla e Pietro Bembo, *De l'imitation, le modèle stylistique à la Renaissance*, Paris, Éditions Aralia, 1996, p. 75.

[13] A escolha destes temas mostra que não apenas no estilo Salústio e Lívio eram os modelos: "Os temas de Salústio tinham sido as guerras singulares, e assim os historiadores humanistas escreviam sobre guerras singulares (...) A obra prima de Lívio era a história de Roma, uma cidade estado. deste modo, os humanistas seguiam-no na composição de histórias de cidades-estados em seus próprios tempos"(Gilbert, *Machiavelli and Guicciardini, op. cit.*,209).

[14] Gaeta, Franco, "Machiavelli storico", *op. cit*, pp. 139 –171.

[15] *Idem*, p. 142.

[16] Entretanto, segundo indica Anselmi, para Valla (1407-1457) "a história é o terreno em que se unificam todos os conhecimentos: seu estudo é a condição essencial para a verificação verdadeiramente integral sobre o homem e sobre seu comportamento". Pela retomada de Tucídides, a *veritas* — reconstrução imparcial e objetiva do fato — deve ser o

Para que a *História de Florença*, de Maquiavel, fosse considerada uma verdadeira obra histórica, ela deveria seguir os padrões da historiografia humanista, o que acarreta um distanciamento entre as considerações políticas referentes aos acontecimentos e a narrativa. Isto a torna nitidamente diferente dos *Discorsi* ou de *O Príncipe*. Nestes, há uma tamanha proximidade entre estes dois registros que temos uma grande dificuldade de separá-los sem comprometer a compreensão e o significado do texto. Na *História de Florença*, ao contrário, as considerações políticas parecem claramente distintas e quase que inteiramente relegadas ao Proêmio e aos capítulos introdutórios de cada livro, o que está inteiramente de acordo com o modo de organização da obra histórica humanista. É forçoso concordar, neste ponto, com a análise de Matucci[17] que considera que, nesta obra, Maquiavel emprega o antigo e muito afamado modelo historiográfico, voltando a separar o que, nos *Discorsi,* havia unido: narração e interpretação dos eventos históricos. Segundo Matucci, os juízos políticos — tal como em Salústio, Matteo Villani e Leonardo Bruni — são relegados aos discursos diretos dos personagens ou aos capítulos proemiais de cada livro[18]. Para ele, "o que Maquiavel não sabia, e é para nós muito mais importante, é que daquela cadeia, como se dizia, teria sido o último elo. Porque todos os historiadores sucessivos, quando narrarem esta ou uma

---

conteúdo primeiro da história, e não a exemplaridade (Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, *op. cit.*, cap. 1.)

[17] A perspectiva de Matucci é analisar a historiografia florentina a partir da questão da relação entre juízo político e narrativa: "todos, vulgares e humanistas, se encontram em suma com o problema de unir a fase em que os fatos são contados àquela na qual os mesmos fatos são comentados: narração e juízo, tempo verbal passado e tempo verbal presente (...) o objetivo é identificar e seguir a via que leva diretamente às narrações e aos juízos dos *Discorsi*. Os quais não têm nada atrás de si não porque saiam desta via como isolada novidade do gênio, mas porque renovam esta via na consciente, necessária, inédita adaptação de um antigo problema às novas exigências de uma nova época"(Matucci, A., *Machiavelli nella storiografia fiorentina, per la storia di um genere letterario,* Firenze, L.S. Olschki, 1991, p. X).

[18] Matucci, A., "Narrare o interpretare : Machiavelli e la congiura dei Pazzi", in *Niccolò Machiavelli Politico, Storico Letterato*, Roma, Salermo, 1996, p. 315-335.

outra conjura, adotarão o modelo dos *Discorsi*, e não aquele de Poliziano, de Guicciardini e da *História de Florença*"[19].

Esta perspectiva, de certo modo, interdita um estudo do tema nos mesmos termos antes propostos para a obra política. Mas se a passagem da narrativa à análise política não se apresenta da forma clara que encontramos na obra política, há outras maneiras de abordá-la. Assim, é possível concordar com Matucci quando ele diz que existe um afastamento entre considerações políticas e a narrativa, mas isso não pode significar a impossibilidade de analisar a obra de um ponto de vista político nem a interdição da leitura das considerações políticas como integradas à concepção da obra.

Como bem sintetiza Gilbert, "é o destino de quase todos os escritos de Maquiavel o de ter levantado discussões e disputas. Não obstante, o caso da *História de Florença* é peculiar porque os juízos a propósito desta obra variam de uma maneira tão radical que não podem ser conduzidos a problemas circunscritos, sobre os quais se possa centrar uma disputa"[20]. A isto se acresce, e provavelmente influi nesta variação, a desproporção entre a quantidade de comentários de suas obras políticas e aqueles voltados à obra histórica. No julgamento de Anselmi, os estudos sobre a História de Florença são poucos, exíguos, insuficientes e muitas vezes metodologicamente superados[21]. Sobre a posição de Maquiavel em relação à historiografia humanista, as opiniões dos comentadores são, de fato, diversas. Cochrane e Gaeta, por exemplo, consideram que Maquiavel não promove nenhuma mudança em relação aos padrões humanistas tradicionais, subordinando-os a seu pensamento político: "A *História de Florença* deveria ser julgada propriamente não como um ousado novo passo no desenvolvimento da historiografia renascentista, como tem sido sugerido algumas vezes, mas como uma adaptação das formas e métodos que ele emprestou de Bruni para os propósitos não de história, mas de

---

[19] *Idem*, p. 329.
[20] Gilbert, Felix, *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna, Il Mulino, 1964, p. 291.
[21] Anselmi, *Le frontiere degli umanisti*, Bologna, CLUEB, 1988, p. 151.

filosofia política"[22]. Do ponto de vista da forma, Cochrane considera um sinal de que Maquiavel segue os padrões o fato de ordenar a obra em livros seguindo os padrões da historiografia humanista municipal que foram especificados acima. Gaeta, por sua vez, considera que para Maquiavel "a história política continuava sendo mestra da vida: da vida política de cujas leis mostrava a existência e o funcionamento; mas o esquema humanístico que ele se sentia levado a adotar era o esquema humanístico de Bruni e De. Poggio. A problemática era mudada e nova (personalíssima, se assim se quiser); mas este conteúdo calava em uma forma antiga, seletiva e estilizante, na qual a conexão unitária dos eventos era subordinada e sacrificada à função pragmática da demonstração de algumas teses políticas de fundo. A passagem da política à história, que Guicciardini realizou escrevendo sua *História da Itália*, Maquiavel não cumpre nunca: por sua deficiência ou por imaturidade dos tempos"[23].

Anselmi, por outro lado, julga que Maquiavel se distancia destes cânones: "se libera completamente do vínculo como o modelo dos Anais e configura uma exposição funcional aos elementos objetivos que entende levar a primeiro plano e que dificilmente poderiam inscrever-se em uma rígida malha cronológica. O superamento da historiografia humanística é, neste sentido, verdadeiramente total: e, no interior desta diferença, ulteriores escolhas caracterizantes são operadas por Maquiavel, por exemplo, a variabilidade da duração expositiva. Entre um modelo historiográfico pontaniano que, sob a escolta de Salústio, havia assentado sobre os cânones da *brevitas* e *celeritas* e um modelo biondesco que, ao contrário, era fundado sobre a busca da totalidade, Maquiavel prefere, levando às conseqüências extremas as perspectivas abertas em parte por Bruni e pela historiografia florentina, articular a duração narrativa das fases históricas singulares em função do relevo objetivo que apresentavam, além de qualquer condicionamento apriorístico"[24]. De

---

[22] Cochrane, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance, op. cit*, p. 270.
[23] Gaeta, "Machiavelli storico", *op. cit.*, p. 143-4.
[24] Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, *op. cit*, p. 169.

fato, ao contrário da tradição crítica, que considera a *História da Itália*, de Guicciardini, como o início da historiografia moderna, Anselmi afirma que estudos mais recentes apontam a *História de Florença* como "o verdadeiro ponto de fratura com certa tradição medieval e humanista e o primeiro grande texto inovador quanto aos cânones do rito"[25]. Ainda, ao contrário da crítica que, neste último século, de acordo com Anselmi, buscou demolir sistematicamente o valor filológico e documentário da obra de Maquiavel, ele julga que a escolha das fontes "nunca é casual. Responde às exigências interpretativas de Maquiavel e é, no âmbito dos fins aos quais Maquiavel se propõe, filologicamente acurada"[26].

Se a integração entre política e história se apresenta, na *História de Florença*, de um modo diferente daquele que aparece na obra política, é preciso procurar como esta integração se mostra na construção da obra. A proposta deste trabalho é o de uma análise a partir daqueles momentos do livro nos quais as considerações políticas estão mais claramente expostas: o Proêmio à obra e os capítulos introdutórios dos livros, os discursos diretos dos personagens e certas passagens, no interior da narrativa, identificadas principalmente pelo vocabulário característico de Maquiavel. Estes três momentos identificados como concernentes ao tema não são, entretanto, os únicos aspectos a serem considerados e, mais do que isto, não podem ser observados isoladamente do contexto da obra.

Para seguir estes percursos, o primeiro aspecto a ser considerado é o conteúdo destes capítulos introdutórios, que efetivamente são claramente exposições

---

[25] Anselmi, *Il tempo ritrovato, Padania e Umanesimo tra erudizione e storiografia*, Mucchi editore, 1992, pp. 71-119.

[26] Anselmi, G.M., *Le frontière degli umanisti*, *op. cit.*, p. 161. O estudo das fontes está bastante avançado: "para os primeiros seis livros da *História de Florença* já se conhece, quase capítulo por capítulo, as fontes seguidas por Maquiavel; são todas de tipo historiográfico, não documentário e já indicadas por Villari, Tommasini (...) Para os últimos dois livros permanece alguma dificuldade para encontrar todos os testemunhos mais ou menos documentários seguidas por Maquiavel, mas também para estes livros existem informações úteis fornecidas por Tommasini, por Villari, por Gaeta e, recentemente, por Hatfield(...)"(*idem*, p. 156).

de juízos políticos de Maquiavel. Mais que um real prefácio aos temas tratados, eles estruturam a obra ao fornecer os parâmetros teóricos a partir dos quais a narrativa pode ser entendida. Isto não significa afirmar que eles sejam independentes ou que a narrativa seja internamente destituída de sentido, mas que existe um entrelaçamento que faz com que sejam mutuamente iluminados.

Os discursos diretos dos personagens são um caso mais delicado, na medida em que, embora apresentando considerações políticas, não são sempre a expressão da posição do autor. E, além disso, não é impossível que estes discursos sejam parcialmente condizentes com posições que Maquiavel apresenta em outros livros, mas ainda assim não correspondam, no sentido geral, às suas posições. O que se pretende demonstrar é que o isolamento das considerações políticas em relação à narrativa é relativo, uma vez que ele fornece parte da estrutura da obra. Em outros termos, mesmo que estas considerações estejam num espaço circunscrito, na maioria das vezes, elas não são por esta razão desvinculadas do conteúdo e da ordenação da narrativa. Elas servirão como pontos de apoio tanto para a leitura da obra como para que seja possível relacioná-la mais diretamente aos escritos políticos[27].

É possível assim seguir a seqüência de discursos diretos de personagens e dos capítulos introdutórios. Ou seja, o que se pretende demonstrar é que existem duas possibilidades de leitura destes textos: uma é a partir da sua continuidade, que oferece por si mesma uma compreensão da perspectiva de Maquiavel diante da história florentina; a outra é a da sua inserção no contexto da obra, tanto como continuidade como em relação a cada livro. Aqueles outros momentos de exposição de juízos políticos, já apontados, que se encontram no interior da narrativa serão também necessários para esclarecer estes percursos.

---

[27] Nesta relação, é preciso considerar a reflexão de Maquiavel sobre Florença em suas obras políticas, embora seja pertinente observar que o período que ele geralmente discutia em suas obras é mais recente (a partir de 1434).

Para ver com qual ordem e maneira Maquiavel procedeu no escrever

A *História de Florença* é a única obra de Maquiavel considerada, de fato, como histórica. No entanto, embora os *Decennali* e a *Vita de Castruccio Castraccani* sejam escritos literários, de modos diferentes eles têm uma perspectiva histórica. Estas três obras são bastante diferentes tanto em relação ao gênero como ao momento histórico em que foram escritas. Assim, antes de entrar diretamente na *História de Florença*, é útil passar por estes dois textos para verificar de que modo eles podem contribuir para a sua compreensão.

O *Decennale Primo*, escrito em 1504, em versos, conta os eventos da história italiana e florentina depois da descida de Carlos VIII (1494 a 1504) e o *Decennale Secondo*, inacabado, os fatos de 1505 a 1509. É relevante observar que a escolha deste período revela o interesse específico de Maquiavel pelos eventos da história recente, assim como nos *Discorsi* e em *O Príncipe*, o que não será seguido na *História de Florença*, que abrange um período mais longo, desde da origem da cidade até a morte de Lorenzo dei Medici. No *Príncipe* e nos *Discorsi*, as referências à Florença e à Itália são, na maioria das vezes, de um período histórico próximo à data que ele aponta como sendo aquela a partir da qual ele teria a intenção de iniciar sua narrativa, 1434. Assim, se ele tivesse seguido a sua intenção inicial, esta escolha o teria conduzido a tratar de temas sobre os quais já havia mais longamente refletido e exposto em suas obras políticas. Portanto, no período narrado na *História de Florença*, Maquiavel não tinha as coisas vividas — "a longa experiência das coisas modernas" — como apoio para a narrativa, exceto como perspectiva, ao contrário de quando escreve os *Decennali*.

Do ponto de vista da forma, o fato dos *Decennali* serem uma narrativa histórica em versos e a pequena extensão da obra demonstram que ele não seguira

exatamente a tradição dos chanceleres florentinos. No entanto, segundo nos aponta Ridolfi, quando edita o *Decennale Primo* em 1506, Maquiavel já planejava escrever uma história de Florença, seguindo esta tradição. Naquele momento, as fontes estavam sendo reunidas[1]. A escrita da história da cidade era feita em Florença assim como em outros Estados italianos, mas, nos outros Estados, os historiadores "recebiam o ofício da república ou da corte, no interesse e para a exaltação da qual deviam endereçar os seus escritos. As únicas exceções são os historiadores florentinos, os quais, visando magnificar a própria cidade, se preparavam para a empresa por impulso pessoal e sentimento pátrio"[2]. Deste modo, quando da escrita do *Decennale* e da reunião do material para uma história da cidade, a situação de Florença e a de Maquiavel eram inteiramente adequadas a este empreendimento. O estado republicano e o cargo na chancelaria davam a Maquiavel, caso a tivesse escrito naquela época, a inserção em uma tradição republicana florentina. O fato é que ele não o fez naquele momento e nem mesmo depois da queda do regime republicano, quando poderia fazê-lo ainda livremente, mas dirigiu seus esforços para obras de cunho político.

Além dos *Decennale*, Maquiavel escreveu a *Vida de Castruccio Castracani*, apesar desta não poder ser considerada ainda propriamente uma obra histórica. Escrito muito tempo depois do *Decennale*, já em 1520 e, portanto, *post res perditas*, é geralmente considerado pelos comentadores como um ensaio para provar as capacidades de Maquiavel como historiador, o que significava demonstrar seus conhecimentos dos padrões humanistas, que foram antes esboçados. Isto o habilitaria então a receber a encomenda de escrever uma *História de Florença*, uma autêntica obra histórica[3]. Anselmi afirma que para além do "oportunismo", a

---

[1] Ridolfi, Roberto, *Vita di Niccolò Machiavelli*, Firenze, Ângelo Belardetti Editore, Roma,1954, p.136.

[2] Sabbadini, Remigio, *Il metodo degli umanisti*, Florença, Felice de Monnier, 1920, p. 84.

[3] Gilbert, Felix, *Machiavelli e il suo tempo*, *op. cit.*, p. 314, n.18. É importante para esta questão o fato de a *História de Florença* ser uma encomenda dos Medici, então senhores de Florença, o que Gilbert discute em seu ensaio sobre esta obra.

composição segundo o método biográfico significava aceitar também os fundamentos teóricos e filosóficos da cultura florentina da época dos Medici[4]. Segundo Ridolfi, a *Vita de Castruccio* foi "um grande escândalo para os pósteros pedantes que quiseram considerá-la e julgá-la como uma obra histórica, examinando minuciosamente todos as inexatidões históricas, ou melhor, ficções, de um escrito político e, ainda mais, literário! Mas nem os sagazes críticos modernos, finalmente esclarecidos sobre sua natureza, entenderam precisamente sua gênese"[5].

Trata-se, portanto, de um tipo estilístico escrito segundo os padrões da tratadística humanista, o que o faz, mesmo considerando o aspecto literário do texto, um antecedente literário da *História de Florença*. O estudo da *Vita de Castruccio Castracani*, pode, além disso, servir como contraponto ao modo como Maquiavel escreve a *História de Florença*, nos dando parâmetros para avaliar em que ele se aproxima ou se distancia deste modo clássico. Por outro lado, a *Vita* é um caso particular desta historiografia, por tratar não de uma cidade, mas de um indivíduo exemplar, um príncipe[6].

Assim, Maquiavel narra a história de uma personalidade seguindo os cânones da história humanista, com o que recebe dos amigos a quem endereçou a obra, Zanobi Buondelmonti e Luigi Alamanni, uma boa acolhida[7]. Eles a dizem "boa e bem dita", embora critiquem a última parte por muitas razões: por ser mais longa que o necessário e os ditos serem muitos, além de haver uma parte deles atribuída a autores antigos e modernos e outros que não têm a grandeza e a vivacidade que requer um grande homem. Mas o julgamento é, sem dúvida, favorável ao "modelo de história", que agrada pelo estilo, e há um elogio especial ao discurso proferido por Castruccio. A partir disto, é interessante notar a demonstração que Maquiavel faz de seu domínio dos padrões clássicos da retórica. Isto será relevante para a

---

[4] Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, *op. cit.*, p. 77.
[5] Ridolfi, *Vita di Niccolò Machiavelli*, *op. cit.*, 272.
[6] Uma das fontes do gênero de escrita da *Vita* é o modelo estabelecido por Plutarco nas *Vidas Paralelas*.
[7] Carta de Zanobi Buondelmonti a Machiavelli, 6 de setembto de 1520.

análise da *História de Florença*, uma vez que o recurso a estes padrões pode ser considerado uma chave de interpretação esclarecedora, não só no que diz respeito aos discursos, mas em toda a construção do texto.

Quanto à forma, a *Vida de Castruccio Castracani* é, portanto, uma biografia na qual podem ser percebidos recursos utilizados pela oratória na composição de um discurso laudatório, no caso, de uma oração fúnebre. Os temas que compõem um discurso deste tipo são assim definidos por Cícero: "quem quiser fazer o elogio de alguém, deverá falar dos bens dados pela fortuna: isto é, nascimento, riqueza, parentela, amizades, potência, saúde, beleza, força, inteligência e outros dotes físicos ou extrínsecos, dizendo que este homem fez deles bom uso, se os possuiu, que soube deles abster-se com sabedoria, se não os possuía, que suportou com serenidade sua perda, se os perdeu. Depois o orador exporá o que este homem fez com sabedoria, com generosidade, com fortaleza, com justiça, com magnanimidade, com senso de dever, com gratidão, com humanidade, em suma o que fez ou suportou exibindo qualquer virtude. Quem quer elogiar notará facilmente estas e similares características, quem quer condenar encontrará as antitéticas."[8]

A narrativa se inicia com o nascimento de Castruccio, salientando sua origem obscura e humilde e sua capacidade de suplantar a ausência deste bem da fortuna, mas também reforçando a fortuna como sua benfeitora desde a origem. Narra então a forma como foi criado por um religioso e sua irmã, como foi educado e as características manifestadas em sua juventude, que o conduziam para a vida militar e não sacerdotal, como desejavam os que o criaram. Tendo sido notado em sua infância por um nobre cavalheiro da cidade — ele superava de todos os modos os outros meninos da cidade, nas brincadeiras, e, além disso, exercia sobre eles autoridade e era amado —, este lhe oferece uma formação que permitirá que siga a carreira de armas. Seu sucesso em seguir a carreira de armas e sua postura digna são então ressaltados: "passado portanto Castruccio da casa de *messer* Antonio

---

[8] Cicero, *Do Orador*, II, 11.

Castracani canônico para a casa de *messer* Francesco Guinigi *condottiere,* é extraordinário pensar no brevíssimo tempo em que tornou-se cheio de todas as virtudes e costumes necessários num verdadeiro gentil-homem. Em primeiro lugar, fez-se um excelente cavaleiro, porque com grande destreza manejava qualquer cavalo ferocíssimo; nas justas e nos torneios, ainda que jovenzinho, era mais notável do que qualquer outro, tanto que em qualquer ação, de força ou de destreza, não encontrava nenhum homem que o superasse. Ao que se acresciam os costumes, em que se via uma modéstia inestimável; porque nunca se via fazer algo ou se ouvia dizer uma palavra que desagradasse; era reverente com os mais velhos, modesto com os seus iguais e complacente com os inferiores. Estas coisas o faziam amado não só de toda a família de Guinigi, mas de toda cidade de Lucca"[9]. Uma vez bem estabelecidas suas qualidades, consolidadas ainda na juventude, Maquiavel pode iniciar a narrativa de suas ações da idade adulta a partir da conquista do poder em Lucca pelo favor do povo, em razão das suas qualidades.

O tom retórico também predomina na fase final da vida de Castruccio, que termina com sua morte, culminando em um discurso para seu sucessor, o filho de seu protetor. Maquiavel apresenta, então, uma descrição geral de Castruccio, uma seleção de ditos espirituosos e outros mais sérios e ações em tempo de paz que expressam seu caráter: justiça, magnificência, urbanidade, prudência. Ou seja, todas as qualidades que são necessárias para bem compor um elogio, segundo os padrões estabelecidos pela arte oratória.

É na narrativa da fase adulta de Castruccio, como governante de Lucca, que se percebe uma mudança sensível, pois se seguisse o que seria previsto, deveria ser a parte em que seria exposto o que Castruccio fez "com sabedoria, com generosidade, com fortaleza, com justiça, com magnanimidade; com senso de dever, com gratidão, com humanidade, em suma o que fez ou suportou exibindo qualquer virtude". No entanto, nenhuma destas virtudes previstas é mencionada, mas certamente

---

[9] "La vita de Castruccio Castracani", *Tutte le Opere*, Firenze, Sansoni, 1992, p. 616-617.

Castruccio é dotado de *virtù* naqueles termos em que ela é considerada em *O Príncipe*. Isto é percebido pela forma como Maquiavel mostra que ele sabia "fazer amigos, observando todos os modos que são necessários para ganhar os homens"; como se torna príncipe de Lucca ("com seus amigos e com o favor fresco do povo, de modo que foi feito capitão de sua gente por um ano"); e ainda seu empenho em obter reputação na guerra. Maquiavel também relata o modo como, tendo escapado dos que haviam feito uma conjura para matá-lo, em seguida, usando a fraude, os aprisiona e mata. Depois, para garantir seu poder, mata ainda todos os que poderiam querer usurpá-lo: "não perdoou nenhum, privando-lhes da pátria e dos bens e, aqueles que pode alcançar, da vida, afirmando conhecer por experiência que nenhum deles poderia ser fiel". Ele também obtém a obediência do povo, "perdoando antigas dívidas e fazendo novas ofertas".

A narração de suas conquistas tem como contexto as lutas devidas às divisões existentes entre guelfos e gibelinos, não só em Lucca como na Itália. Os conflitos internos se espelham nas outras cidades envolvidas e os conflitos externos se tornam conseqüências destes. A fase adulta é então exposta sobretudo em função das ações de política externa e na guerra, ainda que sem a inclusão de discursos, com descrição detalhada das batalhas e de sua capacidade tática, demonstrando o reconhecimento, por parte de Maquiavel, das exigências temáticas da historiografia humanista. A primeira batalha dirigida por Castruccio salienta seu assombroso valor militar, sendo sua descrição concluída com a menção ao renome que então adquiriu: "foi grande a derrota e a matança, porque foram mortos mais de dez mil homens, com muitos comandantes e grandes cavaleiros de toda a Toscana da parte guelfa, além dos que haviam vindo em seu favor, como Piero, irmão do rei Roberto e seu sobrinho Carlo e Filippo, senhor de Taranto. E da parte de Castruccio não chegaram a trezentos (...) esta derrota tornou o nome de Castruccio muito grande"[10].

---

[10] "La vita de Castruccio Castracani", *op. cit.*, p. 618.

Quanto a este conteúdo, cabe observar que a atenção dada aos conflitos, internos e externos, relativos à divisão italiana entre guelfos e gibelinos, prenuncia o enfoque que eles terão na *História de Florença*. Por esta razão, embora o estilo do texto da narrativa da idade adulta de Castruccio seja bastante diferente daquele da *História de Florença*, não se distancia tanto desta. Nesta fase, o texto é mais seco e conciso, como o são normalmente os textos de Maquiavel; e a clareza na narração dos acontecimentos o diferencia das outras partes da obra nas quais o tom retórico é predominante.

Em uma avaliação ainda externa à obra, observa-se que a *História de Florença* se diferencia de todos os demais escritos de Maquiavel por, entre outras coisas, não ter sido fruto de uma escolha. O fato de Maquiavel receber a incumbência de escrever uma história de Florença por encomenda dos Medici evidencia a ruptura com a tradição florentina de independência do historiador e o novo estado de Florença. No entanto, é preciso considerar, por outro lado, que quando Maquiavel recebe a encomenda para escrever a *História de Florença*, ele já havia deixado há muitos anos seu cargo na república e este encargo representava de uma certa forma a retomada de uma honra que era reservada tradicionalmente aos ocupantes da primeira chancelaria. Segundo Ridolfi, além do salário que receberia para fazê-lo, "era sobretudo a honra. Haviam sido historiadores da República florentina no passado, Leonardo Arentino, Poggio, Scala, todos homens valorosos, todos primeiros chanceleres da Signoria, e quase lhe parecia ter-se tornado também chanceler, ou ter encontrado o caminho de retorno"[11]. Além desta primeira diferença, pode-se observar a lentidão da escrita da *História de Florença*, em comparação com as outras obras. Em sete anos, havia escrito *O Príncipe*, a *Mandrágora*, a *Vita de Castruccio Castracani*, os *Discorsi* e a *Arte da Guerra*, mas para escrever a *História de Florença* ele leva quase cinco anos (1520-1525).

---

[11] Ridolfi, *Vita di Niccolò Machiavelli*, *op. cit.*, p. 275.

No Proêmio da *História de Florença*, Maquiavel apresenta sua intenção original e as razões pelas quais seu objetivo é alterado. Nas primeiras linhas, afirma que, a princípio, pretendia escrever os eventos internos e externos de Florença a partir de 1434. Seria, portanto, uma continuação das narrativas de Poggio e Bruni: "porque eu acreditava que messer Lionardo d'Arezzo e messer Poggio, dois excelentíssimos historiadores, tivessem narrado em particular todas as coisas acontecidas antes daquela época"[12]. Este objetivo original aponta para duas questões. A primeira é a alusão à intenção de louvar a família Medici, da qual ele recebera o encargo de escrever a história. Assim, esta história não seria originalmente uma história da república, mas a glorificação da família que a encomendou, o que não seria inusitado da perspectiva da historiografia humanista, mas sim em Florença. Esta questão será discutida adiante. A segunda questão diz respeito ao modo como é concebida a história. Se para Maquiavel era plausível começar sua história do ponto em que Poggio e Bruni pararam, isto significa que não havia, à princípio, uma divergência de fontes e da credibilidade destes autores. Mais que isso, ele pretendia, ao ler estes autores, "ver com qual ordem e maneira procederam no escrever, a fim de que, imitando-os, a nossa história fosse melhor aprovada pelos leitores". Ele então descobre "que foram diligentíssimos na descrição de guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos forasteiros"[13]. O que impede que ele apenas siga de onde eles pararam não é a descrença no que eles escreveram, mas uma discordância quanto ao enfoque da narrativa. Maquiavel aponta nestes historiadores o descaso pelas discórdias civis e intrínsecas inimizades e seus efeitos,

---

[12]Bruni e Poggio eram representantes do modelo de história do que reputavam ser a "*vere istorie*": "esta história verdadeira era a história política. Pretendia-se apresentar eventos significativos de uma forma impressionante, de modo que o orgulho político e a coragem moral dos leitores fossem reforçados; pretendiam perpetuar 'as coisas dignas de honra, excluindo as não reputadas dignas'. Por isso, estavam menos interessados na completude dos fatos e dos detalhes, mais no estilo e na forma" (Gilbert, Felix, *Machiavelli e il suo tempo*, op. cit., p. 293).

[13] *História de Florença*, Proêmio.

"*che ai leggenti non puote arrecare utile o piacere alcuno*", lacuna que ele pretende então preencher[14].

A crítica a seus antecessores não deixa de ser algo desconcertante, afinal a descrição das guerras era a mais alta expressão de uma história composta segundo os padrões da historiografia humanista, de inspiração nos antigos romanos. Negar a utilidade a esta história, critério que desde Tucídides se coloca como fundamental para a narrativa, significa negar-lhe o próprio direito de ser uma história. Isto, por outro lado, poderia se constituir em uma crítica não só a Bruni e Poggio, mas aos próprios historiadores antigos, visto que para eles as questões externas tinham grande importância. No entanto, o deslocamento da utilidade da história dos eventos externos, as guerras, para os assuntos internos, pode ser atribuído não a uma crítica à importância que os antigos atribuíam às guerras, mas à diferença entre a guerra antiga e a moderna.

Se, para a historiografia humanista, é preciso fazer a descrição minuciosa das guerras e batalhas, o que segue o padrão da historiografia romana, por outro lado, a crítica dos exércitos mercenários e a exaltação do exército de cidadãos, também seguindo o ideal romano, são também consensuais no Renascimento. Mas a situação da Itália no tempo de Maquiavel era bastante diferente daquela de Roma. Diante disto, é plausível supor que não lhe parecia possível conciliar a exigência de descrever com minúcias as batalhas com a realidade dos exércitos mercenários e das

---

[14] Embora no caso de Poggio a observação de Maquiavel seja considerada pertinente, ela causa surpresa no que diz respeito a Bruni: "Na introdução de sua *História de Florença*, Maquiavel faz uma observação que me parece surpreendente quando ele acusa Bruni de ter dado pouca ou nenhuma importância às discórdias civis e inimizades pessoais e seus efeitos. Além do próprio enunciado de Bruni de que os assuntos internos constituem uma parte da história tão importante quanto as guerras, mesmo um leitor casual pode impressionar-se com o espaço devotado às disputas de facções e desenvolvimentos internos. A verificação do livro IV mostra que é dedicado vinte e cinco por cento mais espaço aos assuntos internos que aos externos, e estes assuntos internos consistem quase totalmente em disputas entre diferentes grupos. Maquiavel diz ainda que se alguma lição é útil aos cidadãos que governam a república é a que aponta as razões de ódio e divisão na cidade. Não diferente disso é a observação de Bruni, na discussão da tirania do Duque de Atenas (...)"(Ullman, B.L., *Studies in the Italian Renaissance*, Roma, Edizioni di Storia e Lettratura, 1955, p. 338).

guerras que se ganhavam, portanto, com dinheiro[15]. Pode-se acrescentar a isto o fato de Maquiavel, no tempo em que participava do governo, ter-se empenhado pessoalmente na tentativa de dotar Florença de um exército próprio. Deste modo, longe de ser um discurso convencional, a reprovação aos exércitos mercenários corresponde a este empenho concreto[16]. A forma utilizada para demonstrar esta impossibilidade foi uma narrativa em que o desprezo pelos exércitos mercenários e pelas batalhas por eles travadas fica explícito.

Maquiavel demonstra este desprezo pelos exércitos mercenários narrando uma batalha do modo mais desdenhoso possível, minimizando mesmo sua importância. Este uso da forma traduz a consciência de que não é possível conciliar a pormenorizada descrição ao modo romano, condizente com o poderio de suas armas, com o que ele considerava ser a desprezível situação militar italiana. Eis a forma como ele narra a derrota sofrida pelos florentinos para as forças do duque Felipe Maria Visconti, em 1424: "as tropas do duque obrigaram, então, Alberigo a capitular, prometendo que entregaria a posição se dentro de quinze dias não fosse socorrido pelos florentinos. Soube-se deste contratempo nos campos florentinos e na cidade, e enquanto todos desejavam que o inimigo não conquistasse aquela vitória, fizeram com que conseguisse outra maior, porque, saindo o exército de Furli para socorrer Zagonara, assim que se encontrou com o inimigo foi derrotado, não tanto pela virtude dos adversários, mas pelo mau tempo, porque tendo os nossos caminhado muitas horas no lodo profundíssimo, e debaixo de chuva, encontraram o inimigo descansado que facilmente os venceu. No entanto, em tamanha derrota,

---

[15] Seja porque os exércitos mercenários eram pagos para lutar contra o inimigo, seja porque podiam ser pagos para que não atacassem.

[16] "Sempre insistente e repetida é a confirmação do pertencimento da cidade à categoria de 'república fraca' e da incapacidade da sua classe dirigente que, como os 'príncipes de nosso tempo', tem 'opiniões modernas' que são 'discosto al tutto vero' (*Discorsi*, II, 27)"(Cabrini, A.M., "L'idea di Firenze dal Primo Decennale alle Istorie", in *Niccolò Machiavelli Politico, Storico Letterato*, Roma, Salermo, 1996, p. 347).

comentada em toda a Itália, não morreu senão Lodovico degli Obizi, juntamente com outros dois dos seus que, caídos do cavalo, se afogaram no lodo"[17].

Mais eloqüente que qualquer discurso sobre esta situação militar italiana é então a comparação desta narrativa sucinta com aquela de Poggio, que, descrevendo os mesmos eventos, busca dar um tom até mesmo trágico à derrota sofrida pelos florentinos. Em sua narrativa[18], Poggio menciona a grandíssima glória e a muita reputação que se pretendia com a empresa. No caminho para Zagonara, entretanto, "tanta água caiu do céu e tão escuro tempo se fez e tanta obscuridade da noite sobreveio que não se reconhecendo nem a estrada nem os campos pela multidão de água, com grandíssima fadiga cavalgaram dez milhas, deixando muitos pela estrada que não podiam ir adiante e muitos extraviados nos campos em volta. De modo que na manhã, ao levantar do sol, chegaram perto dos inimigos exaustos e em má ordem".

Apesar disso, no primeiro encontro com o inimigo eles venceram e teriam sido vitoriosos na batalha se, "no primeiro assalto, todos os chefes de esquadrão com suas brigadas tivessem seguido o ímpeto dos primeiros soldados. Mas enquanto olhavam uns para os outros e esperavam a vontade do capitão, depois de um longo feito de armas, exaustos pela noite ruim que haviam tido e pela dificuldade suportada pela lama e pela água e também por combater sem nenhuma ordem, foram derrotados com grandíssima vergonha e dano do senhor Carlo, cuja prudência foi muito censurada, tendo se entregado ao arbítrio da fortuna e combatido na batalha fora da ordem e da disciplina militar. Ludovico e Orso no feito de armas foram mortos, messer Pandolfo fugiu para Ravena e Nicolo da Talentino para Cefena, o capitão com a maior parte do exército foi preso e mandado ao duque".

Embora de modo algum negue a derrota e ressalte a vergonha e a falta de prudência dos que dirigiram a campanha, a ênfase de Poggio nas dificuldades

---

[17] *História de Florença*, IV, 6.
[18] Pogge, Historia di Messer Poggio / tradocta di latino in nostra lingua da Jacopo suo figliuolo, 1476, Livro 5.

enfrentadas pelo exército em sua campanha e na possibilidade de vencerem pela bravura demonstrada no primeiro ataque, apesar de todas as fadigas da marcha, destoa nitidamente da narrativa de Maquiavel. Nesta, o mau tempo é considerado o motivo principal da derrota, mas tanto pela colocação de que o inimigo facilmente venceu como pelo resultado final da batalha se pode notar a diferença de perspectiva e o desprezo manifestado por soldados que morrem, não propriamente em razão da batalha, mas por terem se afogado na lama.

A segunda parte da crítica endereçada a Bruni e Poggio, por terem omitido as discórdias civis em suas histórias, causa uma certa surpresa em função dos motivos que ele alega que estes autores poderiam ter em fazê-lo: "coisa que creio tenha sido feita ou porque aquelas ações lhes pareciam tão débeis que as julgaram indignas de serem remetidas à memória das letras, ou porque temessem ofender os descendentes daqueles que, por tais relatos, fossem caluniados. Ambos os motivos me parecem de todo indignos de grandes homens (que em paz descansem)...". A alegação do temor em ofender os descendentes vem imediatamente à lembrança quando pensamos não em Bruni, que escreveu sua história de Florença de modo absolutamente independente e em um regime republicano, mas no próprio caso de Maquiavel, que o faz a soldo dos Medici e em um principado. Lembrar, no proêmio da obra, que ofender descendentes é uma conseqüência possível deste enfoque que ele escolhe para abordar a história da cidade, é um modo de evidenciar a sua própria posição. Assim, o modo como ele irá tratar os Medici e seus aliados, atuais senhores da cidade, ao longo de sua obra, é uma questão posta em relevo desde o princípio. O que retoma, além disso, o que já havia sido observado nas primeiras linhas do proêmio, quando ele aponta como sua intenção original começar a obra no ano de 1434, ano no qual o poder dos Medici começa a se consolidar. A resposta que Maquiavel dá ao temor de ofender os descendentes parece descartar qualquer temor que ele próprio poderia vir a ter: "e se esses nobilíssimos escritores foram contidos para não ofender a memória daqueles de que tinham de tratar, enganaram-se, e

mostraram pouco conhecer a ambição dos homens e o desejo que têm de perpetuar o nome de seus antepassados e os seus próprios; nem se recordaram que muitos, não tendo tido ocasião de fazer fama com alguma notável obra, com vituperiosas coisas conseguiram conquistá-la; nem consideraram como as ações que possuem em si grandeza, como possuem as dos governos e dos estados, seja qual for a maneira que se considerem ou a finalidade que tenham, parecem trazer aos homens mais honorabilidade do que reprovação"[19].

Mas, segundo indica Ridolfi, a questão de como tratar os Medici na *História de Florença* era, efetivamente, preocupante para Maquiavel, que conversava sobre isso com Donato Giannotti e lhe fazia confidências: "o discurso voltava sempre a bater no mesmo dolorido ponto da sinceridade em relação aos Medici, que a haviam encomendado. Dizia-lhe, em síntese: 'Donato, eu não posso escrever esta história do momento em que Cosimo tomou o estado até a morte de Lorenzo como a escreveria se fosse livre em todos os sentidos. As ações serão verdadeiras e não deixarei de lado nada e só deixarei de discorrer sobre as causas universais das coisas. Assim direi os casos que aconteceram quando Cosimo tomou o estado; mas não direi de que modo e com que meios alguém chega a tamanha altura. E quem quiser também entender isto, preste atenção ao que farei dizer seus adversários, porque aquilo que eu não quiser dizer, como meu, farei com que seus adversários o digam'. Foram estas palavras, ou outras um pouco diferentes, que Giannotti afirma ter ouvido muitas vezes de viva voz de Maquiavel"[20]. Apesar deste testemunho, não se pode afirmar que estes meios sejam expostos apenas por meio dos adversários, embora sejam os momentos de maior clareza no que diz respeito a isso, o que pode ser comprovado na análise que será feita dos discursos.

Mas a concentração do poder e a posição extraordinária que os Medici assumem na cidade a partir de Cosimo não são questões veladas, pois Maquiavel as afirma desde o início, quando diz, na primeira frase do Proêmio, que sua intenção

---

[19] *História de Florença*, Proêmio.
[20] Ridolfi, Roberto, *Vita di Niccolò Machiavelli*, *op. cit.*, p. 298.

era começar a narrativa no ano de 1434, "época em que a família Medici, pelos méritos de Cosimo e de Giovanni, seu pai, tomou mais autoridade do que qualquer outra em Florença". Entretanto, é preciso considerar que, durante o período da narrativa da *História de Florença*, o poder dos Medici funcionava de acordo com uma série de manobras eleitorais que lhes garantia o controle da cidade sem que esse poder fosse abertamente afirmado, ou seja, sem que Florença deixasse de ser nominalmente uma república. Portanto, pode-se considerar que, a princípio, Maquiavel está escrevendo a história de uma república, o que implica o elogio da liberdade. O quadro parece ser o seguinte: Maquiavel escreve sua história em um principado, por encomenda da família que o governa, mas o período que se propõe a narrar é, durante uma parte do tempo uma república e, durante a outra parte, nominalmente uma república porque nela o poder está progressivamente sendo concentrado nas mãos da família de quem ele recebeu a incumbência de narrar a história. O que ele então de fato faz é narrar o modo como esta república tornou-se um principado, conciliando a forma de narrativa da história de uma república com a adoção de outras formas para se referir aos membros desta casa de modo a salientar sua posição.

Esta mudança progressiva do estado de Florença pode ser notada na forma como Maquiavel narra a morte dos membros desta casa. O modelo desta narrativa pode ser encontrado na *Vita de Castruccio Castracani*, embora a crítica em relação aos excessos na parte final deste texto, que lhe havia sido feita por seus amigos, pareça ter sido aproveitada. Em todos estes casos, Maquiavel escreve segundo o mesmo modelo de escrita da *Vita de Castruccio Castracani*. Segundo Montevecchi, na *História de Florença* e na *Vita de Castruccio*, a narrativa é diferente da escritura precedente: "nos perfis de Castruccio, Giovanni, Cosimo e Lorenzo de' Medici, é impossível não reconhecer os lugares típicos da retórica clássica e humanista: descrições físicas e morais, anedotas, elenco das tradicionais qualidades atribuídas

ao 'bom príncipe' por escritores como Pontano, Giovio ou Castiglione: generosidade, munificência, liberalidade etc"[21].

Já no quarto livro[22], ao narrar a morte de Giovanni de' Medici, pai de Cosimo, ele lhe dedica um capítulo para fazer seu elogio, segundo os padrões da *retórica*, ainda que não muito extenso, pois embora Giovanni tivesse muito poder e já prefigurasse o que teriam seus descendentes, ele era ainda um cidadão. O discurso de Giovanni não é o de um príncipe que deixa a seus herdeiros o governo da cidade, mas de um homem rico e de boa reputação que recomenda a seus filhos que mantenham e aumentem estas riquezas e a reputação, de acordo com as leis. Em seguida, são enumeradas suas qualidades, entre elas a misericórdia, a generosidade e a prudência. No caso de Cosimo de' Medici, quando de sua morte, são dois os capítulos[23] dedicados por Maquiavel para fazer seu elogio, bastante longo e completo. Ele então retoma o modelo retórico e fala longamente de suas virtudes — liberalidade, prudência, magnificência, modéstia e inteligência — e das ações que as comprovavam. No segundo capítulo, resume suas ações bem sucedidas e o descreve fisicamente. E, após enumerar mais uma vez, brevemente, suas qualidades, exemplifica-as utilizando o recurso das frases espirituosas, mas de modo muito mais comedido do que o fizera no caso de Castruccio, afirmando ao final que, embora fosse possível referir-se a muitas mais, não eram necessárias e, por isso, seriam omitidas. Depois disso, há ainda algumas considerações sobre suas inquietudes em seus últimos anos de vida, contrabalançadas pela glória em que morreu e pela epígrafe "Pai da Pátria" que recebeu. Seu filho Piero, que o sucedeu e teve um

---

[21]Montevecchi, Alessandro, "Introduzione à Opere di Niccolò Machiavelli", Torino, UTET, 1986, vol. 2, p. 15. Ainda para ele, a *História de Florença* "em parte mantém intacta a linguagem ágil e analítica do *Príncipe* e dos *Discorsi*, em parte reveste de aparatos retóricos um pensamento que no fundo não mudou, mas sofreu uma inegável mudança de perspectiva. Após as sucessivas derrotas do gonfaloneiro Soderini e da tentativa medicéia de criar uma sólida unidade estatal, ao escritor deviam parecer como momentos privilegiados e não facilmente imitáveis aqueles nos quais Florença havia sido regida por Cosimo e Lorenzo"(*idem*, p.18).

[22] *História de Florença*, IV, 16.

[23] *Idem*, VII, 5 e 6.

governo curto (cinco anos), não recebe nenhum elogio fúnebre. Em seu lugar, apenas este breve comentário: "a virtude e a bondade sua que a pátria não pode inteiramente conhecer foi porque esteve ao seu lado Cosimo, seu pai, até quase o fim de sua vida, e porque os poucos anos que sobreviveu a este os consumiu nas contendas civis e na enfermidade"[24]. Entre Cosimo, o "Pai da Pátria", e seu neto, Lorenzo, o Magnífico, Piero não teve a estatura de um príncipe. Por fim, a *História de Florença* é concluída com o elogio de Lorenzo de' Medici[25], pois é este acontecimento que marca o final da obra. Na primeira parte do elogio, Maquiavel relata os casamentos de seus filhos, o estado de suas finanças e as benfeitorias culturais à Florença. Em seguida, traça seu perfil por meio de suas virtudes e alguns de seus vícios ("nem dele pode-se mencionar vícios que maculassem tantas virtudes, mesmo que com mulheres estivesse incrivelmente envolvido, ou que apreciasse a companhia de homens brincalhões, que de jogos pueris gostasse mais do que convinha a um homem de sua hierarquia...") e conclui com o seguinte julgamento: "assim, ao considerar sua vida tanto voluptuosa como séria, nele se viam juntas duas pessoas diferentes, impossível de se juntar". De um modo geral, pode-se dizer que embora siga o mesmo padrão do elogio de Castruccio e de Cosimo, o tom é bem mais circunspecto e o texto é muito mais conciso, além de ter sido eliminado o recurso às frases espirituosas. Mas, em memória dos acontecimentos de 1494[26], o desfecho é sombrio: "e que de sua morte deviam surgir grandíssimas ruínas, o céu deu muitos e evidentíssimos sinais, entre os quais um raio que com tamanha fúria percutiu a parte mais alta do teto da igreja de Santa Reparata que arruinou a maior parte daquele pináculo, para estupefação e assombro de todos. Condoeram-se, assim, de sua morte todos os cidadãos e todos o príncipes da Itália (...) e que tivessem justo motivo para se condoer, o demonstrou pouco depois o efeito: ficando a Itália sem seus conselhos, não encontrou maneira nem de satisfazer nem de frear a ambição de

---

[24] *Idem*, VII, 23.
[25] *Idem*, VIII, 36.
[26] Trata-se da invasão da invasão francesa na Itália, conduzida por Carlos VIII.

Lodovico Sforza, governador do duque de Milão. Desta, depois da morte de Lorenzo começaram a nascer as más sementes que, não muito depois, não estando vivo aquele que as saberia destruir, arruinaram e ainda arruínam a Itália"[27].

A diferença entre os dois modelos de narrativa, a que é utilizada normalmente e a que serve para fazer os elogios fúnebres, é explicitada pelo próprio Maquiavel ao final do elogio de Cosimo, quando se justifica: "se eu, escrevendo as coisas feitas por Cosimo, imitei aqueles que escrevem as vidas de príncipes e não aqueles que escrevem as histórias universais, que ninguém se admire, porque tendo sido um homem raro na nossa cidade, eu precisei louvá-lo de modo extraordinário"[28]. Mas o fato de que Maquiavel tenha julgado necessário justificar esta diferença evidencia que o caráter republicano da história é deste modo um ponto a ser observado, uma vez que a história de uma cidade deveria ser uma história republicana. Seu contraponto é a história de um príncipe e de seus descendentes. Apresentar a história da cidade de modo republicano, como uma "história universal", e entremear a esta história uma outra, a "história principesca", quando estão em questão os Medici, parece ser o modo escolhido para resolver o conflito entre estes dois estados diferentes de Florença. As formas retóricas são utilizadas para marcar esta diferença; o tipo de discurso e de narrativa muda para aproximar-se de um modelo de narrativa

---

[27] Guicciardini, que inicia sua *História da Itália* aproximadamente no ponto em que Maquiavel interrompera a *História de Florença*, avalia do mesmo modo a importância de Lorenzo: "tal era o estado das coisas, tais eram os fundamentos da tranqüilidade da Itália, dispostos e equilibrados de modo que não apenas não se temiam alterações presentes como nem se podia facilmente conjecturar de quais conselhos ou por quais acontecimentos ou com quais armas se haveria de mover tanta quietude. Quando, no mês de abril do ano de mil e quatrocentos e noventa e dois, sobreveio a morte de Lorenzo de' Medici; morte acerba para ele por sua idade, porque morreu antes de completar quarenta e quatro anos; acerba para a pátria, a qual, por sua prudência e reputação e pelo engenho muitíssimo apto a todas as coisas honradas e excelentes, floria maravilhosamente de riquezas e de todos aqueles bens e ornamentos dos quais costumam ser nas coisas humanas a longa paz acompanhada. Mas foi morte muitíssimo incômoda para o resto da Itália, tanto para as outras operações as quais por ele, para a segurança comum, continuamente se faziam, como porque era um meio de moderação e quase um freio nos dissensos e nas suspeitas que, por diversas razões, entre Ferdinando e Lodovico Sforza, príncipes de ambições e potências quase semelhantes, muitas vezes nasciam. A morte de Lorenzo, preparando já todas as coisas para as futuras calamidades, (...)"(*História da Itália*, I, 2).

[28] *História de Florença*, VII, 6.

todo outro que o normalmente usado por Maquiavel, seja neste, seja em seus demais textos.

Antes de qualquer coisa, devido à importância que a noção de história universal veio a ter, é necessário fazer alguns comentários sobre seu emprego neste contexto. No sentido de história universal que podemos encontrar antes ou mesmo na historiografia do Renascimento, a história de uma cidade é uma história particular ou parcial[29]. A expressão *universali istorie* não pode, neste caso, dizer respeito à idéia de história universal nem no sentido de uma narrativa desde a criação, nem no de uma história que abrange todos os povos. O que Maquiavel faz é desculpar-se por interromper o modelo histórico que seguia até então, em uma narrativa circunscrita à história da cidade de Florença a partir de sua origem. O sentido de "*universali*" pode ser encontrado em outras passagens da *História de Florença* e de suas outras obras, sempre significando o conjunto, em oposição ao particular. Existe ainda uma outra ocorrência da expressão, no segundo livro, em que é oposta a história da cidade de Florença, que ele está narrando, à história universal que estava no primeiro livro, no caso um resumo da história italiana. O termo universal pode ser compreendido neste caso, mais uma vez, como uma passagem do particular para o geral. A oposição entre o modelo de história de "vida de príncipe" e de "história universal", dirá então respeito à divisão entre a história que narra a vida de um grande indivíduo e a que narra a história geral de uma cidade, com os acontecimentos concernentes a todos os membros desta cidade.

É notável o uso de um modelo de história que Maquiavel mesmo afirma como "vida de príncipe" intercalado ao da "história universal" nos momentos em

---

[29]"Não é possível ver o conjunto a partir dos autores de relatos históricos particulares, a menos que, abordando justamente as cidades mais ilustres, uma por uma, ou mesmo, por Zeus, em as considerando descritas uma sem a outra, supõem assim ter apanhado tanto a forma de todo o mundo habitado como a totalidade de sua ordem e disposição, o que não é de modo algum verossímil. Em suma, com efeito, me parece que aqueles que estão convencidos que pela história particular eles terão uma vista de conjunto medida do todo, estão mais ou menos na mesma situação que as pessoas que, considerando as partes separadas de um corpo que foi animado e belo, pensassem ser testemunhas oculares válidas da atividade e da beleza do ser animado." (Políbio, *História*, 1,3).

que os cidadãos deixam de sê-lo para assumir a posição de governantes, ainda que não legalmente. A concentração do poder realizada progressivamente pelos Medici pode ser verificada não em uma explicitação feita por Maquiavel, mas neste recurso a um modelo de história que ele mesmo admite não ser o esperado.

Colocada deste modo, a justificativa de que seria necessário expressar o louvor de modo extraordinário em vista da raridade do homem levanta alguns problemas. Em primeiro lugar, é preciso ressalvar que outros homens, os quais também poderiam ser considerados raros, não recebem o mesmo tratamento. Um exemplo é Neri di Gino Capponi, apresentado como um cidadão que tinha uma reputação equivalente à de Cosimo de' Medici: "havia em Florença, como dissemos inúmeras vezes, dois cidadãos poderosíssimos, Cosimo de' Medici e Neri Capponi"[30]. Logo depois de afirmar isto, no entanto, a notícia de sua morte é dada simplesmente com estas palavras: "mas vindo o ano de 1455 morreu Neri"[31]. A diferença entre os dois modos de anunciar a morte revela que a raridade do cidadão não explica por si só a mudança do estilo de escritura. Os Medici recebem um tratamento diferenciado porque tiveram historicamente um lugar diferenciado em Florença e porque sustentam este lugar no momento em que Maquiavel está compondo a sua narrativa, além do fato evidente de terem sido os próprios Medici que encomendaram a obra.

Retomado o que havia sido discutido antes, o problema não reside no fato de o poder dos Medici ser um assunto que Maquiavel pretendia dissimular, mas propriamente na dessimetria dos modos de exposição da história. Este problema parece estar resolvido no último capítulo da obra, pois se ao final do elogio que faz a Cosimo de' Medici ele se desculpa por ter se desviado da narrativa de uma história universal para a de uma vida de príncipe, quando dedica a mesma forma de elogio a Lorenzo de' Medici, no capítulo final, não há mais nenhuma observação deste gênero. Depois da lutas constantes em Florença em que o objetivo era "obter

---

[30] *História de Florença*, VII, 2.
[31] *Idem, ibidem.*

principado na república", enfim a família Medici representa este cidadão-príncipe na figura de Lorenzo, o Magnífico.

A análise dos elogios fúnebres, no entanto, é apenas uma das abordagens possíveis da relação entre a perspectiva republicana e a monárquica. Esta questão está presente em toda estrutura da obra, que encaminha, com o auxílio dos capítulos introdutórios e dos discursos, a compreensão das razões pelas quais Florença saiu do estado republicano para o principesco.

As coisas ocorridas dentro da cidade

De acordo com o que propõe Anselmi, a *História de Florença* pode ser dividida em três partes: os primeiros dois livros fazem uma síntese da Idade Média florentina e italiana, os livros 3 e 4 expõem a longa crise de hegemonia da camada dirigente de Florença e os demais tratam da era dos Medici[1]. Esta estrutura pode ser esclarecida pela divisão cronológica e temática dos oito livros, assim como pelas indicações que Maquiavel fornece no Proêmio.

Segundo o que é apresentado no Proêmio, a proposta de Maquiavel era dedicar sua atenção aos assuntos internos, ou seja, às "coisas ocorridas dentro da cidade", o que ele faz até o quarto livro, ao fim do qual Cosimo de' Medici assume o poder em Florença, em 1434. Para suprir a ausência de assuntos externos até esta data, o primeiro livro narra em trinta e nove capítulos a história da Itália desde o declínio de Roma. O segundo livro, da origem de Florença até 1353, é basicamente composto pelos assuntos internos de Florença, pela narrativa das divisões internas. De início, estas divisões ocorrem no interior da nobreza (entre os partidos guelfos e gibelinos e os *neri* e *bianchi*), depois entre o povo e os nobres, até o momento em que o povo vence os nobres e assume o poder. O terceiro livro (1353 a 1414) continua a tratar das divisões internas, a princípio entre os guelfos e o partido anti-guelfo, e depois entre o povo e a plebe, até o momento em que a plebe é vencida e o poder retorna ao partido guelfo. No quarto livro (1414 a 1434)[2], a disputa pelo poder volta a dividir os guelfos e seus adversários, que nesta época já são dirigidos por Cosimo de' Medici, que conta com o apoio da plebe.

---

[1] *Il tempo ritrovato, Padania e Umanesimo tra erudizione e storiografia*, *op. cit.*, p. 72.
[2] Embora a narrativa se inicie efetivamente apenas em 1422, uma vez que "quietamente a cidade viveu de 1414 até 1422"(*História de Florença*, IV, 2).

Com a ascensão de Cosimo, em 1434, e segundo o plano apresentado por Maquiavel no Proêmio, começa o quinto livro. Deste momento até o fim do livro, é a era dos Medici que estará sendo narrada, apesar de Florença, nominalmente, continuar a ser uma república.. O ano de 1434 era aquele no qual originalmente Maquiavel teria a intenção de iniciar sua história, o que não fez em razão da deficiência das histórias até então escritas, que descuidavam dos aspectos internos da cidade. A partir desta data, Maquiavel havia declarado que "se descreverão particularmente as coisas ocorridas dentro e fora de Florença, até nossos tempos presentes"[3]. No entanto, este livro e o seguinte, que vão do ano de 1434 até o de 1463, com exceção de alguns poucos capítulos, são dedicados aos assuntos externos de Florença e mesmo a guerras italianas sem relação imediata com a cidade. Segundo Maquiavel, em 1434 se inicia um período de decadência italiana, que ele seguirá até o final da obra[4]. Os poucos capítulos dedicados aos assuntos internos mostram os mecanismos que Cosimo utilizava para concentrar poder. A política externa florentina, privilegiada nestes livros, tem uma função importante como suporte do poder de Cosimo.

No início do sétimo, livro ele justifica ter se estendido nos assuntos externos, uma vez que eles envolviam os interesses florentinos. Este livro, embora também trate de questões externas, retrocede um pouco no tempo para narrar os assuntos internos e vai de 1455 a 1476. Neste período, acontece a passagem do poder de Cosimo de' Medici, que morre em 1464, para seu filho, Piero, que tem dificuldades para manter o poder. Com a morte de Piero, o poder passa para Lorenzo de' Medici. O oitavo e último livro segue até 1492, sendo os dez primeiros capítulos dedicados aos ataques internos e externos sofridos por Lorenzo, a conjura dos Pazzi e a guerra contra Florença movida pelo Papa e pelo rei de Nápoles. A partir da decisão de entrar na guerra, o livro então passa a narrar principalmente os assuntos externos. Este último livro se encerra com a morte de Lorenzo de' Medici.

---

[3] *História de Florença*, Proêmio.
[4] *História de Florença*, V, 1.

Deste modo, a divisão dos livros não é inteiramente temporal. O primeiro toma um período quase equivalente a toda a obra e o sétimo começa retomando uma época do meio do sexto livro, o que faz com que a divisão seja, ao menos parcialmente, guiada pelo tipo de assunto e não cronologicamente. Além disso, o fato de não ter continuado até os tempos presentes dá à *História de Florença* o caráter de uma obra inacabada[5].

Tendo sido feita a exposição desta estrutura, pode-se propor um primeiro percurso da *História de Florença* a partir dos temas apresentados no proêmio e nos capítulos introdutórios. Estes capítulos, que são tradicionalmente usados na historiografia humanista para apresentar os livros, são iniciados por reflexões de filosofia política de modo a não interromper a narração. Na *História de Florença*, embora sejam reflexões políticas gerais e normalmente não discutam diretamente os assuntos que estão sendo ou serão narrados, pode-se afirmar que existe uma ligação entre o conteúdo dos livros e estas reflexões.

O Proêmio, na medida em que serve de introdução a toda a obra, discorre sobre questões mais amplas, tanto do ponto de vista da intenção e execução da obra como o de expor um julgamento que abrange todo o período que é narrado. Os capítulos introdutórios, por outro lado, embora não se limitem aos temas do livro, têm um alcance um pouco mais circunscrito. Estes momentos da obra são privilegiados na medida em que abrem espaço para o enunciado direto da análise política, nos quais a ausência da narrativa permite que se tenha claramente em vista as questões que Maquiavel pretende evidenciar. Isto não significa afirmar, no entanto, que a narrativa seja destituída de sentido e ordem, mas que os prefácios podem ter a função de guias na leitura da obra.

---

[5] Genaro Sasso discute a questão da data de conclusão da obra e conclui que, embora fosse indiscutível a intenção de Maquiavel de continuar a narrativa, quando foi entregue, era uma obra completa: "quando, em maio de 1525, decidiu recolher em um volume o que havia até então escrito, e de oferecê-lo a Clemente VII, a *História de Florença* se apresentava como uma narrativa coerente, sem saltos, dotado de início e fim: completo, portanto, em todas as suas partes"(*Niccolò Machiavelli, La storiografia*, Bologna, il Mulino, 1993, p. 44.).

Em relação ao Proêmio, foram discutidas até então as questões referentes ao período a ser tratado, ou seja, a necessidade de iniciar a obra na fundação de Florença para poder descrever as discórdias internas, negligenciadas nas obras de seus antecessores. Para entrar então diretamente no centro da argumentação, é preciso passar à primeira hipótese que Maquiavel levanta para que seus antecessores não tivessem dado atenção às discórdias civis e intrínsecas inimizades: "por que aquelas ações lhes pareceram tão débeis que as julgaram indignas de serem remetidas à memória das letras". Atribuindo a eles esta consideração, assume a posição oposta: "porque se alguma coisa apraz e ensina na história, é a detalhada descrição; se alguma lição é útil aos cidadãos que governam as repúblicas, é precisamente os motivos dos ódios e das divisões das cidades, a fim que possam, com o perigo dos outros tornados sábios, manter-se unidos". Mais uma vez a utilidade é invocada. Se a exposição de Bruni e Poggio não permitia que os leitores obtivessem prazer e utilidade, a exposição que Maquiavel propõe será aprazível pela detalhada descrição e útil por dar uma lição de união. Em Florença, esta lição se faz ainda mais necessária porque nesta cidade, mais que em qualquer outra, as divisões foram notáveis. A leitura do Proêmio e dos capítulos introdutórios aos livros pode ser feita a partir desta linha mestra apontada pelo Proêmio, ou seja, pela percepção da divisão da república e dos efeitos que ela causa. Sem dúvida, este é o tema fundamental na obra e nas considerações contidas nestes espaços privilegiados de análise política.

Porém, antes de seguir esta linha, é possível traçar um caminho que pode ser considerado paralelo ou mesmo subjacente a esta análise política mais concreta, por meio da idéia de natureza. Esta leitura está restrita aos quatro primeiros capítulos introdutórios, nos quais esta idéia é evocada direta ou indiretamente.

O capítulo introdutório do segundo livro interrompe as considerações sobre as divisões em Florença para tratar do tema da fundação das cidades. Como neste livro se inicia a narrativa da história de Florença, a apresentação de sua origem é

precedida de considerações gerais sobre a origem das cidades, do mesmo modo como Maquiavel fizera nos *Discorsi*, ao discorrer sobre a origem de Roma[6]. Como Florença é originalmente uma colônia romana (Fiésole), o tema desta introdução são as colônias, sua importância e utilidade para as repúblicas e principados antigos. Entre os temas considerados, estão: a escolha do lugar da colônia, a boa distribuição dos homens nos lugares para evitar que, em alguns, haja excesso e em outros, falta de população, o emprego da indústria humana para tornar sãs as terras. Em todos os casos, encontra-se de algum modo a consideração de que apenas a vontade humana pode ordenar a natureza, que por si só é incapaz de equilíbrio: "porque a natureza não pode a esta desordem suprir, é necessário que a indústria o faça: porque os povoados malsãos tornam-se sãos por uma multidão que os ocupa de repente; os quais com a cultura saneiam a terra e com o fogo purgam o ar, ao que a natureza não poderia jamais prover". A natureza se apresenta como algo que, por si mesmo, pode ser hostil, não saneado, não purificado. Por outro lado, quando os lugares são férteis e sãos, eles tendem a ter uma abundância de habitantes, o que com o tempo leva ao empobrecimento do lugar, pelo excesso daqueles. As ordenações humanas devem distribuir os habitantes para evitar este excesso e o conseqüente esgotamento. A natureza, portanto, é inerte, sua fertilidade ou sua aridez se apresentam como um fato e dependem da ação refletida dos homens para equilibrar seu uso. A indústria impõe à natureza uma forma que não é a dela, a modifica e reorganiza. Neste contexto, a natureza é considerada em sua forma externa ao homem: a terra e o ar.

É possível comparar esta visão com outra concepção filosófica da natureza, mais comum aos renascentistas e, por esta razão, normalmente identificada com a perspectiva que se construiu de um ideal do Renascimento. Garin comenta o modo como ela é expressa por artistas como Alberti e Da Vinci: "a razão humana não é chamada para lutar contra forças naturais hostis; deve antes coordená-las por meio de uma legislação que exprima e integre a legislação universal, pela qual, e não

---

[6] *Discorsi*, I, 1.

contra a qual, se explica a própria atividade humana liberal. Homem e natureza, razão humana e lei natural, integram-se reciprocamente; e a cidade ideal é, a um só tempo, a cidade natural e a cidade racional: a cidade construída segundo a razão e na medida do homem, mas também a cidade que corresponde perfeitamente à natureza do homem"[7]. Ainda em termos semelhantes, Colombero afirma que, no Renascimento, "o equilíbrio natureza-homem é predeterminado: ao ser humano resta somente a possibilidade de escolher a forma na qual adequar-se a ele. Equilíbrio predeterminado, todavia, com vantagem do ser humano: os seus privilégios são sempre concedidos e enquadrados em uma situação já estabelecida, não conquistados. O homem é sim o dominador da natureza, mas é um dominador ao qual a natureza se rende automaticamente: não é um dominador que conquista"[8].

Mas outra possibilidade de pensar a relação entre homem e natureza é contemplada por Colombero, na seqüência da passagem citada: "A idéia de uma contenda entre *virtù* e fortuna, tal qual expressa por Maquiavel, parece não ter correspondência em tal contexto; talvez unicamente nos escritos de Campanella o homem aparece como um verdadeiro e próprio conquistador do mundo. O espírito do humanismo civil e político é no fundo diverso daquele do humanismo fundido com os termos e caracteres do naturalismo renascentista, no qual a exigência de privilegiar o ser humano frente aos outros aspectos da realidade impele algumas vezes a ver a qualquer custo ordem, regularidade e harmonia no mundo circunstante"[9]. Esta referência pode remeter de modo figurativo à imagem da fortuna como um rio que destrói as construções humanas, sendo necessário precaver-se, antepondo diques e barreiras ao seu ímpeto[10]. Assim, na visão de Maquiavel, a

---

[7] Garin, Eugenio, *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*, São Paulo, Unesp, 1996, p. 60.
[8] Colombero, Carlo, *Uomo e natura nella filosofia del Rinascimentto*, Loescher, 1985 (1976), p.18.
[9] *Uomo e natura nella filosofia del Rinascimentto*, *op. cit.* p.18.
[10] *O Príncipe*, 25.

natureza não é uma aliada ou auxiliar, mas antes uma opositora que deve ser combatida.

No capítulo introdutório do terceiro livro, a natureza é interior, seja à república, seja ao homem: "as graves e naturais inimizades que existem entre as pessoas do povo e os nobres, causadas porque estes querem comandar e aqueles não querem obedecer, são a causa de todos os males que nascem nas cidades, porque desta diversidade de humores nutrem-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas". As inimizades são naturais, assim como o são os humores. E, mais uma vez, a natureza é vista como fonte de males e perturbações.

No quarto livro, a natureza não aparece explicitamente, mas na forma da vida: "com semelhantes leis e ordenações foram dotadas muitas repúblicas antigas, e seus estados longa vida tiveram; de semelhantes ordenações e leis faltaram e ainda faltam todas as que amiúde passaram e passam seus governos do estado tirânico ao permissivo e deste àquele, porque nestes estados, pelos poderosos inimigos que cada um deles tem, não há nem pode haver estabilidade alguma". Para que seja longa, a vida das repúblicas depende de leis e ordenações que impeçam formas de governo instáveis, que por si mesmas e por sua instabilidade levam ao encurtamento de sua existência.

Por fim, no quinto livro, o capítulo introdutório se inicia com uma afirmação da natural instabilidade das coisas humanas: "costumam as províncias, as mais das vezes, nas mudanças a que são submetidas, da ordem vir à desordem, e novamente, depois, passar da desordem à ordem: porque não sendo pela natureza concedido às coisas deste mundo o deter-se, quando chegam à sua máxima perfeição, não mais podendo se elevar, convém que precipitem; e de igual maneira, uma vez caídas e pelas desordens chegadas à máxima baixeza, necessariamente não podendo mais cair convém que se elevem: assim, sempre do bem se cai no mal e do mal eleva-se ao bem" [11]. Isto amplia o que havia sido dito anteriormente sobre a instabilidade, pois

---

[11] Genaro Sasso discute detidamente as teorias naturalistas de Maquiavel apresentadas nos *Discorsi* (I, proêmio; I, 39; II, proêmio; III, 43) e esta que foi aqui citada (V, 1). Segundo

não apenas as más formas de governo sujeitam as repúblicas à instabilidade, pois mesmo uma república bem ordenada sofre o movimento imposto pela natureza.

Assim, partindo do Prôemio, no qual havia sido apontada a importância das discórdias internas para a compreensão da cidade, nestes quatro capítulos introdutórios pode-se notar uma linha temática contínua, sobretudo se se tiver em vista os *Discorsi*. No segundo livro, é indicada a necessidade da indústria humana para a ordenação da natureza; no terceiro, a afirmação da naturalidade dos humores contrários que causam a discórdia e a exigência de uma ordenação que os concilie; no quarto, o efeito da instabilidade no encurtamento da vida da república, e, finalmente, no quinto, a natural instabilidade das coisas mundanas. Assim, o segundo capítulo, que pareceria à primeira vista deslocado desta linha, aparece como a ligação entre a natureza como um todo e a natureza dos homens. A natureza é o desequilíbrio, a desordem, a discórdia; as terras, assim como os homens, quando seguem sua natureza, se abandonam à variação e à desordem. Mas a indústria humana pode ordenar a natureza tanto nas coisas como nos homens, pela cultura da terra e pelas leis e ordenações nos Estados, promovendo o equilíbrio.

O desequilíbrio entre homem e natureza e da própria natureza em si, no mundo e no homem, pode ser confrontada à perspectiva exposta por Colombero. Mas esta vertente do Renascimento que pensa a natureza e o homem como necessariamente equilibrados e mesmo a supremacia automática do homem não é coincidente com o pensamento de Maquiavel. Para ele a natureza é como o tempo, pode trazer tanto o mal como o bem, ou seja, está fora da alçada da razão e da previsão exata. Para controlar a natureza e o tempo — ou, dito de outra forma, o tempo e o espaço —, a razão humana impõe leis e ordenações que prescindam da dependência destes fatores. Em outras palavras, Maquiavel propõe que as imposições da natureza sejam suplantadas por uma ordenação humana. No caso da

---

Sasso, não é possível limitar-se a falar do naturalismo de Maquiavel, mas deve-se falar de "naturalismos", pois em sua obra se alternam várias concepções (*Studi su Machiavelli*, Napoli, Morano, 1967, 161-222 e 281-358).

escolha de um lugar para edificar uma cidade[12], por exemplo, a terra árida cria as condições para que os homens sejam mais fortes que a terra fértil, uma vez que as condições mais difíceis fazem com que os homens precisem ser mais industriosos do que se estivessem em um terreno mais propício. O confronto com a natureza não é, deste ponto de vista, prejudicial. Se, ao contrário, o terreno for fértil, cabe às leis a correção da tendência à fraqueza dos habitantes, pela ausência de necessidade de se confrontar com natureza devido a condições naturais demasiado favoráveis. Nota-se que, no primeiro caso, há um confronto direto com a natureza, não existe equilíbrio, mas um esforço para suplantar as condições desfavoráveis. No segundo, o que parece ser um equilíbrio inicial, na medida em que a natureza oferece com facilidade aquilo de que o homem precisa, passa a ser um desequilíbrio, pois a natureza vigorosa torna o homem fraco, e o domínio se inverte. As leis se fazem então necessárias para que os homens retomem o controle, pela negação das determinações da natureza.

Do mesmo modo que a natureza exterior, também a natureza humana pode ser, de muitos modos, perniciosa. São as leis que devem impor costumes que impeçam que as ações perniciosas possam prejudicar o Estado. Assim, os homens podem conformar sua própria natureza, agindo de modo a opor-se a ela nos casos necessários, do mesmo modo que o fazem com a natureza circundante. Mesmo sendo possível que a natureza de um homem seja benéfica à ordem, o critério é a ordem e não a natureza. E porque a natureza humana é conduzida pela ordenação do Estado, ela é subordinada a esta pelas leis que, partindo do conhecimento do homem, impõe diques e barreiras para impedir que seu ímpeto destrua a si mesmo e ao Estado.

Desta perspectiva, a questão do modo de equilíbrio das coisas do mundo reflete-se na ordenação do estado. Mas a simples subordinação da natureza à ordem não resolve inteiramente a questão, como é possível perceber no caso da distinção

---

[12] *Discorsi*, I, 1.

entre as duas formas de ordenação que foram discutidas antes: a do Estado que está ordenado para a expansão (cujo exemplo é Roma) e o que está ordenado para a manutenção do território (exemplificado por Veneza)[13]. O primeiro modelo corresponde ao controle do conflito pelas leis, as quais mantêm o equilíbrio sem eliminar suas causas; o segundo obtém o equilíbrio paralisando as causas do conflito. A avaliação, nos *Discorsi*, deste segundo modelo é negativa, pela fragilidade inerente a um tipo de equilíbrio que é estático, negando a natureza das coisas, pois "as coisas humanas estão sempre em movimento"[14]. Se a questão for colocada nestes termos, o combate antes mencionado entre homem e natureza não pode pretender ter como resultado a anulação das imposições da natureza.

Esta percepção do movimento inerente às coisas humanas nos *Discorsi* é visto como positivo, ou ainda como resultando em efeitos positivos, que são a força e a grandeza do Estado. Mas o aspecto positivo deste equilíbrio no desequilíbrio parece ser negado na *História de Florença*. O que é discutido nos livros quatro — o efeito da variação entre dois tipos de governo degenerados —, e cinco — a natural instabilidade das coisas mundanas —, não são incompatíveis com as concepções presentes nos escritos políticos. Entretanto, a afirmação de que todos os males que nascem nas cidades têm sua origem no conflito dos humores parece recair na condenação tradicionalmente feita aos conflitos pelo pensamento político florentino.

---

[13] *Idem*, I, 6.
[14] *Idem, ibidem*.

Das divisões à perda da república

A compreensão do sentido do conflito em Florença implica a retomada daquela linha que é dada pelo Proêmio, ou seja, das considerações sobre "as discórdias civis e das intrínsecas inimizades e das conseqüências que delas nasceram". Apesar da alegação de que a utilidade do livro reside na exposição dos motivos destas discórdias para poderem os cidadãos "tornados sensatos pelos perigos da experiência alheia, manter-se unidos", e ainda de acordo com o que a obra política estabelece, a divisão das cidades não é apresentada como uma anomalia. Isto porque não afetou apenas Florença. Roma, o exemplo de república para Maquiavel, teve "a desunião entre os nobres e a plebe", e do mesmo modo Atenas, "assim como todas as repúblicas que naqueles tempos floresceram". Em contrapartida, em Florença, "de início dividiram-se os nobres, depois os nobres e o povo e por último o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma destas partes, que se mostrava superior, dividiu-se em duas: delas nasceram tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias quantas jamais nasceram em alguma cidade de que se tenha memória".

Neste contexto, o critério para julgar as divisões parece ser a quantidade: uma divisão é natural e, por conseguinte, aceitável que exista, e as repúblicas ainda podem florescer, muitas divisões têm efeitos destrutivos. No entanto, é a distinção entre desunião e divisão que chama atenção para uma outra possibilidade de diferença entre as repúblicas antigas e Florença: Esta distinção havia sido feita nos *Discorsi*, na discussão sobre os tumultos. A desunião era considerada comum a todas as repúblicas em razão dos humores diversos do povo e dos nobres; a divisão,

ao contrário, era medida por seus efeitos: mortes e exílios[1]. A recorrência destes mesmos termos (divisão e desunião) na *História de Florença* indica que os mesmos critérios dos *Discorsi* continuam a ser utilizados. A diferença entre estas repúblicas antigas não reside, portanto, na quantidade, mas na qualidade das discórdias sociais.

Tendo se proposto como objetivo narrar desde a origem de Florença até o ano de 1434 apenas as coisas ocorridas dentro da cidade, as cisões florentinas serão expostas detalhadamente, desde suas primeiras causas e manifestações. É no segundo livro que começa a ser narrada a história de Florença, de suas origens até o ano de 1353. O capítulo introdutório deste livro tem como tema central a fundação das colônias, que é o tipo específico de cidade ao qual Florença pertence. Assim como, no início dos *Discorsi*, Maquiavel havia discutido as bases sobre as quais se estabelece a fundação de uma cidade[2], ele analisa a fundação de Florença pelos mesmos critérios. Florença é então citada como tendo sido fundada neste processo de criação de colônias, sendo inicialmente populosa e forte[3], embora de origem não livre[4]. Além dos assuntos sobre os quais já se discorreu sobre a questão da natureza,

---

[1] Maquiavel afirma que, em todas as repúblicas, existem dois humores, dos grandes e do povo e todas as leis feitas em favor da liberdade nascem de sua desunião, "porque dos Tarquínios aos Gracos, que foram mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes originavam o exílio e raríssimas, o sangue. Nem se pode por isso julgar estes tumultos nocivos, nem dividida uma república que em tanto tempo por suas diferenças não mandou ao exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e ainda não muitos condenou a multas" (*Discorsi*, I, 4). Este tema retoma o que foi discutido na primeira parte deste trabalho.

[2] "Quais foram universalmente os princípios de qualquer cidade e quais foram os de Roma"(Discorsi, I, 1).

[3] "Surgiram depois em Roma as guerras civis (...) e logo os três cidadãos romanos, depois de vingar a morte de César, dividiram entre si o império e mandaram colônias para Fiésole; todas, ou parte delas, fixaram morada na planície, junto à população já estabelecida, de tal forma que, com este aumento, ficou aquele lugar tão cheio de edifícios e pessoas, e de tantos tipos de órgãos civis, que já podia se considerar uma cidade da Itália"(*História de Florença*, I, 2).

[4] No comentário que Maquiavel faz da origem de Florença, nos *Discorsi*, ele enfatizava a ausência de liberdade e mesmo a população reduzida: "quando a cidade é edificada por forasteiros, nasce ou de homens livres ou que dependem de outros: como são as colônias mandadas ou por uma república ou por um príncipe para aliviar as suas terras de habitantes ou para a defesa daquele país que, recentemente adquirido, querem com segurança e sem despesa manter. Os romanos edificaram muitas destas cidades e por todo seu império. Ou elas são edificadas por um príncipe, não para habitar, mas para sua glória, como a cidade de

chama a atenção a utilidade que têm as colônias para a segurança das repúblicas e principados que as criam. Este costume antigo equilibrava a população e assim, "vivendo mais comodamente, as pessoas mais procriavam, mais se tornavam preparadas para o ataque, tornavam-se mais seguras na defesa". Entre as colônias, Maquiavel menciona o caso de Pisa, que, ao receber um grande número de habitantes, tornou-se "populosa e poderosa". Quando se tem os *Discorsi* em vista, a menção a um povo numeroso e forte, apto à defesa e ao ataque, e portanto armado, remete à Roma.

Mas, apesar da força inicial de Florença, sua origem a subordinava às divisões externas. Após discutir um pouco mais a origem e o nome da cidade (no segundo capítulo), Maquiavel passa imediatamente às divisões de Florença e seus motivos, internos e externos. Nos capítulos que se seguem, a distinção entre as divisões e a desunião volta a ser colocada. Ao contrário de Roma, na qual os tumultos eram a expressão da força da república, as divisões se instalam na cidade como uma doença tardia: "em 1080, no tempo de Henrique III, a Itália ficou dividida entre estes e a Igreja; não obstante, os florentinos mantiveram-se unidos até o ano de 1215, obedecendo aos vencedores e não pretendendo outra coisa senão salvar-se. Mas como em nossos outros corpos, quanto mais tardias são as enfermidades, mais perigosas e mortais se tornam, assim, Florença, quanto mais tardou em seguir as seitas da Itália, depois mais por elas foi afligida"[5]. A impressão geral que causa a

---

Alexandria, de Alexandre Magno. E por não ter estas cidade origem livre, raras vezes acontece que façam grandes progressos e possam contar entre as principais. Similar a esta foi a edificação de Florença, porque (ou edificada pelos soldados de Sila, ou pelos habitantes do monte de Fiésole, os quais, confiantes na longa paz que nasceu no mundo sob Otaviano, se reduziram a habitar na planície do Arno) se edificou sob o império romano: não pode, em seu princípio, fazer outros aumentos senão aqueles que, por cortesia do príncipe, lhe eram concedidos"(*Discorsi*, I,1). A consideração de que a origem de Florença não é livre não é sem conseqüências: "subtraída à urgência da imediata atualidade histórico-política, a imagem de Florença se espelha na globalidade de sua história, da origem não livre (que assinala a tipologia em relação aos 'princípios' da cidade) à perda da liberdade em 1512 (acontecimento muitas vezes evocado) e se define em contraposição ao objeto privilegiado dos *Discorsi*, o 'modelo' representado pela república por excelência, Roma" (Cabrini, A.M., "L'idea di Firenze dal Primo Decennale alle Istorie", *op. cit*, p. 340).

[5] *História de Florença*, II, 2.

leitura do segundo livro é a de uma intensa e contínua luta pelo poder, mas principalmente para destruir os inimigos. As inimizades internas são causadas por questões muitas vezes estritamente pessoais e reforçadas pelas de origem externa.

Assim, quando ele narra, no capítulo seguinte, o motivo da primeira divisão florentina[6], um assunto privado de casamento e parentesco, ela já está inserida nesta divisão maior que abrange toda a Itália. A passagem de uma questão geral a uma local e de natureza privada não é uma ruptura, mas uma continuidade, pois a questão local é absorvida e, no quarto capítulo, as famílias nobres envolvidas são divididas não mais em razão de seus conflitos pessoais. O apoio do Imperador a uma das partes determina a divisão de Florença entre guelfos e gibelinos, que irá perdurar por muito tempo, até a derrota final dos gibelinos. Maquiavel aponta o extenso efeito que está divisão provocou: "a ambas as facções seguidas por essas famílias nobres se acrescentam muitas famílias do povo, de modo que a cidade toda foi corrompida por esta divisão"[7]. Como reflexo destes conflitos, as ordenações da cidade são com grande freqüência alteradas, tanto que é possível contar, neste espaço de aproximadamente 140 anos que vai desde a primeira divisão até o ano de 1353, em que o livro termina, por volta de dez instituições ou reformas das estruturas de poder da cidade.

Depois de narrar um longo período de conflitos entre os guelfos e gibelinos, que culmina com a expulsão dos gibelinos, Maquiavel faz uma intervenção na qual o vocabulário utilizado demonstra que se trata de um momento no qual ele se desvia de certo modo da narrativa dos acontecimentos para emitir um juízo político em seu próprio nome: "as guerras externas e a paz interna tinham como que apagado os partidos guelfo e gibelino em Florença; permaneceram acesos aqueles humores que naturalmente costumam existir nas cidades, entre os poderosos e o povo; porque o povo, desejando viver sob as leis, e os poderosos, querendo comandá-las, não é possível que se entendam. Esses humores não ficaram expostos enquanto os

---

[6] "Muito conhecido, pois foi por Dante e por muitos outros escritores descrita" (*idem*, II, 2).
[7] *Idem*, II, 4.

gibelinos metiam medo; mas assim que foram dominados, demonstraram toda sua força; a cada dia um popular era injuriado e as leis e os magistrados não bastavam para vingá-los, porque cada nobre, com a ajuda dos parentes e dos amigos, defendia-se das forças dos Priores e do Capitão"[8]. A contraposição da divisão entre partidos e os efeitos dos humores naturais entre poderosos e povo é colocada em toda sua clareza, comprovando que da obra política para a obra histórica não houve uma mudança de perspectiva no tocante a estas questões. As novas ordenações que se seguiram para resolver os conflitos entre os nobres e o povo, ainda que passando por problemas, chegaram finalmente ao acordo entre os dois humores, por volta de 1299. Apesar de mantida a oposição entre o povo e os nobres, isto não impedia que Florença conseguisse manter a união: "não esteve a nossa cidade jamais em maior e mais feliz condição do que nessa época, sendo de homens e de riqueza repleta. Os cidadãos aptos às armas eram trinta mil e os de seu condado chegava a setenta mil. Toda a Toscana, parte submetida, parte amiga, a obedecia. E mesmo que entre os nobres e o povo houvesse ainda alguma indignação e suspeita, não ocasionavam maligno efeito algum, e em paz e unidos viviam. Esta paz, se pelas novas inimizades internas não fosse turbada, as externas não podia temer, porque estava a cidade de tal modo que não temia mais o império, nem a seus exilados, e a todos os estados da Itália com as suas forças poderia responder"[9].

Foi necessário destacar estas duas passagens na medida em que elas expõem, do ponto de vista de Maquiavel, um momento excepcional na história de Florença. Em contraste com a perpétua divisão da cidade, neste momento apenas os humores naturais estão operando, o que permite que a condição da cidade possa ser avaliada como 'feliz como jamais esteve'. Se o "jamais" acentua a excepcionalidade da

---

[8] *Idem*, II, 12. Percebe-se, na construção deste comentário, a simetria com os *Discorsi*. Ao apresentar os gibelinos como um freio para que os nobres não oprimissem o povo, Maquiavel aproxima esta situação daquela de Roma, em que o medo do Tarquínios era um fator de moderação para os nobres, que temiam que a plebe maltratada se aproximasse deles (*Discorsi*, I, 3).

[9] *História de Florença*, II, 15.

situação, o que a sustenta é afirmado por razões externas e internas. Por um lado, a capacidade militar lhe garante a paz externa, de outro, o modo como a oposição entre os nobres e o povo se configura não produz internamente nenhum efeito maligno. De um modo bastante resumido, estas são as mesmas razões que permitiam a Roma ser uma república livre e poderosa, ou ainda, poderosa porque livre; e do mesmo modo que no capítulo introdutório havia sido salientada a importância da população numerosa e armada. Não é, portanto, a quantidade, mas a natureza da divisão que diferencia as repúblicas antigas da florentina. A desunião pode ter efeitos positivos, se a república for bem ordenada; as divisões têm sempre efeitos perniciosos.

Nota-se aqui que, da mesma maneira como na obra política, em muitos momentos é difícil discernir o momento de passagem do comentário político para a narrativa histórica. A análise que Maquiavel faz das condições de Florença se sobrepõe aos acontecimentos que descreve de um modo que a soldadura entre as duas coisas é quase imperceptível. Não se pode afirmar se ele apenas descreve uma situação objetiva, utilizando para isso uma terminologia que lhe é própria ou, ao contrário, a interpreta unicamente de acordo com suas idéias políticas e com aquilo que pretende demonstrar. O que ocorre, neste processo, é uma fluência entre os dois momentos, fazendo com que a inserção do comentário político não seja percebida como artificial. Do acontecimento ao comentário, e deste de volta ao acontecimento, a narrativa não é interrompida, porque o entrelaçamento dos níveis de escritura mostra uma tecedura homogênea.

O modo como Maquiavel retoma a seqüência das divisões (precisamente no ponto em que foi interrompida a citação da passagem em que ele afirmava a feliz condição de Florença[10]), assim como o comentário que a introduz, demonstra mais uma vez esta fluência: "o mal, porém, que não puderam fazer-lhe as forças externas, fizeram-lhe as internas"[11]. A condição feliz não pode ser mantida porque os

---

[10] *Idem*, II, 15.
[11] *Idem*, II, 15.

florentinos "importaram" de Pistóia a forma de uma nova divisão entre os nobres, aquela entre *Bianchi* e *Neri*, iniciada por razões inteiramente privadas e cujas formas de buscar a solução também o foram[12]. Recomeça assim o processo de corrupção causado pelas incessantes cisões. É neste período, também, que os florentinos enfrentam a guerra contra Castruccio Castracani[13] e são submetidos à tirania do duque de Atenas como resultado da ambição dos nobres de concentrar o poder[14].

No decorrer da narrativa deste segundo livro, o tema central é, a princípio, o conflito entre os nobres, e depois entre eles e o povo, sendo que a derrota final dos nobres pelo povo marca o final deste livro: "tão grande foi esta ruína dos nobres e de tal forma afligido o partido deles que jamais depois se atreveram a tomar armas contra o povo, aliás, cada vez mais humanos e humildes se tornaram. O que foi a causa de Florença não só as armas, mas também qualquer generosidade abandonar. Manteve-se a cidade, após tal ruína, tranqüila até o ano de 1353"[15].

Não apenas Maquiavel quis dar espaço aos conflitos em sua história como, de fato, os transformou quase que exclusivamente no único tema digno de atenção. Ao final da leitura deste livro, há um real sentimento de perplexidade diante da quantidade e da proximidade temporal entre os conflitos e é quase possível se perguntar como uma cidade seria capaz de enfrentar todas estas alterações sem se arruinar completamente. Para esta questão, Maquiavel já havia chamado atenção, em seu Proêmio, sobre os efeitos da grande quantidade e variedade das divisões em

---

[12] *Idem*, II, 16. A origem desta divisão é narrada por Maquiavel como tendo sido uma briga de crianças que degenerara em uma disputa entre os pais. Em Pistóia, Lore feriu Geri, e messer Guilherme, pai de Lore, o mandou pedir desculpas. Mas o pai de Geri não aceitou as desculpas de Lore e mandou que lhe cortassem a mão "por maior desprezo em cima da manjedoura e disse-lhe: 'Volta a teu pai e diz-lhe que feridas com ferro, e não com palavras, se medicam'. A crueldade deste fato desgostou tanto messer Guilherme que fez os seus tomarem armas para vingar o filho. Também messer Bertacca se armou para defender-se, e assim não somente aquela família ficou dividida mas toda a cidade de Pistóia. E como os Cancellieri eram descendentes de messer Cancellieri que tinha tido duas mulheres, das quais uma se chamava Bianca, denominou-se Bianca a facção que contava com seus descendentes, e a outra, para tomar o nome contrário, Nera"(*idem, ibidem*).
[13] *Idem*, II, 26-30.
[14] *Idem*, II, 33-37.
[15] *Idem*, II, 42.

Florença: "delas nasceram tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias quantas jamais nasceram em alguma cidade de que se tenha memória. E verdadeiramente, segundo juízo meu, parece que nenhum outro exemplo demonstre tanto a pujança de nossa cidade quanto o demonstraram essas divisões, que teriam tido força para anular qualquer grande e potente cidade".

À luz da narrativa que foi feita no segundo livro sobre as origens e dos desenvolvimentos destas discórdias, são retomados no capítulo introdutório do terceiro livro os temas tratados no Proêmio: as discórdias internas e a comparação com Roma. Este capítulo cumpre a função de um juízo geral sobre a situação florentina em razão das discórdias, e todo ele é construído pela comparação entre Florença e Roma e a escolha que inicialmente havia sido feita, pela exposição da história interna da cidade, permite a Maquiavel pensar Florença da maneira como ele já tratou de Roma, nos *Discorsi*. Nesta obra, Maquiavel passa da fundação de Roma diretamente para os tumultos entre o povo e os nobres, selecionando na obra de Tito Lívio os capítulos referentes a estes assuntos, e deixando o comentário sobre as guerras para um segundo momento. A escolha de tratar nos primeiros livros apenas das discórdias internas mostra o mesmo procedimento, o que ultrapassa a razão, apresentada no Proêmio, de que não era a intenção dele "ocupar o lugar de outros", que haviam sido "diligentíssimos na descrição das guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e povos forasteiros". A compreensão de como a sociedade se estrutura em relação ao conflito precede a do modo como a guerra é conduzida. A derrota dos nobres é percebida então como uma derrota que atinge toda a Florença, pois foi razão do abandono das armas.

Do ponto de vista das considerações feitas nos escritos políticos, a avaliação de Maquiavel sobre o mesmo assunto que havia sido tratado no capítulo 9 de *O Príncipe* e em muitos capítulos do primeiro livro dos *Discorsi*, da discórdia como necessária nas cidades em razão da divisão em dois humores, do povo e dos nobres, chama atenção pelo sinal trocado da análise. Enquanto nos *Discorsi* este conflito era considerado positivo pelos efeitos que causou em Roma, aqui ele afirma que estas

"graves e naturais inimizades que existem entre as pessoas do povo e os nobres, causadas porque estes querem mandar e aqueles não querem obedecer, são a causa de todos os males que nascem nas cidades". Os conflitos entre nobres e povo, entre outros movimentos, são recorrentes na história dos povos. Em Roma, os movimentos foram determinados por estes conflitos entre o povo e o Senado, resultando no alargamento da base de representatividade do poder no Estado. Deste modo, a inversão do julgamento do conflito afeta não apenas o que é pensado acerca de Florença, mas tudo o que havia sido considerado antes sobre Roma.

Na seqüência, Maquiavel afirma que a inimizade entre os humores manteve Roma desunida e Florença dividida. A distinção entre desunião e divisão, que já foi discutida, permanece, indicando que Roma se diferencia de Florença nos termos nos quais se configurou o conflito dos humores. Assim, se o alargamento da base do poder ocorre em toda república em que as leis não interditam o movimento, o diferencial não é este alargamento em si, mas a forma como ele acontece. Com leis ou com violência, tal é a oposição que Maquiavel estabelece entre as formas deste movimento em Roma e em Florença: "porque as inimizades que no início surgiram em Roma entre o povo e os nobres definiram-se discutindo, e em Florença, combatendo; as de Roma com a lei, as de Florença com a morte e com o exílio de muitos cidadãos terminaram (...)". Mais uma vez, a referência às mortes e exílios indica que os termos da discussão não se alteraram. O conflito não será destrutivo se tiver a capacidade de assumir uma forma institucional, transfigurando-se em leis e ordenações que contemplem a acomodação de suas causas. Embora esta acomodação não seja definitiva, uma vez que o conflito entre os humores não poderá nunca ser eliminado, estas camadas de instituições resultantes das acomodações sucessivas permitem a estabilidade da república. Assim, esta estabilidade não é estática, mas tão móvel quanto for necessário para abranger o equilíbrio. Em Florença, o conflito permanece conflito e gera mais conflito, a república não se aperfeiçoa. Em Roma, o conflito resultava no compartilhamento do poder, evitando desta forma a divisão da república. As disputas em Florença, ao contrário, na

perspectiva de Maquiavel, visavam "obter o principado na república"[16], fórmula que indica sua percepção de uma forma de resolução do conflito que destrói a república, pela criação de um poder exclusivo. E como este processo se apresenta em Florença de forma corrompida, a partir da divisão entre as classes, esta corrupção vai agir de forma descendente, começando com os nobres até chegar à plebe[17]. Como conseqüência, enquanto em Roma os conflitos "sempre a virtude militar aumentaram"; em Florença, "de todo apagaram-na".

Apesar do julgamento que inicialmente é feito sobre os efeitos nocivos do conflito, até então, tudo permanece em seu devido lugar. A análise de Roma não difere da que é apresentada nos *Discorsi*, Florença continua a ser o exemplo contrário da boa condução em uma república. Mas é neste ponto que a argumentação se modifica, quando Maquiavel acrescenta que as inimizades "de Roma de uma igualdade entre os cidadãos a uma grandíssima desigualdade conduziram, as de Florença, de uma desigualdade a uma assombrosa igualdade reconduziram"; e mais adiante, explica: "Roma, tendo sua virtude convertida em soberba, a tal ponto reduziu-se que sem um príncipe não se podia manter, e Florença chegou a ponto de ser, tendo um sábio formulador de leis, facilmente regida por qualquer forma de governo". O foco se desloca da Roma republicana para a Roma imperial que, em última análise, perde o estado republicano em razão de uma cadeia de efeitos originados pelos mesmos conflitos que antes haviam mantido sua liberdade. Desta perspectiva, e sem que se altere nenhum dos fatores ligados ao elogio do conflito na Roma republicana, é possível afirmar que o efeito final foi negativo, pela perda da

---

[16] *Idem*, III, 2.

[17] É preciso considerar que, para Maquiavel, a corrupção é um processo descendente, isto é, que parte do alto do corpo político e se estende ao povo. Portanto, a conduta dos que detêm o poder é um exemplo para os governados: "Não reclamem os príncipes de algum pecado que os povos que têm sob seu governo façam, porque tais pecados é preciso convir que nascem ou por sua negligência, ou por ser ele manchado por erro semelhante. E quem falar sobre os povos que, em nossos tempos, são tidos como cheios de roubos e pecados semelhantes, verá que são todos nascidos daqueles que os governam, que eram de natureza semelhante"(*Discorsi*, III, 29).

liberdade[18]. As inimizades entre o povo e os nobres originam a liberdade da república, mas também sua ruína, o bem e os males. Mas, ao contrário de Roma, a igualdade em Florença foi estabelecida pelo processo de divisão sem obter o equilíbrio, implicando a perpetuação do processo de cisão social. Ao salientar os males provenientes da inimizade, Maquiavel salienta que a ausência de uma ordem republicana impedia Florença de alcançar os aspectos positivos da inimizade[19]. Se, em Roma, a desunião entre a Plebe e o Senado garantiram a liberdade por trezentos anos, pelo controle da ambição da Nobreza, em Florença a ambição não era controlada[20].

O terceiro livro segue o processo de divisões que é retomado por mais uma divisão entre famílias, decorrente da má fortuna da cidade e de sua não boa organização[21]. Mais uma vez, como o povo em relação aos nobres, o objetivo das

---

[18] Esta conseqüência já havia sido apontada por Maquiavel nos *Discorsi*, I, 4 e 37. Neste último, Maquiavel havia afirmado que a ambição dos grandes, em razão da lei agrária, foi a causa da ruína da república romana: "E ainda que mostrássemos em outra parte como a inimizade de Roma entre o Senado e a Plebe mantivesse livre Roma, por dela nascerem leis em favor da liberdade, parece disforme a tal conclusão o resultado desta lei agrária; digo como, por isto, eu não me removo de tal opinião: porque é tanta a ambição dos grandes que, se por várias vias e de vários modos ela não é em uma cidade batida, logo reduz aquela cidade a sua ruína. De modo que, se a disputa da lei agrária levou trezentos anos para fazer Roma serva, a teria conduzido, por ventura, muito antes a servidão se a plebe, com esta lei e com outros apetites seus, não tivesse sempre freado a ambição dos nobres. Vê-se por isto o quanto os homens estimam mais os bens que as honras"(*Discorsi*, I, 37).

[19] Para Gisela Bock, há diferenças, mas não contradições entre o julgamento do conflito nos *Discorsi* e na *História de Florença*, pois "é apenas na ordem republicana que as discórdias entre os vários humores humanos podem e devem ser expressas, por outro lado, são estas mesmas discórdias que continuamente a ameaçam. Elas são a vida e a morte das repúblicas"('Civil discord in Machiavelli's Istorie Fiorentine', in *Machiavelli and Republicanism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 201).

[20] Genaro Sasso analisa o problema e conclui pela necessidade que Maquiavel teve de intensificar a premissa da *irrequietezza* florentina para conduzi-la, pela via interna, à autodestruição: "apresentando a história de Florença sob o signo da mais desenfreada ambição, Maquiavel podia sutilmente sustentar que aquela ambição havia consumido a si mesma". Assim, a liberdade florentina era uma simples ocasião apresentada pela fortuna e Maquiavel insistia em suas teses: "para demonstrar a validade objetiva , não fugia, segundo seu costume, da sutileza ou do paradoxo. Acreditava em suas idéias com uma paixão exclusiva, violenta até a unilateralidade: para afirmá-las, não hesitava, às vezes, em sacrificar a complexa trama teórica no interior da qual deveriam ser colocadas em perspectiva"(Sasso, G., *Studi su Machiavelli*, Napoli, Morano, 1967, p. 155-6).

[21] *História de Florença*, III, 2.

duas famílias, os Ricci e os Albizzi, não era compartilhar o poder, mas tomá-lo exclusivamente para si, o que é formulado por Maquiavel na expressão: "cada um pensava na maneira de dominar o outro para obter o principado na república"[22]. A tentativa dos cidadãos de colocar fim às cisões reorganizando a cidade, em 1371, se mostra ineficaz: "é mesmo verdade que as pessoas quando são numerosas são mais aptas para conservar um bom ordenamento, do que para criá-lo por si próprias. Estes cidadãos mais pensaram em acabar com os partidos atuais do que em eliminar os motivos de criação de futuros partidos. Nem uma nem outra coisa conseguiram: porque os motivos dos novos não eliminaram, e tornaram os já existentes, um mais potente do que o outro, mais perigosos que a República"[23]. Os tumultos prosseguem e, em 1378, eclode o tumulto dos *Ciompi* que transfere, por algum tempo, o poder para a plebe. Mas, em 1381, o partido dos notáveis do povo e o do guelfos reassumiu o poder[24].

Esta oscilação do poder, que se estende por dois séculos, impede que Florença atinja o estado republicano, uma vez que não consegue se organizar de modo a obter os efeitos positivos da desunião, como Roma o fez. O quarto livro é o último dedicado apenas às questões internas de Florença (1414 – 1434). No capítulo introdutório deste livro, são considerados ainda os efeitos das divisões: "as cidades, e principalmente as que não são bem ordenadas, que sob o nome de república se administram, com freqüência variam seus governos e estados não da liberdade à servidão, como muitos acreditam, mas da servidão ao desregramento"[25]. A servidão é o governo dos nobres e a licença o do povo, e os dois as celebram sob o nome de liberdade. Este julgamento remete ao livro anterior, em que a plebe disputava o

---

[22] *Idem*, III, 2.
[23] *Idem*, III, 6.
[24] A situação de Florença, neste período, será desenvolvida no capítulo dedicado ao Tumulto dos *Ciompi*.
[25] Entre várias referências que Cabrini aponta nos *Discorsi*, que comparam Florença a Roma, ela afirma, com respeito aos capítulos 49 e 55 do livro I, que "considerando em bloco a história da cidade, o autor é radical a ponto de negar a Florença o título mesmo de república"("L'idea di Firenze dal Primo Decennale alle Istorie", *op. cit.*,p. 345).

poder com o partido dos notáveis do povo e o dos guelfos (que aqui são identificados como os nobres, embora não seja mais aquela nobreza antiga que havia perdido o poder para o povo, ao final do segundo livro). O estado de corrupção de Florença é assinalado pela variação da servidão ao desregramento, que não corresponde à passagem de uma boa forma para uma má, como no ciclo dos governos, mas se mantém sempre entre duas formas negativas.

Os efeitos do conflito entre dois humores diversos haviam sido considerados no capítulo 9 de *O Príncipe*. Neste, Maquiavel afirmara que "em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; destes dois apetites diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença". No capítulo introdutório do livro três, este enunciado estava um pouco alterado pela ausência da idéia de opressão, mas a ligação entre os dois capítulos se reforça justamente pelo fato de cada um deles remeter a uma parte do que é formulado no capítulo 9. O principado estaria teoricamente excluído como caminho, no caso das repúblicas, e a liberdade não pode ser considerada se a república é mal ordenada. A dependência entre ordem e liberdade (das leis que asseguram a liberdade), que nos *Discorsi* é freqüentemente discutida, é reiterada. O conflito, abandonado a si mesmo, não desenvolve a capacidade compositiva, isto é, o poder oscila de uma parte a outra da forma como foi desenvolvida no prefácio do terceiro livro. Do mesmo modo, a saída para esta situação é o surgimento de um "sábio, bom e poderoso cidadão", um legislador que ordene leis que aquietem os humores e tornem a cidade livre. Mantém-se aqui a distinção estabelecida nos *Discorsi*[26], entre a capacidade de criação de leis, que deve caber a um só, e a manutenção das leis, que é uma tarefa coletiva. Assim, este legislador não deve permanecer como o dirigente, porque uma vez as boas leis e as boas ordenações estabelecidas não há mais necessidade da *virtù* de um homem para

---

[26] *Discorsi*, I, 9.

manter a liberdade. A tentativa dos cidadãos de ordenar a república, em 1371, como foi observado, foi ineficaz porque ao grande número não é possível a ordenação.

A incapacidade de Florença em ordenar-se faz com que ela não seja verdadeiramente uma república, mas apenas seja administrada "sob o nome de república"[27]. O estado de servidão, que é chamado tirânico, e o estado de licença são incapazes de se manter estáveis "porque um não agrada aos homens bons, o outro desagrada aos sábios; um pode fazer mal facilmente, o outro pode fazer o bem com dificuldade; em um têm demasiado autoridade os homens insolentes, no outro os tolos; e ambos haverão de se manter pela *virtù* e fortuna de um homem, que por morte pode vir a faltar, ou por fadiga pode tornar-se inútil". Se a primeira parte deste capítulo estava ligada ao capítulo introdutório do terceiro livro, esta última colocação aponta para o que será desenvolvido no livro seguinte. Os dois estados, de sustentação nobre[28] ou popular, são representados pelos dois governos dos quais Maquiavel irá tratar nos capítulos seguintes: "Afirmo, portanto, que o estado que se iniciou em Florença com a morte de messer Giorgio Scali, em 1381, foi sustentado primeiro pela virtù de messer Masso degli Albizzi, depois pela de Niccolò da Uzano"[29]. Este era o governo que se seguira à tentativa da plebe de tomar o poder, e era dirigida e apoiada pelos Grandes. Não se manteve e foi substituído pelo partido contrário, sustentado pelo povo: "Com seus sinistros modos, cada dia o governo reavivava o ódio na população, e sem vigiar as coisas nocivas, por não temê-las, ou nutrindo-as de inveja que uns tinham dos outros, fez a família Medici retomar autoridade. O primeiro que nesta começou a ressurgir foi Giovanni di Bicci de' Medici"[30] . Na alteração dos estados da servidão à licença, o governo dos Medici representa então este segundo estado.

---

[27] *História de Florença*, IV, 1.
[28] Estes chamados nobres não correspondem à antiga nobreza que foi derrotada, mas são identificados ao partido guelfo e aos notáveis do Povo.
[29] *História de Florença*, IV, 2.
[30] *Idem*, IV, 3.

O quarto livro se desenvolve no período de vinte anos, de 1414 a 1434, no qual a disputa pelo poder entre os dois partidos se desenvolve até a expulsão de Cosimo dei Medici. Este exílio dura apenas um ano, de outubro de 1433 a setembro de 1434, e Cosimo retorna com o apoio de seus partidários. A disputa pelo controle de Florença se resolve com a vitória do Partido da Plebe, dirigido então por Cosimo de' Medici, encerrando o quarto livro com sua "sagração" como "Pai da Pátria"[31]. Nota-se aqui, muito claramente, que Maquiavel desvela a gênese do poder dos Medici de modo coerente com o desenvolvimento que havia sido feito no capítulo 9 de *O Príncipe*, cuja relação com o caso florentino já foi assinalada na primeira parte deste trabalho, quando da análise dos exemplos neste livro. Cabe observar, entretanto, que neste momento da história florentina não há um principado, mas há um processo de concentração de poder que se configura ainda como uma oligarquia.

Com esta vitória de Cosimo de' Medici, que marca o final do quarto livro, há uma ruptura: se até este ponto os assuntos internos de Florença tinham sido o centro da narrativa, os dois próximos livros são dedicados quase que exclusivamente às questões externas e compreendem o período de 1434 a 1463, terminando com um período de conclusão das guerras. O capítulo introdutório do quinto livro se inicia com a afirmação, já citada, da instabilidade das coisas humanas. À exposição de caráter naturalístico, se segue uma explicação política: "porque a virtude gera tranqüilidade, a tranqüilidade o ócio, o ócio, desordem, a desordem, ruína; e igualmente, da ruína nasce a ordem, da ordem a virtude, e desta, a glória e a prosperidade". Todas estas noções estão ligadas ao tema central deste e do próximo capítulo introdutório: a virtude militar.

A crítica às letras e à filosofia que se segue tem origem na defesa desta virtude e é amparada na autoridade de Catão que, segundo Plutarco, "temia ver a juventude lhe consagrar [ao amor às letras] todo seu ardor, preferindo a glória das palavras àquela dos atos e das armas"[32]. Diante disso, predissera que "quando os

---

[31] *Idem*, IV, 33.
[32] *Vidas Paralelas*, Paris, Gallimard, p. 661.

romanos se deixarem levar pelas letras gregas, perderão seu poder"[33]. No entanto, a passagem por esta crítica parece de certo modo interromper a argumentação, mesmo porque a razão a qual ele irá atribuir a perda da virtude na Itália não é o "honesto ócio das letras". Mas esta crítica cumpre duas funções: a primeira é, certamente, a de remeter à virtude militar da república romana como contraposição ao estado de fraqueza da Itália em seu tempo; a segunda pode ser uma alusão ao mecenato dos Medici, que neste momento já são os principais dirigentes de Florença[34]. Entre o abandono da virtù militar e o estímulo às letras, ressurge a crítica que Maquiavel havia feito aos seus contemporâneos, na introdução aos *Discorsi*, por seu julgamento de que eles se "esforçam com toda indústria em todas as suas obras" para representar a arte, enquanto as ações de virtù são "mais prontamente admiradas que imitadas".

Ampliando sua perspectiva, tanto no tempo como no espaço, Maquiavel considera esta oscilação da desordem à ordem não apenas em Florença, mas em toda a Itália: "estas razões fizeram, antes pelos antigos toscanos, depois pelos romanos, ora infeliz ora feliz a Itália". O tema central do capítulo, como foi visto, é a guerra, e o livro trata quase exclusivamente de questões externas e militares. O capítulo não diz respeito ao que foi narrado antes, mas ao que será até o fim do livro (1494), tendo em vista a decadência da Itália: "Da virtude então destes novos principados, se

---

[33] *Idem*, p. 662. Plutarco, entretanto, observa: "O tempo bem mostrou o quanto esta sinistra predição era pouco fundada, pois a Cidade conheceu seu apogeu no momento preciso em que ela adquiria familiaridade com as ciências e toda a cultura da Grécia"(*idem, ibidem*).

[34] Em lugar de representar uma posição de repúdio à cultura, como a de Catão, talvez a recusa das letras e da filosofia possa ser lida na perspectiva apontada por Colombero: "O primeiro humanismo parece (...) excluir dos seus interesses o mundo da natureza. O ideal da vida civil representa um dos modos de exprimir a *dignitas hominis*, cuja realização está colocada no âmbito exclusivamente humano da vida associada, prescindindo de qualquer teorização de uma possível condição de privilégio do homem nos confrontos com a natureza. A política e a vida social são vistas como a abertura mais óbvia e mais imediata da atividade humana; mas, em breve, esta abertura será impedida: então ao pensamento se mostra uma nova direção de desenvolvimento, se proporá um novo âmbito, aquele da natureza e do mundo em sua totalidade (...) Esta é uma conseqüência da mudança da situação político-social. A aristocracia burguesa decai, o espírito de ativismo próprio a esta diminui, se impõe o instituto da senhoria: e com isto não há mais sentido uma classe de intelectuais de formação político-jurídica, mas também de cultores das letras e teóricos do retorno à idade áurea da cidade-estado"(Colombero, *Uomo e natura nella filosofia del Rinascimentto, op. cit.*, p. 13-14).

não vieram tempos que foram tranqüilos por uma longa paz, tampouco foram perigosos pela aspereza da guerra. Porque paz não se pode afirmar que exista onde amiúde os principados se atacam com armas uns aos outros; e guerras tampouco se podem chamar as que nelas os homens não se matam, as cidades não são saqueadas, não são destruídos os principados, pois tão fracas vinham que se começavam sem medo, se travavam sem risco e terminavam sem dano". Há um certo exagero em afirmar que as guerras são sem dano, visto que ele próprio narra episódios de saques e violências. Aqui, em uma forma discursiva, está a expressão do mesmo desprezo que foi apontado quando da narrativa da batalha em que os soldados morrem ao se afogar na lama. O desprezo que se acentua ainda pela acusação de covardia: "Tanto que a virtude que costumava desaparecer nas outras províncias pela longa duração da paz, se extinguiu na Itália pela covardia destas, como claramente se poderá ver pelo que descreveremos de 1434 a 1494, onde se compreenderá como no fim abriu-se novamente o caminho aos bárbaros e se recolocou a Itália na servidão destes". A razão da perda de virtude, relacionada ao modo como a guerra então se faz por meio dos exércitos mercenários[35], recorda o que no capítulo introdutório do terceiro livro havia sido afirmado sobre os efeitos da equalização da sociedade florentina. A nobreza, cuja função tradicional era a condução da guerra e detentora da virtude militar, tendo sido reduzida ao estado popular, deixa a cidade sem os meios que antes tinha de se defender. Mas, mais do que isso, é a incapacidade de composição entre povo e nobreza que impossibilita a formação de um exército florentino próprio. Esta perda traça, então, um quadro de decadência de longo prazo, que culmina na invasão francesa de 1494.

No sexto livro, como no anterior, o conteúdo narrativo é ainda voltado aos assuntos externos, o que significa tratar predominantemente da guerra. O capítulo introdutório deste livro complementa aquele do quinto livro ao abordar as questões econômicas relacionadas à guerra. Antes, no capítulo introdutório do quinto livro,

---

[35] Embora não haja uma referência explícita a estes.

havia sido feito o contraponto com as antigas repúblicas do ponto de vista do modo de condução da guerra e da virtude militar; aqui, a perspectiva é econômica: "a finalidade dos que movem uma guerra sempre foi, e é razoável que assim seja, enriquecer-se e empobrecer o inimigo". Mas também no que concerne ao dinheiro, estes Estados gerem mal a guerra: "costumavam as antigas e bem ordenadas repúblicas, em suas vitórias, encher de ouro e de prata o erário público, distribuir doações ao povo, eximir de tributações os súditos, festejá-las com jogos e festas solenes; mas nas da época que aqui descrevemos, primeiro esvaziaram o erário, depois empobreciam o povo, e contra nossos inimigos não nos asseguravam".

Nos livros cinco e seis, portanto, os capítulos introdutórios acompanham tematicamente os livros e consistem na crítica à guerra tal como era conduzida na Itália. Embora o objetivo de Maquiavel fosse narrar a história de Florença, a guerra não pode ser uma questão tratada exclusivamente do ponto de vista florentino. As divisões de Florença a levaram a uma situação bastante distante daquele momento feliz, narrado no segundo livro, em que "os cidadãos aptos às armas eram trinta mil e os de seu condado chegava a setenta mil"[36]. Do ponto de vista interno, as condições não eram mais propícias a uma guerra movida por cidadãos, por outro lado esta incapacidade de sustentar a guerra não era uma exclusividade florentina. A narrativa das guerras se inicia, no quinto livro, com a reprovação da Itália como um todo: "a Itália tinha sido levada a tal ponto pelos que a governavam que, quando pela concórdia dos príncipes vinha uma paz, pouco depois era perturbada pelos que tinham armas em mãos; assim, com a guerra não conseguiam nem glória nem com a paz tranqüilidade"[37]. As considerações sobre a guerra, feitas no capítulo introdutório, extravasam para o capítulo seguinte para apresentar estes protagonistas das guerras que têm as armas nas mãos: "havia, então duas seitas de armas na Itália: a Braccesca e a Sforzesca. Desta era o chefe o conde Francesco, filho de Sforza, da outra os príncipes eram Niccolò Piccino e Niccolò Fortebraccio; às duas estavam

---

[36] *História de Florença*, II, 15.
[37] *Idem*, V, 2.

ligadas quase todas as armas italianas"[38]. Os mercenários, portanto, detinham o poder militar italiano, e Maquiavel, da origem subordinada das divisões florentinas passa à subordinação militar de Florença às armas estrangeiras e mercenárias, ou seja, sua dependência das armas alheias.

Nestes dois livros são muito poucos os capítulos que tratam de questões internas. Entretanto, estes capítulos serão fundamentais para a compreensão do governo de Cosimo de' Medici e dos modos que ele utiliza para manter seu poder. Em primeiro lugar, no capítulo 4 do quinto livro, Maquiavel descreve como Cosimo, ao voltar a Florença, procura junto com aqueles que proporcionaram sua volta, assegurar-se do poder. O nome de Cosimo não aparece senão no início do capítulo. Embora esteja subentendido que Cosimo é o chefe do partido, seu nome não está vinculado diretamente a nenhuma das ações, que serão descritas como tendo sido feitas por "eles". O tom do capítulo é bastante sombrio, a palavra "sangue" é utilizada cinco vezes, também são invocados o terror, os inimigos decapitados e mortos de modo vil, a ruína dos adversários, a expulsão e empobrecimento de todo o partido inimigo. Todo o despotismo deste novo governo é apresentado claramente, sem que seja necessário o discurso do adversário para elucidar sua natureza. Instaura-se um governo que acresce à opressão, exílios e concentração de riqueza muitas medidas de controle do poder: "juntamente com estas novas medidas, procuravam fortalecer-se com novas leis e ordens, com novos escrutínios, tirando das bolsas os nomes dos inimigos e substituindo-os com os dos amigos (...) decidiram que aqueles magistrados que em penas capitais têm autoridade fossem sempre do partido deles". O partido de Cosimo dei Medici transforma Florença, que até então fora uma república enfraquecida e corrompida pelas divisões, em uma sombra de uma república, mantendo exteriormente a forma eleitoral republicana. A matéria da república, inteiramente corrompida, utilizava esta forma republicana sem

---

[38] *Idem, ibidem.*

que houvesse uma real coesão. Ao invés de promover a renovação da república, com estas medidas aprofundava-se sua corrupção.

Além destas medidas de ordem interna, a manutenção do poder de Cosimo passa pelo poder militar: "e para não ficar sem auxílio de fora e tirá-lo de quem quisesse atacá-los, com o Papa, os venezianos e o duque de Milão fizeram uma aliança". Pouco depois, a aliança com o duque de Milão, Filipe Maria Visconti, é desfeita e o conde Francesco Sforza torna-se aliado de Florença e amigo de Cosimo. O que possa significar a amizade com um chefe mercenário, um *condottiero,* também do ponto de vista da segurança interna, pode ser entendido nos capítulos 6 e 7 do sexto livro, onde é enunciado o poder de Neri di Gino Caponi, um homem cuja reputação era temida por Cosimo. Neri é ligado por amizade a um comandante militar: "entre muitos outros comandantes do exército florentino estava Baldaccio di Anghiari, homem em guerra excelentíssimo, porque naquela época não havia ninguém na Itália que o superasse em virtude de corpo e de ânimo (...) era muito amigo de Neri por suas virtudes, das quais sempre foi testemunha, o amava. Isto aos outros cidadãos muitos receios trazia, e julgando que deixá-lo seria perigoso e mantê-lo perigosíssimo, decidiram eliminá-lo, idéia esta à qual foi favorável a fortuna"[39]. A morte de Baldaccio é atribuída à vingança do gonfaloneiro de justiça Bartolommeo Orlandini, ofendido pela vergonha causada por ter sido denunciado por Baldaccio como covarde[40]. Este assassinato "diminuiu em parte o poderio de Neri e tirou-lhe reputação e amigos"[41]. Maquiavel acrescenta que isso foi um primeiro passo para novas medidas de concentração de poder: "assim afirmados e tendo recuperado o estado, voltaram-se às coisas de fora"[42]. O que representava a amizade de Neri com Baldaccio fornece os indícios a partir dos quais se pode compreender que a sustentação do poder interno depende deste apoio militar que

---

[39] *Idem*, VI, 6.
[40] *Idem*, V, 30.
[41] *Idem*, VI, 7.
[42] *Idem*, VI, 8.

Cosimo havia acrescido às medidas de controle internas. Uma vez que a ausência deste apoio pode fazer com que se perca os amigos, e todo o funcionamento da eleição que garantia o controle interno de Cosimo dependia de que os amigos detivessem os cargos mais importantes, o apoio de Sforza representa uma sustentação que nada tem de auxiliar[43]. Além da força em relação aos outros Estados, a ascensão de Sforza, que é narrada nestes dois livros, em razão das guerras e de suas conquistas, significa também o fortalecimento interno de Cosimo.

Observa-se ainda nestes capítulos que, do mesmo modo que em relação às medidas de concentração do poder descritas no capítulo 4 do quinto livro, quando Maquiavel havia evitado utilizar o nome de Cosimo ao longo do capítulo, aqui também seu nome é enunciado apenas no início. Assim, após dizer que a reputação de Neri era temida por Cosimo, de modo indireto afirma que ele era temido "por aqueles que desejavam não partilhar o governo com outros", que a amizade de Baldaccio era considerada perigosa pelos "outros cidadãos" e as outras medidas de controle de Florença foram implementadas pelos que estavam no poder há dez anos[44]. Se este modo de referir-se a Cosimo, por um lado, indica que seu poder era compartilhado por outros que estavam a seu lado, ou seja, que o poder em Florença não é principesco, mas oligárquico; por outro, indica também o cuidado de Maquiavel em não tornar tão explícita a ligação de Cosimo com estas ações.

---

[43] Para Anselmi, este apoio significava o verdadeiro sustentáculo do poder de Cosimo: "Maquiavel, de fato, quer enquadrar de um modo bem preciso a história do partido do Medici e de Cosimo: propõe-se, substancialmente, a mostrar como o reforço inicial decisivo dos Medici sob Cosimo fosse devido mais à necessária convergência dos fatores objetivos 'externos' que ao apoio em Florença de largos extratos das camadas burguesas e oligárquicas. A aliança com Sforza e o conjunto da política externa florentina daqueles anos se configura, isto é, nas páginas de Maquiavel como os reais suportes do poder de Cosimo"(*Le frontiere degli umanisti, op. cit.*, p. 165). Outra perspectiva desta questão pode ser vista na discussão que Skinner faz sobre a posição de Maquiavel em relação à ameaça da liberdade da república causada pela concentração do poder militar nas mãos de um cidadão (*Visions of Politics, Renaissance Virtues*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 173-175).

[44] Estes acontecimentos se passam em 1444.

Saindo da narrativa das guerras, os capítulos introdutórios dos livros sete e oito, assim como uma parte dos livros que os acompanham, voltam-se para as questões internas. No capítulo introdutório do sétimo livro, em primeiro lugar se justifica, como "escritor das coisas florentinas", pelo espaço dado nos livros anteriores aos assuntos italianos, afirmando que são coisas que envolvem Florença. Dispõe-se, a partir disto, a retornar alguns anos para retomar as questões internas que não foram narradas: "e como, escrevendo das coisas externas, cheguei ao ano de 1463, é necessário, desejando escrever das aflições internar, voltar muitos anos atrás". Antes de fazê-lo, entretanto, desenvolve questões de alcance geral, introduzidas da seguinte forma: "mas antes de tudo desejo, discorrendo segundo é meu costume (...)".

Observa-se que, neste capítulo, Maquiavel passa por vários níveis de escritura e de reflexão histórica. Em um primeiro momento, ele se detém em delimitar o que é a tarefa de "um escritor das coisas florentinas", como antes se referira à escrita de uma história universal. De modo semelhante como justificou que estava escrevendo em um registro histórico diferente ao narrar no modo de uma história principesca a morte de Cosimo, aqui ele justifica (parcialmente na forma narrativa) não o modo de escrita, mas aquilo que cabe ao historiador florentino e a pertinência de narrar coisas italianas. Depois, explicita a função do capítulo introdutório ao apresentar reflexões políticas sem vínculo necessário com as questões florentinas por meio da expressão "discorrendo segundo é meu costume". Num terceiro momento, ele relaciona estas reflexões diretamente à Florença, fazendo assim a passagem das considerações políticas para um nível mais concreto, mas que ainda não é o da narrativa, ou seja, o da referência concreta ao estado de Florença no momento referente a estas considerações. Por fim, sempre tratando do mesmo tema, ele passa à narrativa das coisas que ocorriam em Florença, circunscrevendo inclusive um período, 1434 a 1455. Seguindo este percurso, no que ele se refere ao tema discutido no capítulo, a natureza das divisões na república, ele vai daquilo que concerne às repúblicas em geral (sem referência espaço-temporal),

passa por considerações sobre como as divisões afetaram Florença (definindo, portanto, um espaço), e chega ao que ocorreu em Florença no período mencionado.

O retorno às questões internas consiste em voltar às divisões, pois Florença, mesmo com seu governo oligárquico, era incapaz de evitá-las. Sua primeira afirmação sobre a questão das divisões é, ao mesmo tempo, coerente e contraditória: "aqueles que esperam que uma república possa ser unida, muito se enganam nesta esperança". Decorrente da naturalidade da desunião na república, esta impossibilidade está inteiramente de acordo com o que se sabe de seus escritos políticos e mesmo do que foi desenvolvido até o momento em seus capítulos introdutórios. No entanto, no Proêmio, havia sido explicado que a razão para expor os motivos de ódios e divisões das cidades era ensinar os cidadãos a se manterem unidos. A discrepância entre estas duas afirmações não pode ser solucionada, exceto pela inclusão do próprio Maquiavel entre os que têm uma esperança enganadora. Diante da necessidade da desunião, são distinguidas duas formas que ela pode assumir: aquela que prejudica e a que beneficia, a que tem partidos e a que não tem. Se as inimizades são necessárias, os partidos devem ser evitados. Esta distinção não será diretamente relacionada, como de costume, à oposição entre o povo e os nobres, mas às formas de um cidadão adquirir reputação em uma cidade. Se a reputação é obtida publicamente, ela não origina partidos e beneficia a república "porque precisam, para vencer suas provas, voltar-se a exaltação desta [da república], e particularmente respeitar uns aos outros, a fim que não sejam traspassadas as normas civis"[45]. A transformação de assuntos públicos, que deveriam ser resolvidos pelas leis, em questões privadas, que se solucionam com meios particulares, destorce a república, como já fora indicado nos *Discorsi*[46]. A desunião entre povo e nobres não é particular, as inimizades entre cidadãos são problemas particulares que, quando são alçadas a esfera pública, pela criação de partidos, submetem a república ao bem privado. Destas considerações, Maquiavel volta-se a Florença, em que as inimizades

---

[45] *História de Florença*, VI, 1.
[46] *Discorsi*, I, 7 e 8.

sempre foram partidárias e daí aos Medici, que eram sustentados no poder por esta estrutura partidária[47].

No capítulo introdutório do sétimo livro e no início do segundo capítulo, a relação entre divisões e partidos é discutida pela oposição entre Neri di Gino Caponi e Cosimo. Para que esta oposição seja compreendida, é preciso primeiro acompanhar a trajetória de Neri di Gino Caponi na *História de Florença*. A primeira menção a Neri di Gino é feita no segundo capítulo do quarto livro, em que ele é colocado entre os "cidadãos de autoridade", ao lado, entre outros, de Rinaldo degli Albizzi e Niccolò da Uzano, do Partido dos Nobres e inimigos de Cosimo. Em seguida, no capítulo 22 do mesmo livro, ele é chamado como substituto de Rinado degli Albizzi para a campanha contra Lucca, situação que será discutida em referência ao quinto discurso. Entretanto, embora até então pareça evidente o posicionamento de Neri junto ao Partido dos Nobres e que deste se origine a oposição entre ele e Cosimo, o próprio discurso de Niccolò da Uzano desfaz esta impressão: "Neri di Gino e Nerone di Nigi, dois dos principais cidadãos desta cidade, jamais se declararam de maneira que se possa dizer que mais sejam amigos nossos do que deles [os do Partido da Plebe]"[48]. Ainda no livro 4, durante o período em que Cosimo esteve exilado, é mencionada uma carta de messer Agnolo Acciaiuoli, que aconselhava Cosimo a mover uma guerra a Florença e a tornar-se amigo de Neri, pois "se Neri se desligasse de messer Rinaldo, o Partido tanto se enfraqueceria que não seria suficiente para defendê-lo"[49]. A posição de Neri parece até então dúbia do ponto de vista dos partidos; não era considerado pelo partido dos nobres como alguém com quem seguramente se poderia contar, pelos partidários de Cosimo, por outro lado, era tido por poderoso e ligado a Rinaldo, visto que seu afastamento teria como resultado o enfraquecimento do partido dos nobres. No livro 5, embora Neri esteja

---

[47] As questões referentes à Florença e aos Medici serão ainda discutidas na análise dos discursos.
[48] No sexto discurso (*História de Florença*, IV, 27).
[49] *História de Florença*, IV, 30.

presente em vários capítulos, estas questões não são esclarecidas. Seu nome está sempre ligado aos assuntos externos, tema predominante neste livro, como encarregado pela república de comandos militares ou de embaixadas, entre as quais a de Veneza. No sexto livro, a oposição entre Cosimo e Neri é apresentada de modo mais direto: "encontrava-se nesta cidade, entre os cidadãos mais reputados do governo, Neri di Gino Capponi, cuja reputação Cosimo de' Medici temia mais do que qualquer outro, porque ao grande crédito que possuía na cidade se acrescentava o que possuía entre os soldados (...). Além disso, as lembranças das vitórias que ele e Gino, seu pai (...) tinham conseguido os tinham tornado queridos por muitos, e temidos por aqueles que desejavam não partilhar o governo com os outros"[50]. Neste capítulo e no seguinte, é narrado como foi morto Baldaccio di Anghiari, um dos comandantes do exército florentino e muito amigo de Neri, do modo como foi apresentado acima. Mais uma vez, o livro volta a tratar de assuntos externos e Neri continua, como no livro anterior, a ser mencionado como comandante militar e embaixador. No entanto, ao contrário de antes, quando não são comentadas as posições de Neri quanto a estes assuntos, neste livro são narradas as discordâncias entre Neri e Cosimo sobre a maneira como tratar das questões militares e diplomáticas[51].

Apenas no sétimo livro será elucidada por Maquiavel a natureza da relação entre Cosimo e Neri, que provém não simplesmente de uma oposição partidária, mas de uma diferença de postura frente à república. Se, na lógica partidária de Cosimo, era preciso combater Neri porque seu poder e reputação ameaçavam seu poder na medida em que davam poder ao partido adversário, na análise de Maquiavel esta ameaça provinha de outra fonte, pois ia de encontro à própria lógica partidária. No capítulo introdutório do sétimo livro, ele escreve: "mas antes de tudo desejo, discorrendo segundo é meu costume, afirmar que aqueles que esperam que uma república possa ser unida, muito se equivocam nesta esperança. Na verdade,

---

[50] *Idem*, VI, 6.
[51] *Idem*, VI, 16 e 23.

algumas divisões as prejudicam, outras as beneficiam; as que prejudicam nascem junto aos partidos e aos partidários, as que as beneficiam, se mantêm sem estes nem aqueles. Então o fundador de uma república, não podendo impedir que nela existam inimizades, pelo menos deve providenciar que não existam partidos. É preciso, porém, saber que há duas maneiras de um cidadão adquirir reputação em uma cidade: no modo público ou no privado"[52]. O modo público de conseguir reputação não é evidentemente exemplificado por ninguém em particular, o que se coaduna com a maneira como os capítulos introdutórios são construídos, isto é, sem referências diretas aos eventos, embora neste capítulo não ocorra exatamente isto, porque antes e depois destas considerações foram feitas observações mais específicas. Assim, sem citar ninguém em particular, Maquiavel irá traçar o retrato de Neri di Gino, que como pode ser verificado nos livros anteriores, conquistou sua reputação em campanhas militares e embaixadas: "publicamente, se adquire reputação vencendo uma batalha campal, tomando uma cidade, sendo solícito e prudente numa missão, aconselhando sábia e felizmente uma república"[53]. Em contrapartida, é Cosimo quem está sendo esboçado quando Maquiavel discorre sobre o modo privado de adquirir reputação (embora não se possa dizer que tenha sido o único a seguir este caminho): "pelo modo privado, beneficiando este ou aquele cidadão, defendendo-o das magistraturas, dando-lhe empréstimos em dinheiro, conseguindo-lhe cargos públicos sem merecimento, com verbas e diversões públicas gratificando a plebe"[54]. Indo ao capítulo seguinte, isto é afirmado explicitamente: "havia em Florença, como dissemos inúmeras vezes, dois cidadãos poderosíssimos, Cosimo de' Medici e Neri Capponi: destes, Neri era um dos que haviam adquirido a referida reputação por via pública, de maneira que tinha muitos amigos e poucos partidários. Cosimo, entretanto, por seu poderio, tinha abertas as vias pública e

---

[52] *Idem*, VII, 1.
[53] *Idem*, VII, 1.
[54] *Idem*, VII, 1.

privada e contava com muitos amigos e partidários"[55]. Deste modo de proceder, se originam os partidos, pois a obtenção da reputação se funda no bem privado e não no bem comum, como no outro caso. Mais que qualquer inimigo que Cosimo tenha tido, Neri é o seu real oposto, como cidadão cujas ações não produzem a anulação da república.

Estranhamente, entretanto, estes dois poderes, conseguidos de formas diferentes, segundo a avaliação de Maquiavel, eram complementares. Mais que isso, apesar de Neri não ter seguido a via partidária, ele sustentava o poder contrário ao partido de Cosimo: "unidos, enquanto viveram, ambos obtiveram o que desejavam do povo sem dificuldade alguma, porque juntamente com o poderio tinham a simpatia da população. Mas vindo o ano de 1455 morreu Neri e, tendo se extinguido o partido adversário, o estado encontrou dificuldade em reassumir sua autoridade, e os próprios amigos de Cosimo, muito poderosos no estado, eram o motivo disso, porque não mais temiam o partido adversário, que havia se extinguido, e não desejavam diminuir o poder do estado"[56]. A razão pela qual um partido não consiga se manter sem um adversário havia sido esclarecida no Proêmio: "as inimizades de Florença foram sempre partidárias, por isso sempre foram danosas. Jamais permaneceu unido um partido vencedor, senão enquanto ainda existia o partido inimigo; e assim que o vencido se extinguia, não tendo aquele que o dominava temor algum que o impedisse nem ordem interna que o freasse, tornava a se dividir"[57]. A cidade dividida em partidos fica presa a esta divisão porque ela tende constantemente a se reproduzir na medida em que o partido, quando chega ao seu poder máximo, que é o extermínio do partido adversário, novamente se divide, uma vez que seus membros aspiram a uma maior parcela de poder .

---

[55] *Idem*, VII, 2. Este quadro pode ser confrontado àquele dos modos de se ascender ao principado, apresentado por Niccolò da Uzano em seu discurso (IV, 27), que será ainda tratado.
[56] *Idem*, VII, 2.
[57] *Idem*, VII, 1.

Os nove últimos anos de governo de Cosimo (1455-1464) são marcados pela divisão no interior de seu próprio partido, pois são os próprios amigos de Cosimo, muito poderosos no Estado, que a motivam. Esta divisão acarretou uma perda de poder que teve de ser compensada por Cosimo. Foram então apaziguados por ele pela instituição, em 1458, de um novo governo oligárquico: "reassumindo o estado, portanto, e estabelecida a *balia*, e depois empossados os principais magistrados segundo o parecer de poucos, para iniciar com terror o governo que estabeleceram com a força, desterraram messer Girolamo Machiavelli com alguns outros e muitos ainda foram destituídos de seus cargos"[58]. O estreitamento da base do poder, que havia sido efetivada em 1344, se acentua. Quando Cosimo morre, em 1464, seu filho, Piero, tem dificuldades para governar e os mesmos que antes haviam se dividido organizam uma conjura para derrubá-lo[59]. Em 1466, Piero retoma o poder e os chefes da facção inimiga, antes do mesmo partido de Cosimo, são exilados e muitos que estavam do lado deles foram mortos[60]. Embora no exílio, alguns destes inimigos de Piero tentam recuperar o poder pela sublevação de Prato, cidade governada por Florença, mas não obtêm apoio para isso. Esta retomada do poder permite que, com a morte de Piero, em 1472, Lorenzo e Giuliano, seus filhos, sejam saudados como "príncipes do estado"[61]. Deste modo, o percurso deste sétimo livro mostra a concentração cada vez maior do poder nas mãos dos Medici, pois, se até 1455, havia ainda um partido contrário, com a morte de Neri ele se extingue e o poder passa a ser dividido apenas por aquele grupo que pertencia ao partido de Cosimo. Com a divisão deste partido e a posterior eliminação daqueles que eram contrários ao Medici em seu interior, é garantido a Lorenzo e a Giuliano um governo inteiramente subordinado a eles.

---

[58] *Idem*, VII, 3.
[59] *Idem*, VII, 10-15.
[60] *Idem*, VII, 17.
[61] *Idem*, VII, 24.

Entretanto, as divisões florentinas não se extinguem. O sétimo livro se encerra com a narração de uma conjura em Milão para derrubar Galeazzo Sforza, que, embora tenha conseguido matar o duque, não obteve apoio do povo. A narrativa deste acontecimento serve a Maquiavel como uma ligação para o anúncio da conjura dos Pazzi (1478), em Florença, que será narrada no oitavo livro, também derrotada depois de conseguir matar Giuliano de' Medici. No capítulo introdutório do oitavo e último livro, assim como no do livro anterior, temos uma mudança de um tipo de exposição mais teórico (embora não descolado das circunstâncias) para a análise direta da situação política (mais nos moldes da obra política). Como este capítulo tem como tema as conjuras, Maquiavel, ao invés de discorrer sobre elas, remete o leitor a um capítulo dos *Discorsi*[62], o mais longo deste livro e no qual ele já havia discutido, entre muitas outras, a conjura dos Pazzi[63]. Ao contrário das divisões anteriores que causavam tumultos que envolviam toda a cidade na disputa do poder, a conjura conta com o segredo: "contaremos como o estado dos Medici tendo vencido todos os inimigos que abertamente o haviam atingido, querendo que aquela família tomasse toda a autoridade na cidade e com o viver civil se destacasse das outras, ficou necessitado também de superá-las porque ocultamente tramavam contra eles"[64]. Da sustentação do poder por uma estrutura partidária que comportava outros partidos à eliminação dos poderes contrários, a redução das divisões à forma da conjura marca a passagem do governo oligárquico para o principesco, ainda que sempre recoberto pela forma republicana: "enquanto os Medici em igualdade de autoridade e reputação lutavam com algumas das outras famílias, os cidadãos que deles invejavam o poderio podiam opor-se-lhes abertamente sem temer ser oprimidos nas suas motivações; porque tendo os magistrados se tornado livres,

---

[62] *Discorsi*, III, 6.

[63] Naquele livro, Maquiavel havia feito o seguinte julgamento dos resultados da conjura: "os Pazzi, muitas vezes citados por nós, não conseguiram matar senão Giuliano. De modo que, de semelhantes conjuras contra mais de um chefe, devem todos se abster, porque não faz bem nem a si nem à pátria nem a ninguém: aqueles que permanecem tornam-se mais insuportáveis e acerbos" (*Discorsi*, III, 6).

[64] *História de Florença*, VIII, 1.

nenhum dos partidos tinha motivos para temer senão depois de ter perdido. Mas, depois da vitória de 1466 o estado se concentrou todo com os Medici, os quais tanta autoridade tomaram que os que estavam descontentes precisavam com paciência suportar aquele modo de vida, ou, se quisessem eliminá-los, que o tentassem secretamente ou por intermédio de conjuras"[65].

Na *História de Florença*, Maquiavel traça um curso das divisões que partem do interior de uma oligarquia até desembocarem em um principado, que resulta de uma dissolução progressiva do estado republicano. As divisões são, por esta razão, o centro de sua história e permitem uma leitura derivada da análise que ele faz delas como causas deste processo de dissolução. Assim, em uma análise sintética deste processo, se pode seguir o alargamento progressivo das divisões até os *Ciompi* (a plebe), e seu progressivo estreitamento até chegarem às conjuras. As divisões partem do interior de um grupo, os nobres, e esta divisão da oligarquia causa seu enfraquecimento até que o povo seja capaz de se lhe contrapor. Maquiavel reconhece, neste momento, a história de Roma em Florença e, com isto, a possibilidade de a cidade tornar-se uma verdadeira república, mas a derrota dos nobres, ao fim do segundo livro, destrói esta ocasião de obter o equilíbrio. As divisões persistem no meio do povo e se ampliam quando a plebe se revolta. Deste ponto máximo de alargamento das divisões, exposto no terceiro livro, a derrota da plebe reconduz as divisões para o povo, iniciando um processo de estreitamento dos conflitos, que se desenvolve no quarto livro, aprofundando a corrupção da república. A vitória do partido dos Medici, que se mantém nos livros 5 e 6, comporta ainda um partido adversário, enfraquecido, mas presente. Com a extinção deste partido, no início do livro 7, surge a divisão no interior do partido dos Medici, que retoma o caráter das divisões do início da cidade, pois este partido que se cinde é composto pelos mais poderosos de Florença, como eram os nobres naquele momento inicial. Da derrota dos adversários dos Medici surge, então, o principado, quando o poder é

---

[65] *Idem, ibidem.*

levado ao seu máximo estreitamento. Por fim, no oitavo livro, as divisões se manifestam na forma da conjura, que representa o confinamento das divisões no principado ou, ainda, sua expulsão para fora do espaço social.

Da liberdade à liberalidade

O mesmo efeito de esclarecimento da narrativa que tem os capítulos introdutórios pode ser observado pela leitura dos discursos que será feita então. Mas, apesar das questões serem basicamente as mesmas, eles não se sobrepõe à leitura destes capítulos por serem, por um lado, enunciados de posições que não são as de Maquiavel, ao menos a princípio, e por outro, por darem voz a personagens concretas. Mesmo considerando que muitos dos discursos são anônimos, eles trazem à cena a materialidade da política florentina e italiana. O emprego dos discursos não é sempre o mesmo, o objetivo geral, no entanto, pode ser considerado como semelhante: evidenciar uma situação; expressar, de um modo não narrativo, as posições, os interesses e as paixões; emitir críticas também, inclusive em casos em que ele mesmo não poderia expressá-las diretamente, como nos momentos em que coloca discursos contra os Medici na boca de seus adversários. Esta era realmente a função tradicional dos discursos nas histórias[1] e o fato que Maquiavel os inclua é uma das marcas, para os comentadores, de sua inserção da *História de Florença* no modelo da historiografia humanista.

---

[1] "Da mesma forma, o instrumento pelo qual os historiadores humanistas interpretavam a motivação psicológica por trás do curso dos eventos possuía uma origem clássica: a inserção de discursos no texto. Os discursos serviam para enfatizar a importância de um evento. Eles eram regularmente colocados na narrativa no início de uma batalha quando cada capitão era descrito enquanto direcionava suas tropas e apresentava as questões pelas quais a guerra seria travada. Os discursos serviam também para indicar ao leitor as alternativas de um dado momento. Eles eram, com freqüência, apresentados em pares, um advogando os prós e o outro, os contras de um possível curso de ação. Os historiadores humanistas não estavam preocupados se tais deliberações haviam ocorrido ou não. Uma vez que se acreditava que os discursos nos escritos históricos clássicos haviam sido inventados por seus autores, os humanistas sentiram-se autorizados à mesma prerrogativa" (Gilbert, *Machiavelli and Guicciardini*, *op. cit.*, p. 211).

São onze os discursos da *História de Florença* e sempre introduzidos da mesma maneira: *parlò in questa sentenza*[2]. Esta introdução revela a intenção de construir um discurso mais formal e de maior extensão. Há outros discursos diretos, alguns muito curtos, que expressam geralmente mais sentimentos que idéias elaboradas e, de fato, não correspondem a uma verdadeira construção retórica. Nestes casos, a introdução é quase sempre a mesma: "disse".

A maior parte destes discursos está entre o segundo e o quarto livros, no período que vai do início das divisões, em 1215, até a vitória de Cosimo de' Medici, em 1434. Deste modo, assim como os livros nos quais estão, são concernentes às questões internas de Florença[3]. Estes seis discursos podem ser considerados como tematicamente semelhantes, expressando várias visões sobre as divisões florentinas e a conseqüente perda da liberdade, de modo correspondente às questões tratadas no Proêmio e nos capítulos introdutórios. Os livros 5 e 6 (1434 até 1463), têm quatro discursos. O primeiro deles está no início do quinto livro e já não ocorre em Florença, mas é feito ao duque Felipe Maria Visconti por Rinaldo degli Albizi, exilado florentino. É um discurso limite, pois marca o início de uma seqüência de guerras. Os outros três são voltados aos assuntos externos. Estes discursos, num primeiro momento, parecem afastar-se dos temas que até então haviam sido tratados, no entanto, quando relacionados ao que é narrado nos capítulos que o cercam, assumem um significado que não é notado numa primeira leitura. Eles tratam ainda dos problemas da divisão e da liberdade, ainda que não do modo explícito como os primeiros o faziam. O último discurso, de 1478, no oitavo livro e isolado dos demais, é de Lorenzo de' Medici, então príncipe da cidade.

---

[2] São considerados apenas os discursos mais extensos e introduzidos por esta fórmula, outros discursos podem ser analisados quando forem relevantes para o esclarecimento dos assuntos discutidos.

[3] Destes, o único que não é proferido por um florentino é o quinto discurso, no vigésimo primeiro capítulo do livro quatro, de um habitante de Seravezza que escapa à destruição da cidade atacada pelos florentinos em sua campanha contra Lucca.

1. Discurso dos Senhores ao duque de Atenas:

O primeiro discurso, no capítulo 34 do segundo livro, se passa em 1342, no momento em que Florença está em meio à divisão entre os nobres e o povo. O contexto específico deste discurso é a tirania do duque Gualtieri, enviado pelo rei de Nápoles como resposta a um pedido de ajuda dos florentinos para a condução da guerra contra Lucca. Persuadido pelos nobres, que desejavam conter o povo, a tomar para si todo o governo da cidade, ele promove perseguições ao povo (contra o qual tinha o apoio da plebe e dos nobres), que consistiam em mortes, exílios e multas.

O discurso é proferido por um dos Senhores da cidade[4], em nome de todos eles, e em nome do povo, visto que o representava. É assim um discurso coletivo, que dá voz aos desejos do povo. É dirigido diretamente ao tirano e, deste modo, o primeiro discurso da *História de Florença* é um clamor pela liberdade da república. O tom do exórdio é severo, não apenas em relação ao duque, mas também aos que o induzir a tomar o poder, e aponta a ilegalidade de sua posição: "nós estamos certos que desejais obter extraordinariamente o que de maneira ordinária nós não havíamos dado". Contrapõe então, repetidas vezes, a servidão à liberdade e afirma a instabilidade de se apoiar nas forças externas e internam que o sustentam. A glorificação do desejo de liberdade pontua o discurso: "estais buscando tornar serva uma cidade que sempre livre viveu"; "que o tempo não baste para consumir a ânsia da liberdade, isto é certíssimo (...)"; "quais obras vossas desejais que sejam o contrapeso à doçura do viver livre (...); "porque a quem está acostumado a viver livre, pesa qualquer corrente e todo laço oprime". O Senhor então lhe propõe a escolha entre o governo da força ("manter esta cidade

---

[4] Os Senhores ou Priores permaneciam por dois meses no governo da república, e seu número variou, ao longo dos anos, de três a doze. Eles podiam ser nobres ou populares, mas deveriam ser necessariamente mercadores ou membros das Artes, o que significa que representavam uma forma de poder popular (*História de Florença*, II, 11).

com a máxima violência") e o das leis ("contentar-se com a autoridade que nós vos outorgamos"), alertando, entretanto, que apenas a segunda opção é segura: "só é durável o domínio que é voluntário; e não queirais, cego de um pouco de ambição, conduzir-vos aonde não podendo ficar, nem mais alto subir, ser obrigado a cair com o nosso e o vosso máximo dano".

Pela inclusão deste discurso, Maquiavel identifica Florença, neste momento de sua história, à cidade que sempre foi livre, sobre a qual havia discutido, de modo bastante semelhante aos termos deste discurso, em *O Príncipe*: "quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o tempo nem os benefícios recebidos jamais farão esquecer"[5].

O duque responde então aos Senhores[6] contrapondo esta defesa da liberdade a uma outra concepção de liberdade: "disse não ser sua intenção tirar daquela cidade a liberdade, mas restituí-la; porque só as cidades desunidas eram servas e livres as unidas; e se Florença por ordem sua se livrasse das facções, ambições e inimizades, teria restituída e não perdida a liberdade"[7]. A união nas repúblicas, como foi visto na análise dos capítulos introdutórios, não é uma possibilidade, mas a eliminação dos efeitos nocivos das inimizades particulares por meio das leis apropriadas é uma condição de liberdade. A resposta do duque, que parece conter uma parcela da verdade, não obstante, é desmontada pela seqüência narrativa. A união que ele propõe é sustentada pela servidão e não em leis que efetivamente pudessem regular as inimizades: "viviam então os cidadãos cheios de indignação vendo a grandeza de seu estado arruinada, os ordenamentos

---

[5] *O Príncipe*, 5.
[6] Esta resposta não é um discurso, mas algumas linhas que expõem na forma de um discurso indireto a posição do duque.
[7] *História de Florença*, II, 35.

corroídos, as leis anuladas, todo honesto viver corrompido, toda civil moderação desaparecida"[8].

Neste contexto, Maquiavel utiliza o gênero retórico-epidítico, que pode ser de louvor ou reprovação, para compor a imagem do duque de Atenas. Como contraposição ao elogio feito dentro do mesmo gênero aos membros da casa dos Medici, a imagem apresentada é a de um tirano: "Foi este duque, como bem demonstrou seu governo, avaro e cruel, pouco afável em suas audiências e soberbo em suas respostas. Queria a servidão, não a benevolência dos homens; por isso desejava antes ser temido do que amado. Sua própria presença não era menos odiosa que seus costumes, pois era pequeno, opaco, de barba longa e rala. Tanto sob todos os aspectos merecia ser odiado que, depois de dez meses, seus maus costumes tiraram-lhe a Senhoria que os maus conselhos de outros lhe tinham dado"[9]. Embora a passagem seja bastante sucinta, resume várias características que se fazem necessárias para a condenação, tais como Cícero as define e que foram citadas quando do comentário sobre a *Vida de Castruccio*[10].

Outra questão suscitada pela imagem do duque é a referência à sua preferência por ser temido a ser amado, que remete a esta mesma discussão no capítulo 17 de *O Príncipe*. A escolha por ser amado fazia parte das convenções humanistas sobre as virtudes principescas. No capítulo 15 de *O Príncipe*, havia sido estabelecida a lista canônica das virtudes principescas e nos capítulos seguintes estas virtudes são desmontadas[11]. A argumentação de Maquiavel quanto

---

[8] *Idem*, II, 36.
[9] *Idem*, II, 37.
[10] Cícero mencionava a sabedoria, a generosidade, a fortaleza, a justiça, a magnanimidade, o senso de dever, a gratidão e a humanidade: "quem quer elogiar notará facilmente estas e similares características, quem quer condenar encontrará as antitéticas" (Cicero, *Do Orador*, II, 11).
[11] Segundo Skinner, "Essa linha de reflexão assim subversiva culmina no capítulo 17, no qual Maquiavel suscita uma questão que (...) tinha merecido o mais atento exame na literatura de aconselhamento destinada ao *podestà* e demais magistrados das cidades-Estado: 'Se é melhor ser amado ou temido'. Até aqui esse dilema se resolvia, invariavelmente da mesma forma. Já que se entendia que infligir medo ao próximo era uma forma de crueldade, e que essa era considerada um vício desumano, sempre se pedia

à escolha entre ser temido ou ser amado é bastante clara: "a resposta é que seria de se desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas"[12]. A inclusão da acusação de que preferia ser temido aumenta o convencionalismo da reprovação, acrescido ainda pela descrição de seu físico "odioso". Sem pretender evitar qualquer divergência entre as posições, uma vez que nitidamente existe na reprovação uma adesão às regras tradicionais no tocante às virtudes, é possível afirmar que é exatamente isso que Maquiavel pretende fazer. Ou seja, a composição da imagem do tirano conforme o estilo escolhido traz consigo não apenas a forma, mas também o conteúdo tradicional, do mesmo modo que, ao fazer o elogio dos Medici, ele lhes atribuía as virtudes principescas compatíveis com esta forma retórica. Por outro lado, quando afirma que o duque era odioso, de certa forma ele concilia as razões deste ódio com o que fora afirmado em *O Príncipe*: "deve, contudo, o príncipe fazer-se temer de modo que, se não conquistar o amor, pelo menos evitará o ódio; pois é perfeitamente possível ser temido e não ser odiado ao mesmo tempo, o que conseguirá sempre que se abstenha de se apoderar do patrimônio e das mulheres de seus cidadãos e súditos. Se precisar derramar o sangue de alguém, deverá fazê-lo quando tiver justificativa conveniente e causa manifesta"[13]. No capítulo anterior ao desta condenação, Maquiavel enumera as razões que o fizeram odioso, que estão de acordo com aquelas ações das quais o príncipe deve abster-se que são mencionadas nesta passagem. Entre outras coisas, "as taxas que impunha aos cidadãos eram pesadas e seus julgamentos, injustos, e aquela severidade e humanidade que tinha fingido havia se convertido em soberba e crueldade; daí muitos dos Grandes e dos notáveis do povo eram condenados, mortos ou atormentados com novos métodos".

---

ao governante que procurasse antes ser amado do que temido"(Skinner, Quentin, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Cia das Letras,1996, p. 156).

[12] *O Príncipe*, 17.

[13] *Idem, ibidem.*

E ainda, "mas acima de qualquer coisa o que era lamentável era a violência que ele e os seus, sem respeito algum, faziam às mulheres". Além dessas, são mencionadas a conversão de Florença aos costumes franceses e o favorecimento da plebe e do *popolo minuto*, como mecanismo para diminuir o poder dos Grandes[14].

A revolta contra o duque é então movida por cidadãos "das mais diversas origens" que "decidiram perder a vida ou recuperar a liberdade". O contraditório da situação florentina diante da liberdade é afirmado com toda clareza, e não pela última vez: "porque aquela cidade que estava habituada a agir e falar de qualquer coisa, não suportava ter as mãos atadas e a boca fechada. Aumentaram, pois, de tal maneira essa indignação e esses ódios não só aos florentinos, que não sabem conservar a liberdade e não podem sofrer a servidão, mas inflamariam à recuperação da liberdade qualquer povo servil"[15]. A incapacidade tanto de manter a liberdade quanto a de ser servos será discutida no próximo discurso, que considera a divisão em outros termos que os do duque, não pela servidão, mas pelas leis.

2. Discurso dos cidadãos florentinos:

O segundo discurso, no quinto capítulo do terceiro livro, é ambientado em 1371. Após a derrocada do poder dos nobres, começa a divisão entre o povo, com a inimizade entre a família dos Albizzi e a dos Ricci, que queriam "dominar o outro para obter o principado na república". Em razão desta inimizade foi renovada a lei contra os gibelinos[16], impedidos de ocupar magistratura, o que deu

---

[14] *História de Florença*, II, 36.
[15] *Idem, ibidem.*
[16] Uguccione de' Ricci "agiu para modificar a lei contra os gibelinos, dentre os quais, na opinião de muitos, estivessem os Albizzi, que, nascidos há muito em Arezzo, tinham vindo viver em Florença. donde Uguccione se propunha, com a renovação desta lei, privar os Albizzi das magistraturas, pois dispunha que fosse condenado qualquer descendente de gibelino que exercesse a magistratura. Piero di Filippo degli Albizzi descobriu o que projetava Uguccione e pensou favorecê-lo, julgando que, opondo-se, por si só se declararia gibelino. Esta lei, portanto, renovada por ambição dos Ricci, não tirou,

origem a muitas perseguições. Considerado o grande número de conflitos e de tentativas fracassadas para instituir leis e governos capazes de ordenar a cidade, é em uma situação de grande tensão que este discurso é proferido. Ele é bastante longo e trata de maneira ampla dos problemas de Florença. Mais abrangente que o anterior, este discurso cumpre o papel de sintetizar todas as vicissitudes da história florentina desde a primeira desunião interna que refletiu as desuniões externas, entre papado e império, ao mesmo tempo em que a interpreta segundo aqueles princípios expostos nos *Discorsi* sobre as divisões partidárias e o seu efeito de supressão da liberdade. A partir dele se torna clara a unidade entre a perspectiva narrativa da *História de Florença* e a reflexão dos escritos políticos.

Assim, muitos cidadãos se reúnem, "movidos pelo amor à pátria", e o de maior autoridade fala em nome dos cidadãos utilizando o "nós", assim como no discurso anterior, que tinha sido em nome dos Senhores. Começa afirmando que a utilidade, o bem e o amor à pátria e não a ambição e a presunção os haviam reunido, na intenção de discutir o mal que cresce na república e de curá-lo. Neste exórdio, já estão expostas todas as questões de que irá tratar, na medida que são contrapostos os seus objetivos àquelas coisas que levam à ruína da república. O orador passa alternadamente da Itália à Florença, pois este discurso retoma a história anterior e indica a corrupção de Florença como parte da corrupção geral da Itália, que depois de sair do Império ficou sem freios que contivessem as cidades, o que levou à divisão delas em partidos. Neste ponto, parece ser revelada uma inclinação gibelina, reforçada pelas observações que se seguem sobre a falta de união e a conseqüente ausência de temor a Deus e à religião e de fé. Acresce-se, então, ao elogio do Império, ainda que não explícito, a crítica à Igreja, responsável por manter a reputação da religião. Mas tanto o Império como a Igreja são rejeitados quando ele declara que guelfo e gibelino são palavras que "seria bom

---

mas deu reputação a Piero degli Albizzi, e de muitos males foi o princípio: para uma república não se pode fazer mais danosa lei do que uma que se refira a tempos já há muito passados"(*idem*, III, 3).

que jamais tivessem existido" em Florença. Com este movimento, o orador remonta às primeiras divisões, de 1215, em que a cidade se dividiu entre guelfos e gibelinos, denunciando ao mesmo tempo a origem externa das divisões florentinas e o longo período de tempo no qual elas estão presentes na cidade.

É novamente a Itália indicada como a fonte da corrupção dos costumes. Nela "amontoa-se o que pode ser corrompido e corromper os outros: são ociosos os jovens, lascivos os velhos, e ambos os sexos e todas as idades estão cheios de maus costumes, ao que as boas leis, por serem mal aplicadas, não põem remédio". Esta passagem aponta para o que foi discutido sobre a coesão entre a matéria e a forma da república, quando as leis, mesmo sendo boas, são incapazes de enfrentar a corrupção dos costumes. Em conseqüência desta degradação, "nasce a avareza que se nota nos cidadãos e aquele apetite não de verdadeira glória, mas de vituperiosas honras de que dependem os ódios, as inimizades, os desprazeres e os partidos: de onde vêm as mortes, os exílios, as aflições de bondosos e a exaltação de malvados". Esta seqüência de efeitos remonta à distinção entre a desunião e a divisão, esta última responsável pela criação dos partidos. As leis que controlam os ódios e as inimizades são os únicos instrumentos capazes de impedir que seus efeitos arruínem as repúblicas: "porque sob as cores de um estado, seja aristocrático, seja popular, todos os inimigos da liberdade sempre oprimem a cidade. O prêmio desejado pela vitória não é a glória de tê-la libertado, mas a satisfação de ter superado os outros e o principado desta ter usurpado, ao ponto de não haver coisa tão injusta, tão cruel, tão avara, que os faça parar de ousar". A opressão da cidade pelo partido vencedor faz persistir a divisão porque é incapaz de escapar da lógica que a move. Esta observação antecipa o capítulo introdutório do quarto livro, no qual Maquiavel afirma que as cidades desordenadas vão da servidão ao desregramento, sem passar pela liberdade.

Deste quadro italiano das cidades cheias de desordens, ele passa a Florença, que "mais que qualquer outra está manchada: porque as leis, os estatutos, as ordenações civis não segundo o viver livre, mas segundo as ambições do partido

que aí permaneceu superior sempre se ordenaram e se ordenam. É por isto que sempre que é derrotado um partido, ou solucionada uma divisão, surge outra". O orador lembra então toda a sucessão de divisões de Florença, desde os guelfos e gibelinos, os *Neri* e os *Bianchi*, o povo e os Grandes, em resultado das quais "finalmente ao duque de Atenas submetemos nossa liberdade". Neste ponto, chega-se ao resultado final a que levam as divisões, que é a perda da liberdade, ou seja, a perda do próprio estado republicano. A perplexidade que causa a narrativa até então feita do caos da situação política florentina toma aqui quase que a forma do desespero diante do impasse ao qual levam as divisões: "em uma só forma de estado jamais permanecemos, como jamais ficamos de acordo para viver livres, também o ser servos jamais nos contentou". Incapazes de colocar fim às divisões, os florentinos perdem sua liberdade e, ao reconquistá-la, recriam as causas de sua perda, e agora "oh coisa vergonhosa e ridícula!, os Ricci e os Albizzi a perturbam e dividem". O desejo de liberdade, expresso no discurso anterior, é contraposto à incapacidade de criar as leis para mantê-la.

No epílogo, entretanto, há uma mudança de tom: à condenação das divisões se segue a confiança na possibilidade de reordenar a cidade. A confiança vem da mudança ocorrida na Itália, do enfraquecimento do Império e do Papa, assim é possível atribuir "as antigas desordens não à natureza dos homens, mas aos tempos, que tendo mudado, permite que tenhais esperança que a vossa cidade, mediante melhores ordenamentos, tenha melhor fortuna. Seus males podem com a prudência ser vencidos, pondo freio à ambição de alguns e anulando as disposições que nutrem os partidos, e criando as que com o viver livre e civil se coadunam. E ficais contentes de fazê-lo agora, com a benevolência das leis, antes que os homens necessitem fazê-lo com o favor das armas"[17]. Este último trecho do

---

[17] Esta observação sobre "os tempos" retoma o que havia sido dito nos *Discorsi* sobre a necessidade da ação humana ser coerente com as condições históricas: "aqueles que, por má escolha ou por inclinação natural, destoam dos tempos, vivem, na maior parte das vezes, infelizes e as suas ações malogram, o contrário acontece àqueles que estão de acordo com o tempo"(*Discorsi*, III, 8).

discurso aponta para o viver civil e a liberdade de modo diferente do discurso anterior, pois para alcançá-la é preciso combater não um tirano, mas a ambição dos próprios cidadãos, sem o quê o risco da tirania se perpetua. E ao contrário do tirano que propõe impedir as divisões com a opressão, as leis são indicadas como o freio a elas.

O resultado do discurso, relatado no capítulo seguinte, foi a decisão de outorgar a cinqüenta e seis cidadãos o poder de reordenar a cidade. Entretanto, e aqui é nitidamente Maquiavel quem fala: "é mesmo verdade que as pessoas quando são numerosas são mais aptas para conservar um bom ordenamento, do que o são para criá-lo por si próprias. Estes cidadãos mais pensaram em acabar com os partidos atuais do que em eliminar os motivos de criação de futuros partidos. Nem uma nem outra coisa conseguiram(...)"[18]. A avaliação das razões do insucesso dos cidadãos em reordenar a cidade reflete a concepção de Maquiavel sobre a necessidade de haver um só poder para dar forma à matéria, sobretudo quando ela está extremamente corrompida. Mas o que surpreende nesta concepção é que, quando ela é enunciada nos *Discorsi*[19], Maquiavel afirmara que "muitos não são aptos a ordenar uma coisa, por não conhecer o bem daquela, por causa das opiniões diversas que existem entre eles", daí a necessidade de que seja um só, o legislador ou fundador, a dar forma à matéria. Entretanto, neste discurso, a consciência que o orador tem ao apresentar as vicissitudes italianas e florentinas e ao compreender que as leis até então feitas foram insuficientes para eliminar a razão da criação de novos partidos contrasta com a incapacidade que tiveram em transformar esta consciência em leis eficazes. Desta perspectiva, a diversidade de opiniões parece referir-se menos ao conhecimento do bem da república que aos meios de concretizar este conhecimento. As divisões e a incapacidade dos

---

[18] *História de Florença*, III, 6.
[19] *Discorsi*, I, 9.

florentinos de serem livres se perpetuam, e os dois discursos seguintes ainda discutem os mesmos problemas.

3 e 4. Discursos do gonfaloniero e dos Ciompi:

O terceiro e o quarto discursos são muito próximos, tanto no tempo quanto no texto de Maquiavel. Ambos são de 1378, entre o tumulto causado pela divisão entre os guelfos e seus adversários e aquele entre o povo e plebe. O terceiro discurso é do gonfaloneiro Luigi Guicciardini, no capítulo 11 do terceiro livro. O quarto é de um homem da plebe, no capítulo 13 do mesmo livro. Estes dois discursos não serão discutidos nesta parte porque serão analisados separadamente. Entretanto, para não romper a linha de análise seguida até então, algumas observações precisam ser feitas. Muito próximos, são considerados discursos antitéticos, questão que será discutida depois. No intervalo entre o segundo discurso e estes, as divisões não diminuíram, passaram a divisões entre o povo e depois, como explicita o quarto discurso, entre povo e ínfima plebe, os *sottoposti* às Artes. A existência destes dois tumultos, apenas sete anos após o discurso do cidadão, reflete a incapacidade dos florentinos de refrearem suas divisões e o conseqüente aprofundamento delas . Em contraposição às divisões, ambos os discursos invocam a liberdade, ainda que de modos diferentes. O discurso do gonfaloneiro Luigi Guicciardini versa ainda, como o anterior, sobre os temas dos males causados pelas divisões, a necessidade de reformas e o perigo da servidão. Em contrapartida, o discurso do *ciompo* expressa o aprofundamento ao qual levaram as divisões, quando a ínfima plebe decide ser o momento necessário para obter sua liberdade, pela tomada do poder e pela ruína de seus inimigos, identificados como sendo os cidadãos, a Senhoria e os magistrados. Excluídos de todas as formas de poder da cidade, a ínfima plebe está decidida a obtê-lo pela força, tornando-se "príncipe da cidade".

5. Discurso de um habitante de Saravezza aos florentinos:

O quinto discurso, no capítulo 21 do quarto livro, parece a princípio deslocado entre os outros, que tratam sempre das questões internas de Florença, de acordo com o assunto predominante dos quatro primeiros livros. Do ponto de vista das questões internas, remete à divisão italiana entre guelfos e gibelinos e aos efeitos desta divisão, relativos às disputas internas e aos conseqüentes posicionamentos externos. Florença mantém, neste momento, a mesma divisão existente no terceiro livro, entre o partidos dos nobres, chefiado por Niccolò da Uzano e Rinaldo degli Albizzi, e o partido da plebe, já sob o controle dos Medici.

Neste momento, em 1429, Florença está em guerra com Lucca, e Astorre Gianni e Rinaldo degli Albizzi tinham sido designados comissários para comandar o exército contra Lucca. O exército foi dividido entre os dois comandos e Astorre seguiu pela planície, para Camaiore e Pietrasanta, enquanto Rinaldo foi pelos morros. Astorre, chegando a um vale próximo a Pietrasanta, chamado Seravezza, apesar de os habitantes imediatamente se mostrarem dispostos a aceitar o domínio florentino, saqueia e destrói a cidade.

O discurso é feito aos florentinos por um dos habitantes de Seravezza que conseguem escapar da violência de Astorre. No exórdio, ele pede compaixão e lembra a aliança anterior com Florença: "nosso vale, como podem estar plenas vossas memórias, sempre foi guelfo, e também foi, muitas vezes, uma fiel recepção a vossos cidadãos que, perseguidos pelos gibelinos, a ele recorreram". Afirma então a boa vontade e amizade com que receberam Astorre e a violência com que ele respondeu: "esse vosso comissário de homem não tem senão a presença, como de florentino só tem o nome: uma peste mortal, uma fera cruel, um monstro horrendo que jamais escritor algum imaginou, porque reunindo-nos em nosso templo com o propósito de falar-nos, aprisionou-nos e o vale inteiro arruinou e queimou, e a seus moradores e suas coisas roubou, espoliou, saqueou, golpeou; estuprou as mulheres, violou virgens, tirou-as dos braços de suas mães e as deu como espólio a seus soldados". Diante de tal quadro de horrores, ele

reafirma sua inocência e sua fidelidade à Florença, e pede então socorro e a devolução de suas coisas, suas mulheres e filhas. A reação dos florentinos é então de pesar: "a atrocidade de tudo, conhecida antes, ouvida depois de viva voz dos que a tinham suportado, comoveu os magistrados. Sem demora fizeram Astorre voltar e logo foi condenado e repreendido"[20].

Este discurso, embora por si mesmo não tenha afinidade com os assuntos até então discutidos nos discursos, sobre as divisões e a liberdade, faz a mediação para que seja possível tratar de uma questão de grande interesse da perspectiva de Maquiavel no que diz respeito às divisões das repúblicas: a diferença entre calúnia e acusação. No segundo discurso, o cidadão fazia referência às leis necessárias para frear as divisões na cidade e a manutenção da liberdade; nos capítulos 7 e 8 do primeiro livro dos *Discorsi*, Maquiavel afirma que não há lei mais necessária à república que o direito de acusação, e que, ao contrário, a calúnia origina o ódio e este, as divisões. O quanto este seja um tema importante para Maquiavel, pode ser visto pelos *Discorsi*, no qual ele apresenta Roma como o modelo de uma boa ordenação no que diz respeito ao modo de conduzir as acusações e calúnias e Florença, o exemplo contrário, em que isso foi sempre mal ordenado[21].

Os elementos que sustentam a interpretação de que este discurso tem como função apresentar o problema da acusação e da calúnia não podem ser encontrados no próprio discurso, mas no capítulo anterior e naqueles que o sucedem. No

---

[20] *História de Florença*, IV, 21.

[21] "Esta parte, como foi dito, era bem ordenada em Roma e foi sempre mal ordenada na nossa cidade de Florença. E como a Roma esta ordem fez muito bem, a Florença esta desordem fez muito mal. E quem lê as histórias desta cidade verá quantas calúnias foram feitas em todos os tempos aos seus cidadãos, que se ocuparam de coisas importantes da república. De um dizem que havia roubado dinheiro público, de outro que não havia vencido uma empresa por ter sido corrompido e outro ainda que por sua ambição tinha feito tal e tal inconveniente. Do que nascia que de toda parte surgia o ódio, de onde vinham as divisões, das divisões às seitas, das seitas à ruína. Se tivesse havido em Florença ordenações para acusar os cidadãos e punir os caluniadores, não se seguiriam os infinitos escândalos que se seguiram, porque aqueles cidadãos se fossem condenados ou absolvidos, não teriam podido prejudicar a cidade, e teriam sido acusados muito menos que eram caluniados, não se podendo, como eu disse, acusar como caluniar cada um" (*Discorsi*, I, 8).

capítulo 20, Maquiavel havia afirmado: "foram infelizes as empresas destes, não porque não conquistassem muita terra, mas pelas acusações que um moveu ao outro no manejo dessa guerra"[22]. Neste capítulo, é narrado o modo como Astorre destruiu Seravezza e as acusações que recebeu, enquanto que o capítulo 22 assinala as difamações sofridas por Rinaldo[23] e sua reação. Nos *Discorsi*, a diferença entre calúnia e acusação é assim definida: "as calúnias não precisam nem de testemunhas nem de qualquer outro apoio para prová-las, de modo que se pode ser caluniado por todos e todos podem caluniar; mas não pode ser acusado, sendo necessário de apoios verdadeiros e circunstâncias que mostrem a verdade da acusação"[24]. Deste modo, o discurso, entre os dois capítulos, nada acrescenta ao que já sabia sobre as ações de Astorre; entretanto, ele cumpre a função de testemunhar que as acusações movidas contra ele são verdadeiras. Por ser verdadeira a acusação, "sem demora fizeram Astorre voltar e logo foi condenado e repreendido". Em contrapartida, o que havia sido dito de Rinaldo de nenhum modo é comprovado, o que faz com que não possam ser acusações, mas calúnias. Rinaldo degli Albizzi também volta a Florença e reage, reclamando seu direito de cidadão de ser defendido publicamente das calúnias. Como resultado, buscaram acalmá-lo, mas não é mencionada nenhuma ação punitiva para os caluniadores.

Os dois efeitos da má ordenação no que diz respeito a acusações e calúnias são a divisão da cidade em partidos e a possibilidade de conquistar poder e a amizade do povo ao acusar os poderosos[25]. Estes efeitos estão expressos pouco

---

[22] *História de Florença*, IV, 20.

[23] "Messer Rinaldo degli Albizzi, por outro lado, era difamado, dizia-se que não fazia a guerra em benefício do povo florentino, mas em seu interesse; que, quando era comissário, tinha-lhe escapado do ânimo aquela avidez de tomar Lucca porque lhe bastava saquear o condado e encher suas terras de gado e suas casas de butim; que , como já não lhe bastava o butim que seus guarda-costas tiravam em seu próprio benefício, comprava o de seus soldados, de tal maneira que de comissário passou a ser mercante"(*idem*, IV, 22)

[24] *Discorsi*, I, 7.

[25] "E entre outras coisas das quais se valeu algum cidadão para chegar à grandeza, foram das calúnias: as quais sendo feitas contra cidadãos poderosos que se opunham ao seu

adiante: "com uma cidade tão dividida foi feita a empresa de Lucca, e os humores dos partidos se acenderam em vez de se aplacarem. Mesmo que tenha sido o partido de Cosimo o que mais a tivesse patrocinado, foram do partido do adversário os encarregados de executá-la, por serem homens mais reputados pelo estado. Não podendo isto remediar, Averardo de' Medici e os outros procuravam com todas as artes e meios caluniá-los, e se alguma baixa havia, e não houve muitas, não era acusada a fortuna ou a força do inimigo, mas a pouca prudência do comissário. Assim foram agravados os pecados de Astorre Gianni. Assim foi levado à indignação messer Rinaldo degli Albizzi, e a deixar seu cargo sem se apresentar. A mesma coisa fez o Capitão do povo intimar messer Giovanni Guicciardini. Disso nasceram todas as outras acusações levadas contra os magistrados e os comissários, as verdadeiras se acrescentavam, as falsas se inventavam, e aquele povo que comumente os odiava, as aceitava todas"[26]. Este momento da história florentina aproxima-se do período sobre o qual Maquiavel já havia refletido, e as correspondências entre as formulações feitas na obra política e a ordenação da narrativa começam a se tornar mais freqüentes. Em razão disto, a narração do desenrolar dos acontecimentos conduz à mesma conclusão a qual ele havia chegado naquele livro, quando dá como exemplo as calúnias sofridas por Giovanni Guicciardini nesta mesma ocasião, e conclui: "o que, e por esta e outras razões semelhantes, tanto cresceu que se seguiu a ruína daquela república"[27]. As questões que circundam o quinto discurso, relativas ao uso que os Medici fizeram da calúnia para aumentar seu poder, têm continuidade no discurso seguinte, sobre a tentativa de reação contra Cosimo dei Medici.

---

apetite, faziam muito por aquele, porque, tomando o partido do povo e confirmando a má opinião que tinha daqueles, conquistava sua amizade"(*Discorsi*, I, 8).

[26] *História de Florença*, IV, 26.

[27] *Discorsi*, I, 8.

6. Discurso de Niccolò da Uzano a Niccolò Barbadori :

Em 1433, os conflitos entre os dois partidos ainda são os mesmos, mas chegam a um ponto de tensão, em vista das calúnias que o partido da plebe havia levantado contra seus adversários. O sexto discurso, no capítulo 27 do quarto livro, é proferido por Niccolò da Uzano que rechaça os argumentos de Niccolò Barbadori, que queria convencê-lo a participar de uma conspiração com Rinaldo degli Albizzi para expulsar de Florença Cosimo de' Medici e seu partido.

Niccolò da Uzano, em primeiro lugar, afirma não desejar usar medidas extraordinárias e inicia seu discurso com apelos à sensatez e à utilidade, lembrando que a expulsão de Cosimo dependeria da medição de forças com ele: "este nosso partido o batizaram Partido dos Nobres e o adversário, Partido da Plebe: mesmo que a verdade viesse a corresponder às denominações, de qualquer maneira incerta seria a vitória, e mais deveríamos temer do que esperar, se lembrarmos o exemplo da nossa antiga nobreza, anulada pela plebe desta cidade. Porém nós temos muito mais a temer, porque nosso partido está desmembrado e o dos adversários, unido". Enquanto o partido dos nobres está desunido devido a conflitos familiares, seus adversários estão não apenas unidos como reforçados pela adesão de membros dos partidos dos nobres em virtude destes mesmos conflitos. Isto origina a questão: "de maneira que se se considera quem são eles e quem somos nós, não sei por que mais se deva chamar o nosso partido de nobre do que o deles". A divisão, neste caso, não corresponde mais a grupos com estatutos distintos, os nobres e os que não o são. Mais que uma divisão da cidade em grupos com interesses distintos, Florença está fragmentada por inimizades entre famílias e dentro das famílias. O que poderia justificar o nome de partido da plebe é o que diferencia estes dois grupos por si mesmos indistintos e o que efetivamente dá a ele a vantagem sobre o dos nobres: "e se for porque são seguidos por toda a plebe, em piores condições estamos nós, em melhores estão eles; e seja que a contenda se dê pelas armas ou pelos partidos, não estamos em condições de poder resistir. E se estamos ainda em uma posição digna, é por causa da antiga reputação deste

estado, que se tem mantido por cinqüenta anos, mas chegado o momento de prova e desvendada nossa fraqueza, perderíamos".

Este discurso é o mais explícito no que diz respeito à intenção de Maquiavel de colocar na boca dos adversários suas críticas aos Medici, apontando os meios pelos quais eles tomaram posse do governo da cidade. Mas no capítulo anterior, depois de fazer o elogio de Cosimo[28], como contraponto ao discurso, e na seqüência da discussão acerca dos efeitos da calúnia em uma república, estes meios já vêm sendo progressivamente revelados. Deste modo, o discurso acrescenta a liberalidade como uma estratégia positiva de ganhar o favor dos florentinos, enquanto, de modo negativo, a calúnia retirava poder dos inimigos. Uzano expõe a dificuldade do confronto com Cosimo: "a razão que nos move é toda fundada na suspeita que venha a tornar-se príncipe desta cidade (...) As ações de Cosimo que o acusam são: oferece seu dinheiro a qualquer um, e não só a particulares, mas também ao público; não só aos florentinos, também aos *condottieri*; ajuda a este e àquele cidadão junto aos magistrados; pela benevolência com que é tido por todos, conduz a maiores graus de dignidades a este ou àquele amigo seu. Então é preciso ajuntar estes outros motivos de sua expulsão — é bondoso, solícito, generoso e amado por todos. Dize, qual é a lei que proíbe, censura ou condena nas pessoas a piedade, a generosidade e o amor? E mesmo que sejam esses os comportamentos que conduzem voando os homens ao principado, as pessoas não entendem isso e nós não somos capazes de revelar-lhes a intenção, porque nossos comportamentos tiraram-nos o crédito; e a cidade, que naturalmente é partidária e, por ter sempre vivido em partidos, é corrompida, não consegue prestar ouvidos a semelhantes acusações". O tratamento que Maquiavel faz do

---

[28] "Era homem prudentíssimo, Cosimo, de grave e grata presença, totalmente liberal, totalmente humano. Jamais tentou fazer coisa alguma contra o Partido, nem contra o estado, mas buscava beneficiar a todos, e com sua liberalidade tornar muitos cidadãos seus adeptos. De maneira que seu exemplo acusava os outros que governavam, e ele acreditava que deste modo poderia como ninguém viver poderoso e em segurança em Florença, ou, caso a ambição dos adversários exigisse ações extraordinárias, ser-lhes superior em armas e em adeptos"(*História de Florença*, IV, 26).

tema da liberalidade dos Medici não é novo, pois o que aqui não é diretamente exposto por ele, nos *Discorsi*[29] já havia sido discutido. Cosimo havia sido o exemplo moderno que ele apresenta para uma situação em que um homem começa a ser honrado em razão de sua "*virtù istraordinaria*" e cuja ambição leva então ao poder[30]. Niccolò da Uzano é também aquele que ele identifica o que reconheceu ser o perigo que representava a reputação de Cosimo e o perigo maior ainda que seria enfrentá-lo diretamente[31]. A consideração que Maquiavel fizera naquela ocasião é precisamente a mesma que Uzano faz em seu discurso, embora o que nos *Discorsi* é apresentado como uma regra geral — "mas se devem considerar bem as forças dos males e quanto te vê suficiente para saná-los, atacá-los sem cautela; em caso contrário deixar estar e de nenhum modo tentá-lo"[32] — no discurso esteja na forma de uma avaliação de uma situação concreta.

---

[29] *Discorsi*, I, 33 e 52.

[30] "Disto se poderia citar muitos exemplos, mas eu quero apenas dar um da nossa cidade. Cosimo de'Medici, a quem a casa dos Medici deveu na nossa cidade o princípio de sua grandeza, chegou a tanta reputação com o favor que lhe deu sua prudência e com a ignorância dos outros cidadãos, que começou a ser temido pelo próprio estado, de modo que os outros cidadãos julgavam perigoso ofendê-lo e perigosíssimo deixá-lo como estava"(*Discorsi*, I, 33).

[31] "Mas vivendo nestes tempos Niccolò da Uzzano, que nas coisas civis era tido como homem muito experimentado, e tendo cometido o primeiro erro de não reconhecer os perigos que podiam nascer da reputação de Cosimo; enquanto vivia, não permitiu jamais que se fizesse o segundo, isto é, que se tentasse matá-lo, julgando que tal tentação seria a ruína de seu estado, como se viu de fato como foi, depois de sua morte: porque, não observando aqueles cidadãos que ficaram, este seu conselho, se fortificaram contra Cosimo e expulsaram-no de Florença. De onde nasceu que o seu partido, ressentido por esta injúria, pouco depois o chamou de volta e fez dele príncipe da república, a um tal grau que sem aquela oposição manifesta nunca teria saído" (Discorsi, I, 33). Ainda: "E realmente não se pode, em uma república, e principalmente naquelas que são corruptas, com um modo melhor, menos escandaloso e mais fácil, opor-se às ambições de algum cidadão, que ocupar antecipadamente aquelas vias pelas quais se vê que ele caminha para chegar ao grau que designa. Se este modo tivesse sido usado contra Cosimo de' Medici teria sido muito melhor escolha para seus adversários que expulsá-lo de Florença. Porque se aqueles cidadãos que competiam com ele tivessem tomado seu estilo de favorecer o povo, teriam, sem tumulto e sem violência, tirado de suas mãos aquelas armas das quais ele mais se valia" (*idem*, I, 52).

[32] "Digo, portanto, que uma vez que é difícil reconhecer estes males quando eles surgem, por causa da dificuldade da ilusão que exercem as coisas em seu princípio, é uma escolha mais sábia temporizá-los quando se os conhece, que atacá-los. Porque os temporizando, ou eles se extinguem por si mesmos ou ao menos o mal é por muito tempo adiado. E em todas as coisas devem abrir os olhos os que têm por desígnio anular ou às suas forças e

A seguir, Uzano discorre sobre as conseqüências da expulsão. Por um lado, a dificuldade de evitar que ele retorne e a impossibilidade de matá-lo, em razão de sua riqueza. E ainda que conseguissem tudo isso, haveria um outro principado, o de Messer Rinaldo degli Albizzi. Entre a iminência da conquista do principado por Cosimo e a outra possibilidade, que seria o poder nas mãos de Rinaldo, Uzano conclui quase que admitindo a inevitável perda da liberdade: "não queiras então aconselhar que se assuma uma escolha que de qualquer forma é danosa, e não creias que acompanhado por poucos possas opor à vontade de muitos: porque todos estes cidadãos, parte por ignorância, parte por malícia, estão aparelhados para vender esta república. E a fortuna é tão amiga deles que já encontraram um comprador". A venda da república, que consiste na troca da liberdade pela liberalidade, não depende apenas da ambição do comprador, mas da corrupção da cidade. Em uma cidade bem ordenada, esta barganha seria impossível: a possibilidade que Cosimo tinha de conquistar o principado não era um movimento unilateral, pois se o fosse, teria fracassado[33].

A posição de Niccolò da Uzano e a guerra com Lucca foram capazes de deter a tentativa de expulsão, mas quando Uzano morre e a guerra termina, Cosimo é exilado. Como conseqüência da incapacidade dos adversários dos Medici de considerar corretamente a situação e de seguir os conselhos de Niccolò da Uzano, ocorreu precisamente o que ele havia previsto. Do exílio de Cosimo ao seu retorno passa-se um ano apenas, e com sua volta são exilados os chefes do partido dos nobres[34]. O último capítulo deste livro é marcado pela contraposição

---

ímpetos opor-se, de não dar a eles, ao invés de dano, aumento, e acreditando enfraquecer uma coisa, estimulá-la, ou ainda sufocar uma planta de tanto regá-la. Mas se devem considerar bem as forças dos males e quanto te vires suficiente para saná-los, atacá-los sem cautela; em caso contrário deixar estar e de nenhum modo tentá-lo" (*idem*, I, 33).

[33] "Mas é preciso, querendo-se tomar a autoridade em uma república e impor a ela uma forma má, encontrar a matéria desordenada pelo tempo e que, pouco a pouco, e de geração em geração, tenha sido conduzida à desordem"(*idem*, III, 8).

[34] A observação de Maquiavel sobre este exílio tem um cunho econômico: "assim, pelo incidente, Florença não somente se privou de homens de bem como de riquezas e de indústria" (*História de Florença*, IV, 33).

entre o estado republicano que estava sendo deixado para trás e o principesco que se iniciava. Messer Rinaldo degli Albizzi, apesar das críticas que antes lhe haviam sido feitas e de lhe ter sido atribuído o desejo de ocupar o principado, é mostrado como um republicano em seu discurso de despedida[35]: "sempre pouco estimarei viver numa cidade onde possam menos as leis do que os homens: porque a pátria querida é aquela onde dos bens e dos amigos podemos seguramente desfrutar, não aquela onde aqueles nos podem ser facilmente tirados, e os amigos, por temores seus, nos abandonam em nossas maiores dificuldades. Sempre, aos homens sensatos e bondosos, foi menos pesado ouvir dos males da pátria do que vê-los, consideram melhor ser um rebelde respeitável do que um cidadão escravo"[36]. Enquanto isso, em seu retorno, Cosimo "por todos voluntariamente foi saudado benfeitor do povo e pai da pátria"[37]. Este não é, entretanto, o desfecho; os exilados ainda farão uma tentativa de reverter a situação. O próximo discurso é o registro desta tentativa.

7. Discurso de Rinaldo degli Albizzi ao duque Felipe Maria Visconti:

Como foi antes exposto, no quinto livro, apenas alguns capítulos têm os assuntos internos por tema. O quarto capítulo expõe os meios pelos quais é consolidado o poder dos Medici e de seus partidários, pela opressão aos inimigos, a reorganização do Estado e a concentração do poder e de riquezas, ainda que se mantendo formalmente republicana. Nas questões externas, a situação é de conflito e os florentinos e venezianos fazem uma aliança com os genoveses em vista do poder crescente do duque Felipe Maria Visconti. Em 1436, dois anos depois de seu exílio, Rinaldo degli Albizzi e outros chefes dos exilados vêem nos problemas de Florença com o duque uma oportunidade para retornar. Assim, no

---

[35] Trata-se de um daqueles discursos menores inseridos na obra, introduzidos de modo diferente dos discursos mais elaborados que estão sendo analisados.
[36] *História de Florença*, IV, 33.
[37] *Idem, ibidem.*

oitavo capítulo do quinto livro, Rinaldo faz seu discurso ao duque, "com a esperança de poder induzir o duque a uma guerra aberta contra Florença".

O tom do exórdio, mas que se estende a todo o discurso, é de súplica e arrependimento em relação ao duque, visto que eram antes inimigos, e com a pátria, pelo que foi feito e pelo que estão fazendo agora. O que os move é a defesa da pátria, pela liberação da servidão dos "pouquíssimos" para restituir a liberdade à cidade, ainda que pelas armas. A justificativa assume por um momento um estilo mais seco e genérico, com a linguagem característica de Maquiavel: "que ninguém condene as armas que de qualquer forma contra a pátria se movem, porque as cidades, mesmo sendo corpos mistos, assemelham-se a corpos simples, e assim como nestes nascem muitas vezes as enfermidades que sem o fogo e o ferro não podem ser sanadas, naqueles surgem muitas vezes tantos inconvenientes que mesmo um pio e bom cidadão, quando o ferro ali fosse necessário, muito mais pecaria ao deixá-las sem curas do que ao tentar curá-las". E é utilizada a forma da interrogação retórica: "então qual enfermidade pode ser maior no corpo de uma república do que a servidão? Qual o remédio é mais necessário ao uso do que aquele que dessa enfermidade o alivia? Somente são justas as guerras que são necessárias, e são piedosas as armas quando sem elas não há esperança alguma". O contraste entre os dois estilos pode ser observado ao longo do discurso, que ora busca convencer com argumentos de razão, ora persuadir ao duque (e a si mesmo) da justiça e dos benefícios da empresa. Em vários momentos do discurso, parece haver a intenção de convencer o duque, mas principalmente a de justificar a própria posição, como nesta passagem: "é muito certo, portanto, que a nossa causa é piedosa e justa, e isto é coisa que deve ser considerada por nós e por ti". Diante da situação de perda da liberdade que o seu partido ajudou a construir e de seu próprio exílio, ele propõe o remédio amargo da guerra e da intervenção

estrangeira[38]. Esta forma de agir, Maquiavel havia identificado, nos *Discorsi*, como decorrente da má ordem da república que é incapaz de oferecer uma solução para as inimizades[39].

Como conclusão, o duque é convencido a entrar em guerra contra os florentinos, o que, aliás, não estava distante de seus próprios interesses. Diante da ênfase com a qual Maquiavel descreve o desejo do duque de atacar Florença[40], o discurso soa de certo modo supérfluo; se assemelhando mais a uma ocasião de demonstrar as condições de Florença, enfraquecida por ter se "despojado da maior parte de sua riqueza e indústria"[41] e pelos efeitos da desunião, do que a uma real tentativa de convencê-lo ao que já tinha intenção de fazer.

8. Discurso de um cidadão de Lucca aos seus concidadãos:

O oitavo discurso, no décimo primeiro capítulo do quinto livro, se passa em 1437. A ocasião é a guerra contra o duque Filipe Maria Visconti, quando os florentinos, tentando recuperar os territórios perdidos na guerra, sitiam Lucca.

---

[38] Embora sejam situações diferentes, esta postura faz lembrar a de Farinata degli Uberti que, em 1260, ante a proposta de destruir Florença para manter o poder do partido gibelino na Toscana, foi o único que a defendeu, "dizendo que não tinha passado por tantos perigos e fadigas senão para viver em sua pátria, nem estava disposto a renunciar ao que antes tanto tinha desejado e agora a fortuna lhe oferecia; e os que se opunham a isso, dele eram tão inimigos quanto o tinham sido os guelfos. E se alguns deles temessem por sua pátria, que tentassem arruiná-la para ver como ele, que com a mesma virtude com que havia expulsado os guelfos, a defenderia"(*idem*, II, 7.)

[39] "Sempre que se vê que as forças estranhas são chamadas por uma parte dos homens que vivem em uma cidade, se pode crer que isso nasça de sua má ordem, por não haver, dentro do cerco delas, ordens que possam, sem modos extraordinários, desafogar os humores malignos que nascem nos homens: ao que se provê inteiramente com a ordenação das acusações em tribunais muito numerosos e ao dar reputação a elas"(*Discorsi*, I, 7).

[40] "Não que fossem necessárias muitas outras palavras para persuadir o duque que movesse a guerra contra os florentinos, porque estava motivado por um hereditário ódio e uma cega ambição que assim o governavam, e mais ainda pelas novas injúrias pelo acordo feito com os genoveses" (*História de Florença*, V, 9)

[41] *Idem*, V, 8. Com isso, Maquiavel volta a insistir nos efeitos econômicos da perda dos exilados.

Os luqueses sitiados fazem um discurso para animar a plebe ("zangada pelo assédio e mais preocupada com seus próprios perigos que com a liberdade dos outros") e impedir um acordo danoso e vergonhoso. Um cidadão de Lucca fala que a situação em que se encontram é fruto da necessidade ("das coisas feitas por necessidade não se pode merecer nem louvor nem censura"), lembra a antiga inimizade com o povo florentino e a reciprocidade do ódio, assim como a vantagem da amizade com o duque (inimigo dos inimigos). Por outro lado, a desunião de Florença leva a sua fraqueza, o que dá a esperança de vencer. Mas, acima de tudo, existe a necessidade de salvar a cidade (mais que os campos) como condição para manter a liberdade: "porque se nós conseguirmos salvaguardar esta cidade, necessariamente salvaremos as coisas; se nós a perdermos, as coisas sem nosso benefício se salvarão, porque mantendo-nos livres, nosso inimigo só as possuirá com dificuldade, enquanto que perdendo a liberdade em vão as possuiremos".

Como resultado do discurso há a decisão de defender a cidade. Em relação ao que é discutido sobre os modos de defesa, o discurso remete a temas militares que Maquiavel trata muitas vezes. No entanto, como o principal interesse é analisar como os discursos remetem às questões internas de Florença, chama atenção a avaliação por parte dos luqueses da fraqueza dos florentinos. A constatação por parte do inimigo de sua fraqueza oferece o reflexo das questões internas nos assuntos externos. A desunião não afeta apenas a cidade internamente, a torna vulnerável aos ataques não somente na medida em que, de fato, a enfraquece, mas também, ao oferecer esta imagem de cidade desunida e enfraquecida, oferece ao mesmo tempo a esperança que possa ser vencida, a transforma num alvo possível.

9. Discurso do embaixador Neri di Gino Caponi aos venezianos:

O nono discurso, no capítulo 21 do quinto livro, se passa em 1439, ainda durante a guerra contra o duque Felipe Maria Visconti. Neri di Gino Caponi é

enviado como embaixador à Veneza, para refazer o pedido de aliança e aceitação dos serviços do conde Sforza contra o duque, negado no ano anterior. Observa-se, neste discurso, a intenção de humilhar Veneza, pois uma vez que a situação havia mudado e o perigo do duque se aproximava, o que antes tinham recusado como desnecessário[42], agora era acolhido com humildade[43]. Esta intenção é demonstrada desde a chegada de Neri di Gino Caponi: "jamais príncipe algum foi recebido com tanta honra por aquela Senhoria, porque de sua vinda e daquilo que por seu intermédio se iria deliberar e ordenar julgava-se depender a saúde daquela república"[44]. O que é reforçado pela reação ao discurso: "foi Neri ouvido por aquele Senado com a atenção devida a um oráculo e tanto se exaltaram os ouvintes com suas palavras que não tiveram paciência que o príncipe, como era de costume, respondesse; e em pé, com as mãos para o alto, em lágrimas a maior parte deles, agradeciam aos florentinos por tão amável missão (...)"[45].

O discurso responde a toda a solicitude e quase subserviência dos venezianos num tom duro. No exórdio, não é tanto um embaixador que fala, mas um superior que censura quem teve um comportamento reprovável ao qual, em seguida, contrapõe seu próprio comportamento. Neri inicia o discurso com uma censura a Veneza: "como na época em que deveríeis não nos deste ajuda nem ouvidos, não pudemos acorrer logo com os remédios ao vosso mal". Em seguida, contrapõe a lealdade e a estabilidade dos sentimentos de Florença no amor e no ódio: amor à Veneza, ódio ao duque. Neri então refaz a mesma oferta de antes dos

---

[42] *Idem*, V, 14.

[43] Este caráter dos venezianos havia sido descrito nos *Discorsi*: "Mas a vileza do ânimo deles, causada pela qualidade de suas ordens não boas nas coisas da guerra, os fez de uma só vez perder o estado e o ânimo. E sempre acontecerá assim a quem quer que se governe como eles. Porque este tornar-se insolente na boa fortuna e abjeto na má, nasce do teu modo de proceder e da educação na qual te nutrites: a qual, quando é débil e vã, te torna semelhante a ela; quando é de outra forma, te torna também de outro modo, e, fazendo-te melhor conhecedor do mundo, te faz alegrar nenos com o bem e menos te entristecer com o mal"(*Discorsi*, III, 31).

[44] *História de Florença*, V, 21.

[45] *Idem, ibidem.*

serviços do conde Sforza. Este oferecimento é sucinto — "venho, então, oferecer-vos o conde com sete mil cavaleiros e dois mil infantes, para ir ao encontro do inimigo em qualquer lugar" — e termina de um modo que soa como uma ameaça: que o conde seja bem recompensado, "a fim de que ele não se arrependa de ter vindo a vosso serviço e nós de tê-lo aconselhado". Assim, este discurso, que deveria ser do gênero deliberativo e, portanto, ter a função de aconselhar a melhor ação, parece-se muito menos com um conselho do que a uma ordem dada a quem não tem outra escolha.

Por trás desta explícita intenção em relação à Veneza, no entanto, é possível ver ainda uma outra questão sendo tratada, esta de modo não tão evidente. Trata-se do lugar que ocupa Neri no contexto das divisões florentinas e em relação a Cosimo de' Medici, assunto que foi anteriormente tratado. O que desperta a atenção para isso é o fato de que a proposta anterior dos serviços do conde Sforza, que havia sido recusada, tinha sido apresentada pelo próprio Cosimo. Ele havia ido a Veneza "acreditando convencê-los usando sua reputação" e sai de lá, após ter ouvido dos venezianos um discurso orgulhoso, "sem alguma outra conclusão"[46]. É certo que a mudança de comportamento é atribuída à mudança de situação, no entanto, é inegável que o contraste com a recepção de Neri (um príncipe) e a reação a suas palavras (um oráculo) não poderia ser mais eloqüente, a reputação de Cosimo não lhe havia rendido nada que se aproximasse disso. Ocorre, então, perguntar se o discurso seria necessário "apenas" para colocar Veneza em uma situação humilhante por seu arrependimento ou se haveria também uma outra intenção, esta referente ao estatuto dos dois embaixadores.

Considerada a situação de Maquiavel, quando escreve a *História de Florença*, o contraste entre Neri e Cosimo aponta para a questão da liberdade no que ela se refere ao escritor, isto é, à liberdade do próprio Maquiavel em expor sua visão sobre os Medici. Ou seja, a glorificação de Néri e o tratamento quase

---

[46] *Idem*, V, 14.

desdenhoso de Cosimo pelos venezianos corresponderiam a uma maneira de dissimular a reprovação de Cosimo por Maquiavel. Esta maneira de escrever quando a liberdade não existe havia sido explicitada nos Discorsi: "que ninguém se engane pela glória de César, ouvindo-o ser tão celebrado pelos escritores: porque aqueles que o louvam são corrompidos por sua fortuna e amedrontados pela longa duração do Império que, regendo-se sob aquele nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele. Mas quem quer conhecer aquilo que os escritores livres diriam, veja o que dizem de Catilina. E tanto César é mais reprovável quanto mais é reprovável aquele que fez do que aquele quis fazer um mal. Veja ainda com quantos louvores eles celebram Brutus, de tal modo que não podendo reprovar César, celebravam seu inimigo"[47].

10. Discurso do embaixador milanês ao conde Sforza:

O décimo discurso, no capítulo 20 do sexto livro, parece ser, como os demais discursos diplomáticos, alheio aos temas que têm sido discutidos. Em 1448, os milaneses, anteriormente aliados do conde Sforza, são traídos por ele, que julgava necessário apossar-se de Milão para fortalecer-se na Lombardia. Os milaneses enviam então ao conde um embaixador, numa missão diplomática na qual a desesperança já está anunciada: "como não acreditavam nem com súplicas nem com promessas demovê-lo de seu ingrato propósito, enviaram-lhe embaixadores para ver que semblante e que palavras acompanhavam sua selvageria"[48].

No exórdio do discurso do embaixador milanês, todos os temas são apresentados de modo perfeitamente encadeado pelas idéias de súplica, benefício e ameaça, declaradas inúteis diante da contraposição das acusações de crueldade, avareza, poder. A inutilidade de pedir qualquer coisa e o objetivo de apenas

---

[47] *Discorsi*, I, 10.
[48] *História de Florença*, VI, 20.

reprovar as ações do conde são contrastados pela seqüência do discurso que lembra os benefícios e faz ameaças. O embaixador lembra o perigo que correm as cidades que não contam com armas próprias, assunto extensamente discutido por Maquiavel no *Príncipe* e nos *Discorsi*: "que infelizes são as cidades que têm de defender sua liberdade da ambição dos que as querem oprimir! Porém mais infelizes são as que para se defender precisam de armas mercenárias e infiéis como as tuas".

Em um segundo momento, é a exposição das ações do conde Sforza que retém a atenção, como ambicioso comandante de um exército mercenário e do perigo que representa para a Itália: "não devíamos ter esperança alguma em quem tinha traído o senhor de Lucca, extorquido os florentinos e venezianos, desconsiderado o duque, vilipendiado um rei e, sobretudo, perseguido com tantas injúrias Deus e sua Igreja. Não devíamos jamais crer que para Francesco Sforza tantos príncipes fossem de menor autoridade do que os milaneses, e que tivesse em nós praticado a lealdade que nos outros violou diversas vezes".

A situação de Florença é evocada indiretamente neste discurso tanto no que se refere às armas mercenárias de um modo geral, quanto no que diz respeito especificamente às ações do conde Sforza. Por um lado, os florentinos foram incapazes, ao longo de sua história, de ordenar a cidade de modo a constituir um exército próprio, por outro lado, desde o início, o governo de Cosimo teve como sustentáculo as armas alheias, primeiro do duque Viconti e depois do conde Sforza. A dependência das armas mercenárias e os perigos que elas ocasionam são expostos no discurso do embaixador não apenas como uma visão da situação de Milão, mas também de Florença e de toda a Itália, cujas armas estavam quase todas nas mãos de mercenários[49].

Avançando alguns capítulos, é esclarecida a relação de Florença com esta situação específica da guerra do conde contra Milão. Na guerra para ocupar Milão,

---

[49] *Idem*, V, 2.

Sforza não precisara de ajuda até um certo momento e os florentinos tinham se mantido neutros: "mas tendo o conde Francesco ficado só, e sem a quem recorrer, precisou pedir ajuda aos florentinos com insistência, ~~ao estado~~ publicamente, aos amigos em privado e, em especial, a Cosimo de' Medici, com quem sempre teve amizade (...) Desejava ainda que a cidade em forma pública o ajudasse, e aqui encontrou dificuldade"[50]. Entre público e privado; é mais uma vez a oposição entre Cosimo e Neri que entra em cena. O discurso, em sua descrição de Sforza, funciona como um testemunho que respalda a posição de Neri, que não desejava apoiá-lo: "se ele [Sforza], era já insuportável como conde, como duque seria insuportabilíssimo"[51]. As razões que Neri apresenta são de natureza pública, fundadas em sua avaliação da situação da Itália e de Florença. Em contrapartida, os partidários de Cosimo convertem estas razões em motivações privadas: "estas razões não eram aceitas pelos amigos de Cosimo, porque estavam certos de que Neri pensava assim não porque julgasse ser este o bem da república, mas por não querer que o conde, amigo de Cosimo, se tornasse duque, parecendo-lhe que assim se tornava demasiado poderoso"[52].

A avaliação de Cosimo, por sua vez, também pode ser considerada uma reflexão sobre a situação objetiva da Itália e de Florença e não em razões pessoais. Segundo ele, Milão nunca poderia ser republicana, "porque a qualidade dos cidadãos, a sua maneira de viver, as facções já antigas naquela cidade eram contrárias a qualquer forma de governo civil"[53]. Como conseqüência, ou Sforza ou os venezianos se apoderariam de Milão "e em tal escolha não havia ninguém tão tolo que duvidasse o que era melhor, ter de seu lado um poderoso amigo ou um inimigo poderosíssimo"[54]. No entanto, a posição de Neri mostrou-se por fim ser menos tola, pois entre os "*gravissimi dispiaceri*" sentidos por Cosimo nos seus

---

[50] *Idem*, VI, 23.
[51] *Idem, ibidem.*
[52] *Idem, ibidem.*
[53] *Idem, ibidem.*
[54] *Idem, ibidem.*

últimos anos de vida estava o de acreditar ter sido enganado por Sforza, que, ao conquistar o poder, abandonou a amizade de Cosimo[55]. Esta conclusão reforça, inclusive, a acusação dos milaneses da ingratidão de Sforza e a advertência sobre os perigos de confiar nas armas mercenárias.

É preciso observar, entretanto, que o julgamento da impossibilidade da manutenção da liberdade em Milão é sustentada por Maquiavel. Nos *Discorsi*, ao discorrer sobre a possibilidade da manutenção da liberdade em um povo corrompido, ele apresenta como um dos exemplos da dificuldade o caso de Milão: "digo, portanto, que nenhum acidente, ainda que grave e violento, jamais poderia tornar Milão ou Nápoles livres, por estarem aqueles membros todos corrompidos. O que se viu depois da morte de Felipe Visconti que, querendo-se tornar Milão livre, não pode e não soube manter a liberdade"[56]. Mas a análise que Cosimo faz de Milão ressalta a própria posição de Florença, pois as condições que fazem de Milão uma cidade incapaz de ter um governo civil estão presentes também em Florença. A dificuldade de Florença em manter a liberdade não é, entretanto, circunstancial, mas decorrente de sua origem. Nos *Discorsi*, Florença é apresentada como exemplo da cidade que, tendo tido uma origem serva, era incapaz de ordenar-se de modo a manter-se livre[57]. Esta discussão remete ao primeiro discurso, no qual o Senhor afirmava que Florença, sempre tendo sido livre, não aceitaria jamais a servidão e à resposta do duque de Atenas, sobre a incapacidade de uma cidade dividida manter a liberdade. Mas também aponta para

---

[55] "E mais se condoía por ter sido enganado por Francesco Sforza, que quando ainda era conde havia lhe prometido , assim que tivesse se assenhoreado de Milão, fazer a empresa de Lucca para os florentinos. O que não aconteceu, porque o tal conde, com a fortuna, mudou de idéia e, ao tornar-se duque, quis com a paz desfrutar o governo que com a guerra tinha conquistado; por isso não quis satisfazer a Cosimo nem a qualquer outro com empresa alguma; nem fez, depois que se tornou duque, guerra alguma senão as de que tinha necessidade. Coisa que foi razão de imensa dor a Cosimo, acreditando ter muito labutado e gastado para tornar grande um homem ingrato e infiel"(*idem*, VII, 6).
[56] *Discorsi*, I, 17.
[57] *Idem*, I, 49.

o próximo discurso, no qual o próprio conceito de liberdade estará em questão e a ligação com este primeiro discurso parece fazer fechar um círculo.

11.Discurso de Lorenzo de' Medici aos cidadãos notáveis:

O último discurso é de Lorenzo de' Medici, no décimo capítulo do oitavo e último livro, e, portanto, bastante distanciado dos demais, pois não há nenhum discurso no sétimo livro. A situação é a da divisão da Itália e do ataque à Florença pelos exércitos do rei de Nápoles e do Papa. Em Florença, isto se segue à conjura dos Pazzi, em 1478, na qual Giuliano de' Medici havia sido morto, mas que fracassara no objetivo de matar também Lorenzo: "e como não aconteceram no estado as mudanças que desejavam, o Papa e o rei de Nápoles decidiram com a guerra fazer o que as conjuras não tinham podido fazer". A alegação deles era que a guerra estava sendo feita a Lorenzo e não à Florença, inimigo não só deles, mas dos próprios florentinos. Diante dos avanços das tropas inimigas, os preparativos para a defesa estão sendo feitos. Entre duas ameaças — uma interna, o ataque recém sofrido, que havia custado a vida de seu irmão, e outra externa, a guerra — Lorenzo convoca uma reunião no Palácio com os Senhores e todos cidadãos notáveis ("mais de trezentos").

Em seu discurso, Lorenzo discorre a princípio sobre sua situação na cidade à luz da conjura dos Pazzi e da vingança e da defesa que se seguiu do ataque sofrido. "eu não sei, excelsos Senhores, e vós, magníficos cidadãos, se eu me queixo com vós pelas coisas acontecidas ou se me alegro (...) se a experiência me faz saber que nesta cidade tinha mais inimigos do que pensava, também me mostrou que tinha mais fervorosos e cálidos amigos do que podia crer. Sou forçado, portanto, a condoer-me com vós pelas injúrias dos outros e a alegrar-me por vossos méritos, e sou, sim obrigado a condoer-me tanto mais das injúrias quanto elas são raras, mais sem exemplo, quanto menos são merecidas por nós". Nesta primeira parte do discurso, Lorenzo se atém a afirmar que o ataque foi

dirigido a ele e sua família, agradece o apoio recebido e lamenta a violência da qual foram vítimas.

Depois, enfatizado o apoio que havia recebido da cidade, Lorenzo então se volta às razões que teriam para atacar sua família: "qual foi a injúria que jamais fizemos a alguém para merecermos tanto desejo de vingança? Na verdade, estes que se demonstram tão inimigos jamais por nós foram atacados em sua vida privada. Porque se os tivéssemos atacado, não teriam oportunidade de nos atacar". Neste momento, a conjura é ainda apresentada como dirigida diretamente aos Medici, e refuta a possibilidade de que eles possam ter dado motivos para isso. Até este momento, Lorenzo fala como um cidadão que foi ofendido por cidadãos inimigos e defendido pelos amigos. É a partir da frase seguinte que Lorenzo começa a sair do domínio privado e vincular sua posição ao público: "se atribuem a nós as injúrias do estado, caso alguma tenha sido feita, não sei, ofendem a vós mais que a nós, mais este Palácio e a majestade deste governo do que à nossa casa, demonstrando que por nossa causa vós injuriais imerecidamente vossos cidadãos"[58]. Esta possibilidade é também rejeitada, pois ele argumenta que a posição de primeira família da cidade que os Medici possuem foi adquirida por liberalidade, humanidade e benefícios, e não pelas injúrias. Deste modo, se os agressores decidiram fazer isso pelo desejo de dominar, este motivo é feio, ambiciosos e condenável, mas "se o fizeram por ódio e inveja que tinha de nossa autoridade, tendo-nos sido por vós concedida, não a nós, a vós ofenderam". Com isso, Lorenzo modifica inteiramente a perspectiva, pois de modo algum ele se coloca como um cidadão, e nem mesmo como pertencente a uma família respeitada, mas como o detentor da autoridade da cidade. Ao defendê-lo, Florença defendia a si mesma dos que desejavam usurpar o poder que estava nas mãos dos

---

[58] Apesar das duas possibilidades, a injúria pública e privada, serem rejeitadas por Lorenzo, Maquiavel atribuíra a ambas a origem da conjura (*História de Florença*, VIII, 2).

Medici, como uma autoridade concedida e, portanto, o ataque se dirigia não aos Medici, mas à própria autoridade da cidade.

A concessão da autoridade a sua família é justificada por Lorenzo pelo consenso: "merecem ser odiadas as autoridades que pelos homens são usurpadas, não as que são adquiridas pela liberalidade, humanidade e munificência (...) não retornou Cosimo, meu avô, do exílio, com as armas e por violência, mas com vosso consenso e unanimidade". Esta justificativa remete então àquele primeiro discurso, dos Senhores, na medida em que eles haviam afirmado ao tirano que "só é durável o domínio que é voluntário". Ao afirmar que o poder lhe havia sido concedido pela cidade, Lorenzo se retira da posição do tirano, do usurpador do poder da república. O consenso e a unanimidade, que seriam as bases do poder dos Medici, parecem encerrar a questão do direito que eles teriam ao governo em Florença. É nisto que se fundamenta a afirmação: "minha casa não teria podido governar esta república, nem poderia agora, se vós com ela não a tivésseis governado e a continuásseis governando". O governo é consensual e compartilhado, e se contrapõe à ação de seus inimigos que, movidos pelo ódio e a inveja, haviam tentado obter pelas armas o que não lhes tinha sido concedido voluntariamente. Ao contrário dos Medici, que haviam sempre se conduzido com liberalidade e humanidade, seus antepassados eram avaros e soberbos.

Após conduzir o discurso até a demonstração de que Florença e os Medici estão ligados e que o que ofende a um é razão de ofensa ao outro, ele pode encaminhar o problema da guerra, que até então não havia sido mencionado, embora fosse o motivo pelo qual havia sido convocada a reunião. Para enfrentar o problema da alegação dos inimigos de que a guerra era movida contra ele e não contra Florença, ele não volta a apresentar a união entre ele e a república como motivo pelo qual mesmo a guerra sendo movida contra ele a atingiria, mas apenas afirma que era um falso pretexto. Entretanto, esta parte corresponde ao final do discurso, revelando que tudo o que havia sido dito antes constituía o argumento a partir do qual Lorenzo pode negar que a guerra fosse contra os Medici, como

afirmam os inimigos, mas que na verdade era "contra a liberdade desta República".

Ainda assim, Lorenzo se oferece em sacrifício; caso os cidadãos florentinos acreditem poder com isso evitar a guerra: "se pensardes de outra forma, coloco-me em vossas mãos. Havereis de me sustentar ou abandonar, vós meus pais, vós meus defensores; e quando por vós me pedíreis que faça esta guerra, começada com o sangue de meu irmão, a farei de bom grado e não recusarei jamais, quando bem entendais, que com o meu seja terminada".

Em relação ao primeiro discurso, em que os Senhores repetidas vezes contrapõem a liberdade à servidão, o próprio conceito de liberdade é então modificado. A liberdade de que falam os Senhores se refere à liberdade no interior da república, ou seja, à própria manutenção da forma republicana. A defesa da liberdade que aparece no discurso de Lorenzo é a da liberdade externa, em relação aos outros Estados, uma vez que o principado já está estabelecido de fato, e a invocação pela defesa da liberdade da república recobre a da manutenção do seu poder. O poder do duque de Atenas, além de não ser voluntário, tinha uma origem externa, sendo assim duplamente nocivo à liberdade. Entretanto, colocada a questão em um contexto republicano, a liberdade não é assegurada pelo consenso, mesmo considerada a origem interna do poder e ainda que fosse fruto de uma eleição, uma vez que Maquiavel, nos *Discorsi*, havia apontado o tempo e o modo da autoridade como critérios determinantes de manutenção da liberdade: um poder ilimitado e concedido por um período longo são causa da perda da liberdade[59]. O

---

[59] "Parece contrário ao que acima foi tratado —, que aquela autoridade que se ocupa com violência, não aquela que é eleita, prejudica a república —, as eleições dos dez cidadãos criados pelo povo romano para fazer as leis em Roma, os quais se tornaram com o tempo tiranos, sem nenhuma consideração ocuparam a liberdade de Roma. Pelo que se deve considerar os modos de dar autoridade e o tempo pelo qual se dá. E quando se dá autoridade livre, por um tempo longo, chamando tempo longo um ano ou mais, sempre é perigosa e fará os efeitos bons ou maus segundo sejam bons ou maus aqueles a quem será dada (...) Nem favorece, neste caso, que a matéria não seja corrupta, porque uma autoridade absoluta em brevíssimo tempo, corrompe a matéria e se faz amigos e

conceito de liberdade deve sofrer então uma mudança para ser conciliado com este novo poder[60]. O fato do Duque de Atenas ser um enviado de rei de Nápoles, ainda que em resposta ao pedido de ajuda dos florentinos, não modifica a situação tanto como seria de crer. A resposta de Lorenzo é então uma meia resposta, que só faz sentido ao se torcer o sentido da liberdade e concretizar o poder de um só.

Ao fim do discurso, os cidadãos, emocionados às lágrimas, respondem "dizendo que a cidade reconhecia tantos méritos nele e nos seus que não desanimasse, pois com a imediatez com que tinham vingado a morte de seu irmão e protegido sua vida, conservar-lhe-iam a reputação e o estado, e isso ele não perderia antes que eles mesmos perdessem a pátria". Os cidadãos não falam mais segundo esta condição, mas naquela de súditos fiéis que defendem seu príncipe das ofensas internas e externas, e para os quais a conservação da posição de seu dirigente coincide com a conservação do Estado.

Seguindo a seqüência dos discursos, é possível perceber que a palavra é possível até o momento em que o poder dos Medici se consolida. Depois do discurso de Rinaldo degli Abizzi, em 1436, as vozes se calam em Florença; apenas são ouvidos discursos diplomáticos, relativos às guerras e, ao final, o discurso de Lorenzo. Não falam mais cidadãos, os senhores, os gonfaloneiros, os *Ciompi* ou

---

partidários. Nem o prejudica ou ser pobres ou não ter parentes, porque as riquezas e todos outro favor logo o seguem (...)"(*Discorsi*, I, 35).

[60] Segundo Anselmi, com o poder dos Medici ocorre uma redefinição da *libertas* bruniana, "a liberdade torna-se exclusivamente liberação do Estado do condicionamento de outros Estados, antes sua mais eficaz ação hegemônica ao exterior, enquanto a liberdade do indivíduo torna-se simples liberdade 'moral', no âmbito de uma substancial adequação ao projeto hegemônico do Estado. De ambos os níveis de liberdade o único garantidor se configura o Senhor, que se apresenta como centro perspectivo da História, aquele pelo qual e por meio do qual tudo (e todo discurso) assume uma ordem, uma *ratio*. Estamos bem longe da forte tensão libertária de Bruni e em um contexto no qual, sob a égide senhorial, tudo se torna mais circunscrito, dialético apenas em abstrato e no qual o otimismo cede o campo a um substancial pessimismo sobre a caducidade e a fugacidade do homem e de sua história: tudo é reconduzido em um desenho que confere a cada um o seu papel e a sua colocação hierárquica e que prevê a inexorável derrota da *civitas* terrena frente ao Tempo"(Anselmi, *La frontiere degli umanisti*, op. cit., p. 147).

mesmo os chefes de partidos, mas apenas o príncipe. Os dois primeiros discursos são coletivos, enquanto que os que se seguem são partidários, e o último é individual e principesco; todos aqueles falavam em termos coletivos, empregando o "nós", enquanto Lorenzo fala em seu próprio nome ou de sua família, e a primeira palavra de seu discurso é "eu". Temos uma seqüência formada pelos discursos que passa da desunião ao principado e à perda da liberdade como era concebida.

A liberalidade, invocada duas vezes por Lorenzo ao longo de seu discurso, cumpriu sua função de apagar qualquer traço da antiga liberdade que havia em Florença. Como os cidadãos haviam alertado, a incapacidade de criar leis que conservassem a liberdade, controlando as divisões, faria com que os florentinos recaíssem na tirania. Como Niccolò da Uzano havia previsto em seu discurso, a liberalidade era um comportamento que conduz voando os homens ao principado e Florença havia encontrado nos Medici um comprador. Como anunciara Rinaldo degli Albizzi, a servidão havia se instalado como uma enfermidade no corpo da república, porque, como o próprio Cosimo dissera em relação à Milão, a qualidade dos cidadãos, a sua maneira de viver, as facções já antigas naquela cidade eram contrárias a qualquer forma de governo civil. E ao contrário do que os Senhores julgavam, o tempo consumiu a ânsia da liberdade, e os benefícios e obras dos Medici foram um contrapeso suficiente à doçura do viver livre.

A venda da república, designada por Lorenzo como consenso e unanimidade, transforma a divisão de um mal que aflige a república em uma ofensa ao príncipe. As divisões florentinas corromperam a república e são então expulsas pelo principado que causam, pois só há divisões abertas quando há liberdade, quando elas a destroem, destroem a si mesmas, não pela união, mas pela tirania. A *História de Florença* perfaz o caminho que a cidade percorreu para chegar a este estado, e o epitáfio da liberdade na Florença dos Medici não está nem nos capítulos introdutórios, nem nos discursos, mas na própria narrativa. Na conjura dos Pazzi, depois do assassinato de Giuliano, os conjurados perseguidos

ainda fazem uma última tentativa: "Messer Iacopo (...) se foi à praça do Palácio da Senhoria chamando em sua ajuda o povo e a liberdade. Mas, como o povo a fortuna e a liberalidade dos Medici o tinham tornado surdo, e a liberdade em Florença não era conhecida, ninguém respondeu."[61]

[61] *História de Florença*, VIII, 8.

Os homens devoram uns aos outros, e levam sempre a pior os que podem menos: o Tumulto dos Ciompi

No terceiro livro estão concentrados três discursos, dos quais dois foram reservados para uma discussão específica. Isto não significa que eles estejam deslocados do percurso que foi traçado antes, mas que há razões para crer que questões diferentes das que foram abordadas naquele percurso possam ser suscitadas por este outro tipo de análise.

No capítulo introdutório deste livro, como foi visto, as considerações de Maquiavel dizem respeito sobretudo aos acontecimentos narrados no segundo livro, referentes à desunião entre o povo e os nobres. Ele encerra o capítulo apontando para os eventos vindouros, que serão, então, o centro da narrativa do terceiro livro: "ficam ainda para narrar as inimizades entre o povo e a plebe, e os diversos incidentes a que conduziram". Ao discurso dos cidadãos (1371), já comentado, se segue a tentativa fracassada de reordenar a cidade de modo a limitar o poder dos partidos. A inimizade entre os Ricci e Albizzi, que havia motivado os conflitos anteriores ao discurso, persistiu e tomou maior força em razão da guerra contra a Igreja dirigida pelos Oito Santos (inimigos do partido dos guelfos)[1]. Florença, se divide, então, em duas: "do lado dos guelfos todos os antigos nobres, com a maior parte dos populares mais potentes, onde, como dissemos, eram chefes messer Lapo, Piero e Carlo[2]; do outro lado estavam todos os populares de menor condição, de quem eram chefes os Oito da Guerra, messer Giorgio Scali, Tomazzo

---

[1] Os Oito da Guerra (chamados de Oito Santos) foram os oito cidadãos nomeados para administrar a guerra, que durou de 1375 a 1378, com autoridade para agir e gastar sem prestar contas. (*História de Florença*, III, 7).
[2] Lapo da Castiglionchio, Piero degli Albizzi e Carlo Strozzi.

Strozzi; com estes os Ricci, os Alberti e os Médici se uniam; o restante da multidão, como quase sempre acontece, se colocava do lado descontente"[3]. Aqui estão enumerados quase todos os protagonistas deste terceiro livro, dos quais o único ainda desconhecido é este "restante da multidão".

Nos três capítulos seguintes (9, 10 e 11), que narram os acontecimentos de 1378, eclode o conflito entre as duas partes, como reação à tentativa do partido guelfo de tomar o poder. Utilizando os recursos da intrincada eleição florentina, eles tentam, sem sucesso, impedir que Salvestro de Médici se torne gonfaloneiro. A reação tem início na forma legislativa, pela tentativa de retirar poder dos nobres, e por fim, na forma da violência. No ápice do conflito, ocorrem atos de violência contra os nobres, saques e incêndios. A irreversibilidade da situação é pontuada por Maquiavel em duas frases no décimo capítulo: "que não pense alguém que numa cidade mova uma alteração que possa depois detê-la a seu gosto e orientá-la a sua maneira (...) porque os males com dificuldade se iniciam e com facilidade se aumentam". A eleição de Luigi Guicciardini como gonfaloneiro não acalma a cidade: "as lojas não abriam, e os cidadãos não depunham as armas, e grandes guardas eram montadas por toda a cidade"[4]. A tentativa dos Senhores de pacificar a cidade é dificultada: "como aos homens não basta recuperar o que lhes pertence e querem tomar o que é dos outros e vingar-se, os que contavam com as desordens mostravam aos artífices que não estariam seguros jamais se muitos de seus inimigos não fossem expulsos e destruídos"[5]. Neste momento é proferido o discurso de Luigi Guicciardini aos "magistrados das Artes junto com seus síndicos", o que termina por tranqüilizar a situação.

O capítulo 12 se abre com o anúncio de um outro tumulto, ainda em 1378, "que muito mais do que o primeiro ofendeu a república". A distinção entre o conflito anterior, causado pelas disputas entre o partido dos guelfos e seus

---

[3] *História de Florença*, III, 8.
[4] *Idem*, III, 11.
[5] *Idem, ibidem.*

adversários, e o que vai ser então narrado é um ponto importante a considerar, uma vez que atribui aos responsáveis por este outro tumulto razões diferentes das que motivaram o anterior. No momento em que este tumulto é anunciado, Florença estava pacificada e sendo reformada para a tranqüilidade comum[6], logo não foram os mesmos que haviam movido o tumulto precedente que o desencadearam. Entretanto, existe uma ligação entre eles: "a maior parte dos incêndios e roubos ocorridos nos dias que se seguiram tinha sido feita pela ínfima plebe, e os que entre eles mais audazes se haviam mostrado temiam, compostas e aquietadas as maiores diferenças, ser punidos pelas faltas cometidas e, como lhes acontecia sempre, ser abandonados por aqueles que os tinham instigado a fazer mal"[7]. Até aqui, o que se revela é a identidade daquela multidão que fora nomeada entre os participantes do lado anti-guelfo e que antes[8] havia sido mencionada nas expressões "a raiva daquela multidão" e o "furor popular". Mas o tumulto não é movido apenas pela intenção de se proteger: "se acrescentava um ódio do povo miúdo contra os cidadãos ricos e os príncipes das Artes, não lhes parecendo ser compensados por seus esforços pelos quais se acreditavam ser justamente merecedores"[9].

No capítulo 12, em que é apresentado o tumulto, a identidade dos revoltosos é dada por dois termos: *plebe* e *popolo minuto*. Ao final do segundo livro, Maquiavel havia feito a distinção entre Grandes (os nobres) e o povo, sendo que o povo estava dividido em três tipos: *potente*, *mediocri* e *basso*. O poder da república era dividido, segundo a ordenação que vigorava, entre os três tipos de povo. Os Grandes foram por este poder misturados ao povo, perdendo força, razão pela qual na enumeração dos partidários guelfos são apontados como "antigos nobres". Florença fica novamente dividida em duas partes: os cidadãos poderosos

---

[6] *Idem, ibidem.*
[7] *Idem*, III, 12.
[8] *Idem*, III, 10.
[9] *Idem*, III, 12.

e os demais. Estas partes, por sua vez, se configuravam na divisão entre as Artes maiores e menores, as corporações de ofício que datavam do final do século XIII[10] e que "foram de tal poderio que tomaram em poucos anos o governo da cidade"[11]. A partir da divisão entre as Artes maiores e menores, Maquiavel atribui também o conflito entre o partido guelfo e seus opositores a questões econômicas: "porque os cidadãos que antigamente foram guelfos, sob o governo dos quais a magistratura sempre girava, favoreciam os do povo das Artes maiores e perseguiam os das Menores e seus defensores"[12]. Da mesma maneira que o conflito entre nobres e povo havia alterado a estrutura de poder de Florença, o conflito entre as Artes também atingia as bases desta estrutura.

Neste contexto da divisão das Artes em Florença, o tumulto da plebe apresenta uma outra camada da sociedade, excluída da política: "mas como, ao serem organizadas, ficaram sem arte própria muitos dos que exerciam atividades nas quais o povo miúdo e a ínfima plebe labutavam, estes submeteram-se [*si sottomessono*] em diversas Artes, conforme o tipo de suas atividades, e acontecia que quando estavam satisfeitos ou não com suas fadigas, ou de algum modo oprimidos pelo patrão, não tinham outro lugar aonde se dirigir senão ao magistrado da Arte que os governava, e do qual não lhes parecia que tivesse sido dada a justiça que julgavam conveniente dar"[13]. Os *sottoposti* não eram membros das corporações e, portanto, não eram cidadãos e não podiam participar do governo. O modo como são denominados por Maquiavel, ao longo dos capítulos, é

---

[10] A razão da criação das Artes (1266) e sua forma de funcionamento já haviam sido expostas por Maquiavel: "pensaram [os guelfos], pois, que conseguiriam ganhar o povo e atraí-lo a seu partido se lhes devolvessem parte das honras e da autoridade no passado subtraídas, e elegeram trinta e seis cidadãos do povo para que, junto a dois cavalheiros trazidos de Bologna, reformassem o estado daquela cidade. Estes, assim que se reuniram, dividiram a cidade toda em Artes, e perante cada uma delas colocaram um magistrado que administrasse justiça aos seus integrantes ; além disso, a cada Arte deram uma bandeira para que cada homem ali acudisse armado quando a cidade necessitasse"(*idem*, II, 8).

[11] *Idem*, III, 12.

[12] *Idem*, III, 12.

[13] *Idem*, III, 12.

variável. Por vezes, são distinguidos *plebe* ou *infima plebe* e *popolo minuto*; em outros momentos, são designados conjuntamente como *plebei, plebe, moltitudine, sciolta moltitudine, turba degli armati, plebe minuta*; ou distinguidos entre os de *infima condizione,* os *minori artefici* e os *migliori artifices*. Estas designações ficam um pouco melhor explicadas a partir da enumeração feita no momento em que os pedidos deste grupo são apresentados, depois do movimento de revolta (que se segue ao discurso que será analisado). Os Senhores concordam em negociar com eles, que, entre outras coisas, pedem a criação de uma arte para cardadores e tintureiros, outra para barbeiros, coleteiros, alfaiates e artes mecânicas similares e outra para o *popolo minuto*. A estas Artes são vinculados direitos políticos, pelo estabelecimento de dois Senhores para elas, o que representava o alargamento da base de representatividade do poder em Florença.

Nos acontecimentos narrados em seguida, a dificuldade está em determinar quem são os dirigentes do tumulto, ou mesmo se eles podem ser determinados. Em primeiro lugar, Tommaso Strozzi e Benedetto Alberti são nomeados como chefes do tumulto[14], vinculando-o desse modo ao conflito anterior, que também havia sido dirigido por eles, o que coloca a plebe e o *popolo minuto* como subordinados aos seus interesses. Depois, a plebe, ainda descontente com a resolução do conflito, invade o palácio da Senhoria, e Michele de Lando, um cardeardor de lã, se torna o gonfaloneiro, para que "governasse a cidade para eles e como achava que devia governar"[15]. Michele de Lando reordena a distribuição de cargos e beneficia os cidadãos amigos da plebe, e entre eles Salvestro de Médici, que contava entre os chefes do primeiro tumulto do lado anti-guelfo. A plebe então discorda da reforma feita por ele e institui um novo governo, inteiramente sob seu comando, com o que a cidade passou a ter dois governos. No confronto entre eles, Michele vence e inicia-se o estreitamento da base do governo, com a anulação da

---

[14] *Idem*, III, 15.
[15] *Idem*, III, 16.

Arte do *popolo minuto* e outras medidas, que ainda mantinham o poder das Artes Menores: "e mesmo que a república tenha sido tirada das mãos da *plebe minuta*, ficaram mais potentes os artífices de menor qualidade do que os notáveis do povo"[16]. Destes últimos acertos, o poder é reconduzido às mãos das famílias do lado anti-guelfo: "e como, entre outros, messer Giorgio Scali, messer Benedetto Alberti, messer Salvestro de Médici e messer Tommaso Strozi tinham favorecido este tipo de governo, tornaram-se quase príncipes da cidade. As coisas feitas e organizadas assim confirmaram a já iniciada divisão entre os notáveis do povo e os artífices das Artes menores, pela ambição dos Ricci e dos Albizzi. A estas coisas, como em diversas ocasiões posteriores, seguiram-se efeitos gravíssimos, e muitas vezes se terá de fazer menção, chamaremos um, partido popular, e outro, plebeu"[17]. Este governo mantém o poder de 1378 a 1382, quando o partido dos notáveis do povo e dos guelfos reassume o estado.

Concluindo esta síntese do contexto histórico, do modo como Maquiavel a expõe e interpreta, é possível perceber que o tumulto iniciado pela plebe teve efeitos de curta duração no que diz respeito aos seus interesses próprios. Os efeitos mais duradouros serão percebidos depois, visto que estes acontecimentos se refletem no apoio que os Medici terão mais tarde e que será determinante para sustentar seu poder, o que é enunciado pela referência ao partido da plebe. Entretanto, a independência dos propósitos da plebe não é negada, ou seja, ela não é apresentada como simplesmente manipulada para atingir objetivos alheios. Isto fica claro tanto pelo relato da tentativa de fazer Michele de Lando o governante da cidade como pela narrativa da revolta posterior, quando Michele ordena o estado de um modo que a plebe julga desfavorável e ela cria um novo governo. O julgamento que a plebe então faz parece mesmo ponderado e se mostra verdadeiro: "pareceu à plebe que Michele, ao reformar o estado, tivesse sido demasiado

---

[16] *Idem*, III, 18.
[17] *Idem*, III, 18. De fato, ele os chamará de Partido dos Nobres e Partido da Plebe (*idem*, IV, 27).

favorável aos mais importantes do povo, e não ter deixado espaço no governo quanto necessário para manter-se nele e para defender-se, caso fosse necessário" [18].

Ainda que não tenha sido nomeado por Maquiavel, este é o movimento conhecido pelo nome de Tumulto dos *Ciompi*. Este movimento popular se insere em um quadro de revoltas que ocorreram em toda a Europa, que têm antecedentes no século anterior, vinculadas a diversos fatores sociais e econômicos. O período marcado por estas revoltas populares se estende de 1378 a 1385 e abrange diversos países europeus, de acordo com a pesquisa de Mollat e Wolff[19].

Segundo os historiadores[20], a recessão do período de 1370 a 1378, que se segue a uma época pós-peste de relativo bem estar, se manifesta pelo recuo dos salários reais, uma progressão do desemprego e também da carga fiscal que, neste contexto recessivo, se tornava mais pesada. Florença foi a primeira cidade a conhecer o movimento de revolta, o que pode ser explicado pelo nível de desenvolvimento econômico, pelo despertar político e pela crise causada pela guerra contra a Igreja (a guerra dos Otto Santi). A parte mais importante do programa de petições dos *Ciompi* era a reivindicação de direitos políticos e a concessão aos operários assalariados de um quarto de todos os postos no governo,

---

[18] *Idem*, III, 17.

[19] "Da primavera de 1378 aos primeiros meses de 1383, toda uma parte da Europa foi sacudida por perturbações sociais quase simultâneas, e de uma amplitude inaudita. Certamente é impossível falar de sincronismo estrito. A proximidade cronológica (...) não é menos surpreendente" (Mollat, M., Wolff, P., *Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles*, Paris, Flammarion, 1993, p. 139).

[20] O trabalho de Mollat e Wolff, *Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles*, oferece uma visão de conjunto sobre as revoltas européias da época. Entre os trabalhos específicos sobre o Tumulto dos *Ciompi*, a publicação do Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento, *Il tumulto dei Ciompi: un momento di storia fiorentina ed europea*, reúne autores com diversas perspectivas sobre este acontecimento, das condições que o originaram às suas conseqüências econômicas, culturais e historiográficas. Um trabalho fundamental sobre o tema é o de Niccolò Rodolico, *I Ciompi, una pagina di storia del proletariado operaio*. E a mais recente pesquisa sobre o tema é de Alessandro Stella, *Le révolte des Ciompi: les hommes, les lieux, le travail*.

com amplos poderes. A questão era conferir aos *Ciompi* os mesmos direitos políticos do *popolo grasso*, e não eliminar seu poder. Uma vez que, em Florença, apenas os membros das Artes tinham direitos políticos, queriam a instituição de uma arte autônoma para eles. O período do Tumulto dos *Ciompi* se estende de julho de 1378, quando se dá o levante armado, a janeiro de 1382, quando da sua derrota final.

A história do Tumulto, assim como as de outras revoltas européias da mesma época, tem, de um modo geral, um julgamento desfavorável nas fontes narrativas. "A maior parte destas fontes é hostil aos 'populares'. Algumas propagam contra eles acusações pouco verossímeis. Outras, mais sutilmente desfavoráveis, arriscam mais ainda a deformar a realidade. Raríssimos são os escritores que simpatizam verdadeiramente com os revoltosos e procuram em outra parte que não seja numa inspiração diabólica, as causas de suas agitações"[21].

O significado que o Tumulto dos *Ciompi*, em particular, teve na concepção histórica da época pode ser compreendido pelo trabalho de Sestan[22]. Ele passa em revista os julgamentos dos vários historiadores e cronistas que trataram ou, ao menos, mencionaram a questão: "Antecipando, em síntese, os juízos sobre o tumulto que dominaram ao menos três séculos de historiografia, se pode dizer que tudo parte de uma premissa: que o baixo povo (*basso popolo*), a ínfima plebe, sobre a qual converge toda uma graciosa floração dos termos mais vergonhosos, é uma espécie de fera em letargia, que por sua natureza continuaria a dormir, se alguém da classe superior não a despertasse; então começam os problemas. Disto decorre, em todos estes escritos sobre o tumulto, um motivo dominante: buscar e indicar os responsáveis pelo fato de a fera ter sido despertada. Seriam eles o grupo dos anti-Parte guelfa, Salvestro de' Medici, Benedetto Alberti e companheiros ou

---

[21]Mollat eWolff, *Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles*, *op. cit.*, pp.10-11.

[22]Ernesto Sestan, "Echi e Giudizi sul Tumulto dei Ciompi nella cronistica e nella storiografia", in *Il tumulto dei Ciompi: un momento di storia fiorentina ed europea*, Firenze, L.S. Olschki, 1981, pp. 125-160.

os Oito da guerra, os '*Otto Santi*', ou uns e outros juntos, e como complemento, a exaltação daquele que faz a fera retornar à letargia, Michele de Lando. Raros, neste século, são os que têm como hipótese que possa haver alguma relação entre a parte dos Medici no tumulto e a sucessiva, longínqua afirmação da senhoria dos Medici; ainda mais raros, raríssimos, os que mostraram ter uma compreensão qualquer das razões que a ínfima plebe devia ter para se sublevar. Por três séculos e mais os *Ciompi* não têm advogado"[23].

Garin discute o significado do Tumulto para a cultura do *quattrocento* em vista das perspectivas exemplares de dois historiadores, Macek[24] e Baron[25]. Para Macek, o Tumulto dos *Ciompi* é expressão de um processo profundo e traduz conflitos fundamentais de uma sociedade em crise. Baron, ao contrário, crê que o Tumulto não tem conseqüências culturais ou sobre as concepções de realidade dos cidadãos do *quattrocento*, uma vez que não exprimia uma crise de fundo. A conclusão de Garin é pelo significado profundo que o Tumulto tem no pensamento da época: "No plano teórico, o Quatrocento é pontilhado de textos voltados a esclarecer, com o subsídio das redescobertas dos livros antigos (e com uma discussão dos modernos) o que é tirania e o que é liberdade, o que é príncipe e o bom cidadão, a vida civil e a família. Depois de escrituras filológicas e históricas, para além de traduções novas e comentários, emerge uma ânsia radicada em experiências reais. Memória ou mito, os *Ciompi*, ainda se não declarados, permanecem sendo o exemplo dos riscos da discórdia pública e colocam a historiadores e filósofos graves problemas teóricos"[26].

---

[23] *Idem*, p. 126.
[24]Macek, J., *Il Rinascimento italiano*, a.c. de L. Perini, Roma, Editore Riuniti, 1972, pp. 178-82.
[25]Baron, H., *La crisi del primo Rianascimento italiano*, trad, it. de R. Pecchioli, Firenze, Sansoni, 1970, pp. 8-9.
[26]Garin, E., "Echi del Tumulto dei Ciompi", in *Il tumulto dei Ciompi: un momento di storia fiorentina ed europea*, Firenze, L.S. Olschki, 1981, p.XX.

A posição de Maquiavel quanto ao Tumulto dos *Ciompi* pode ser comentada de muitas perspectivas. Poder-se-ia dizer que, uma vez que está escrevendo a história de Florença, Maquiavel não tem opção senão incluir os *Ciompi*, por serem parte necessária da história. Mas isto não é tão evidente, pois como mostra Sestan, esta não havia sido a opção de grande parte dos historiadores até então. Segundo ele, é a *História de Florença* que forneceu, por mais de dois séculos, a versão mais acreditada do Tumulto dos *Ciompi*. Até Maquiavel, nenhum outro havia dado tanta atenção ao "Tumulto" e o evento tem uma amplitude e uma riqueza de detalhes que não há em nenhum historiador antes dele. O que Sestan observa de singular na narração maquiaveliana é o reconhecimento das razões específicas da plebe: "quem havia falado disso antes de Maquiavel tinha visto na sublevação da multidão um fato de psicologia coletiva, uma explosão de maldade e de raiva rapinante até então represada. Maquiavel é quem primeiro vê também motivos econômicos e sociais"[27]. A existência de responsabilidade por parte de outros que não a plebe pela motivação do Tumulto, lugar comum no julgamento dos historiadores na época, não deixa de ser apontada, mas as razões específicas não foram desconsideradas[28]. Renaudet observa que, embora Maquiavel afirme

---

[27] Sestan, "Echi e Giudizi sul Tumulto dei Ciompi nella cronistica e nella storiografia", *op. cit.*, p. 133.

[28] Em uma exposição geral do terceiro livro, Anselmi observa: "O grande esforço empreendido por Maquiavel neste livro é essencialmente voltado a mostrar a dinâmica objetiva da revolta dos *Ciompi*, ou seja, o seu colocar-se como momento extremo da luta de classes própria dos regimes republicanos enquanto tais. Não por acaso, seguindo a interpretação fornecida por Stefani e desconsiderando aquela de quase todos os outros testemunhos, Maquiavel prefere reduzir o papel subjetivamente desenvolvido, naqueles acontecimentos, por Salvestro de Médici ou pelos Oito da guerra e apresentar a revolta como dotada de uma própria autônoma especificidade: as iniciativas de Salvestro apenas 'dispararam' um detonador que estava, entretanto, já pronto há muito tempo e por profundos e antigos motivos. De fato, Maquiavel, por meio do famoso discurso que faz pronunciar o *Ciompo*, dota de dignidade própria a ideologia eversiva do movimento de luta e, através do papel de primeiro plano conferido a Michele de Lando, põe em evidência a autonomia, em relação à camada oligárquica, ao menos nos primeiros tempos da insurreição, do movimento mesmo e dos 'líderes' produzidos por este. Torna-se relevante o uso dos nexos tendentes a apresentar os fatos como conseqüências necessárias dos processos mais gerais e o próprio papel dos sujeitos como subalterno às dinâmicas gerais da luta"(Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, *op. cit.*, p.177).

que deva pensar o estado, pois nada sabe de economia[29], em sua análise do episódio dos *Ciompi* ele deixa muito claro o vínculo entre economia e política[30].

Entretanto, é discutível o isolamento que Sestan considera que Maquiavel atribui ao evento[31]. Um dos motivos pelos quais não se pode afirmar este isolamento é o fato que, indubitavelmente, o evento tem, na *História de Florença*, um relevo que pode ser percebido até mesmo pelo espaço que lhe é dado[32]. A narrativa se inicia no capítulo 12 do livro 3 — "enquanto tais coisas ocorriam, um outro tumulto nasceu que muito mais do que o primeiro ofendeu a república" — e termina no final do capítulo 21 — "assim, o partido dos notáveis do povo e dos guelfos reassumiu o estado, e o da plebe o perdeu, depois de ter sido seu príncipe de 1378 a 1381[33], quando estas novidades aconteceram". Anselmi observa que este espaço exemplifica a opção pela duração narrativa em função do relevo objetivo dos eventos: "assim, ele dedica ao Tumulto dos *Ciompi* um espaço muito mais amplo do que aquele que depois destina, por exemplo, aos episódios bélicos, que, entretanto, nos cânones historiográficos humanistas, eram indicados como o banco de prova por excelência dos historiadores"[34]. Além disso, como pode ser visto pela seqüência da narrativa, Maquiavel relaciona o surgimento desta oposição entre povo e plebe ao fortalecimento do partido que, posteriormente, sustentará o poder dos Médici. Este apoio, como já foi comentado, não deixa de ser assinalado no sexto discurso, de Niccolò da Uzano, quando ele afirma a força do partido da plebe: "e se for porque são seguidos por toda a plebe, em piores condições

---

[29] Carta a Vettori, 09/03/1513.
[30] Renaudet, Augustin, *Humanisme et Renaissance*, Slatkine Reprints, Genève, 1981.
[31] "Para Maquiavel, o tumulto dos *Ciompi* foi, na história de Florença, não mais que um episódio temporâneo, isolado, não presente, por qualquer conexão, na história sucessiva da cidade"(Sestan, "Echi e Giudizi sul Tumulto dei Ciompi nella cronistica e nella storiografia", *op. cit.*, p. 132).
[32] O terceiro livro contém 29 capítulos e narra os acontecimentos de 1353 a 1414. Os onze primeiros, que antecedem o Tumulto dos *Ciompi*, tomam um período de 25 anos. Do capítulo 12, em que começa o Tumulto, até o capítulo 21, são quatro anos. E os oito últimos capítulos, até o ano de 1414, trinta e três anos.
[33] Ab incarnationem, segundo o estilo florentino, pois se trata de 1382.
[34] Anselmi, *Ricerche sul Machiavelli storico*, op. cit., p. 169.

estamos nós, em melhores estão eles; e seja que a contenda se dê pelas armas ou pelos partidos, não estamos em condições de poder resistir"[35]. Em termos mais amplos ainda, o conflito entre povo e plebe está faz parte da visão de conjunto que Maquiavel tem de Florença, expressa no Proêmio, como cidade que se divide incessantemente e de modo descendente[36].

Não se pode afirmar que a posição de Maquiavel diante do conflito seja a de um defensor da plebe. Ao contrário, de muitas formas ele indica um julgamento negativo, como quando inicia sua narrativa e diz que o tumulto "*più che il primo offese la republica*". Ainda do ponto de vista da escritura, causa uma impressão desfavorável o modo como apresenta as ações da plebe. Eles queriam "*levare il romore*", pediam "*con terribile voci i loro prigioni alla Signoria*", em seu levante via-se "*il furore di questa sciolta moltitudine*" e "*la turba degli armati*"; acerca de suas reivindicações Maquiavel afirma serem "*alla republica disonorevoli e grave*". As reações ao governo de Michele de Lando são marcadas por expressões como "*tanta disonestà vedendo in uma moltitudine*", "*dalla loro solita audacia spinti*", "*veduta la arroganza loro*", "*con grande audacia e maggiore prosunzione*" e "*una extraordinaria insolenza*".

A desaprovação está sem dúvida de acordo com a avaliação negativa que ele tem dos conflitos sociais em Florença, pois houve um processo de ampliação da base do poder que Maquiavel já havia exposto no caso romano, e que ele torna a apontar em Florença, mas que, neste caso, não era inclusivo. Ao longo de toda a história de Florença, o grupo que pretendia adquirir poder não aceitava a divisão com o poder anterior, mas tomava-o para si, fraturando a república. Isto está também ligado ao julgamento de Maquiavel de que o povo não possui a grandeza

---

[35] *História de Florença*, IV, 27.

[36] "Em Florença, de início se dividiram os nobres, depois os nobres e o povo e por último o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma destas partes, que se tornava superior, dividiu-se em duas: delas nasceram tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias quantas jamais nasceram em alguma cidade de que se tenha memória"(*História de Florença*, Proêmio)

de ânimo dos nobres e a exclusão dos nobres do governo enfraquece a república. Este enfraquecimento se potencializaria com a inclusão da plebe, pois se o desejo do povo florentino de não querer que os nobres participassem com eles do governo era injurioso e injusto e, com isso, Florença sempre mais humilde e mais abjeta se tornou[37], o desejo dos de ínfima condição mais ainda seria ofensivo à república.

Assim, não é inconseqüente pensar na relação entre a condição social e a capacidade política. Poderíamos aqui pensar numa certa indecisão de Maquiavel a este respeito, ao menos do ponto de vista da clareza da exposição. Ao mesmo tempo em que afirma a grandeza de ânimo dos nobres, ele não nega o valor político que pode ser atribuído ao povo e mesmo àqueles de ínfima condição. A descrição de Michele de Lando contribui para esta avaliação. À frente da turba, entra no palácio um tal de Michele de Lando, cardeador de lã, descalço e com pouca roupa (*scalzo e con poco indosso*)[38]. A imagem não deixa dúvidas sobre as origens de Michele, no entanto, algumas linhas depois, ele é apresentado como "homem sagaz e prudente, e mais grato à natureza do que à fortuna". Além disso, mostra-se capaz, participando do governo, de alçar-se a uma nova condição, pois reage à arrogância de seus antigos companheiros "considerando mais o cargo que tinha do que sua ínfima condição"[39]. A questão poderia ser formulada nos seguintes termos: embora os nobres tenham grandeza de ânimo como classe, isto não impede que indivíduos desprezíveis possam ser nobres; em contrapartida, a plebe é rebaixada, mas pode haver indivíduos de ínfima condição que se sobressaem por sua inteligência, prudência e demais capacidades.

Colocada a questão nestes termos, ela parece implicar, a princípio, que o melhor governo seria uma oligarquia (desconsidera-se aqui o caráter de degeneração do termo), o que garantiria, na média, bons dirigentes. Mas esta solução certamente não é defendida por Maquiavel, para quem a melhor forma de

---

[37] *Idem*, III, 1.
[38] *Idem*, III, 16.
[39] *Idem*, III, 17.

governo seria o governo misto, com equilíbrio dos poderes, tal como em Roma. Em sua interpretação das razões da grandeza desta república, Maquiavel deixa claro que a oposição entre nobres e povo ou entre povo e plebe, ou ainda, entre os que comandam e os que são comandados, não se limita à questão da capacidade de governo. A grandeza e a liberdade da república romana foram, nos *Discorsi*, diretamente relacionadas ao equilíbrio entre estes dois humores. Desta perspectiva, a afirmação de que o Tumulto dos *Ciompi* constitui uma ofensa à república se inclui na desaprovação dos efeitos que resultam do tipo de divisão de Florença, na qual se busca um poder exclusivo, e decorre não apenas da ínfima condição da plebe, mas do desequilíbrio causado por este propósito.

O ponto central da discussão do Tumulto, em Maquiavel, parece ser a análise do discurso proferido pelo *Ciompo*, no capítulo 13 do livro 3, no qual a posição dos revoltosos, suas razões e objetivos são declarados diretamente por eles. O lugar deste discurso é também um dado relevante, pois ele é colocado logo depois da apresentação de Maquiavel e antes da intervenção de outros, mesmo de Michele de Lando. Representa um momento reservado apenas aos *Ciompi*, o que contribui para ressaltar a independência do movimento em relação aos demais.

O encontro de Maquiavel com o Tumulto introduz um novo protagonista na *História de Florença*, a plebe. Embora ela esteja presente em outros de seus livros, sobretudo nos *Discorsi*, esta é a primeira vez que os que não têm nome protagonizam esta história. A maior parte da *História de Florença* é construída sobre a referência a nomes, a famílias. No momento em que somos introduzidos no relato da revolta dos *Ciompi*, Maquiavel apresenta um novo elemento: os personagens da república que carecem de nomes[40]. Do ponto de vista do discurso

---

[40] Uma pesquisa recente, de Alessandro Stella (*Le révolte des Ciompi: les hommes, les lieux, le travail*, Paris, Éd. de L'École des Hautes études en sciences sociales, 1993), tem como objetivo identificar os *Ciompi* a partir de seus nomes e ocupações, dando rosto à multidão anônima.

ser anônimo, é certo que há outros na mesma condição, como no caso do discurso dos cidadãos em que a função de não ser declarado o nome de quem fala é a de colocar a posição de um grupo e não de um indivíduo. Nos *Discorsi* e em *O Príncipe*, as razões coletivas dose processos históricos já estavam evidentemente postas pela própria divisão do Estado em dois humores diversos, que definiam sua direção pelo modo como se realizava o conflito entre eles. O mesmo acontece na *História de Florença*, mas, nesta obra, a referência a indivíduos ou famílias é ainda predominante até o momento de ruptura em que a plebe se faz presente e ativa e, mais ainda, é dotada de voz.

Para analisar o discurso do *ciompo*, é preciso tomá-lo em sua oposição ao discurso que o precede, o do gonfaloneiro Luigi Guicciardini[41]. Estes dois discursos são antitéticos. Segundo Marietti[42], não se pode afirmar que Maquiavel conhecia a antilogia de Tucídides, mas é certo que conhecia a técnica do discurso antitético por meio da *Historiae Florentini Populi* de Leonardo Bruni, cuja retomada da antilogia havia sido uma inovação, pois os romanos não a usavam[43]. Marietti afirma ainda que a autonomia da argumentação nos discursos é mais larga em Maquiavel do que em Tucídides, de modo que no discurso do *ciompo* são desenvolvidos temas inexistentes no do gonfaloneiro. Não se pode afirmar que se trate propriamente de uma antilogia, no sentido de que não é um verdadeiro debate de idéias, como encontramos em Tucídides. Em Tucídides, a antilogia se manifesta na forma do debate oratório, como no caso de dois embaixadores que apresentam no mesmo momento e lugar suas razões, um respondendo em seu

---

[41] *História de Florença*, III, 11.

[42] Marietti, Marina, "L' uso dell' 'antilogia' nelle 'Istorie Fiorentini'", in *Culture et Societé en Italie du Moyen-Âge à la Renaissance, Hommage à André Rochon*, Paris, 1985, pp. 187-198.

[43] Como afirma Cochrane, para Bruni os discursos contêm o que era o mais importante ingrediente da história como gênero literário: a *ratio*, as causas dos eventos. A causalidade histórica refere-se às intenções, aos desejos, às paixões e às idiossincrasias pessoais dos atores individuais, sendo que para isso os discursos eram mais apropriados (Cochrane, *Historians and Historiographies in the Italian Renaissance, op. cit.*, livro I).

discurso o que foi dito no anterior[44]. No caso de Maquiavel, os discursos antitéticos não têm uma correspondência tão clara, podendo estar separados por muitos capítulos e mesmo em livros diferentes. A relação entre eles se estabelece então na forma do diálogo imediato, como em Tucídides, mas da apresentação de idéias e posições antagônicas.

É neste sentido que se pode afirmar que o discurso do *ciompo* e o do gonfaloneiro Luiggi Guicciardini são discursos de classe que não poderiam ser lidos separadamente. O gonfaloneiro fala em defesa da união da cidade e dos bens que estão sendo roubados. O discurso do ciompo responde afirmativamente aos argumentos apresentados pelo gonfaloneiro, afirmando que a violência irá continuar, confirmando seus temores. Desenvolvidos na forma de uma oposição, existe este ponto aparentemente comum entre os dois discursos: o temor. O gonfaloneiro apresenta a necessidade de união para que a cidade não seja arruinada com servidão e pobreza. O *ciompo,* por sua vez, apresenta como motivo imediato da ação dos *sottoposti*, o medo da fome e do cárcere. Servidão e pobreza, de um lado; pobreza e cárcere, de outro. Ambos os lados temem as mesmas coisas, embora o significado delas seja diferente para os ricos e os pobres. A liberdade e a riqueza de uma parte acarretam a pobreza e a supressão da liberdade de outra. Apresentando a oposição nestes termos, Maquiavel faz pensar que o confronto é inevitável e revela que o que poderia ser um ponto em comum, na verdade, em vista da oposição profunda entre os interesses, não pode ser um ponto de união.

De acordo com a análise de Marietti, estes dois discursos têm sua base retórica nas obras de historiadores antigos, Tito Lívio e Salústio, que, como foi visto, eram modelos para a historiografia humanista. Para a composição do discurso do gonfaloneiro, Maquiavel se inspirou em um discurso de um cônsul, da *História de Roma,* de Tito Lívio (III, 67), enquanto que, para o discurso do

---

[44] Romilly, Jacqueline de, *História e Razão em Tucídides*, Brasília: Editora UnB, 1998, 117-154.

ciompo, os modelos foram um discurso de um tribuno da plebe, também da *História de Roma* (IV, 3,4 e 5) e dois discursos do próprio Catilina, da *Conjuração de Catilina* (XX e LVIII), de Salústio. O gonfaloneiro é assim equiparado a alguém de sua condição, um representante eleito pela cidade. O *ciompo*, por outro lado, é composto por um tribuno da plebe, o que também seria compatível com seu estado, mas a ele é acrescida a imagem de um sedicioso.

Ao seguir estas indicações, é possível verificar que, em relação ao discurso de Luigi Guicciardini, são encontradas similaridades tanto em termos de forma como de conteúdo com o discurso do cônsul Tito Qüíncio Capitolino. No livro 3, Tito Lívio narra os graves desentendimentos entre os tribunos da plebe e os patrícios e o ambiente de grande tensão entre eles: "simulando um desejo de igualdade, cada um procurava elevar-se rebaixando o outro. Tentando escapar ao temor, os homens se faziam temer, e a violência que receavam era praticada contra os outros, como se fosse necessário matar ou morrer"[45]. Isto deixou os romanos vulneráveis aos ataques de seus inimigos, équos e volscos, que, cientes das discórdias internas, julgaram o momento oportuno para o ataque, devastando o território até as muralhas de Roma[46]. É neste momento que será proferido o discurso do cônsul Tito Qüíncio Capitolino[47]. O tom é de vergonha e há um apelo à união, em vista da ameaça dos inimigos externos. Há um trecho do discurso do cônsul que terá a mesma estrutura reproduzida no discurso do golfaloneiro Luigi Guicciardini, embora este seja mais longo. No primeiro, há uma série de frases interrogativas acerca de todas as concessões feitas pelos patrícios à plebe e que apelam para a união. O tom geral é: tudo o que desejastes vos foi concedido, o que mais podeis querer? No discurso do gonfaloneiro, se passa o mesmo, inclusive com frases bastante semelhantes. No final das interrogações, diz o cônsul: "Qual será o fim de nossas discórdias? Quando poderemos ter um Estado unido? Quando

---

[45] *História de Roma*, III, 65.
[46] *Idem*, III, 66.
[47] *Idem*, III, 67-68.

será possível ter uma pátria comum? Mesmo vencidos, nós nos mantemos calmos e com mais serenidade do que vós, como vencedores"[48]. No caso do gonfaloneiro: "Que fim terão esses pedidos vossos ou quanto tempo usareis mal a vossa liberdade? Não vedes que nós suportamos ser vencidos com mais paciência do que vós suportais a vitória? Estas vossas desuniões, aonde conduzirão esta vossa cidade?"[49]. Além dessa estrutura, pode-se afirmar que o tom geral do discurso é, em grande parte, similar. Os dois apelam para a união, afirmando que não querem dizer o que agrada, mas o que é útil. O gonfaloneiro afirma: "e se assim falamos, não o fazemos para ofender-vos, mas para fazer-vos reconsiderar; porque desejamos que outro seja aquele que vos diga o que vos agrada, nós desejamos dizer-vos o que vos seja útil"[50]. Ambos advertem do perigo das discórdias para a preservação da liberdade da cidade, e Luigi Guicciardini recorda os acontecimentos florentinos: "quando esteve desunida, Castruccio, um vil cidadão de Lucca a venceu? Um duque de Atenas, vosso *condottiere* particular, a subjugou?"[51]. Podemos assinalar, entretanto, como diferença, o fato de que no caso de Roma o inimigo é externo, aqueles que atacam a cidade, e a desunião é o que impede a defesa; no caso de Florença, embora seja mencionado o caso do inimigo externo, a desunião entre os cidadãos os torna vulneráveis ao inimigo interno, que é a plebe. É ela e não um estrangeiro que irá levar ao empobrecimento da cidade, ao roubar seus bens: "porque são estes que, também com o trabalho nosso, nutrem a cidade; são estes de que, sendo espoliados, não a poderemos nutrir. E os que a ocuparão, como coisa mal adquirida, não a saberão preservar: então à cidade seguirá a fome e a pobreza"[52].

Como havia indicado Marietti, a base para o discurso do *ciompo* seria mais ampla, o discurso de Tito Lívio e o de Salústio. Mas, ao compará-los, percebe-se

---

[48] *Idem*, III, 67.
[49] *História de Florença*, III, 11.
[50] *Idem, ibidem.*
[51] *Idem, ibidem.*
[52] *Idem, ibidem.*

que a forma não reproduz estruturas cuja similaridade seja tão evidente como no caso do discurso do gonfaloneiro. O discurso de Tito Lívio, proferido pelo tribuno da plebe Caio Cornuélio[53], pode ser considerado tematicamente semelhante à segunda parte do discurso do *ciompo*. As questões em discussão são o direito da plebe de ser eleita para o consulado e o projeto de lei do tribuno Cornuélio, que instituía o casamento entre patrícios e plebeus. A reação dos patrícios a ambos os projetos é violenta, e especialmente a reação ao casamento: "qual seria o resultado desses casamentos promíscuos entre patrícios e plebeus, a não ser o de vulgarizar uma espécie de cópula, como entre os animais? Os que nascessem não saberiam mais a que sangue, a que sacrifícios pertenciam. Metade patrícios, metade plebeus, eles não estariam mais de acordo nem consigo mesmos"[54]. O tribuno responde em seu discurso enfatizando o desprezo que os patrícios nutrem por eles, lembrando o modo como adquiriram o sangue nobre que eles invocam: "proíbem-nos qualquer aliança, qualquer parentesco, não podemos mesclar nosso sangue ao deles. Ora, se este sangue polui a nobreza que adquiristes não pela raça nem pelo sangue, pois na maioria sois oriundos de albanos e de sabinos, mas por uma decisão do Senado que vos acolheu em suas fileiras, fosse por escolha dos reis ou, após a expulsão dos reis, por uma lei do povo, porque não conservais vós mesmos sua pureza com medidas de caráter privado?"[55]. A origem arbitrária da nobreza que aqui é ressaltada terá eco na fala do *ciompo*, que afirma que todos os homens são igualmente antigos.

Nos dois discursos de Catilina, pode-se encontrar também algumas similaridades, mas não há uma correspondência formal como entre o discurso do cônsul e do gonfaloneiro. As similaridades dizem respeito ao comum apelo para a unidade do grupo, à sombria situação presente e a um futuro idêntico em caso de abandono da luta e às vantagens e à liberdade a serem conquistadas na ação. Em

---

[53] *História de Roma*, IV, 3-5.
[54] *Idem*, IV, 2.
[55] *Idem*, IV, 4.

ambos os discursos, a necessidade é evocada. As semelhanças entre os dois discursos revelam mais uma vez o obstáculo para uma interpretação positiva, tanto do Tumulto como do discurso. Uma vez que Catilina é uma personagem sediciosa, isto transfere imediatamente ao discurso do *ciompo* uma condenação: eles estariam agindo como Catilina, um homem que tentou destruir a república romana.

Na contraposição dos dois discursos, do gonfaloneiro e do *ciompo*, observa-se também que Maquiavel encerra o discurso de Luigi com a afirmação de que as suas palavras eram verdadeiras: "estas palavras, porque eram verdadeiras, muito comoveram os ânimos dos cidadãos...". Em contrapartida, o discurso do *ciompo* é tratado como persuasão: "estas persuasões acenderam os já por si mesmos acesos ânimos ao mal". Nos dois casos, trata-se de discursos do gênero deliberativo e a referência aos ânimos comovidos ou acesos revela a ênfase de Maquiavel na intenção retórica de emocionar os ouvintes. A contraposição entre persuasão e verdade pode levantar a discussão sobre a finalidade da retórica, que é a arte da persuasão. Atribuir um caráter de verdade às palavras do gonfaloneiro e de persuasão àquelas do *ciompo* pode significar uma atribuição de falsidade ao exercício retórico desempenhado pelo orador anônimo e sedicioso.

Assim, por mais expressivo que possa ser o discurso do *ciompo*, ele poderia dar origem a objeções referentes às finalidades estéticas da oratória na historiografia. Poder-se-ia ainda argumentar que tudo o que é expresso no discurso, por mais vivaz que ele seja, corresponde à intenção de propor uma construção retórica verossímil, mostrando assim o talento do autor em expressar razões contrárias de modo convincente, em tornar a tese mais fraca a mais forte.

Pode-se tomar como contraponto para discutir esta questão a análise de Auerbach de uma passagem dos *Anais*, de Tácito[56]. Nesta passagem, temos uma situação que apresenta uma certa semelhança com a que estamos analisando.

---

[56] Auerbach, Erich, *Mimésis, la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, Gallimard, Paris, 1968, pp. 45-51. Análise dos Anais, I, cap. XVI e seguintes.

Trata-se de uma revolta no exército romano, nas camadas inferiores, cujas causas são o serviço muito longo e duro, o soldo insuficiente, a aposentadoria insatisfatória, corrupção e inveja em relação às tropas da capital. Estas razões são apresentadas, segundo Auerbach, com vivacidade e senso plástico, no discurso de um soldado: "parece, a princípio, que o que se exprime neste texto, e com grande seriedade, é um movimento que surge das camadas inferiores, com a exposição exata de seus móbeis práticos, de seu pano de fundo econômico e de seu desenvolvimento"[57]. Apesar disso, Tácito em nenhum momento discute as declarações do soldado, mais do que isso, "ele deprecia de início as informações que fornece sobre as causas da rebelião, das quais faz a matéria da arenga do chefe da rebelião e que não discutirá adiante, tendo dado anteriormente a verdadeira causa, a seus olhos puramente moral, da revolta: *nullis novis causis, nisi quod mutatus princeps licentiam turbarum et ex civili bello spem praemiorum ostendebat*[58]. Não se pode ser mais depreciativo"[59].

A razão pela qual o discurso era tão vívido, Auerbach encontra na estética: "o grande estilo histórico exige grandes discursos, fictícios na maior parte das vezes; os que concorrem para a dramatização ilustrativa (*illustratio*) dos acontecimentos servem também, segundo a ocasião, para formular grandes visões políticas e morais: em todos os casos, eles intervêm na exposição como pedaços de bravura em que triunfa a retórica. (...) Tácito é um mestre, e seus discursos não são simples ornamentos; eles são realmente marcados pelo caráter e pela situação do homem na boca do qual ele os coloca, o que não os impede de ressaltar antes de tudo a retórica"[60].

Estas indicações de Auerbach nos colocam, sem dúvida, de sobreaviso na análise da abordagem de Maquiavel do Tumulto dos *Ciompi*, e certamente

---

[57] *Idem*, p. 46-7.
[58] "(revolta sem motivo) se não a mudança de príncipe, que lhes mostrava a via aberta à desordem e às recompensas a ganhar em uma guerra civil".
[59] *Idem*, p. 47.
[60] *Idem*, p. 50.

seremos levados a considerar com mais cuidado o entusiasmo que causa a leitura do discurso do *ciompo*. De acordo com estas indicações, serão sobretudo as considerações prévias que nos darão as indicações da posição de Maquiavel, e menos o que é dito no próprio discurso. Por outro lado, caso estas considerações se mostrem menos claramente refratárias às razões apresentadas pelo discurso, isto faz com que o possamos analisar de uma maneira mais integrada, e não como um discurso inteiramente estranho ao conjunto da narrativa.

Entrando assim diretamente no discurso do *ciompo*, eis sua apresentação: "Então os homens plebeus, tanto os subordinados à Arte da Lã como a outras Artes, pelas razões já mencionadas, estavam cheios de indignação, à qual se acrescentou o temor da punição pelos incêndios e roubos cometidos, e por isso discutiram em inúmeras reuniões noturnas os casos ocorridos e mostravam uns aos outros os perigos em que se encontravam"[61]. Esta introdução, mais uma vez, aponta para as razões mencionadas no capítulo anterior; razões econômicas e políticas próprias dos *Ciompi*, e não derivadas dos interesses de outros. O temor da punição acresce-se a elas, mas é circunstancial, não determinante da ação.

É neste contexto que fala o *ciompo* — "quando um dos mais ousados e de maior experiência, para animar os outros, falou desta maneira". "*Alcuno de' più arditi e di maggiore esperienza*", não é alguém que possa ser denominado, é apenas "*alcuno*". A razão pela qual Maquiavel não pode dar um nome àquele que fará o discurso é desvelada no próprio discurso. É lá que encontraremos os argumentos que impedem a personificação do orador. Sem considerar ainda quais são os conselhos e as circunstâncias, pode-se examinar o lugar de onde ele fala. Face à multidão que não sabe o que deve fazer, o anônimo fala do interior dela mesma. Não é alguém que, revestido da autoridade de seu cargo e, portanto, acima dos outros, dá conselhos, como no caso do gonfaloneiro, dois capítulos antes. É um homem comum, que não tem nome, como, aliás, nenhum dos que o escutam.

---

[61] *História de Florença*, III, 13.

Mas se ele não tem nome, tem características que o distinguem: é "*alcuno de' più arditi e di maggiore esperienza*". São estas características que lhe darão a capacidade de distinguir o momento em que eles estão e, sobretudo, quem são.

Para a análise do discurso, pode-se propor uma divisão em três partes. A primeira parte trata as circunstâncias presentes e o curso necessário de ação. A segunda, dos argumentos que justificariam a ação. Na terceira, o encorajamento final baseado nas razões apontadas. Embora não seja o objetivo desta análise, o discurso poderia ainda ser dividido de outra maneira, para contemplar as divisões estabelecidas para um discurso proferido segundo as regras da arte oratória, pois pode ser considerado como uma oração deliberativa, o que revelaria, além da capacidade de desenvolver os argumentos, o preparo retórico do orador em estabelecer o discurso segundo as normas[62].

Antes de expor as circunstâncias em que se encontram os *Ciompi*, o discurso inicia com um tom oposto ao de seu desenvolvimento, marcado pela idéia de quietude, placidez (*quieta povertà*). Lamenta o que foi feito, mas contrapõe o que deveria ter sido feito com o aquilo se de fato fez, sendo este último o objeto concreto de deliberação, uma vez que a via do que deveria ter sido feito está irremediavelmente fechada para eles. Em seguida, o discurso aponta o critério pelo qual será avaliado o fundamento da ação: a necessidade. Isto modifica completamente o tom do discurso, tornando-o extremamente agressivo.

Se tivéssemos que deliberar agora se as armas deveriam ser tomadas, as casas dos cidadãos queimadas e roubadas, as igrejas despojadas, seria eu um daqueles que julgaria coisa a ser ponderada, e talvez aprovaria que fosse melhor uma plácida pobreza a um ganho perigoso; mas como se tomaram as armas e muitos males se fizeram, parece-me

---

[62] Segundo a interpretação de Borsellino, o discurso qualifica o *ciompo* como um intelectual: "procede da constatação dos dados dos fatos, tornados extremos por uma lógica implacavelmente conseqüente, para princípios de alcance geral, sem exibição de cultura, transcrevendo em chave de argumentação oratória, e então no sistema lingüístico judiciário das classes dominantes, os pensamentos latentes dos seus humildes companheiros"(*Rozzi e intronati*, Roma, Bulzoni Editore, 1976, p. 159)

que se tenha de considerar que aquelas não se devam pousar, e de que maneira podemos assegurar-nos contra males como os já cometidos. Acredito certamente que, quando outra coisa não ensina, a necessidade nos ensina. Vedes a cidade toda cheia de queixas e ódio contra nós: os cidadãos fecham-se entre si mesmos, a Senhoria está sempre com os magistrados; podeis crer, contra nós estreitam-se laços, e novas forças sobre nossas cabeças se preparam. Nós devemos portanto procurar duas coisas e ter em nossas deliberações duas finalidades: uma é não ser nos próximos dias castigados pelas coisas que fizemos, a outra, poder viver com mais liberdade e maior satisfação própria do que no passado. Convém-nos, portanto, segundo me parece, querendo que sejam os erros velhos perdoados, fazer novos, redobrando os males e multiplicando os incêndios e roubos, e para isso conseguir ter muitos companheiros: porque onde muitos erram a nenhum se castiga e quando as faltas pequenas são punidas, as grandes e graves são recompensadas; e quando muitos padecem poucos procuram se vingar; porque as injúrias universais com mais paciência que as particulares se suportam. Portanto, o multiplicar nos males nos fará mais facilmente encontrar o perdão, e nos dará a via para obter aquelas coisas que desejamos para conseguir nossa liberdade. E me parece que vamos a uma certeira conquista, porque os que poderiam nos impedir são desunidos e ricos: a desunião destes, portanto, nos dará a vitória, e suas riquezas, quando as fizermos nossas, a manterão.

A necessidade imediata para o prosseguimento do tumulto vem das queixas e do ódio da cidade contra eles, o que lhes anuncia o perigo da punição. Diante disso, apresentam-se os objetivos que contemplam as razões circunstanciais dos acontecimentos, assim como as razões mais profundas: escapar ao castigo devido às ações mais imediatas de violência e viver de modo melhor no futuro, com liberdade e satisfação. Embora, neste momento, os dois motivos pareçam ser apresentados como igualmente importantes, pode ser percebida ao final uma ligeira mudança que enfatiza o segundo objetivo. Assim, em primeiro lugar a violência redobrada transforma o castigo em prêmio, o que resolve o primeiro objetivo; o segundo objetivo seria alcançado pela riqueza obtida na vitória, em razão da desunião dos que então a detém, claramente identificados como sendo os atuais detentores do poder da república. Dito de outra forma, a violência teria como finalidade a tomada do poder, o que desloca o foco das necessidades imediatas vindas do temor para a obtenção da liberdade. Esta liberdade a qual eles

almejam é a supressão do poder que pesa sobre eles e a possibilidade de que eles mesmos possam exercê-lo.

A segunda parte do discurso é dedicada a rebater os argumentos contrários aos seus conselhos. Diz respeito ao direito que os *Ciompi* teriam de governar a cidade, uma vez tomado o poder. Não é um discurso particular, é universal e raciocina em termos universais. Isto é marcado pelo tempo verbal presente e pela generalização: "os homens". No caso do discurso do gonfaloneiro, o discurso é circunscrito e o verbo no presente é empregado de maneira mais restrita, dizendo respeito ao presente imediato, e não a todos os tempos.

Que não vos desconcerte aquela antiguidade de sangue de que nos cobram a falta, porque todos os homens, tendo tido a mesma origem, são igualmente antigos e pela natureza foram criados de um só modo. Fiquemos todos nus, e nos veremos semelhantes, vistamo-nos com as roupas deles e eles com as nossas: nós sem dúvida nobres (*nobili*) e eles não nobres (*ignobili*) pareceremos; porque só a pobreza e as riquezas nos desigualam. Muito me condói ver como tantos de vós arrependem-se profundamente das coisas feitas, e de outras desejam abster-se; e certamente , se isso é verdade, não sois os homens que pensei que fôsseis: porque nem consciência nem infâmia vos devem desconcertar, porque os que vencem, de qualquer maneira que vençam, jamais têm de que se envergonhar. E a consciência não devemos ter em conta, porque onde está, como está em nós o medo da fome e do cárcere, não pode nem deve conter o do inferno. Mas se notardes a maneira de proceder dos homens, vereis que todos os que chegam a possuir grandes riquezas e grande potência aí chegaram com a fraude ou com a força: e depois, as coisas que usurparam com engano ou com violência, para cobrir a sujeira da aquisição, as coonestam com o falso nome de lucro. E os que por pouca prudência ou demasiada tolice escapam deste molde, na servidão ou na pobreza naufragam; porque os servos fiéis sempre servos são, e os homens bons sempre pobres são; jamais saem da servidão senão os infiéis e audazes, e da pobreza, os rapaces e fraudadores. Porque Deus e a natureza colocaram todas as fortunas dos homens em meio a estes, fortunas expostas mais às rapinas do que ao trabalho, às más do que às boas artes: daí é que os homens devoram uns aos outros, e levam sempre a pior os que podem menos"

Ao iniciar sua refutação com a afirmação de que os homens são igualmente antigos, o *ciompo* toca na mesma questão que o tribuno da plebe levantara, no discurso da *História de Roma*: a origem da nobreza. O tribuno havia afirmado que a origem da nobreza dos patrícios era oriunda de uma decisão do Senado e, deste modo, eles não eram nobres em razão de seu sangue. O *ciompo* vai ainda mais longe na busca da origem da nobreza, que é encontrada em uma história da humanidade. E, com esta busca, ele encontra também a origem da plebe. Ele expõe que os homens são originalmente iguais, que se distinguiram no decorrer do tempo e que sem a diferença da riqueza, permaneceriam todos iguais. A natureza fez os homens da mesma maneira e, portanto, a desigualdade não é um dado da natureza, mas uma construção humana.

Não há uma diferença interior que pode ser dada como signo distintivo da diferença entre os *ignobili* e os *nobili*. A diferença entre os homens é exterior, dada pela riqueza, cuja fonte não é a virtude, pois os nomes com os quais são designados os atributos que dão origem à riqueza são fraude, força, engano e violência. O nome que esconde estes atributos é o lucro. O desprezo pela riqueza manifestado no discurso pode ser visto tanto na perspectiva de uma ética franciscana como de um elogio da pobreza dos cidadãos de origem romana. Mas o que parece mais próximo da argumentação do discurso é o aspecto desprezível do dinheiro e de sua aquisição, mais do que seus efeitos para a república. No entanto, a bondade do pobre, que pode ser considerado um elogio à pobreza, mistura-se a outros dois termos, a "pouca prudência" e a "tolice": "e os que por pouca prudência ou demasiada tolice escapam deste molde, na servidão ou na pobreza naufragam; porque os servos fiéis sempre servos são, e os homens bons sempre pobres são; jamais saem da servidão senão os infiéis e audazes, e da pobreza, os rapaces e fraudadores". Isto faz com que não se possa evitar a lembrança de uma outra passagem de Maquiavel, no capítulo 15 de *O Príncipe*: "porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua

preservação; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons". Esta advertência se dirige primeiramente ao príncipe e, no entanto, pode ser estendida aos outros homens, pela própria referência genérica a "um homem" (qualquer homem). O problema aqui passa a não ser tanto a pobreza em si, mas as características que fazem com que os pobres se mantenham pobres e os ricos, a sua riqueza. Sair da condição servil e de pobreza exigiria então ser capaz de romper com estas características que originalmente os levaram a este estado[63]. Os ricos obtiveram seus bens com a fraude e com a força, engano e violência; destes, os recursos que os *Ciompi* têm disponível são a força e a violência. Não optar pelos meios que possibilitam evitar a pobreza implica necessariamente permanecer nela. Assim, se ser bom implica ser pobre e servil, a opção é não ser bom ou, ainda, "aprender a não ser bom"[64].

Segundo a lógica da argumentação, existem pobres e ricos e, portanto, a escolha deve se dar entre estes dois estados. Maquiavel dissera que "em todas as cidades existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo"[65]. Não que ele não fale destes intermediários entre os mais pobres e os mais ricos. Os *mediocri*, tal como ele os trata na *História de Florença*, que representam esta posição mediana na cidade, são o povo, enquanto que os mais pobres são a plebe. No entanto, quando o povo assume a

---

[63] O *ciompo* descreve o estado das coisas na república a partir de uma cisão primeira entre os homens. Existem *nobili* e *ignobili* porque houve, e ainda há, de um lado, a fraude e a força e, de outro, pouca prudência ou tolice. Com a permanência desta diferença, os que usaram do engodo ou da violência para se tornarem ricos legitimam seu poder e suas posses com o nome de lucro enquanto que aqueles que 'escaparam a este molde' caíram na servidão e na pobreza e lá permaneceram. É possível reconhecer, neste quadro, a ambição da nobreza e sua estima pela posse. Da origem até sua construção histórica, o *ciompo* oferece uma explicação para a gênese dos dois humores que existem em todas as cidades.

[64] *O Príncipe*, 15.

[65] *Idem*, 9.

posição de controle na cidade, ele absorve os nobres, que têm que se portar como ele[66]; riqueza e poder vêm juntos, e a divisão novamente se dá em termos de duas classes de pessoas.

O que é defendido no discurso do *ciompo* é a vinculação imediata entre nobreza e riqueza, de um modo que não apenas exclui, mas impossibilita a virtude. Apenas a riqueza define os poderosos e a riqueza pode ser tomada destes primeiros detentores, criando uma nova nobreza. Este procedimento de substituição dos grandes já havia sido discutido por Maquiavel quando ele afirmara que o príncipe, para assegurar seu poder, pode utilizar este recurso: "o príncipe tem sempre de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto"[67]. Estes grandes "com mais visão e astúcia"[68], são ainda assim substituíveis, o que significa que é a posição e não uma natureza própria que os define. De certo modo, isto foi feito também pelo povo, quando absorve os nobres e toma o poder na república. Mais uma vez é o que intentam os revoltosos, no Tumulto dos *Ciompi*.

Mas poderíamos avaliar que, segundo o que Maquiavel afirma na introdução ao livro 3, não é só a riqueza que difere o povo e os nobres, mas a *virtù*[69]. Não se pretende aqui retomar a distinção entre *virtù* e virtude, e toda a

---

[66]"Em Florença, quando saía vencedor o povo, ficavam os nobres despojados de magistrados; e desejando readmiti-los, era necessário com os governos, com o ânimo e com o modo de viver, não só ser semelhantes ao povo, mas parecê-lo"(*História de Florença*, III, 1).

[67] *O Príncipe*, 9.

[68] *Idem, ibidem.*

[69] "Com as vitórias do povo, a cidade de Roma mais virtuosa se tornava porque este povo podendo participar da administração das magistraturas dos exércitos e dos impérios juntamente com os nobres prepostos, da mesma virtude que nestes havia se impregnava; e a cidade , acrescida de virtude, crescia em potência. Mas em Florença, quando saía vencedor o povo, ficavam os nobres despojados de magistrados; e desejando readmiti-los, era necessário com os governos, com o ânimo e com o modo de viver, não só ser semelhantes ao povo, mas parecê-lo. Daí as mudanças que faziam os nobres em suas insígnias, segundo o parecer do povo, pois aquela virtude em armas e generosidade de ânimo que existia na nobreza se apagava, e no povo, onde não existia, não poderia se

questão da moralidade em Maquiavel. A virtude que os nobres possuem é definida por Maquiavel como virtude em armas e generosidade de ânimo. A virtude dos nobres pode "impregnar" o povo pela participação na administração das magistraturas dos exércitos e dos impérios. Assim, existe uma virtude na nobreza, mas esta virtude está vinculada ao exercício do governo. Estabelecido que os nobres adquiriram o que lhes dá esta virtude ao longo das gerações no comando da cidade, isto os tornaria mais aptos a governar em virtude deste longo aprendizado. Mas o poder lhes foi subtraído pelo povo, o que acarretou à república a perda da *virtù* que os definia. É o povo então, ainda que destituído desta generosidade de ânimo, que representa os poderosos da cidade, aqueles a quem o *ciompo* identifica como seus inimigos e, em seguida, chama de nobres.

Há aqui um grupo de problemas relacionados à questão da virtude: a relação entre riqueza e nobreza ou, ainda, riqueza e virtude, que não são a mesma coisa, e ainda a existência de uma virtude pertencente à posição da nobreza. Existem duas formas de pensar a virtude e a nobreza pelo viés da riqueza. Uma das formas faz uma cadeia entre nobreza, riqueza e virtude: Os nobres são ricos e, por esta razão, virtuosos. Esta interpretação parece ser interditada pela forma mesma como Maquiavel trata dos gentis-homens, aqueles que vivem de rendas, o que os faz simplesmente ricos. Eles são ociosos, perniciosos à república e em toda província, necessários apenas em um principado[70]. O vínculo entre nobreza e riqueza é possibilidade apresentada pelo discurso, que exclui e interdita toda forma de virtude, uma vez que as formas de aquisição de riquezas seriam por definição viciosas.

---

reascender; assim Florença sempre mais humilde e mais abjeta se tornou"(*História de Florença*, III, 1).

[70] "E para esclarecer o que este nome de gentil-homem seja, digo que gentis-homens são chamados aqueles que vivem ociosos das rendas das suas possessões abundantemente, sem ter nenhum cuidado ou de cultivo ou de outra necessária fadiga para viver. Estes são perniciosos a qualquer república e em qualquer país, mas mais perniciosos são aqueles que, além das preditas fortunas, comandam castelos e têm súditos que lhes obedecem" (*Discorsi*, I, 55).

A relação entre virtude e nobreza (neste caso, sem qualquer relação com a riqueza) pode ser pensada em termos de hereditariedade: um filho de pais nobres será nobre. Uma segunda possibilidade é que este mesmo filho de pais nobres será nobre não por hereditariedade, mas porque participa do governo por suas ligações familiares e isto o impregna de *virtù*. A primeira possibilidade não pode ser defendida como posição de Maquiavel, uma vez que, no segundo capítulo do livro I dos *Discorsi*, ele afirma que a hereditariedade não garante a virtude. Os filhos dos *ottimati* não continuam possuindo a virtude destes: "vinda depois esta administração aos seus filhos, os quais não conhecendo a variação da fortuna, não tendo nunca provado o mal, e não querendo contentar-se com a igualdade civil, mas voltados à avareza, à ambição, à usurpação das mulheres, fizeram com que de um governo de *ottimati* se tornassem um governo de poucos, sem ter respeito por qualquer civilidade". De acordo com a segunda possibilidade, a virtude não revela nenhum caráter restrito aos nobres; se a participação no governo é a fonte da virtude, qualquer um, mesmo não sendo nobre, poderá ser virtuoso. Ou seja, a probabilidade maior da participação dos nobres no governo vem de serem nobres e não de serem virtuosos, sendo assim circunstancial a aquisição da virtude (uma vez que o nascimento é um bem da fortuna).

O que está em discussão no discurso é a capacidade que os de "ínfima condição", tal como são os *Ciompi*, teriam para governar. Para além da capacidade prática de fazê-lo, permanece, do ponto de vista do julgamento do governo que eles poderiam fazer, a avaliação de que ele acentuaria o caráter humilde e abjeto ao qual o povo havia levado a cidade ao afastar os nobres, como Maquiavel escreve no capítulo introdutório do terceiro livro.

Esta questão pode ser vinculada à análise que Maquiavel faz de Agátocles. A sua condenação é sempre julgada uma questão controvertida, uma vez que ela é muito amortecida pelo elogio que também lhe é feito. Nos dois casos, os atores são provenientes da classe baixa, são ambos de ínfima posição. Isto não impede que haja por parte de Maquiavel a escolha de apresentá-los em sua obra. Exemplo de

crime, Agátocles não é tratado unicamente como criminoso. Na verdade, se seguirmos a exposição feita no capítulo 8 de *O Príncipe*, o estatuto de Agátocles é o tempo todo indefinido, a uma condenação segue-se um elogio e a este outra condenação, de modo que não podemos saber com certeza qual a posição final a qual Maquiavel chega em relação a ele. Ele exemplifica um caso dos que chegaram ao principado por atos criminosos, sem a *virtù* ou a fortuna: "Não se pode propriamente chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Deste modo pode-se adquirir poder, mas não a glória. Mas se considerarmos a *virtù* com que Agátocles entrou e saiu dos perigos e a força de seu ânimo ao suportar e superar as adversidades, não vemos por que ele deva ser julgado como inferior a qualquer excelente capitão. Contudo, sua feroz crueldade e desumanidade, mais a sua infinita malvadeza, não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes"[71]. Sua excelência, nem contestada nem afirmada definitivamente, cria uma dificuldade na comparação com seu maior exemplo, César Bórgia, cuja piedade não chega a ser notória. Por outro lado, se formos compará-lo com os outros príncipes novos que, como ele, chegaram ao principado por meios próprios, ou seja, sem o auxílio da fortuna ou armas alheias, a estabilidade de seu governo não o deixa em posição de inferioridade.

Podemos reter a observação de que foi a ausência de qualquer aparência que recobrisse a crueldade de seus atos que o impediu de adquirir a glória, por maior que tenha sido "a *virtù* com que Agátocles entrou e saiu dos perigos e a força de seu ânimo ao suportar e superar as adversidades"[72]. No entanto, outro fator constitutivo da aparência que não pode ser esquecido é a referência que Maquiavel faz no início do capítulo sobre a origem de Agátocles. Embora esta

---

[71] *O Príncipe*, 8.

[72] Lefort comenta sobre esta passagem que Maquiavel "desvelando que não pode haver *virtù* sem a glória, dava já a pensar que não se poderia definir a ação política sem dar sua parte à representação que os homens compõem. Ele não dizia, aliás, que a *virtù* é incompatível com o crime, a mentira e a irreligiosidade, mas negava — o que é diferente — que se possa cobrir de um tal nome os meios de conquistar o poder." (*Le travail de l'œuvre, Machiavel, op. cit.*, p. 380).

referência não seja reforçada no momento em que Maquiavel afirma a ausência de glória de Agátocles, podemos encontrar de maneira mais explícita, em outra passagem de *O Príncipe*, uma referência às conseqüências da baixa condição para o julgamento do príncipe. No capítulo XIX, são apresentadas as razões pelas quais o imperador Massimino não manteve o poder: "devido a duas coisas que o fizeram odioso e desprezado: uma, ser de baixa extração, por já ter apascentado ovelhas na Trácia (fato conhecido por todos e que lhe trazia grande desdém no conceito geral); e outra porque, (...) dera anteriormente de si uma imagem crudelíssima, tendo, por meio de seus prepostos em Roma e em todas as partes do Império, praticado inúmeras crueldades". Esta descrição não é diferente daquela de Agátocles que "não só de simples particular, mas de ínfima e abjeta fortuna, tornou-se rei de Siracusa. Filho de oleiro, teve sempre uma conduta celerada durante a vida". Indubitavelmente, a baixa extração é uma fonte de desprezo, podendo impedir a obtenção da glória, uma vez que esta é incompatível com o desprezo.

Mas parece haver também uma relação, embora não muito claramente estabelecida nos dois trechos citados, entre baixa extração e crueldade. Há uma passagem na *História de Florença*, quando do episódio da tirania do duque de Atenas e antes que toda a cidade se voltasse contra ele, que dá alguma indicação sobre o caráter da plebe: "estas medidas muito desalentaram os *mediocri* (cidadãos médios), apenas aos grandes e à plebe satisfizeram: esta porque sua natureza é alegrar-se com o mal, os outros por se verem vingados de tantas injúrias recebidas do povo"[73]. Podemos encontrar uma relação entre a crueldade e uma natureza que se alegra com o mal; quando alguém cuja natureza é alegrar-se com o mal tem poder, pode-se supor que o exercerá sempre com crueldade. Mas se analisarmos novamente o caso de Agátocles, veremos que o que garantiu seu poder foi a capacidade de distinguir o momento correto de agir com crueldade e de bem

---

[73] *História de Florença*, II, 34.

empregá-la[74]. Assim, ficamos entre a afirmação de Maquiavel, no início do capítulo, de que durante toda sua vida Agátocles foi um celerado e, ao final do capítulo, a constatação de que bem empregou a crueldade, ou seja, que parou de agir com crueldade no momento adequado.

À afirmação da bondade dos pobres (e sua tolice), fora acrescida a idéia de que a saída deste estado deve ser cumprida por um movimento violento e, talvez, cruel. A explicitação desta violência será feita na última parte do discurso. Esta parte corresponde nitidamente à peroração, que na estrutura oratória cumpre a função de recapitular os argumentos, amplificando-os. Todos os temas são retomados de modo encadeado e é introduzida a idéia de ocasião: a força deve ser usada quando é dada a ocasião, que vem da desunião dos cidadãos (sua fraqueza); a ocasião é a de se tornarem príncipes da cidade ou, ao menos, de conseguirem uma grande parcela de poder. Há, depois, uma relação entre audácia e prudência, questão tantas vezes discutida por Maquiavel, reforçada pela retomada da idéia de necessidade e a repetição da palavra perigo (cinco vezes[75]), com o que é evocado o perigo imediato do qual se deve escapar: cárcere, tormentos e mortes. Retomam-se então as razões de fundo da revolta, a avareza e a injustiça, e a ocasião de libertarem-se delas. O discurso se encerra com palavras de encorajamento: oportunidade, ocasião, honra e segurança, e a ruína do inimigo.

Deve-se então usar a força quando é dada a ocasião; e esta não nos pode ser oferecida por maior fortuna, estando ainda os cidadãos desunidos, a Senhoria incerta, os magistrados conturbados, de tal maneira que podem, antes que se unam e serenem os ânimos, com facilidade ser oprimidos; donde, ou nos tornaremos totalmente príncipes da

---

[74] "São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem. Aqueles que observam o primeiro modo podem encontrar algum remédio para seu estado, diante de Deus e dos homens, como aconteceu com Agátocles; os outros, é impossível que se mantenham" (*O Príncipe*, 8).

[75] A repetição de uma palavra é um recurso retórico de estilo.

cidade, ou ficaremos com tamanha parcela que não só os erros passados nos faremos perdoar, mas teremos autoridade de podê-los com novas injúrias ameaçar. Reconheço que esta escolha é audaz e perigosa, mas quando preme a necessidade, a audácia julga-se prudência, e do perigo nas grandes coisas os homens de ânimo jamais têm em conta; porque sempre as empresas que com perigo se começam, com prêmio se terminam, e jamais de um perigo se saiu sem perigo: creio eu ainda que, quando se nos avizinham as prisões, tormentos e mortes, deva-se mais temer ficar inativos do que procurar ficar seguros, porque no primeiro casos são certos os males, no outro, dúbios. Quantas vezes vos ouvi lamentar da avareza de vossos superiores e da injustiça de vossos magistrados! Agora é tempo não somente de livrarmo-nos deles, mas de tornarmo-nos muito superiores, que tenham eles muito mais a lamentar-se e a temer-vos do que vós a eles. A oportunidade, que da ocasião é porta, voa, e quando fugiu em vão se busca depois recuperá-la. Podeis já ver os preparativos de vossos adversários: antecipemos seus pensamentos, e quem de nós tomará primeiro as armas, sem dúvida será vencedor, para sua exaltação e a ruína do inimigo: donde a muitos de nós resultará honra, e a todos, segurança.

A inclusão da idéia de ocasião torna claro aquilo que, no final da primeira parte, já estava se esboçando, pois os dois objetivos, evitar a punição e tomar o poder, equivalentes a princípio, adquirem duas naturezas diversas. A necessidade de evitar a punição se transforma em ocasião para a conquista do poder, ou ainda, o tempo oportuno desta conquista é dado pela necessidade presente. No entanto, os dois objetivos continuam sobrepostos, não apenas porque a violência que os alcança é a mesma, mas porque a única forma de evitar a avareza e a injustiça, de modo permanente, é pela inversão da ordem de poder. Se neste caso a punição é uma conseqüência dos atos recentes, a punição contínua a qual são submetidos se enraíza em sua própria posição na república, uma vez que "levam sempre a pior os que podem menos". A solução que eles divisam é tomar o poder e impor aos que neste momento detém o poder o mesmo tratamento que a eles é infligido. A liberdade à qual eles aspiram é a possibilidade de não ser oprimidos por meio da capacidade de oprimir o outro. Não é, portanto, uma solução que equilibra os

humores contrários, mas uma inversão de papéis que mantém intactas as razões do conflito.

Na última frase do discurso, revela-se de forma clara, ao mesmo tempo, a razão de seu erro de partida e de sua coerência quando o *ciompo* fala da "ruína do inimigo". Ver a outra parte da república como o inimigo significa uma postura francamente sediciosa: é aquilo que Maquiavel identifica em Florença como o comportamento que a destruiu. No início do livro 3, no capítulo 2, Maquiavel já havia utilizado a expressão "obter o principado na república" para designar o desejo de duas famílias, os Albizzi e os Ricci, cuja "inimizade" os havia levado a se armarem para dominar o outro. É o mesmo comportamento que é aqui reproduzido no discurso, ao enunciar que o objetivo é tornar-se "príncipe da cidade" e obter a "ruína do inimigo". Os termos utilizados são absolutamente idênticos e, assim, a atitude dos *Ciompi* não é diferente da atitude daqueles a quem eles combatem. Trata-se de um comportamento recorrente e disseminado em Florença. Deste ponto de vista, os *Ciompi* não são particularmente sediciosos, mas seguem uma via na qual Florença já estava há muito tempo. A expressão "obter o principado na república" ou a intenção dos *Ciompi* de se tornarem "totalmente príncipes da cidade" revela o absurdo a que leva a inimizade entre as facções. Se "todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados"[76], um principado na república consistiria ou em uma construção política que corrompe a idéia de república (pois não se trata do governo misto) ou na completa supressão da república e sua substituição pelo principado. Por outro lado, podemos pensar em coerência uma vez que a linguagem de violência e de conquista passa a ser justificada por esta posição. Uma vez que a luta é contra o que se considera um inimigo e não um concidadão, o modo pelo qual se conquista o poder deixa de ter importância: "*perché coloro che vincono, in qualunque modo vincono, mai non ne riportono vergogna*".

---

[76] *O Príncipe*, 1.

Retomando, ao fim do discurso, a questão colocada por Auerbach referente à possibilidade de contradição entre as razões apontadas no discurso e os argumentos utilizados por Maquiavel, nota-se que do ponto de vista das motivações da revolta, não existe contradição. Isto torna o discurso muito mais integrado à narrativa, como uma seqüência e não como um elemento em inteira oposição à consideração dos fatos até então feita. Mas considerando o lugar deste discurso no pensamento de Maquiavel, é necessário convir que a solução a que chega o discurso não é certamente a solução republicana de Maquiavel. Entretanto, parece uma negação extremada afirmar, como Genaro Sasso, que "no conjunto, a tendência de tomar este discurso como se fosse um documento direto do pensamento político maquiaveliano, requer ser combatida e resistida"[77]. Pode-se argumentar que não é a defesa ou a condenação do discurso por parte de Maquiavel que compromete seu significado, o fato de que Maquiavel não faça a defesa dos *Ciompi* não compromete o valor do discurso do *ciompo*. Ou ainda, não significa que o discurso não possa ser "verdadeiro" ou coerente com o pensamento de Maquiavel porque ele o desaprova.

Este discurso não é, do ponto de vista da escolha, um discurso de Maquiavel, ou melhor, um momento em que Maquiavel escolhe utilizar um personagem para explicitar suas idéias sobre o que deveria ser feito nesta ocasião. É um discurso de uma situação precisa, apresentada segundo a lógica da situação, o *ciompo* não fala em nome da escolha, mas em nome da necessidade. Este é um momento da degradação de Florença em que o conflito chegou a seus extremos, seguindo os mesmos movimentos que até então fizeram com que os florentinos, camada após camada da sociedade, dilacerassem a cidade. As circunstâncias dadas, a necessidade obrigaria a agir segundo os preceitos alí enunciados, ainda que fosse uma ação que levasse a uma possibilidade extrema.

---

[77] Sasso, Genaro, *Niccolò Machiavelli, La storiografia*, *op. cit.*, p. 312.

Quando Maquiavel chega à revolta dos *Ciompi*, uma clareira se abre em meio à *História de Florença*, na qual seu pensamento pode respirar. Ao escrever a história da cidade, ele é levado a falar dos particulares, em nomes, famílias e ações nomeadas. Apesar da construção feita no percurso da narrativa, nos capítulos introdutórios e nos discursos, na *História de Florença* existe ainda um véu entre o conhecimento do movimento e o dos acontecimentos. Nos *Ciompi*, a ausência de nomes faz com que Maquiavel possa sair do acontecimento sem mediações e, assim, quando estes indivíduos ou, antes, este grupo faz sua aparição na *História de Florença*, ela propicia o encontro da história e da política, tal como o concebe Maquiavel. Isto faz com que o discurso do *ciompo* assuma um significado especial entre os muitos discursos que Maquiavel insere na *História de Florença.*

A razão pela qual o orador é e continuará a ser um anônimo é apresentada no próprio discurso. Os *Ciompi* são os *ignobili* (ignóbeis), os que não têm nome. O orador não é, ao contrário de Catilina, um chefe personalizado e nem mesmo um chefe (uma vez que sua aparição ocorre apenas no momento do discurso) que, em seu discurso, expressa seus desejos e ambições. Embora fale em nome de um grupo, ele não é uma pessoa, não tem uma identidade individual. Ele é e representa um grupo com interesses e necessidades coletivos. A questão que é posta por Borsellino, sobre a razão pela qual Maquiavel não pode ou não quis dar um nome a este orador[78], ele a justifica pelo radicalismo do discurso, que condena o Anônimo a permanecer um indivíduo histórico inexistente, ao contrário de Michele de Lando, com que ele não é identificado[79]. Entretanto, pode-se propor

---

[78] "Não sabemos a qual destino foi ao encontro o *ciompo* anônimo da História de Florença, depois de ser lançado da multidão tumultuante dos plebeus em revolta para transformar a violência exasperada de seus companheiros em uma ação eversiva programada e consciente. Maquiavel não quis, não pode, fazer um personagem. Não lhe deu um nome e nem uma história pessoal, apesar de lhe ter conferido uma posição privilegiada, de protagonista, naquela estratégia narrativa da História de Florença que corresponde pontualmente a sua estratégia intelectual"(Borsellino, Nino, *Rozzi e Intronati*, *op. cit*, p. 142).

[79] "O valor positivo que Maquiavel lhe confere como elemento de pacificação e de moderação, mais solícito do 'bem universal' que da causa de seus companheiros, o exclui

uma outra leitura que aporta em uma outra solução. Maquiavel não pode ou não quis dar um nome ao *ciompo* porque, com isso, ele perderia, paradoxalmente, sua identidade, do mesmo modo que Michele perde a sua ao abandonar os companheiros e se aproximar, cada vez mais, daqueles a quem o anônimo designa como nobres. Michele de Lando, apesar dos elogios que lhe são feitos, é um indivíduo marginal. Finda a revolta, ele é punido e desaparece de modo definitivo, enquanto a plebe permanece, ainda que submersa.

Num certo sentido, não conferir um nome ao orador é dar-lhe maior dignidade e importância do que ele teria se Maquiavel o tivesse feito. O que pode ser afirmado inegavelmente é que, independentemente da avaliação de suas causas ou conseqüências, este discurso confere uma dignidade à plebe que está muito além da que até então os cronistas e historiadores lhe tinham conferido. E se Maquiavel tivesse atribuído ao orador um nome qualquer, a relevância histórica disto seria nula, uma vez que ele não participaria de nenhuma família com um nome reconhecido. A ausência de nome é o único caminho pelo qual a plebe, na figura do orador, pode adquirir importância histórica.

A Conjuração de Catilina e o Tumulto dos *Ciompi* têm razões coletivas, mas seus nomes revelam suas naturezas completamente diversas: o nome da revolta romana é dado por seu líder e aquele da revolta florentina é um nome absolutamente coletivo (*Ciompi*, e Maquiavel nem mesmo a denomina). Assim, a *Conjuração* é ainda uma história nobre. Enquanto que todo o trabalho de Salústio no início do livro é o de definir seu protagonista, o *ciompo* irrompe na *História de Florença* sem quase nenhuma apresentação. Seu discurso é introduzido de uma

---

de qualquer possibilidade de identificação com o orador dos conjurados. O leitor, neste ponto, nada pode fazer, exceto seguir o personagem. O radicalismo da peroração aos conjurados condena o Anônimo a permanecer um indivíduo histórico inexistente. Fantasma ou demônio de uma revolução falida, não pode tomar corpo senão nos pensamentos de Maquiavel. É o seu duplo, a encarnação de uma possibilidade extrema, de uma verdade irredutível que a história impôs em toda sua evidência, mas que o escritor expulsa logo para longe, no escuro do anonimato, fora dos confins da sua ideologia"(*idem*, p. 160).

forma extremamente seca, apenas o suficiente para que fique claro que se trata de uma pessoa capaz de compreender a situação e, portanto, de fazer um discurso razoável. Assim, o *ciompo* não tem um nome, mas tem experiência, e a história que vai contar para estimular os outros, seus iguais, a tomar o poder, não tem nomes próprios, como as outras histórias, e precisa ser, por isso, uma história segundo a razão. Apesar da carência de nomes, eles são homens, como todos os homens, e é a afirmação desta humanidade que é feita. Porque tiveram todos um mesmo princípio, os homens são igualmente antigos[80].

O discurso, circunscrito no tempo e no espaço, transcende por seu conteúdo estes limites. Pois, por mais "abstrato" que seja este discurso, ele é absolutamente circunstanciado, e isto não cria uma incompatibilidade. O absoluto anonimato do personagem é o que possibilita o encontro. Absoluto porque nos outros casos de discursos anônimos na *História de Florença*, estes anonimatos não são necessários; neste caso o anonimato não toca apenas o orador, mas todos os que o escutam, um discurso anônimo para uma multidão de anônimos. Apesar disto, não é uma multidão anônima são "*gli uomini plebei*", "*quelli sottoposti all'Arte della lana come alle altre*". São, assim, os mais pobres de Florença, em 1378. Situados como grupo no tempo e no espaço, ainda assim eles permanecem na sua posição de *sottoposti*, não tendo aparecido até então como protagonistas da história, e depois disso não voltarão a aparecer como tais. A história é narrada sem sua existência, que não se manifesta senão neste momento, um tempo metodológico

---

[80] A questão da antiguidade dos homens pode ser referida ao mesmo livro em que o discurso teria sua fonte, *A conjuração de Catilina*. Neste, Salústio aponta o papel que as ações sediciosas de Catilina tiveram em suscitar a simpatia para a candidatura de Cícero: "até então, a nobreza, em sua maioria, manifestava contra ele uma viva antipatia e estimava quase que seria manchar o consulado deixar chegar a ele um homem novo, malgrado todo seu mérito. Mas, em presença do perigo, inveja e orgulho não contaram mais" (*A conjuração de Catilina*, XXIII). Mais adiante, o próprio Catilina, também ele um nobre, demonstra seu despeito em se ver preterido a Cícero, cuja cidadania seria recente. Cícero era um homem novo (*homo novus*) porque nenhum de seus ancestrais havia ocupado o consulado ou as magistraturas curuis. A relação entre nome e antiguidade que é apresentada no início do discurso poderia encontrar aqui uma referência.

(demonstração do modo como Florença chegou a total desunião) e histórico (momento da revolta e da tomada do poder). Antes e depois disso estão fora do poder e, assim, fora da história, sem nomes, coletivos ou individuais.

O anonimato e mesmo a reivindicação aberta do anonimato pelo *ciompo* são significativos deste empenho de Maquiavel em conciliar o pensamento político e um saber histórico. O conhecimento dos homens no Estado; divididos em dois humores conflitantes, e os homens reais e inseridos nas circunstâncias concretas. Não mais uma história de Florença, agora estamos diante da história da humanidade que pode coincidir sem mediações com a destas pessoas porque a nudez da humanidade é a única coisa que as define positivamente. De outro lado, eles têm uma definição negativa: os *ignobili*, os que não são conhecidos, os sem nome; assim como seu humor é negativo, como explicita a análise de Lefort: não serem dominados.

Por meio do discurso, Maquiavel retira este acontecimento da história para reinseri-lo como conhecimento. A coincidência que surge na revolta dos *Ciompi* seria a ultrapassagem das fronteiras que devem ser transpostas quando Maquiavel lê a história. Por esta construção, o acontecimento que é aqui encontrado não depende da mediação da idéia de recorrência para tornar-se universal, é um momento em que as fronteiras não precisam ser ultrapassadas porque esta ultrapassagem já se realizou na história.

Bibliografia

Obras de Maquiavel

Tutte le Opere, Firenze, Sansoni, 1992.

Oeuvres Complètes de Machiavel, Paris, Gallimard, 1952.

Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio, Milano, Rizzoli, 1984.

História de Florença, São Paulo, Musa Editora, 1994.

O Príncipe, São Paulo, Martins Fontes, 1990.

A Mandrágora, São Paulo, Abril Cultural, 1976.

Epistolario (1512-1527), Fondo de Cultura Económica, 1990.

Anselmi, G.M. *Le frontière degli umanisti*. Bologna, CLUEB, 1988.

_____. *Umanisti, storici e traduttori*. Bologna, CLUEB, 1981.

_____. *Il tempo ritrovato, Padania e Umanesimo tra erudizione e storiografia*. Mucchi editore, 1992.

_____. *Ricerche sul Machiavelli storico*. Pisa, Pacini editore, 1979.

Armando, Antonello. "La funzione conservatrice del concetto di fortuna nella prima societá medicea (1434-1494)". In: *Nuova rivista storica*, vol LVI, 1972.

Aron, R. (org). *Machiavelli nel V° centenario della nasita.* Bologna, M.Boni, 1973.

Auerbach, Erich. *Mimésis, la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*. Paris, Gallimard, 1968.

Battaglia, Salvatore. *La coscienza letteraria del medioevo.* Napoli, Liguoro, 1965.

Baron, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino, ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval al moderno.* México, Fondo de cultura económica, 1993.

Bignotto, Newton. *Maquiavel Republicano.* São Paulo, Loyola, 1991.

_____. "As fronteiras da ética: Maquiavel". In: Novaes, Adauto (org.). *Ética.* São Paulo, Cia das Letras, 1992.

_____. "O círculo e a linha". In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História.* São Paulo, Cia das Letras, 1992, pp.177-188.

_____. "O conflito das liberdades: Santo Agostinho". In: *Síntese Nova Fase*, vol.19/58, 1992, pp.327-359.

_____. "As transformações da tirania", Departamento de Filosofia UFMG, 1993, 56-69.

Blocaille, Étienne. *Étude sur François Hotman: la Franco-Galia.* Dijon, impr. De Jobard, 1902.

Borsellino, Nino. *Rozzi e intronati, esperienze e forme di teatro dal "Decameron" al "Candelaio".* Roma, Bulzoni Editore, 1974.

Brandt, William Jeans. *The shape of medieval history, studies in modes of perception.* New Haven and London, Yale University Press, 1968.

Bruni, Leonardo. *Le historie florentine* [tradocta per Donato Acciaioli]. Données textuelles, Num. BNF de l'éd. de Cambridge (Mass.): Omnisys, microfilm Reprod. de l'éd. de Firenze : per Bartholomeo Fiorentino, 1492, 1995.

Burckhardt, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália, Um Ensaio.* São Paulo, Cia das Letras, 1991.

Burke, Peter. *Cultura e società nell'Italia del Rinascimento.* Torino, Einaudi, 1984.

Cabrini, Anna Maria. *Interpretazione e stile in Machiavelli: il terzo libro delle "Istorie".* Roma, Bulzoni, 1990.

_____. "L'idea di Firenze dal Primo Decennale alle Istorie", in *Niccolò Machiavelli Politico, Storico Letterato.* Roma, Salermo, 1996, pp. 337-361.

Capponi, Gino. *Storia della Republica di Firenze.* Firenze, G. Barbera Editore, 1875.

Castiglione, Baldassarre. *Il libro del Cortegiano.* Milano, Rizzoli, 1994.

Cassirer, Ernest. *Ensaio sobre o homem.* Lisboa, Guimarães editores, 1995.

Chiappelli, Fredi. *Studi sul Linguaggio Del Machiavelli.* Firenze, Felice le Monnier, 1952.

Chabod, Frederico. *Escritos sobre Maquiavelo.* México, Fondo de Cultura Económica, 1994 (1984).

Cícero. *Dell'oratore.* Milão, BUR, 2000 (1994).

Citati, Pietro. "I due principi do Machiavelli". In: *Machiavelli nel V° centenário della nascita*, Massimiliano Boni Editore, Bologna, 1973, pp. 61-66.

Cochrane, Eric. *Historians and Historiographies in the Italian Renaissance.* Chicago, Chicago University Press, 1981.

Colonna D'Istria, Gerard. *L'art politique chez Machiavel.* Paris, J. Vrin, 1980.

Colombero, Carlo. *Uomo e natura nella filosofia del Rinascimento.* Loescher, 1985 (1976).

Couzinet, Marie-Dominique. *Histoire et Méthode à la Renaissance: une lecture de la Methodus de Jean Bodin.* Paris, Vrin, 1996.

Cova, P.V., Gazich R., Manzoni G.E. & Melzani, G. *Aspetti della 'paideia' di Quintiliano*, Vita e Pensiero, Pubblicazioni della Universitá Cattolica del Sacro Cuore, Milano, 1990.

De Grazia, Sebastian. *Maquiavel no Inferno.* São Paulo, Cia da Letras, 1993.

Desan, Philippe. *Naissance de la méthode (Machiavel, La Ramée, Bodin, Montaigne, Descartes).* Paris, A.-G., Nizet, 1987.

_____. *Penser l'histoire à la Renaissance.* Caen, Paradigme, 1993.

Dionisotti, Carlo. *Machiavellerie, storia e fortuna di Machiavelli.* Torino, Einaudi, 1980.

Dotti, Ugo. *Storia degli intellettuali in Italia, II, Crisi e liberazione da Machiavelli à Galilei.* Roma, ed. Riuniti, 1998.

Duvernoy, J-F. *Machiavel.* Bordas, Paris, 1974.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Franco, Fido. *Machiavelli.* Palumbo editore, Palermo, 1975.

Fumaroli, Marc (dir.). *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950).* Paris , PUF, 1999.

Fueter, Eduard. *Historia de la historiografia moderna.* Buenos Aires, Editorial Nova, 1953.

Gaeta, Franco. "Machiavelli Storico". In: *Machiavelli nel V° Centenário della Nascita*, Bologna, Massimiliano Boni Editore, 1973, 139-171.

Garin, Eugenio. *L'éducation de l'homme moderne, la pédagogie de la Renaissance (1400-1600).* Paris, Fayard, 1968.

_____. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano.* São Paulo, Unesp, 1996

_____. *L'educazione umanistica in Itália.* Bari, Laterza & Figli, 1949.

_____. *Medioevo e Renascimento.* Roma, Laterza, 1990 (1954 1°ed.)

Garosci, Aldo. *"Le Istorie Fiorentini" del Machiavelli.* Torino, G. Giappichelli, 1973.

Garver, Eugene. *Machiavelli and the History of Prudence.* The University of Wisconsin Press, 1987.

Gilbert, Felix. *Machiavelli and Guicciardini, Politics and History in Sixteenth-Century Florence.* Princeton, Princeton University Press, 1965.

_____. *Machiavelli e il suo tempo.* Bologna, Il Mulino, 1977 (1964).

Gramsci, Antonio. *Notte sul Machiavelli,* sulla Politica e sullo Stato Moderno. Einaudi ed., 1955.

Guichardini, F. *Écrits politiques.* Paris, PUF, 1997.

_____, F. *Ricordi.* Milão, BUR, 1997.

Hartog, François. *L'histoire d'Homère à Augustin.* Paris, Éditions du Seul, 1999.

Horkheimer, Max. *Les débuts de la philosophie bourgeoise de l'histoire.* Paris, Payot, 1974.

Huppert, George. *L'idée de l'histoire parfaite.* Paris, Flammarion, 1973.

Istituto nazionale di studi sul Rinascimento. *Il tumulto dei Ciompi: un momento di storia fiorentina ed europea.* Firenze, L.S. Olschki, 1981.

Jaeger, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego.* São Paulo, Martins Fontes, 1994.

Jauss, H.R. "Une approche médiévale: Les petits genres de l'Exemplaire comme Système Littéraire de Communication", in *La notion de genre à la Renaissance.* Genève, Editions Slatkine, 1984, pp. 35-57.

Kraye, Jill (ed.). *Cambridge Translation of Renaissance Philosophical texts.* Cambridge, Cambridge University Press, 1997, 2 vols.

Kristeller, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento.* Lisboa, ed. 70, 1995.

_____. *El pensamiento renacentista y sus fuentes.* Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1993.

Larivaille, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel.* São Paulo, Cia das Letras, 1988.

Le Goff, Jacques. *História e Memória.* Campinas, UNICAMP, 1992.

Lefort, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel.* Paris, Gallimard, 1986 (1972).

_____. *As formas da história.* São Paulo, Brasiliense, 1990 (1979).

López, José A. Caballero. "Oratoria Política: Teoría y Prática". In: *Quintiliano y la formación del orador político*, Instituto de Estudios Riojanos, Ayuntamiento de Calahorra, 1988, pp. 41-62.

Luciani, Gérard. "Machiavel, lecteur des Historiens antiques", in *Histoire et les historiens au XVIe siècle.* Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2001, pp. 169-182.

Lyons, John D. *Exemplum : the rhetoric of example in early modern France and Italy.* Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1989.

Marchand, Jean-Jacques. "L'interpretation de l'histoire chez Machiavel".In : *Études de Lettres*, S. IV, tome 1, 1978, pp. 31-78.

_____. *Niccolò Machiavelli, I primi scriti Politici (1499-1512), Nascita di um pensiero e di uno stile.* Padova, Editrice Antenore, 1975.

Marietti, Maria. "L'uso dell''antilogia' nelle 'Istorie fiorentini'". In : *Culture et Societé en Italie du Moyen-Âge à la Renaissance*, Hommage à André Rochon, Paris, 1985, pp. 187-198.

Matucci, Andrea. *Machiavelli nella storiografia fiorentina, per la storia di un genere letterario.* Firenze, L.S. Olschki, 1991.

_____. "Narrare o interpretare : Machiavelli e la congiura dei Pazzi". In: *Niccolò Machiavelli Politico, Storico Letterato,* Roma, Salermo, 1996, pp. 315-335.

Ménissier, T. *Machiavel, la politique et l'histoire, enjeux philosophiques.* Paris, PUF., 2001.

Merleau-Ponty, Maurice. *Signos.* São Paulo, Martins Fontes, 1991.

Miglio, Massimo. *Storiografia pontificia del Quattrocento.* Bologna, Pàtron Editore, 1975.

Mollat du Jourdin, M. *Les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles.* Paris, Flammarion, 1993.

Momigliano, Arnaldo. *Tra storia e Storicismo.* Pisa, Nistri-Lischi Editore, 1985.

_____, "Pagan and Christian Historiography in the Fourth Century A.D.". In: *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth century.* Oxford, Claredon Press, 1963.

_____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne.* Paris, Gallimard, 1983.

_____. *Les fondations du savoir historique.* Paris, Les Belles Lettres, 1992.

Montevecchi, Alessandro. *Storici di Firenze, studi su Nardi, Nerli e Varchi.* Bologna, Pàtron Editore, 1989.

_____. "Introduzione à Opere di Niccolò Machiavelli". Torino, UTET, 1986, vol 2.

Muhana, Adma. *A Epopéia em prosa seiscentista.* São Paulo, Ed. UNESP, 1997.

Nespoulous, Pierre. "Giovanni Pontano, Théoricien de l'art de plaisances, Le De Sermoni". In : *Cahiers de l'Europe Classique et Néo-Latine 2, Influences latines en Europe*, Université de Toulouse – Le Mirail, 1983.

Oltramare, André. *Les origines de la diatribe romaine.* Genève, Imprimeries Populaires, 1926.

Parel, Anthoni J. *The Machiavellian Cosmos.* New Haven and London, Yale University Press, 1992.

Perelman, C. (org.). *Les catégories en histoire.* Bruxelles, Ed. du Institut de Sociologie, 1969.

Pernot, Laurent. *La rhétorique dans l'Antiquité.* Paris; Librarie Générale Française, 2000.

Pérouse, G.A. (org.). *Ordre et désordre dans la civilisation de la Renaissance.* Actes du Colloque Renaissance, Humanisme, Réforme, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1996.

Pico della Mirandola e Bembo. *De l'imitation*. Paris, Aralia, 1996.

Plutarco. *Vies parallèles*. Paris, Gallimard, 2001.

Pocock, J.G.A.. *Le moment machiavélien*. Paris, PUF, 1997.

_____, *L'ancienne constitution et le droit féodal*. Paris, PUF, 2000.

Pogge. *Historia di Messer Poggio / tradocta di latino in nostra lingua da Jacopo suo figliuolo*. Données textuelles Num BNF de l'éd. deCambridge (Mass.) : Omnisys, microfilmReprod. de l'éd. de [Avinegia] : [Iacopo de Rossi], [1476], 1995.

Políbio. *História*. Brasília, ed. UnB, 1996.

Price, Russell. "The senses of virtù in Machiavelli". In: *Eur. Stud. Review*, 3/4, 1973, pp.315-345.

Quintiliano. *Institution Oratoire*. Paris, Garnier Frères, 1934, 3 vol.

Renaudet, Augustin. *Humanisme et Renaissance*. Genève, Slattine Reprints, 1981.

Ridolfi, Roberto. *Vita di Niccolò Machiavelli*. Firenze, Ângelo Belardetti Editore, Roma,1954.

Rodolico, Niccolò. *I Ciompi, una pagina di storia del proletariado operaio*. Firenze, Sansoni, 1971.

Romilly, Jacqueline de. *História e Razão em Tucídides*. Brasília, ed. UnB, 1998.

Rossi, Paolo. *Naufrágios sem espectador; a idéia de progresso*. São Paulo, UNESP, 2000.

Sabbadini, Remigio. *Il metodo degli umanisti*. Florença, Felice de Monnier, 1920.

Salústio. *Conjuration de Catilina, Guerre de Jugurtha. Histoires*, Paris, GF-Flammarion, 1968.

Santoro, M. *Fortuna, ragione e prudenza nella civiltá letteraria del Cinquecento*. Napoli, Liguori, 1966.

Sasso, Genaro. *Studi su Machiavelli*. Napoli, Morano, 1967.

_____. *Niccolò Machiavelli, La storiografia*. Bologna, Il Mulino, 1993.

Schmitt, J-Claude. *L'exemplum*. Turnhout, Belgique: Brepols, 1982.

Sfez, Gérald & Senellart, Michel (orgs). *L'enjeu Machiavel*. Paris, PUF, 2001.

Skinner, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

_____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo, Editora Unesp, 1999.

_____. *Visions of Politics, Renaissance Virtues*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002

Souza, Maria das Graças de. *Ilustração e História: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo, Discurso Editorial, 2001.

Squarotti, Giorgio B. *L'onore in corte, dal Castiglione al Tasso*. Milano, Franco Angeli, 1986.

Stella, Alessandro. *Le révolte des Ciompi: les hommes, les lieux, le travail*, Paris. Éd. de L'École des Hautes études en sciences sociales, 1993.

Strauss, Leo. *Pensées sur Machiavel*. Paris, Payot, 1982.

_____. *The Political Philosophy of Hobbes, its basis and its genesis*. Chicago, The University of Chicago Press, 1952.

Tateo, Francesco. *I miti della storiografia umanistica*. Roma, Bulzoni editore, 1990.

Tierney, Brian. *Religion et droit dans le développement de la pensée constitutionnelle (1150 – 1650)*. Paris, PUF, 1993

Tito Lívio. *História de Roma*. São Paulo, Paumape, 1989.

Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, Ed. UnB, 1999.

Ullman, B.L.*Studies in the Italian Renaissance*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1955.

Zarka, Y.C. & Ménissier, T. (coords.). *Machiavel; Le Prince ou le nouvel art politique*. Paris, PUF, 2001.